

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE

CENTRO DE ESTUDOS GERAIS

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
SOCIOLOGIA E DIREITO**

LILIANE MARIA GONÇALVES SOUZELLA

**Imprensa e Informação Seletiva:
A desigualdade social refletida nos
jornais cariocas**



**NITERÓI
2009**

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE

CENTRO DE ESTUDOS GERAIS

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA E DIREITO

LILIANE MARIA GONÇALVES SOUZELLA

**IMPrensa E INFORMAÇÃO SELETIVA:
A desigualdade social refletida nos jornais cariocas**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito da Universidade Federal Fluminense, como requisito parcial para a obtenção do título de mestre em Ciências Jurídicas e Sociais.

Orientador: Professor Doutor Napoleão Miranda

Niterói, 2009

Souzella, Liliane Maria Gonçalves

Imprensa e informação seletiva: a desigualdade social refletida nos jornais cariocas/ Liliane Maria Gonçalves
Souzella, UFF/ Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito. Niterói, 2009.

157 f.

Dissertação (Mestrado em Ciências Jurídicas e Sociais)
– Universidade Federal Fluminense, 2009.

1. Desigualdade. 2. Violência. 3. Criminalização da pobreza. I. Dissertação (Mestrado). II. Título

LILIANE MARIA GONÇALVES SOUZELLA

**IMPrensa E INFORMAÇÃO SELETIVA:
A desigualdade social refletida nos jornais cariocas**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito da Universidade Federal Fluminense, como requisito parcial para a obtenção do título de mestre em Ciências Jurídicas e Sociais.

Aprovada em 21 de setembro de 2009

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Napoleão Miranda

Prof.^a Dr.^a. Gizlene Neder

Prof. Dr. Joaquim Leonel de Rezende Alvim

Prof.^a. Dr.^a. Silvia Ramos

Niterói, 2009

Dedicatória

Ao meu pai, Ary Souzaella (*in memoriam*),
que sempre me fez acreditar em um
Jornalismo capaz de promover mudanças
sociais e melhorar o mundo

Agradecimentos

Aos meus filhos, Lucas e Laura, por aceitar as infindáveis horas
de ausência;

Ao meu marido, Alberto, pela compreensão e paciência;

À minha mãe, Arlete, pelo amor e apoio incondicional;

Ao professor Alexandre Gazé, que me abriu as portas do Direito;

Ao meu orientador, Prof. Napoleão Miranda, pela cumplicidade e
apoio;

A todos os professores com quem tive o privilégio de conviver no
curso de Mestrado em Sociologia e Direito da UFF e que tanto me
ensinaram a enxergar o “outro” mundo.

Aos meus futuros colegas de Jornalismo e alunos de que tanto me
orgulho, Renan Barreto e Danielle Lima, pela ajuda nos momentos
cruciais;

A todos que acreditaram no meu trabalho.

RESUMO

Os jornais adotam critérios de seleção dos assuntos que serão transformados em notícias levando em conta, basicamente, a empatia com seus leitores, ou seja, os fatos que podem interferir em suas vidas ou que envolvam personagens com os quais eles possam se identificar. A visão é altamente empresarial e os jornais são encarados como produtos a serem comercializados, elaborados de forma a atender aos anseios dos consumidores/leitores. Outros aspectos são considerados no momento em que se decide o que será publicado, sempre sob a lógica de que são critérios técnicos, criados a partir de regras jornalísticas universalizadas e contra as quais não cabem questionamentos. Tais argumentos tentam refutar críticas quanto à atuação da mídia e sua influência direta sobre a opinião pública e as autoridades. Na verdade, há uma relação recíproca de influência e dependência entre imprensa e Governo, tendo como objetivo principal a manutenção do poder. Na cobertura de casos de violência, a informação seletiva reflete a desigualdade social e revela-se geradora de conseqüências que favorecem uma divisão ainda maior entre as classes e a criminalização da pobreza. Há uma valorização na edição das reportagens envolvendo pessoas de classe média, em detrimento das vítimas da violência oriundas de comunidades pobres, onde o senso comum cristalizou a noção equivocada de que há uma “guerra” a justificar ações que ferem os mais elementares direitos humanos. Há a banalização das mortes e a indiferença, típica da sociedade individualista que não vê no “outro” o seu semelhante, mas alguém que deve ser excluído. Acredita-se que uma mudança na atuação da Imprensa depende, necessariamente, da adoção de critérios éticos, em que o cidadão possa prevalecer sobre o indivíduo.

ABSTRACT

The Newspapers have a check list to select of subjects that will be developed in news. Basically It analyzes their readers' empathy. So, the companies see the facts that may change the readers' life or that get indentify the example of characters with themselves. The focus is the business and the organizations have seen only as products to be marketed and they are thought and made to get nearly the needs of consumers. There are other aspects that are considered important when the paper has been produced. It always happens under the logic. So, it is based in technical topics, created by universalized journalistic rules and against which do not fit questions. These arguments intent to refute articles about the media acts and how these are related with the public and the authorities' opinion. In fact, there is a reciprocal relationship of influence and dependence between press and government. The main objective is the maintenance of power for the both. In the coverage of violence, selective information reflect social inequality and prove generating consequences that create a division between the classes and the criminalization of poverty. There is a valorization of the news reports when middle-class people show, to the detriment of victims of violence coming from poor communities. In these places, the common sense is crystallized and there are some mistaken notion that there is a "war" to justify actions that hurt the most basic human rights. There is a trivialization of death and indifference with this, typical of individualistic society that does not pay attention in each other, as a society has seen the other as an excluded one. It is believed that a news organization change depends, necessarily, for the adoption of ethical criteria, in which the citizen can prevail over the individual being.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	011
OBJETIVO	013
ESTRUTURA	015
METODOLOGIA	019

PARTE I TÉCNICAS E ANÁLISES DA PRODUÇÃO DA INFORMAÇÃO

Cap.1. AS TÉCNICAS JORNALÍSTICAS NO MEIO IMPRESSO	024
1.1. AS NOVAS TÉCNICAS JORNALÍSTICAS	027
1.2. A TEORIA DO ESPELHO REFLETIDA NO TEXTO JORNALÍSTICO	029
1.3. JORNALISMO EM ESCALA INDUSTRIAL	033
1.4. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO – O QUE É NOTÍCIA	037
1.5. A EDIÇÃO	041
1.5.1. Planejamento Gráfico	044
Cap.2. ANÁLISES TEÓRICAS DO FAZER JORNALÍSTICO	047
2.1. TEORIAS DO NEWSMAKING	050
2.1.1. Teoria Organizacional e Teoria da Ação Política	052
2.1.2. A Noticiabilidade e os Valores-Notícia	055
2.2. O “HABITUS” JORNALÍSTICO	056

PARTE II O QUE O JORNALISMO PRODUZ

Cap.3. A INFORMAÇÃO SELETIVA	062
3.1. O FENÔMENO “BALA PERDIDA”	066
3.1.1. Vidas Perdidas: banalização e indiferença	068
3.2. OCUPAÇÃO DO COMPLEXO DO ALEMÃO E OUTRAS INCURSÕES	075
3.2.1. As reportagens especiais no período da ocupação	079
3.3. LATROCÍNIOS – DIFERENCIAÇÕES MANTIDAS	081
3.3.1. João Hélio e o discurso penal	082
3.3.1.1. <i>A exceção à regra – A morte de Alana</i>	085
3.3.2. Vítimas estrangeiras têm destaque nas edições	086
3.4. O MUNDO CÃO TEM LADO	088
3.5. JUNHO E JULHO DE 2008 – OS EQUÍVOCOS	090

Cap.4. CONSEQUÊNCIAS DO PRODUTO NOTÍCIA	094
4.1.CONSTRUÇÃO DO SENSO COMUM QUE EXCLUI A PERIFERIA	099
4.2. CRIMINALIZAÇÃO DA POBREZA	104
4.2.1. Controle social, repressão e ordem	107
4.2.2. Discursos, drogas e legitimação	112
Cap.5. JORNALISMO SELETIVO EM TEMPOS DE MODERNIDADE	114
5.1. INDIVÍDUO X CIDADÃO	118
5.2. A ESFERA PÚBLICA E A IMPRENSA	120
5.3. RESISTÊNCIA, METAPREFERÊNCIAS E ESTUDOS CULTURAIS	125
CONSIDERAÇÕES FINAIS	129
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	142
ANEXO	147
REPRODUÇÃO DE MATÉRIAS DE JORNAIS	148

EPÍGRAFE

“Sou classe média, papagaio de todo telejornal
Eu acredito na imparcialidade da revista semanal
Compro roupa e gasolina no cartão
Odeio coletivos e vou de carro que comprei à prestação
Só pago impostos, estou sempre no limite do cheque especial
Eu viajo pouco, no máximo um pacote CVC tri-anual
Mas eu não “tô nem aí”, se o traficante é quem manda na favela
Mas eu não “tô nem aqui”, se morre gente ou tem enchente na
Itaquera
Eu quero é que se exploda a periferia toda
Mas eu fico indignado com o Estado
Quando sou incomodado pelo pedinte esfomeado
Que me estende a mão
O pára-brisa ensaboado; é camelô, biju com bala
E as peripécias do artista malabarista do farol
Mas se o assalto é em Moema; o assassinato é nos Jardins
E a filha do empresário é estuprada até o fim
Aí a mídia manifesta a sua opinião regressa
De implantar pena de morte ou reduzir a idade penal
E eu que sou bem informado, concordo e faço passeata
Porque eu não “tô nem aí”, se o traficante é quem manda na favela
Mas eu não “tô nem aqui”, se morre gente ou tem enchente na
Itaquera
Eu quero é que se exploda a periferia toda
Toda tragédia só me importa quanto bate à minha porta
Porque é mais fácil condenar quem já cumpre pena de vida”

Max Gonzaga, compositor.

“Todos vêem aquilo que tu pareces, poucos sentem o que és, e estes poucos não se atrevem a opor-se à opinião dos muitos (...). Porque o vulgo deixa-se sempre levar pela aparência e o sucesso das coisas; e no mundo não há senão vulgo e os poucos só têm lugar quando os muitos não têm em que apoiar-se”.

Maquiavel (O Príncipe, cap. XVIII).

INTRODUÇÃO

Entre final de junho e início de julho de 2008, policiais militares mataram duas crianças num intervalo de uma semana: Ramon, um menino de seis anos, atingido a tiro na porta de casa quando esperava o pai voltar do trabalho; e João Roberto, de três, cujo carro da mãe foi confundido com o de bandidos em fuga e acabou crivado de balas. A diferença entre os dois casos pôde ser medida pelas páginas dos jornais: o primeiro mereceu registros e pequenas matérias, sem destaque; o segundo foi manchete de capa de todos os jornais que circulam no município do Rio de Janeiro, com páginas e páginas de reportagens, por dias seguidos. A primeira criança morava numa favela; a segunda teve a vida interrompida na Tijuca, tradicional bairro de classe média carioca.

A comparação entre os dois casos acima reflete a constatação feita a partir da análise das páginas dos jornais, onde se evidencia um tratamento editorial altamente diferenciado a vítimas de violência no Rio de Janeiro. Em geral, aquelas pertencentes a classes sociais mais baixas, principalmente as que vivem em áreas de favelas, locais onde o senso comum já aponta como natural a ocorrência de mortes rotuladas como acidentais, pouco chamam a atenção dos jornalistas. Por outro lado, são inquestionáveis o cuidado editorial e o destaque dado a casos em que os envolvidos são integrantes de classes sociais mais privilegiadas. Nestes casos, a cobertura jornalística é mais ampla, de cunho investigativo, interpretativo e opinativo.

Manuais de redação e livros de técnicas de Jornalismo listam critérios extremamente seletivos para justificar a escolha das notícias: ineditismo, improbabilidade (a notícia provável – e a morte de inocentes em favelas já virou rotina – não desperta atenção dos jornalistas), interesse e empatia (quanto maior o número de pessoas que tiverem suas vidas afetadas por um fato e se identificarem com os personagens deste fato – “pode acontecer comigo” – mais importante será a notícia) e proximidade (critério exclusivamente geográfico). Por outro lado, defendem a necessidade de que os relatos “humanizem” os personagens, ou seja, apresentem as pessoas afetadas pelo fato com personalidade, descrevendo situações, relacionamentos, sentimentos, diálogos, para que o leitor tenha uma noção mais abrangente possível de determinado acontecimento e seu impacto sobre os envolvidos.

Para comprovar tal seletividade dos assuntos que serão transformados em notícia pelos jornais impressos e a forma como estas notícias serão editadas em suas páginas, o presente trabalho faz uma análise das edições dos principais periódicos no município do Rio de Janeiro, nos casos de reportagens policiais com vítimas da violência, e constata as diferenças no tratamento editorial dado a casos similares, mas que envolvem pessoas de classes sociais distintas. Os jornais O Globo, Extra e O Dia tiveram suas edições acompanhadas de janeiro de 2007 a julho de 2008, um período marcado por uma política de enfrentamento na área de segurança, em que o assunto dominou o espaço na mídia, com sucessivos casos de vítimas fatais da violência e maior destaque ao fenômeno “bala perdida”.

A segurança pública está na pauta dos principais debates travados atualmente no Rio de Janeiro. A política de enfrentamento adotada pela atual gestão estadual oscila entre aprovações – em especial de setores da classe média - e críticas quanto a excessos de violência, desrespeito aos direitos humanos e ações seletivas, em que áreas concentradoras de favelas e com alto índice de pobreza estariam submetidas a um padrão de operações bem mais violento do que nos bairros nobres da capital estadual.

Não foram poucas as declarações polêmicas publicadas na imprensa, formuladas por autoridades de segurança, e também alvo de críticas, reforçando a seletividade da ação policial. Em contrapartida, a própria autoridade destacou a atuação da imprensa como caracterizada pelo mesmo processo seletivo. E o secretário Nacional de Segurança Pública, Ricardo Brisolla Balestreri, em entrevista ao Jornal do Brasil, em 20 de julho de 2008¹, afirmou que a política de enfrentamento utilizada pelo Rio está errada e fez duras críticas ao comportamento da classe média, principal público de jornais cariocas, e que também adotaria um comportamento seletivo em suas reações aos casos de violência, aplaudindo o que ele qualificou como eliminação dos pobres e se insurgindo contra a Polícia quando os atingidos estão em seu grupo social.

Em 1997, o jornalista Caco Barcelos já denunciava tanto as autoridades de segurança quanto os profissionais de Imprensa por adotarem critérios de seleção baseados nas classes sociais. Ao comentar a política de segurança pública adotada pelo governo Marcello Alencar nos bairros da Zona Sul carioca, afirmou: “Está superpoliciado ali, em prejuízo do policiamento onde está a maioria da população da Zona Norte. A imprensa também se comporta dessa forma, ela não gosta de cruzar o túnel Rebouças”². O antropólogo Hermano

¹ Ver reprodução da reportagem no Anexo.

² BARCELOS, Caco. 1977. *Apud* MORETZSOHN, Silvia. *O Caso Tim Lopes: o mito da mídia cidadã*. In: *Discursos Sediciosos* n° 12. Rio de Janeiro: Revan/ICC, 2002, p. 269-294.

Viana, no manifesto “Central da Periferia”, de 2007, também afirma que governos e mídia não sabem se comunicar com a “outra” população, “que passa a ser invisível para as estatísticas oficiais, a não ser para anunciar catástrofes”³.

Na verdade, as redações dos jornais hoje são elitizadas. A maioria dos jornalistas vem da classe média, principalmente depois que se regulamentou a exigência de diploma universitário para o exercício da profissão, na década de 70 do século passado⁴. A partir daí, e seguindo uma tendência editorial de privilegiar exclusivamente os interesses individualizados de seu leitor – a maioria moradora de bairros da Zona Sul carioca, no caso do jornal O Globo, ou pertencente à classe média – tem-se a construção de visões de mundo fragmentadas, conceitos estereotipados e indiferença aos problemas e práticas vivenciados diariamente pelos grupos sociais menos favorecidos. Estes grupos são os “outros”, excluídos por um critério técnico de seleção da notícia, já mencionado acima, que não reconhece os espaços populares como dignos e favorece cada vez mais o individualismo, a intolerância e a exclusão da ordem social.

OBJETIVO

O objetivo inicial do presente trabalho é comprovar que, apesar dos avanços inegáveis na cobertura de segurança pública pela Imprensa do município do Rio de Janeiro – e isto será apontado mais adiante - a informação mantém-se seletiva e ligada necessariamente a aspectos comerciais dos jornais. Após analisar a produção jornalística, nos casos de reportagens policiais com vítimas da violência, constata-se que os jornalistas continuam exercendo suas funções de forma limitada, altamente dependente das fontes oficiais, numa distância considerável dos fatos, tratados seletivamente, em especial aqueles ocorridos nas áreas em que o poder aquisitivo de sua população é baixo e a presença do Estado só é realidade em incursões policiais.

Silvia Ramos e Anabela Paiva atestam que a mídia tem desempenhado papel cada vez mais importante no debate público, agendando políticas públicas e fiscalizando as ações policiais. Elas apontam, no entanto, uma série de falhas dos profissionais, inclusive a seleção dos assuntos a partir de critérios questionáveis, e alertam para o “papel decisivo que os meios

³ VIANNA, Hermano. A periferia hoje é central. In: RAMOS, Silvia e PAIVA, Anabela. *Mídia e Violência*. Rio de Janeiro: Luperj, 2007. 191p. p. 87-88.

⁴ Recentemente, o Supremo Tribunal Federal aboliu a obrigatoriedade do diploma para o exercício da profissão de jornalista. A decisão causou polêmica e já tramitam no Senado e na Câmara Federal projetos para alterar a Constituição e retomar tal obrigatoriedade.

de comunicação podem desempenhar na construção de uma nova consciência social sobre o que sejam os direitos humanos”⁵.

Ramos e Paiva defendem a promoção do que chamam de consistente debate público sobre a questão. E aprofundar a questão da seletividade da notícia, tomando como ponto de discussão a forma como o jornalismo trata de direitos humanos e os critérios adotados por quem realmente decide o que pode ou não ser veiculado, é fundamental para uma maior conscientização destes profissionais que, muitas vezes, compõem o que Silvia Moretzsohn classificou como nova categorização da imprensa: “o jornalismo distraído, que não repara no que produz”⁶. E esta é uma tentativa de colaborar para tal debate.

Especificamente, buscamos as possíveis causas e conseqüências potenciais de tal seleção e hierarquização da notícia e seus critérios editoriais, em especial a criminalização da pobreza. Isso tanto em relação à influência que a imprensa pode exercer sobre as ações das autoridades de segurança pública quanto na questão da conscientização da população e a necessidade de se criar mecanismos que possam reduzir tais desigualdades, incentivando a adoção de práticas jornalísticas que favoreçam a construção da cidadania plena e a valorização dos direitos humanos.

Tal seletividade tem implicações diretas nas ações das autoridades de segurança, muitas vezes pautadas pela mídia, e que se esforçam para apresentar uma resposta imediata à sociedade, dando uma satisfação à opinião pública. Em contrapartida, casos que não são explorados pela imprensa ficam relegados ao segundo plano. Tal tendência é confirmada pelo ex-comandante Geral da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro, no primeiro ano do governo Sérgio Cabral, coronel Ubiratan Ângelo de Oliveira. Segundo o militar, a decisão acerca das ações policiais só era tomada, a cada dia, depois que ele recebia um resumo com as principais notícias dos jornais.⁷

O ponto de partida da pesquisa de campo foi o jornal O Globo, por apresentar perfil voltado para as classes A e B. Tal decisão foi tomada levando-se em conta o objetivo não só confirmar a seletividade das notícias tendo como critério as diferentes classes sociais, mas buscar seus motivos e destacar a importância que a Imprensa tem na formação de opinião e na construção da cidadania e na defesa dos direitos humanos.

⁵ RAMOS, Silvia e PAIVA, Anabela. *Mídia e Violência*. Rio de Janeiro: Iuperj, 2007. 191p. p.7.

⁶ MORETZSOHN, Silvia. Op.Cit. p. 269-294.

⁷ Entrevista concedida em agosto de 2008, na sede do Instituto Universitário de Políticas de Segurança e Ciências Policiais – IUPOL – da Universidade Candido Mendes, em Niterói, presidido pelo ex-comandante da Polícia Militar.

Para isso, acredita-se ser fundamental que as classes A e B – em especial as categorias mais engajadas politicamente e com ingerência junto ao poder constituído - tenham uma maior percepção da realidade social das demais classes, com suas demandas por uma sociedade menos desigual. E tal percepção passa pela formulação de uma Imprensa também mais consciente de seu papel enquanto formadora de opinião, menos seletiva no trato das notícias e mais criteriosa no tratamento editorial adotado diariamente, para que possa despertar tais preocupações em seus leitores.

A adoção, por parte da imprensa, de critérios que levam em conta as classes sociais e localizações geográficas, pode gerar uma interferência na conscientização do leitor em relação à importância da cidadania e dos direitos humanos. Tal prática pode criar uma barreira, fazendo com que ele não se sensibilize com a tragédia do “outro”, não se preocupe em debater o assunto e atuar de forma a integrar a sociedade. Afinal, a violência registrada nas áreas pobres seria enxergada como fato natural, daí as reiteradas manchetes de jornais falando sobre “guerra contra o tráfico”; justifica-se a morte e legitimam-se ações policiais que nada tem a ver com os mais elementares direitos humanos.

ESTRUTURA

A dissertação está estruturada em duas partes, totalizando cinco capítulos, após os quais se apresenta a conclusão. Na primeira parte, “Técnicas e Análises da Produção da Informação”, buscou-se fornecer informações acerca das técnicas jornalísticas utilizadas nos jornais impressos e os estudos sobre os procedimentos adotados pelos profissionais de Imprensa, para que o leitor pudesse dispor de “ferramentas” para uma análise objetiva dos casos que serão apresentados no capítulo 3.

O primeiro capítulo – “As Técnicas Jornalísticas no Meio Impresso” – começa com uma breve apresentação da trajetória da Imprensa desde seu surgimento, mostrando como os procedimentos adotados pelos jornalistas foram sofrendo transformações em função dos avanços tecnológicos. E descreve, ainda, como os jornais impressos buscam um diferencial para manter a atenção de seus leitores, levando-se em conta que, com o advento dos meios de comunicação de massa – rádio, televisão e, mais recentemente, internet – as notícias são veiculadas praticamente em tempo real. A orientação de manuais de redação e livros de técnicas jornalísticas é buscar o aprofundamento dos assuntos que já foram divulgados no dia anterior, num trabalho mais específico de contextualização dos fatos, para que os leitores tenham conhecimento de suas causas e possíveis conseqüências.

Além disso, o primeiro capítulo revela as técnicas utilizadas pelos jornalistas com o intuito de transmitir uma aparente isenção e imparcialidade por parte dos jornais. Mas mostra, por outro lado, como os profissionais da área acabam inserindo suas opiniões e valores pessoais no noticiário, principalmente através da escolha dos fatos a serem veiculados e da edição do material produzido. Inicia-se neste ponto o aprofundamento da seletividade da informação e do tratamento editorial diferenciado, refletindo as desigualdades sociais. Lista-se uma série de critérios para justificar as escolhas dos profissionais. O primeiro capítulo apresenta a questão do planejamento como fundamental em qualquer redação, em função do fator tempo, que limita e, por vezes, prejudica a apuração correta dos fatos a serem transformados em notícia. Na verdade, os veículos de comunicação trabalham em escala industrial e tal situação acarreta conseqüências que serão detalhadas.

No segundo capítulo, “Análises Teóricas do Fazer Jornalístico”, são apresentadas as inúmeras teorias que tentam explicar como funcionam os meios de comunicação e quais as suas conseqüências. Estudos de recepção e análises de discursos foram as primeiras linhas trabalhadas pelos teóricos para tentar entender o processo da comunicação, ainda no final do Século XIX. Mas o assunto foi amplamente debatido ao longo do Século XX. E, a partir da década de 60, novas correntes revelam que o sujeito é fundamental neste entendimento, apresentando a subjetividade como fator relevante. O segundo capítulo apresenta uma série de teorias que tentam explicar o fenômeno, mas centralizará seu foco nas chamadas Teorias do Newsmaking, em que o “fazer jornalístico” aparece, a partir da década de 70, nos principais estudos contemporâneos.

Tais teorias destacam a importância da cultura jornalística, em especial a estrutura dos critérios que irão definir o que é notícia, a ideologia dos profissionais da área, as rotinas e procedimentos utilizados nas redações como tendo papel fundamental no conteúdo final, no produto jornal a ser consumido pelos leitores. E trabalham a questão do “habitus” para mostrar que os jornalistas seguem procedimentos padrões, que acabam sendo cumpridos de forma automática, sem maiores reflexões, pois estão inseridos nas rotinas produtivas do chamado jornalismo em escala industrial, apreendido ainda nos bancos universitários. Tais teorias também abordam questões polêmicas e controversas a respeito de poder, opinião e senso comum.

Após a apresentação das técnicas e teorias que envolvem o “fazer jornalístico”, chega-se à segunda parte da dissertação – “O que o Jornalismo Produz”. A partir daí, entram em cena as pesquisas de campo realizadas, com a apresentação de vários exemplos extraídos dos jornais O Globo, Extra e O Dia. Esta compilação integra o terceiro capítulo – “A Informação

Seletiva”, em que são reveladas as diferentes formas de edição das notícias envolvendo vítimas de violência no período 2007/2008, utilizando-se como critérios a empatia, a localização geográfica e o interesse do leitor.

O capítulo detalha o chamado fenômeno da bala perdida, que teve grande destaque nos jornais em 2007; apresenta inúmeros casos de tratamento diferenciado por parte dos jornais, em que as vítimas pobres, em geral moradoras de áreas carentes, palco de confrontos entre traficantes e policiais, têm suas vidas banalizadas pela violência; e mostra o destaque com que os veículos de comunicação tratam as mortes, por latrocínio, bala perdida e outros crimes, daqueles que estão incluídos nos grupos mais abastados, quase sempre na Zona Sul do município do Rio de Janeiro ou em bairros tradicionais da classe média.

Ainda no capítulo três, são detalhadas as formas como a Imprensa lidou com as grandes incursões da Polícia, em especial no Complexo do Alemão, uma área que engloba mais de 20 favelas na Zona Norte do Rio, palco do que foi noticiado como sendo uma “guerra”, expressão considerada normal e adequada por jornalistas para reproduzir os confrontos entre policiais e bandidos, mas que carrega uma carga considerada perigosa demais por especialistas em segurança ao justificar atos que só seriam aceitos num conflito bélico.

A análise também apresenta as campanhas desencadeadas pelos jornais, em especial O Globo, a partir de fatos violentos marcantes, como a morte do menino João Hélio Vieites, de 6 anos, morto brutalmente em fevereiro de 2007, depois que o carro dirigido por sua mãe foi roubado e ele ficou preso ao cinto de segurança, na parte externa do veículo, sendo arrastado por quilômetros. Acompanhando o clamor e a revolta diante do que chamou de barbárie, o jornal defendeu em suas páginas, através da edição de reportagens aparentemente isentas, a redução da maioria penal e o aumento de penas para casos de latrocínio.

Por fim, o capítulo três trata com destaque especial os fatos que marcaram o último mês da pesquisa que compõe esta dissertação: julho de 2008. Mais uma vez, o tratamento diferenciado dado a vítimas de violência no município do Rio ficou evidenciado na cobertura jornalística de vários casos envolvendo ações equivocadas da Polícia, com a morte de inocentes.

No capítulo quatro, “Conseqüências do Produto Notícia”, o foco principal é a questão da criminalização da pobreza como uma das principais conseqüências do tratamento diferenciado que os jornais dão a vítimas de violência. Mais uma vez, recorre-se às teorias de comunicação para mostrar que, hoje, a Imprensa tanto define os assuntos a serem discutidos na esfera pública quanto tem seu trabalho altamente influenciado pelas autoridades. No caso

da segurança, os veículos de comunicação pautam as ações policiais, definindo os casos que devem ter maior atenção. Desta maneira, o que tem mais destaque nos jornais será encarado com mais rigor pelas forças policiais.

E a conseqüência acaba sendo a consolidação de um senso comum que vê nas áreas conflagradas pela violência um palco natural para mortes de inocentes, sem que haja destaque ou maior rigor na apuração destes casos. Afinal, o pensamento clássico é que se trata de uma “guerra” e as perdas humanas fazem parte do processo. O desprezo pelo dia a dia das comunidades carentes favorece o surgimento de estereótipos que estimulam o discurso penal, com campanhas que visam à penalização do indivíduo, difundem o medo – em especial, das classes mais pobres, num processo histórico que remonta ao início do Século XX. Mais uma vez, o pobre é encarado como um perigo em potencial.

O capítulo cinco – “Jornalismo Seletivo em Tempos de Modernidade” – apresenta-se como uma pré-conclusão, mostrando o pensamento de Zygmunt Bauman e a questão da sociedade moderna cada vez mais individualizada. O cidadão cede lugar ao indivíduo, incapaz de práticas coletivas, fundamentais para se buscar uma sociedade menos desigual e violenta. A atuação da imprensa, neste processo, apresenta-se como exemplo daquilo que Bauman reproduz como sendo a Modernidade Líquida, em que o refúgio humano – os moradores das favelas - é algo perigoso e que precisa ser, senão eliminado, pelo menos mantido à distância. É o mesmo distanciamento que os jornalistas mantêm das vítimas da violência oriundas das classes mais pobres.

Este último capítulo também irá abordar a relação entre a esfera pública e a Imprensa, apresentando os veículos de comunicação como tendo um papel fundamental neste processo de diálogo nas sociedades democráticas. E mostra o pensamento do filósofo Jürgen Habermas, para quem a Imprensa é crucial para a manutenção das discussões e posterior entendimento e consenso entre os indivíduos. O capítulo também irá abordar os conceitos de resistência, de Walter Benjamin, e estudos culturais, para mostrar que outros fatores devem ser levados em consideração quando se busca avaliar o impacto causado pelos meios de comunicação na formação da opinião pública. Afinal, a mídia é parte integrante de um contexto social, que influencia e sofre influências, numa relação dialética de troca que envolve fatores sociais, econômicos, culturais, políticos.

Nas considerações finais, são apresentados os números do Instituto de Verificação de Circulação (IVC), para mostrar que, de fato, os conceitos defendidos por Bauman quanto à individualização se sobrepondo ao coletivo podem ter na atuação da Imprensa carioca um de seus exemplos. Os jornais selecionam as notícias a partir de critérios que levam em conta,

basicamente, a empatia com o seu leitor, estimulando o individualismo e a divisão entre classes, e gerando, como consequência direta, a formação de um senso comum que vê no pobre um potencial de perigo, com a necessária campanha pela ordem e pela lei, através de discursos penais cada vez mais acirrados e excludentes.

Mas a conclusão também busca um enfoque mais crítico, no sentido de que tanto os profissionais de Imprensa quanto especialistas nos assuntos de comunicação e de segurança vêm trabalhando para mudar este quadro limitado. Hoje, a tendência é de autocrítica, através de seminários, discussões e maior diálogo tanto com as forças de segurança quanto com as entidades da sociedade civil organizada que se esforçam para obter um espaço maior na Imprensa.

METODOLOGIA

O desenvolvimento do trabalho teve como ponto de partida a pesquisa bibliográfica, nas áreas de Criminologia, Sociologia e Comunicação Social, para depois se partir para o campo, com a coleta de dados empíricos extraídos de jornais, e entrevistas com profissionais de Imprensa e especialistas em segurança pública. A decisão de utilizar a cobertura dos jornais impressos deve-se à característica física de tais veículos: eles oferecem mais condições – em função do espaço – para que os profissionais possam realizar um trabalho de contextualização, humanização e interpretação de fatos. O mesmo não ocorre em noticiários de rádio e TV, cujas reportagens são mais imediatistas, concisas e superficiais.

A pesquisa limitou-se às edições dos jornais diários O Globo, Extra e O Dia, no período de janeiro de 2007 a julho de 2008 (inclusive). Importante destacar que foi impossível a análise de todas as edições, visto que a Biblioteca Nacional – única a oferecer as coleções (a Biblioteca Pública do Estado do Rio de Janeiro encontrava-se em obras no período em que a pesquisa foi realizada e não foi possível utilizar seu acervo) – não liberou o material completo, por questões estruturais – parte dos jornais estava indisponível por conta do trabalho de microfilmagem ou não havia sido arquivado para utilização do público.

Diante disso, tomou-se o cuidado de trabalhar somente com os casos cujas edições pudessem ser comparadas entre os três jornais ou com a análise editorial de um só jornal, a partir de fatos similares por ele publicados. E, mesmo assim, a pesquisa não foi realizada por amostragem, mas analisou as edições, dia a dia, dos jornais acima mencionados.

O período de análise dos jornais – de janeiro de 2007 a julho de 2008 – foi escolhido por questões exclusivamente técnicas. Sua limitação foi definida a partir da viabilidade dentro

dos prazos especificados para a conclusão do trabalho, já que não haveria disponibilidade de tempo para pesquisa em um volume maior de exemplares, tendo em vista que o estudo abrange três jornais, com circulação diária. A opção pelo marco inicial – janeiro de 2007 – está relacionada à conjuntura sócio-política da época: um novo governo assumia o Estado, anunciando uma política severa de enfrentamento ao crime, num clima de confronto direto com quadrilhas de traficantes, em resposta a ataques feitos por tais grupos a órgãos de segurança.

Em 2007, a Polícia Militar do Rio bateu recorde de mortes por autos de resistência. O Instituto de Segurança Pública, ligado ao Governo do Estado e que apresenta os números oficiais de segurança⁸, divulgou que, no município do Rio, foram 902 mortos, contra 673 de 2006. São os maiores números nos 10 anos em que os índices de violência são publicados pelo governo do Estado. Em 2008, o número total caiu para 686, mas houve uma concentração alta de casos nos primeiros meses do ano. Até o final de abril de 2008, 331 pessoas morreram em confronto com a Polícia - 43 a mais do que o mesmo período de 2007. De janeiro a abril, em média, quatro pessoas foram mortas pela Polícia a cada dia, em todo o Estado. Entre janeiro e junho, foram 472 casos; no segundo semestre, 214.

Em novembro de 2007, o relator especial da Organização das Nações Unidas (ONU) sobre situação de direitos humanos fez duras críticas à política de segurança pública do Estado do Rio. Paulo Sérgio Pinheiro afirmou que a política de enfrentamento é uma vergonha e tem repercussão internacional, prejudicando a imagem do Brasil. Ele acusou o governador Sérgio Cabral de incitar a violência policial. Reportagem publicada por O Globo no dia 21 de novembro afirma que, segundo o relator, “o Brasil é uma democracia que constantemente desrespeita os direitos humanos”.

Relatório divulgado pela Anistia Internacional em maio de 2008 atesta a truculência das operações policiais e o critério de seletividade, onde as vítimas são, em geral, pobres, faveladas e negras. O documento, que engloba mais de 150 países, revela a ocorrência de execuções sumárias nas incursões a favelas do Rio, mencionando especificamente as sucessivas operações no Complexo do Alemão, um conjunto de comunidades na Zona Norte carioca, em junho de 2007. Pelo menos 19 supostos criminosos, um deles com 13 anos, foram mortos naquela ocasião. O relatório da Anistia Internacional fala em 1.260 mortos em todo o Estado do Rio de Janeiro⁹.

⁸ <http://www.isp.rj.gov.br/ResumoAisp.asp>

⁹ <http://www.centrovivo.org/files/centrovivo%20/Brasil.pdf> - Trecho do relatório que menciona o Estado do Rio de Janeiro: “Nos estados, apesar de alguns governadores terem prometido reformas, a maioria das forças

A visibilidade de tais ações junto aos meios de comunicação, os sucessivos casos de pessoas inocentes feridas ou mortas e o interesse despertado em todas as classes sociais em relação à segurança pública justificam a escolha do período para a pesquisa empírica. A violência ocupa, sem dúvida, posição privilegiada nas pautas dos jornais, e o período em questão favorece uma análise de sua conduta. Além disso, a atual cúpula de segurança pública ganha, freqüentemente, as manchetes dos jornais com declarações polêmicas e que reforçam o senso comum e os estereótipos negativos das classes menos favorecidas.

“Isso é uma fábrica de marginais”, afirmou o governador Sérgio Cabral, em matéria publicada em O Globo do dia 25 de outubro de 2007, referindo-se às altas taxas de natalidade na favela da Rocinha, ao defender a legalização do aborto. “Um tiro em Copacabana é uma coisa, um tiro na Coréia, no Alemão, é outra”, disse, dias antes, numa entrevista ao vivo à Rádio CBN, o secretário de Segurança Pública, José Mariano Beltrame, tentando explicar que se referia às diferentes densidades demográficas ao ser acusado de estar discriminando as áreas pobres. A declaração acabou gerando matéria publicada no jornal O Globo no dia 24 de outubro, um dia antes da reportagem sobre a declaração do governador.

“A PM é o melhor inseticida social” foi outra frase polêmica, desta vez proferida pelo comandante do 1º Comando de Policiamento de Área (CPA) da Polícia Militar, tenente-

policiais estaduais continuou a adotar métodos violentos, discriminatórios e corruptos no combate e na repressão ao crime nas comunidades carentes, com escassa supervisão ou controle. Em nenhum outro lugar isso foi tão evidente quanto no Rio de Janeiro, onde as promessas de reforma foram abandonadas e o governador passou a adotar uma postura pública cada vez mais draconiana e belicosa nas questões de segurança. A política de realizar operações policiais militarizadas de grande escala foi intensificada à custa de centenas de vidas. Segundo dados oficiais, a polícia matou ao menos 1.260 pessoas no estado em 2007 - o maior número até agora. Todas as mortes foram classificadas como "resistência seguida de morte" e tiveram pouca ou nenhuma investigação séria. Houve dezenas de mortes e uma enorme quantidade de feridos durante as operações policiais realizadas no Complexo do Alemão - um aglomerado de 21 comunidades socialmente excluídas, na zona norte do Rio de Janeiro, onde vivem mais de 100 mil pessoas - e na vizinha Vila da Penha. Milhares de pessoas tiveram de enfrentar o fechamento de escolas e de postos de saúde, bem como cortes no fornecimento de água e de energia elétrica. Durante as operações, houve denúncias de execuções extrajudiciais, espancamentos, vandalismo e roubo cometidos por policiais. Membros da comunidade disseram que um veículo blindado da polícia (o caveirão) era usado como uma unidade móvel dentro da qual os policiais aplicavam choques elétricos e praticavam espancamentos. A ação repressiva culminou com uma "mega-operação", realizada no final de junho, envolvendo 1.350 policiais civis e militares e membros da Força Nacional, a força de elite do governo federal. A polícia matou ao menos 19 supostos criminosos, um deles com 13 anos de idade, e dezenas de transeuntes foram feridos. Foram apreendidas 13 armas e uma quantidade de drogas. Ninguém foi preso. A Comissão de Direitos Humanos da Ordem dos Advogados do Brasil, Seção do Rio de Janeiro, e a Secretaria Especial de Direitos Humanos do governo federal declararam que investigações independentes dos relatórios forenses oficiais apontaram fortes indícios da ocorrência de execuções sumárias. O relator especial da ONU sobre execuções sumárias, arbitrárias ou extrajudiciais, que visitou o Rio de Janeiro em novembro, criticou a falta de investigações oficiais sobre os assassinatos e concluiu que a operação teve motivação política. Em outubro, uma operação da Polícia Civil na favela da Coréia, em Senador Camará, zona oeste do Rio, deixou 12 mortos: um menino de quatro anos, que teria sido atingido por fogo cruzado, um policial e 10 "suspeitos", um deles de 14 anos. Imagens aéreas exibidas pela televisão em rede nacional mostraram dois homens tentando fugir do local enquanto eram alvo de tiros disparados de um helicóptero que os seguiu até serem mortos”.

coronel Marcus Jardim, em entrevista a jornalistas após uma operação no Complexo do Alemão que deixou nove “suspeitos” mortos. A declaração está na matéria publicada por O Globo em sua edição de 17 de abril de 2008. O mesmo militar, em matéria de O Globo de 7 de fevereiro do mesmo ano, já havia causado polêmica, ao afirmar que “Baile funk em favela é reunião de vagabundo”.

O projeto de pesquisa desta dissertação foi iniciado e concluído justamente neste período – 2007/2008 - o que possibilitou a constatação de que havia número de ocorrências envolvendo vítimas fatais e destaque dado à cobertura de segurança pública suficientes para a análise da atuação da Imprensa nos casos de violência. Além disso, a coleta de dados e acompanhamento de casos pôde ser realizada, em alguns episódios, de imediato, o que também facilitou o processo de catalogar as notícias, ainda que tenha sido fundamental a consulta ao acervo da Biblioteca Nacional.

Os mesmos motivos motivaram a delimitação final para julho de 2008 – a proximidade da entrega do projeto e a constatação de que o número de ocorrências já permitia uma análise do comportamento da Imprensa, principalmente porque tal mês registrou uma sucessão infeliz de incidentes com vítimas fatais em casos de imperícia de policiais militares, balas perdidas e latrocínios¹⁰.

A escolha dos jornais O Globo, Extra e O Dia ocorre devido aos seguintes fatores: O Globo é o jornal de maior circulação junto às classes A e B, no Grande Rio. Sua média mensal de venda (em bancas e assinaturas) em 2007 foi de 280.329, e de 266.179 nos quatro primeiros meses de 2008; enquanto seu concorrente direto nas classes A e B (Jornal do Brasil) teve média de 100.021 em 2007 e de 92.263 no início de 2008. O mesmo ocorre com o jornal Extra, líder de vendas nas classes C, D e E, com circulação média de 273.560 em 2007 e 329.713 nos primeiros quatro meses de 2008. Seu concorrente, O Dia, teve média mensal de 111.669 em 2007 e de 105.473 no mesmo período de 2008.

Por outro lado, o jornal O Dia – ainda que venha realizando nos últimos anos uma série de mudanças gráficas e de conteúdo – tradicionalmente ocupa parte considerável de suas edições ao noticiário voltado para segurança pública, tendo lançado o primeiro blog sobre o tema. Em 2004, ao lado de O Globo, foi o jornal que mais veiculou reportagens sobre violência em pesquisa realizada pelo Centro de Estudos sobre Segurança e Cidadania (Cesec) da Universidade Candido Mendes¹¹. Juntos, os três veículos têm uma abrangência

¹⁰ Ver capítulo 3 desta dissertação.

¹¹ <http://www.ucamcesec.com.br/arquivos/publicacoes/boletim10.pdf>

considerável de leitores no Rio, respondendo por mais de 80% da circulação paga dos quatro principais jornais da capital. Os dados são do Instituto Verificador de Circulação (IVC)¹².

¹² www.circulacao.org.br

Parte I:

Técnicas e Análises da Produção da Informação

Cap.1 AS TÉCNICAS JORNALÍSTICAS NO MEIO IMPRESSO

Os primeiros jornais surgiram em burgos alemães, na primeira década do Século XVII, com um discurso marcado pela retórica, com textos opinativos e que buscavam, essencialmente, convencer as pessoas a aceitar determinadas idéias como sendo a mais pura expressão da verdade. A chamada imprensa informativa, que privilegia os fatos, ganha força somente no Século XIX, quando surgem as primeiras técnicas até hoje adotadas nos impressos: separação entre as notícias, a adoção de títulos e divisão de páginas em colunas. A opinião perde espaço e, além do noticiário, aparece a publicidade.

A origem da entrevista como um gênero jornalístico também surge no Século XIX. Mário Erbolato¹³ narra dois episódios que podem ser considerados marcos para a implantação das técnicas de apuração e redação jornalísticas. Em 1833, o editor do New York Sun, Benjamin H. Day, decide mudar a linha editorial do jornal, reduzindo notícias sobre política e administração e abrindo mais destaque para matérias com conteúdo humano, como crônicas policiais, que até então traziam apenas as versões oficiais sobre os fatos.

Três anos depois, desta vez no New York Herald, o repórter James Gordon Bennet resolve ir além dos registros policiais e realiza aquela que seria considerada a primeira entrevista jornalística. Ele faz perguntas a Rosina Townsend, proprietária de um prostíbulo na cidade, palco de um assassinato. O novo estilo de jornalismo emplaca nas páginas do periódico e, graças ao trabalho do repórter, a Polícia chega à conclusão de que a pessoa até então apontada como criminosa era inocente.

A partir daí, as técnicas para o texto jornalístico e edição de periódicos começaram a se aprimorar, assim como os conteúdos das matérias – passa-se da emoção à prestação de serviços. Nilson Lage¹⁴ explica que a confecção dos textos caminhou em direção a uma busca de metodologia mais formal, que se apresentasse mais isenta. Em decorrência, surgem, no

¹³ ERBOLATO, Mario. *Técnicas de Codificação em Jornalismo*. 5.ed. São Paulo: Ática, 2006. 256p.

¹⁴ LAGE, Nilson. *Estrutura da Notícia*. 6.ed. São Paulo: Ática, 2006. 78p.

início do Século XX, nos Estados Unidos, os primeiros cursos universitários de jornalismo, com o estabelecimento de regras e técnicas direcionadas para a área.

No Brasil, a trajetória da Imprensa não foi muito diferente. O primeiro jornal – Gazeta do Rio de Janeiro – data de 1808. Durante décadas, os textos traziam uma estrutura narrativa, linguagem rebuscada, palavras em desuso e excesso de adjetivos. As primeiras reformas, acompanhando as mudanças efetivadas nos Estados Unidos, começam na década de 50 do Século XX, quando por aqui também surgem os cursos superiores para a formação do jornalista e a introdução das técnicas de redação, com linguagem mais popular, simples e direta.

O “lead” – primeiro parágrafo do texto jornalístico – passa a vigorar, obrigatoriamente, nas redações, com características bem definidas: deveria trazer um resumo do fato, de forma direta e simples, respondendo basicamente a seis perguntas sobre os acontecimentos: O que? Quem? Quando? Como? Onde? Por quê? A partir daí, o texto jornalístico deveria se desenvolver, apresentando os acontecimentos em ordem decrescente de importância – do fato mais expressivo até os detalhes dispensáveis. Esta técnica foi chamada de “pirâmide invertida” e ainda vigora como uma das opções para o texto jornalístico.

Tal técnica visava atender a duas necessidades: fornecer a informação de forma rápida ao leitor e garantir que a matéria apresentasse os dados mais importantes após a diagramação das páginas do jornal. Numa época em que não existiam computadores e muito menos programas de edição de textos, o layout do jornal era feito manualmente e era muito comum que as matérias “estourassem”, ou seja, ficavam grandes demais para o espaço a elas destinado nas páginas. Para resolver o problema, tinham que ser cortadas nas oficinas de impressão, por pessoas que não trabalhavam na redação e que, portanto, não tinham conhecimento das regras de jornalismo. Para evitar que informações importantes fossem retiradas dos textos, que eram “cortados pelo pé”, o “lead” era a solução ideal.

Nilson Lage lembra que esta técnica jornalística difere-se da simples narração; na verdade, temos uma exposição de acontecimentos, por ordem de importância ou interesse que nada mais é do que a antiga tradição oral de relatar fatos. “Os eventos estarão ordenados (...) por importância, na perspectiva de quem conta e, sobretudo, na suposta perspectiva de quem ouve”¹⁵, acrescentando que se torna fundamental a adoção de um vocabulário e gramática coloquiais, limitados ao que se considera socialmente adequado e correto.

¹⁵ Ibid, p.22

Atualmente, a “pirâmide invertida” ainda é usual, mas deixou de ser regra obrigatória nos jornais impressos. E as mudanças, mais uma vez, acompanharam a evolução tecnológica. Não existe mais o risco do chamado “empastelamento” do jornal, com o corte aleatório dos textos e a supressão de informações importantes. O fechamento das edições ocorre na redação, através de sofisticados programas de edição, e, na maioria das vezes, conta com a participação do repórter que escreveu o texto. Caso haja necessidade de redução da matéria, o próprio autor ou o editor da página se encarrega de “enxugá-la”, não necessariamente pelo “pé” da mesma.

O jornalista Luiz Costa Pereira Junior¹⁶ explica que, atualmente, a “pirâmide invertida” deve ser usada em assuntos específicos, para os quais ela ainda é a melhor opção: notícias de última hora, sobre as quais não se têm muitas informações; notícias de resultados, em que os efeitos são conhecidos; e notas breves. Isso porque tal técnica é capaz de suportar mais informações num espaço reduzido, é a mais adequada à urgência do relato oral, e a melhor opção, mais direta e objetiva, quando se pretende divulgar um fato sobre o qual não há muitos detalhes.

Foi também na década de 50 que surgiram os primeiros manuais de redação – os stylebooks. Nilson Lage conta que eles traziam normas e procedimentos técnicos para a construção do texto jornalístico, adaptados de modelos estrangeiros, em especial da imprensa americana, que deveriam ser generalizados entre os repórteres, redatores e editores, apresentando critérios para utilização de palavras estrangeiras, grafia de nomes, uso de maiúsculas, numerais e outras questões ortográficas. Os primeiros manuais foram editados pelos jornais “Diário Carioca” e “Tribuna da Imprensa”, segundo informa Luiz Garcia na apresentação do Manual de Redação e Estilo de O Globo¹⁷.

Hoje, os manuais de redação são verdadeiros compêndios de jornalismo, trazendo não apenas as normas de padronização e ortografias, mas aprofundando questões técnicas, éticas e de edição. Os manuais oferecem “aulas” para que o repórter saiba a melhor forma de atuação na coleta dos dados, e orientam na construção do texto jornalístico, desde sua formatação gramatical até os critérios de hierarquização dos fatos – quais dados e critérios devem ser considerados mais importantes na hora de se escrever a matéria. E fornecem listas com nomes, instituições, cargos e informações cruciais para a apuração de qualquer acontecimento.

¹⁶ PEREIRA JUNIOR, Luiz Costa. *A Apuração da Notícia: Métodos de Investigação na Imprensa*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006. 171p.

¹⁷ GARCIA, Luiz. *Manual de Redação e Estilo de O Globo*. 28 ed. Rio de Janeiro: Globo, 2001. 246p.

Em linhas gerais, todos os manuais defendem que o texto noticioso deve apresentar todas as hipóteses sobre determinado fato, explicando ao leitor os detalhes que ele precisa conhecer a fim de ter um entendimento do assunto. E o repórter deve sempre partir do pressuposto de que o leitor não tem conhecimento de determinado fato. Palavras como exatidão, clareza e concisão são obrigatórias nestes compêndios, pois eles pregam regras que têm a finalidade de facilitar a leitura das notícias. As técnicas são apresentadas como fundamentais para que o jornal seja um mecanismo prazeroso de informação, sem fazer com que o leitor perca tempo ou interesse. Daí a necessidade de que os textos sejam diretos e objetivos, dentro do que se convencionou chamar de jornalismo dinâmico e de fácil leitura.

As máximas fixadas por Paul Grice, para serem adotadas em qualquer conversação, são apresentadas nos livros e manuais de técnicas do texto jornalístico como equivalentes à linguagem a ser veiculada nos jornais. São elas:

“Máxima da quantidade: faça sua contribuição tão informativa quanto necessária (para os propósitos reais da troca de informação); não faça sua contribuição mais informativa do que o necessário. Máxima de qualidade: tente fazer sua contribuição verdadeira – não diga o que acredita ser falso, não diga algo de que você não tem adequada evidência. Máxima da relação: seja relevante. Máxima da maneira: seja claro – evite obscuridade de expressão, evite a ambigüidade, seja breve e ordenado”¹⁸.

1.1 AS NOVAS TÉCNICAS JORNALÍSTICAS

Com o advento do rádio, da televisão e, mais recentemente, da internet, as informações são difundidas mundialmente em tempo real e a imprensa escrita não tem como competir com tais veículos no critério de velocidade da veiculação. Hoje, mais uma vez submetidos às mudanças velozes da tecnologia, os jornais diários impressos buscam um diferencial para atrair os leitores que o sistema de “pirâmide invertida” não atende mais. As chamadas notícias factuais ganham novos contornos, com mais conteúdo, para oferecer mais informações do que as já divulgadas pelos programas de rádio e televisão e nos sites jornalísticos.

As novas regras do que se considera o “bom jornalismo” prevêm que os textos para jornal impresso sejam mais aprofundados, ou seja, devem trazer os antecedentes e as conseqüências – ainda que em forma de previsão – do fato. O acontecimento também precisa

¹⁸ GRICE, Paul, 1975 apud LAGE, Nilson. *Teoria e Técnica do Texto Jornalístico*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005. 188p. p.84.

estar devidamente contextualizado, para que o leitor obtenha informações suficientes que lhe permita interpretar os dados e tirar suas conclusões. E mais: em alguns casos, estas interpretações já vêm prontas, pois as repercussões cada vez mais exigirão a opinião de especialistas no assunto. São estas, em linhas gerais, as determinações contidas nos manuais de redação e livros técnicos sobre jornalismo moderno.

Cada vez mais, espera-se que os jornais impressos tragam não apenas notícias factuais, mas se esforcem para apresentar reportagens ao leitor. Muniz Sodré¹⁹ apresenta a reportagem como um gênero jornalístico, também pautado por regras objetivas, com a predominância da forma narrativa, ainda que seu “lead” deva chamar a atenção do leitor, mostrando o ângulo mais importante a ser explorado (o chamado “gancho” ou foco da matéria) e conquistá-lo para a leitura do texto.

A reportagem deve humanizar mais o relato, revelar personagens envolvidos no fato, colher seus depoimentos e opiniões, ainda que apresentando os fatos com objetividade, através de frases curtas, palavras concretas e afirmativas, num estilo direto típico das notícias. Mas deve ir além, ampliando a cobertura de um acontecimento, assunto ou personalidade, sem a brevidade da notícia, comum nos demais veículos de informação. A reportagem deve detalhar e contextualizar o que já foi anunciado no rádio, na televisão e na internet, mesmo que sua apresentação seja predominantemente informativa.

Erbolato explica que a multiplicação dos meios de comunicação, fenômeno do Século XX, fez surgir a era do jornalismo interpretativo, analítico, avaliador. Para manter a fidelidade do público, o jornal impresso precisa recuperar a informação, investindo na capacidade de aprofundamento do assunto a ser abordado. Ele também aborda a importância da contextualização da notícia, destacando que não existem fatos isolados; e a interpretação, através de análises ou comentários das notícias, feitos por especialistas, ajuda o leitor a compreender melhor o significado daquilo que lê.

O jornalista Ricardo Noblat reforça a necessidade de que as reportagens veiculadas em jornal impresso procurem uma forma de antecipar os fatos que ainda estão por vir, em vez de simplesmente expor aquilo que já foi noticiado nos veículos em tempo real. Em relação ao “lead”, ele faz críticas severas: “O “lead” é inimigo do prazer que a leitura de um texto pode proporcionar. Porque inibe a imaginação e a criatividade dos jornalistas. E estimula a

¹⁹ SODRÉ, Muniz. *Técnica de Reportagem – Notas sobre a narrativa jornalística*. 6 ed. São Paulo: Summus, 1986. 141 p.

preguiça”²⁰. E justifica explicando que a pior forma de se iniciar uma matéria é com informações velhas (no caso, já veiculadas em rádio, TV ou internet).

Noblat frisa que a busca de matérias exclusivas deve ser o principal objetivo dos profissionais de jornais impressos, principalmente aquelas que interfiram no dia-a-dia das pessoas, como saúde, educação, políticas públicas. “Importa o fato destinado a produzir mudanças na vida das pessoas”,²¹ explica. Para ele, o jornal impresso tem a obrigação de revelar ao leitor o que está por trás da notícia, relacionando fatos, aprofundando as informações, destacando aquilo que irá afetar a vida das pessoas e dando coerência aos acontecimentos que possam, aparentemente, não fazer sentido.

1.2 A TEORIA DO ESPELHO REFLETIDA NO TEXTO JORNALÍSTICO

A construção de um texto jornalístico exige técnica. O repórter deve adotar uma série de regras para garantir que a notícia a ser veiculada no jornal chegue ao leitor, no dia seguinte, de forma tal que não haja margem para questionamentos sobre sua veracidade, neutralidade ou objetividade. O importante é fazer com que as pessoas acreditem naquilo que estão lendo. O que está em jogo é a credibilidade do veículo informativo; sua conquista - ou manutenção - está ligada, diretamente, ao conteúdo discursivo que é apresentado como sendo o reflexo do fato exposto.

Em pouco mais de dois séculos da chamada imprensa industrial, mantém-se em voga conceitos da mais antiga teoria a respeito da comunicação – a Teoria do Espelho, segundo a qual as notícias traduzem, com exatidão, a realidade dos fatos. Ela surgiu em meados do Século XIX, quando o jornalismo começou a se mostrar mais ligado à informação, e menos opinativo. E culminou no início do Século XX, nos Estados Unidos, com o aparecimento das técnicas que nortearam a profissão, sempre em busca de uma qualificação de neutralidade e objetividade.

A Teoria do Espelho apresenta o jornalista como um simples observador dos fatos, que por ele serão expostos no texto jornalístico de forma isenta, imparcial, sem interferências pessoais ou opiniões. Sobre a informação não cabem comentários opinativos ou expressões mais exaltadas. O texto deve ser direto, neutro, com um mínimo de adjetivos – em seu lugar, devem constar dados -, sempre na terceira pessoa, a fim de dar a impressão de que não há ingerências do jornalista – o próprio fato estaria se revelando ao leitor, de forma precisa e com

²⁰ NOBLAT, Ricardo. *A arte de fazer um jornal diário*. 5 ed. São Paulo: Contexto, 2004. 174p. p.99.

²¹ *Ibid*, p. 30.

total imparcialidade. Daí a necessidade de se abrir, obrigatoriamente, espaço para todas as versões do mesmo acontecimento. Honestidade e equilíbrio devem pautar a atuação do jornalista; esta é a regra que se quer, de forma subjetiva, que o leitor entenda.

Pereira Junior elenca uma série de procedimentos que ilustram o que ele chama de “objetividade mecânica” no jornalismo: tratamento isento das fontes, apresentando opiniões contrárias e possibilidades de conflito; ‘voz imparcial’, ou seja, atribuir os fatos sempre a alguém, nunca ao próprio autor da reportagem, para não correr o risco de expor a sua subjetividade; impessoalidade nos textos e anonimato; privilegiar o sistema de “pirâmide invertida”, que é um relato puramente informativo, sem opinião ou margem para qualquer tipo de sentimento ou parcialidades. Mais uma vez, trabalha-se com a objetividade discursiva, vive-se numa “era de aspas”, em que as citações diretas – reprodução das palavras de um entrevistado – dão credibilidade, identifica as responsabilidades pelas alegações e, como destaca o autor, supõem renúncia à voz do jornalista²².

Para Marilena Chauí, tais procedimentos acabaram por fazer com que os fatos sejam substituídos por declarações formuladas por pessoas – ou personalidades – autorizadas. E, em sua visão, estas pessoas não transmitem informações, mas suas preferências pessoais, suas opiniões. A autora vai trabalhar também com noções de credibilidade, plausibilidade e confiabilidade. E cita Christopher Lash, no livro *A Cultura do Narcisismo*, que afirma: “os ‘mass media’ tornaram irrelevantes as categorias de verdade e falsidade” e que (...) “para que algo seja aceito como real, basta que apareça como crível ou plausível, ou como oferecido por alguém confiável”²³. E Chauí reforça suas críticas, acusando os meios de comunicação de transformarem os acontecimentos, sejam eles quais forem, em entretenimento, dando como exemplo a cobertura jornalística da Guerra do Golfo, em 1991.

Nelson Traquina afirma que a Teoria do Espelho apresenta o jornalista como um comunicador desinteressado, que sempre procura a verdade. E, se até hoje preserva seus conceitos através das técnicas implantadas a partir delas, é porque, segundo o autor, garante a legitimidade e a credibilidade da categoria. Os jornalistas seriam imparciais a partir do momento em que respeitam tais técnicas, relatando os fatos apenas como mediadores. “A ideologia jornalística defende uma relação epistemológica com a realidade que impede quaisquer transgressões de uma fronteira indubitável entre realidade e ficção”, explica²⁴.

²² PEREIRA JUNIOR, Luiz Costa. Op.cit. p.111.

²³ LASH, Christopher, 1983. *Apud* CHAUI, Marilena. *Simulacro e poder – Uma análise da mídia*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2006. 142p.

²⁴ TRAQUINA, Nelson. *Teorias do Jornalismo volume 1*. 2 ed. Florianópolis: Insular, 2005. 224p. p. 149.

Pereira Júnior fala em “técnicas-retrato”, utilizadas para anular os vestígios da presença particular do jornalista e do veículo no produto, ou seja, a notícia. Para ele, as técnicas funcionam também para proteção dos profissionais de comunicação: “Evitam o risco de justificar suas escolhas e responder a especulações e desconfianças sobre seu trabalho. (...) A primazia técnica se instaura, vira álibi profissional, e o jornalismo passa a ser valorizado como disciplina operativa, a serviço de um fazer, um ‘como funciona’”, explica²⁵.

O texto jornalístico é peça-chave de uma cadeia produtiva de informações que terá início na seleção e apuração do fato a ser transformado em notícia e concluirá na edição do material noticioso – o próprio texto e seus complementos, como fotos, infográficos, ilustrações. E ele é estratégico por ser a única parte do processo em que a objetividade e a neutralidade ganham contornos de realidade através de mecanismos – ou técnicas – cuidadosamente adotados com a finalidade precípua de evidenciá-las.

As técnicas adotadas no meio jornalístico para a criação do texto farão com que exista uma aparência de distanciamento entre o repórter e o fato; o objetivo é levar o leitor a acreditar que o repórter é um simples observador que irá expor os acontecimentos, de forma absolutamente imparcial. Nas outras etapas da produção da notícia - na seleção, apuração e na edição - não há como forjar tal neutralidade, ainda que fique mais difícil para o leitor detectar, a partir do produto final – o jornal impresso - , o que acontece na prática: a notícia ali publicada nada mais é do que o recorte de uma realidade. “O jornal só é capaz de publicar, quando muito, versões sobre o fato noticiado”, afirma Luís Henrique Marques²⁶.

Nilton Hernandes observa que a objetividade é um dos recursos jornalísticos para driblar a construção de uma realidade inerente ao processo de fabricar notícias. Ele explica que a realidade acaba filtrada a partir de um sistema de valores do jornal que não tem interesse em aparecer ou se revelar como um ator social atuante. A empresa jornalística se esforça, justamente, para obter o resultado inverso: construir um discurso que, para o leitor, espelha – mais uma vez, volta-se à Teoria do Espelho – a mera reprodução do acontecimento transformado em notícia, como se não existisse a interferência do jornalista e da própria empresa²⁷.

“Se, na prática, a objetividade não existe, a indústria busca pelo menos fazer parecer que exista. Essa objetividade aparente será ritualizada, tornada simulacro, um pacto de leitura que produz um efeito do real, porque esconde o arbitrário das escolhas que lhe dão origem,

²⁵ PEREIRA JUNIOR, Luiz Costa. Op. Cit., p.15.

²⁶ MARQUES, Luís Henrique. *Teoria e Prática de Redação para Jornalismo Impresso*. Bauru-SP: Edusc, 2003. 104p. p. 86.

²⁷ HERNANDES, Nilton. *A Mídia e seus Truques*. São Paulo: Contexto, 2006. 278p. p.30.

tenta dar conta de uma expectativa de objetividade construída pela relação entre veículo e público”, afirma Pereira Junior²⁸, ao defender que o jornalista não deve ser apenas testemunha do que o leitor não pôde ter acesso. “É um processador das camadas verificáveis da realidade”, afirma, defendendo que, no jornalismo, construir sentido é reduzir incertezas, já que a realidade não pode ser informada por inteiro, exigindo uma seleção de fatos que sejam organizados para fazer sentido²⁹.

Hoje em dia, no entanto, os próprios jornais admitem que a objetividade em jornalismo não existe. O Manual da Redação da Folha de São Paulo, por exemplo, admite textualmente que, “ao redigir um texto e editá-lo, o jornalista toma uma série de decisões que são em larga medida subjetivas, influenciadas por suas posições pessoais, hábitos e emoções”³⁰. Ao mesmo tempo, lembra que o profissional que ali trabalha tem a obrigação ser tentar ser o mais objetivo possível, buscando distanciamento e frieza.

O Manual de O Globo apresenta, em linhas gerais, as mesmas orientações. Admite que a isenção absoluta é impossível, mas alerta que os jornalistas devem tentar, sempre, ser absolutamente isentos. Também reconhece que a linha editorial – conceituada como sendo um conjunto de convicções que o jornal defende em seus editoriais - tem influência no tratamento dispensado às notícias, ainda que não deva se acomodar a tal orientação. Mas prega que a inevitável “tendenciosidade” deve ser praticada de forma clara, nítida, para que seu leitor sempre conheça sua posição³¹.

Evidentemente, não é apenas uma pessoa que produz a informação. Pereira Júnior salienta que, no ciclo de produção da notícia, deve-se levar em conta a interferências de pessoas, do próprio veículo de comunicação, das regras impostas pela rotina de trabalho e interesses corporativos. “Há hierarquias, filtros, barganhas, hábitos incorporados, improvisos forçados pela pressão do fechamento, interstícios da organização, que tornam a informação resultado de uma manufatura, uma manipulação em cadeia nem sempre condicionada por apenas um agente produtivo”, explica³².

Clovis de Barros Filho afirma que a representação do jornal impresso como um “espelho” da realidade não pode ser vista como válida. E faz uma espécie de ajuste na metáfora apresentada pela teoria, ao afirmar que, na verdade, trabalha-se com um espelho mágico, “que reflete a realidade de acordo com as distorções, fragmentações e representações

²⁸ PEREIRA JUNIOR, Luiz Costa. Op.Cit., p.56.

²⁹ Ibid., p. 71.

³⁰ Folha de São Paulo. *Manual de Redação*, São Paulo: Publifolha, 2001. 391p. p.45.

³¹ GARCIA, Luiz. Op.Cit., p 112.

³² PEREIRA JUNIOR, Luiz Costa. Op. Cit., p.14.

utilizadas”³³. Para o autor, a realidade social deve ser encarada como um elemento construído, jamais dado, cujas estruturas estão baseadas em formas consideradas legítimas de conhecimento, interpretação e ação no mundo.

1.3 JORNALISMO EM ESCALA INDUSTRIAL

O planejamento é palavra-chave em qualquer redação, acompanhando uma tendência mundial, em todos os setores da economia. Os jornais vendem produtos, fabricados em escala industrial, e atuam de forma absolutamente empresarial. Nilson Lage diz que os jornalistas “são trabalhadores de uma indústria de prestação de serviços que opera com bens simbólicos”.³⁴ A profissão, segundo o autor, tem como meta processar informação em escala industrial e para consumo imediato. E ele trabalha com teorias ligadas à gestão empresarial para explicar o funcionamento daqueles que atuam na redação de um jornal impresso.

Segundo o autor, o Taylorismo, baseado na especialização dos trabalhadores por etapas de produção, já foi substituído pelo Toiotismo, no qual um mesmo profissional acaba encarregado de exercer várias atividades. Assim funcionam as redações. Esta substituição no sistema de trabalho foi concretizada no final do século XX, com a informatização das redações. Até então, o jornal-empresa oriundo dos Estados Unidos adotava a divisão do trabalho em que o “gate keeping”, ou seja, a decisão sobre quais notícias seriam veiculadas, era atribuição exclusiva dos editores, que atuavam de acordo com leis de mercado ou segundo as pressões de grupos políticos e/ou econômicos. Aos repórteres exigia-se somente que apurassem e processassem as informações, dentro dos padrões técnicos previstos, sem maiores envolvimento.

Com as novas tecnologias, o jornal-empresa vai sentir a necessidade de reformular os procedimentos e hierarquias nas redações, para tornar seu produto mais comercial, mais vendável, atendendo a toda uma logística empresarial que tem, por princípio fundamental, a necessidade de cumprir prazos e horários de fechamento. Mas tais tecnologias não representaram, na rotina de trabalho, melhores condições para o exercício da profissão. O que se vê, hoje, são redações enxutas e profissionais sobrecarregados. Muitas vezes, um repórter recebe a incumbência de apurar e redigir três ou quatro matérias num só dia, numa produção em série que acaba pecando pela apuração incompleta ou por textos sem criatividade ou conteúdo.

³³ BARROS FILHO, Clóvis de. *O habitus na Comunicação*. São Paulo: Paulus, 2003. 246p. p.181.

³⁴ LAGE, Nilson. *Linguagem Jornalística*. 8 ed. São Paulo: Ática, 2006. 94p. p 8.

Neste contexto, os profissionais das redações sabem que, para o mercado, a rapidez na transmissão da informação é peça-chave para determinar a qualidade de um veículo de comunicação. Sylvia Moretzsohn lembra que a imprensa se consolidou como atividade industrial, “num contexto marcado pela percepção da aceleração do tempo, maximizado agora, na pós-modernidade, pela ‘sociedade em rede’”³⁵. E, diante das condições de trabalho a que são submetidos os jornalistas, cada vez mais eles atuam para “fabricar” notícias de forma eficiente, “de modo a economizar tempo e cumprir suas tarefas cotidianas no prazo”³⁶. Tais exigências os fazem, segundo Moretzsohn, “pensar automatizado, perfeitamente coerente com o objetivo de alimentar o sistema”³⁷.

Esta obrigatoriedade de escrever sistematicamente foi taxada de constrangimento à individualidade do profissional de imprensa, por Umberto Eco, nos anos 80. Para o autor, mais grave do que as interferências políticas e econômicas e o controle exercido sobre os veículos de comunicação, são “as determinações técnicas e sociológicas da mídia”. Ele explica: “Quando alguém deve escrever diariamente tantas notícias quantas permite o espaço disponível, de modo que sejam legíveis por um público de gosto, classe social e instrução diferentes, (...) a liberdade de quem escreve já terminou”³⁸.

Pereira Junior alerta que, com a modernização dos procedimentos, o profissional não ganhou mais tempo para produzir reportagens. Ao contrário, as redações constantemente são atingidas por cortes de gastos e prazos de fechamento implacáveis, motivados pelas vantagens competitivas trazidas justamente pelas novas tecnologias³⁹. Segundo Sidnei Basile, o nível de produtividade chega ao ponto de que a capacidade de distribuição dos jornais é mais importante do que o conteúdo ali veiculado. A regra nas redações é a de que pouco importa uma edição finalizada com todo cuidado e zelo, com informações detalhadamente checadas e confirmadas, se o jornal não chegará às mãos dos leitores em tempo hábil⁴⁰.

Os horários industriais, estabelecidos para que os leitores assinantes recebam seus exemplares bem cedo em casa, mudaram as rotinas nas redações. Isso faz com que o repórter não disponha de infra-estrutura para a produção de conteúdo. O jornalista “sofre as tentações

³⁵ MORETZSOHN, Sylvia. *Jornalismo em tempo real – O fetiche da velocidade*. Rio de Janeiro: Revan, 2002. 192p. p.13.

³⁶ Ibid. p.74.

³⁷ Ibid, p. 166.

³⁸ ECO, Umberto, 1984. *Apud PEREIRA JUNIOR, Luiz Costa. Guia para a Edição Jornalística*. Petrópolis: Vozes, 2006. 198p. p.28.

³⁹ PEREIRA JUNIOR, Luiz Costa. *A Apuração da Notícia – Métodos de Investigação na Imprensa*. Petrópolis: Vozes, 2006. 171p , p 134.

⁴⁰ BASILE, Silvio. 2006. Prefácio. In: PEREIRA JUNIOR, Luiz Costa. *Guia para a Edição Jornalística*. Petrópolis: Vozes, 2006. 198p. p.28.

da era da internet, com o acesso fácil a dados sem que se faça investigação, e das assessorias de imprensa, que mastigam informações para redações despovoadas e sobrecarregadas, em ofertas fast-food”, explica Pereira Junior⁴¹.

Dentro deste contexto, cabe ao jornalista superar as adversidades, adequar-se aos padrões hierárquicos e de produção previamente determinados para que o produto jornal chegue às ruas com a qualidade exigida pelo leitor. E, ainda, deve estar preparado para agir em condições favoráveis cada vez que uma notícia se revelar, a qualquer momento; as redações devem estar prontas para reagir aos acontecimentos imprevisíveis. E para obter êxito, principalmente nestes momentos, o planejamento é crucial e se apresenta de formas específicas na empresa jornal, para cumprir, ainda, outro papel: ser uma ferramenta eficaz para o processo de seleção daquilo que será considerado notícia.

Cada edição de um jornal impresso é planejada com antecedência, dentro de critérios previamente estabelecidos, e numa rotina de trabalho que atinge a todos. Ainda que, hoje, o profissional jornalista acabe cumprindo várias tarefas no processo de confecção da notícia, há uma hierarquia altamente definida nas redações, com divisão de equipes por editorias – setores responsáveis pela cobertura e divulgação de fatos ligados a determinadas áreas, como educação, economia, política, cultura, etc. Cada editoria tem sua própria hierarquia, com funções determinadas - são células de um núcleo maior, a chefia de redação, ao qual estão submetidas. Esta chefia é composta por um diretor geral e editores executivos, que costumam trabalhar em salas com paredes de vidro, em pontos estrategicamente posicionados na redação, mais conhecidos como “aquário”.

Para planejar cada edição, estrutura-se uma pauta; muitas vezes, cada editoria cria sua própria pauta. Trata-se da listagem dos acontecimentos que, em princípio, poderão receber cobertura jornalística naquele dia. A pauta surge de reuniões realizadas sistematicamente na própria redação e também a partir de sugestões externas, tanto de assessorias de imprensa quanto de outras fontes, como instituições, associações de moradores e outras entidades representativas da sociedade civil, além de outros veículos de comunicação. É comum que os jornais se pautem a partir de matérias veiculadas em outros canais ou jornais, até para repercussão de noticiários.

Nilson Lage explica que, em veículos diários, o planejamento da edição através das pautas apresenta inúmeras vantagens do ponto de vista da administração e gestão de meios. Trabalhar com previsibilidade permite que as equipes façam o trabalho de pesquisa sobre

⁴¹ PEREIRA JUNIOR, Luiz Costa. Op.Cit.p 75.

determinado assunto com antecedência, capacitando o repórter para ampliar a cobertura de um fato, aumentando os recursos para a criação de um infográfico ou ilustração. Além disso, reduz esforços de produção que, por falta de tempo, acabam sendo desnecessários, como se investir em matérias que não irão despertar tanto interesse.

O autor atenta, ainda, para o fato de que a pauta tem outras finalidades: assegura que determinado assunto seja focado pelo repórter sob o ângulo de maior interesse do jornal, seja ele empresarial ou político. Isso porque a pauta, além de ser a listagem dos assuntos a serem tratados pelos repórteres ao longo do dia, também apresenta indicações logísticas e técnicas de como o jornalista irá proceder: a dimensão pretendida na matéria, os recursos disponíveis, se haverá fotos ou outras ilustrações, sugestões de pessoas a serem entrevistadas. Cada repórter recebe sua pauta ao sair para apurar um acontecimento, e nela estão todas as especificações determinadas pelas chefias de reportagem⁴².

Em muitos casos, evidentemente, a pauta pode “cair” (estava errada, o que era previsto não acontece ou sua apuração é inviável por inúmeros motivos) ou mudar de foco, diante de fatos inesperados. De qualquer forma, é uma espécie de controle que as chefias têm em relação ao trabalho que será desempenhado pelo repórter. O Manual de O Globo, por exemplo, ensina que a pauta é uma ordem de serviço, mas também uma proposta, um ponto de partida, e deve ser concluída com um toque de iniciativa do repórter. Lage complementa explicando que o êxito de uma pauta depende, essencialmente, de quem a executa, ou seja, do repórter, que deve ter imaginação e sensibilidade para buscar novos ângulos do assunto⁴³.

Na verdade, as fontes de informação que dão origem às pautas são diversas. Nilson Lage elenca algumas: notícias publicadas em rádio, jornal e internet; releases e informações liberadas por assessorias de imprensa; dados que chegam ao conhecimento do repórter em seu trabalho rotineiro e matérias realizadas em outras praças e que podem ser adaptadas para a área local. Na verdade, quando está apurando uma matéria, o repórter pode acabar descobrindo outros dados, que irão originar uma nova reportagem. Daí a importância de que o planejamento caminhe sempre de mãos dadas com o imprevisto. “Muitas reportagens resultam da observação de fatos que geralmente passam despercebidos”, explica Lage⁴⁴.

⁴² LAGE, Nilson. *Teoria e Técnica de Entrevista e Pesquisa Jornalística*. 6 ed. Rio de Janeiro: Record, 2006. 188p.

⁴³ *Ibid.*, p. 35

⁴⁴ *Ibid.*, p. 45

1.4 CRITÉRIOS DE SELEÇÃO – O QUE É NOTÍCIA

Eugenio Bucci afirma que o jornalismo consiste em publicar o que os outros querem esconder, mas que o cidadão tem direito de saber. A notícia, para ele, seria toda informação capaz de afetar as expectativas de cada pessoa em relação ao mundo, tanto quando se discute o futuro, quanto o passado. “É uma novidade que tem o poder de alterar o arranjo dos fatos, dos poderes ou das idéias em algum nível. A notícia incide, portanto, sobre as relações humanas – ela é socialmente notícia. Ou não é”⁴⁵.

Outros conceitos, apresentados por Stanley Johnson e Julian Harris, e elencados por Erbolato, simplificam mais o assunto: “Notícia é o relato de um fato que interessa aos leitores; é tudo quanto os leitores querem conhecer sobre um fato; qualquer coisa que muitas pessoas queiram ler é notícia”⁴⁶. A questão está em trabalhar tais idéias de forma a explicar todo um processo de produção destas notícias, com suas possíveis interferências, desde a escolha dos acontecimentos até a edição do jornal que irá chegar às mãos do leitor, no dia seguinte ao fato ocorrido. Afinal, trabalha-se com uma construção da realidade. Alfredo Vizeu entende a notícia como uma “representação social da realidade cotidiana, um bem público, produzido institucionalmente, (...) que possibilita o acesso das pessoas ao mundo dos fatos”⁴⁷. E isso se dá através da sujeição às práticas jornalísticas.

O próprio Eugenio Bucci admite que a verdade dos fatos é sempre uma versão destes mesmos fatos. E que “a objetividade perfeita nunca é mais do que uma tentativa bem intencionada”⁴⁸. A verdade é sempre provisória, precária. Assim, para conquistar a credibilidade, a imprensa necessita de transparência em suas ações para tentar reduzir as incertezas provocadas por limitações que, segundo Bucci, seriam congênicas. “A melhor objetividade no jornalismo é uma justa, transparente e equilibrada apresentação da intersubjetividade”, defende⁴⁹.

Nilson Lage explica que a informação tornou-se tão abundante que se torna obrigatório selecionar os acontecimentos que poderão ser transformados em notícia. E, para tal intento, segundo o autor, é fundamental o entendimento de que “a notícia restringe-se ao anúncio e à cobertura de fatos que não ultrapassam o interesse do grupo de leitores a que se

⁴⁵ BUCCI, Eugênio. *Sobre Ética e Imprensa*. 2 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. 249p. p.42.

⁴⁶ ERBOLATO, Mário. Op.Cit.p.53.

⁴⁷ VIZEU, Alfredo. *O newsmaking e o trabalho de campo*. In: LAGO, Claudia e BENETTI, Marcia. *Metodologia de Pesquisa em Jornalismo*. 2 ed. Petrópolis: Vozes, 2008. 286p. p.223.

⁴⁸ BUCCI, Eugênio. Op.Cit. p.51.

⁴⁹ *Ibid.*, p.92.

destina a publicação”⁵⁰. Esta seria a diretriz básica que deve nortear a conduta dos jornalistas numa redação. O profissional da imprensa precisa hierarquizar os fatos – esta é uma das regras do Manual de Redação de O Globo – e saber exatamente quais despertam o interesse do seu leitor.

A questão da seleção daquilo que será considerado notícia vai além da relação estreita de consumo, no caso, consumo por informação, a ser oferecida pelos jornais. Pereira Junior alerta que a seleção dos fatos determina a forma como uma realidade será apresentada ao leitor. Querer descrever tais fatos, segundo ele, não passa de uma tentativa de representação, não de transcrição, já que há muitas ingerências e intromissões entre o acontecimento em si e o público leitor. “O singelo ato de noticiar é, de antemão, uma forma de propor um mundo entre aspas, alterado antes mesmo da intenção deliberada de distorcer”, defende⁵¹.

Para Pereira Junior, “o trabalho jornalístico é o de apresentar a versão pertinente. Os fatos serão mais sólidos quanto mais implicados estiverem numa cadeia mais ampla, coesa e interdependente de eventos”, justifica⁵². A produção destas notícias resulta no que ele chama de triagens e exclusões deliberadas em todas as fases do trabalho jornalístico. E estas fases vão desde a escolha dos acontecimentos a serem alvo de apuração dos dados que as compõem, passando pela produção da matéria – ou confecção do texto jornalístico – até chegar à edição de todo o material, ou ao fechamento das páginas de cada editoria. “Quando jornalistas falam em realidade, fatos ou acontecimentos, estão, na prática, falando de construção, de reprodução simbólica. Estamos num território em que a certeza dos resultados deixa de ser concreta”⁵³, explica.

Nilton Hernandes também trabalha a questão da triagem dos acontecimentos, explicando tratar-se de uma tarefa que cabe aos jornais, responsáveis por, em sua opinião, contar grandes histórias que possam repercutir na vida dos leitores. Para o autor, o jornalista será sempre um mediador, reportando os acontecimentos do mundo para o seu público; ele “transforma fragmentos da realidade em notícia”,⁵⁴ optando por determinado “gancho” – foco ou abordagem - como forma de hierarquizar as informações.

Tal processo irá produzir realidades distintas, filtradas, que são resultados de um processo que tem três fases: a escolha daquilo que é considerado relevante, a remontagem de pontos específicos, necessários para formar uma sensação de realidade e verdade; e a exclusão

⁵⁰ LAGE, Nilson. *Estrutura da Notícia*. 6 ed. São Paulo: Ática, 2006. 78p. p.60.

⁵¹ PEREIRA JUNIOR, Luiz Costa. Op. Cit., p.26.

⁵² Ibid., p. 30.

⁵³ Ibid., p. 33.

⁵⁴ HERNANDES, Nilton. Op.Cit. p.23.

de tudo aquilo que puder desconstruir a situação retratada. Hernandez explica que a notícia é a construção de uma determinada realidade, sempre a partir de uma visão de mundo, uma ideologia, com o intuito de persuadir o público. “Sempre há um ato de pinçagem/remontagem/esquecimento para gerar um texto”, opina⁵⁵.

E a seleção dos fatos, segundo Mário Erbolato, é a principal tarefa do jornalista: saber o que deve publicar. A notícia, para o autor, deve ser escolhida levando-se em conta o maior interesse que desperta – este é um dos critérios mais utilizados. Em geral, a regra básica é verificar qual a classe dos leitores de cada jornal para que se selecionem as informações a serem veiculadas. Neste sentido, cada linha editorial poderá vir a exigir determinado tipo de conduta neste processo de seleção.

Além disso, as notícias variam no tempo. Erbolato lembra que um acontecimento que ontem foi importante pode perder seu impacto no dia seguinte. E lista uma série de situações que podem ser aplicadas na seleção dos fatos: proximidade, marco geográfico, impacto, proeminência, aventura, conflito, humor, conseqüências, raridade, sexo e idade, interesse pessoal, interesse humano, rivalidade, utilidade, política editorial do jornal, oportunidade, dinheiro, expectativas, originalidade, descobertas e invenções⁵⁶.

Em geral, os jornais impressos adotam critérios considerados universais para a escolha dos acontecimentos que serão reproduzidos em forma de matérias em suas páginas. Serão vistos como mais importantes aqueles que sejam inéditos, ou seja, não tenham ainda sido divulgados. Neste caso, privilegia-se o ineditismo. A notícia menos provável também será considerada relevante – a improbabilidade é um critério geral, assim como o interesse que determinada notícia possa despertar nas pessoas, levando-se em conta o fato de que irá afetá-las diretamente. Quanto maior o número de pessoas atingidas por um acontecimento, maior também será o interesse em publicá-lo.

Neste sentido, o interesse caminha bem próximo de outro critério importante: a empatia, ou seja, a identificação do leitor com determinada situação exposta na matéria ou com o personagem nela mencionado. Nilton Hernandez encara tal critério como estratégico nas posições comerciais dos jornais, que se apresentariam como uma espécie de tábua de salvação, oferecendo uma cumplicidade ímpar com o leitor. “Busca-se arregimentar o público pelo que poderíamos chamar de vínculo social”, explica⁵⁷. Os textos valorizam experiências

⁵⁵ HERNANDES, Nilton. Op. Cit., p.27.

⁵⁶ ERBOLATO, Mário. Op. Cit., p.60.

⁵⁷ HERNANDES, Nilton. Op.Cit, p.64.

humanas, que emocionem, e criem uma identidade entre leitor e personagem. Desta forma, garante-se uma fidelização do cliente (leitor) com o produto (jornal).

O autor menciona um artigo publicado na Folha de São Paulo, em que Vinicius Torres Freire confirma que a empatia depende de o leitor reconhecer como seu o espaço destinado ao personagem na notícia construída pelo jornal. Ele exemplifica, em relação aos leitores da Folha, especificamente, que a empatia é muito maior com um episódio num shopping center nos Estados Unidos do que com uma catástrofe num bairro favelado de São Paulo, onde funciona a sede do jornal. “É para quem se parece conosco, vive como a gente, ou quase sempre quem vive em lugares que têm poderes e haveres bastantes para fazerem suas histórias terríveis serem midiáticas”⁵⁸, afirma.

Nilton Hernandes alerta que, neste contexto, o uso ideológico da humanização também se reflete na empatia do leitor, mostrando que uma reportagem editada com destaque sobre a morte por homicídio de uma criança tem mais efeito sobre o público do que uma matéria baseada em estudos revelando que milhares de crianças morrem a cada ano no Nordeste do Brasil em consequência da fome. Com estas, não há qualquer identificação. “O jornal maneja a curiosidade, guia a percepção do público no sentido do que deve ou não ser valorizado, direciona as expectativas, mostra pontos de maior ou menor interesse nos níveis sensível, inteligível e passional”, diz ele⁵⁹.

Mas, ainda que não tenha uma força tão grande quanto a empatia, a proximidade geográfica também tem papel relevante na determinação daquilo que é considerado notícia nos jornais – quanto mais perto do leitor ocorrer o fato, maior será o interesse e a importância de noticiá-lo. Por fim, o impacto que a notícia irá causar nas pessoas também é levado em consideração. Além destes, fatos que envolvem pessoas famosas ou que fogem à rotina também costumam receber tratamento editorial diferenciado.

O Manual de Redação de O Globo destaca dois critérios – interesse e impacto – como decisivos no tratamento dado à notícia. No primeiro caso, orienta o repórter a detalhar o texto jornalístico, com explicações amplas e exemplos numerosos sempre que a notícia afetar profundamente o dia-a-dia do leitor. Chega ao extremo de determinar que o profissional tenha maior cuidado com a exatidão das informações nestes casos, como se tal zelo não fosse tão importante nas demais situações. Mais adiante, trabalha a questão do impacto da notícia, explicando que o enfoque a ser dado depende deste critério, avaliado segundo o número de pessoas afetadas pelo acontecimento. E exemplifica:

⁵⁸ TORRES FREIRE, Vinicius. *Horror, horror, mídia e política*. Apud HERNANDES, Nilton. Op. Cit., p.64/65.

⁵⁹ Ibid., pg. 83.

“Se um anônimo morre num choque de carros, e o acidente provoca cinco horas de engarrafamento na Avenida Brasil, a notícia mais importante é o problema no trânsito. Pode não ser agradável reconhecê-lo, mas, em geral, a tragédia de um importa menos que o desconforto de mil”⁶⁰.

Ricardo Noblat adverte que notícia relevante não é apenas a que reúne características excepcionais; e, ao contrário, nem toda notícia com tais características é fato relevante. Para ele, todas as situações que despertem interesse público devem ser encaradas como notícia, ainda que, na prática, acabe sendo tudo que os jornalistas escolhem para oferecer ao público⁶¹. Em todas as conceituações, a escolha do jornalista acaba exercendo papel predominante, ainda que sofrendo uma série de interferências.

E isso fica bem claro nos manuais de redação. O Globo afirma que a atividade jornalística tem critérios éticos próprios e que cabe à categoria escolher suas regras específicas de conduta, não se admitindo – em tese - quaisquer ingerências externas, sob pena de se configurar censura. De fato, Eugênio Bucci trata da questão sob o ponto de vista ético e confirma que “os jornalistas se recusam a prestar contas a quem quer que seja (...) e que a arrogância jornalística não é outra coisa senão a afirmação de uma auto-suficiência ética”⁶².

Bucci lembra, no entanto, que não passa de engodo a independência editorial, regra defendida sistematicamente pelas maiores empresas de comunicação do País e mecanismo de defesa dos jornalistas ao não admitirem a existência de formas de manipulação da notícia. Em vez de as redações terem autonomia para investigar, apurar os fatos e transformá-los em notícias, que serão veiculadas em suas edições, o que acontece, na prática, é a obrigatoriedade de levar em conta os interesses dos anunciantes, dos órgãos governamentais e de outros agentes sociais que têm influência junto aos proprietários das empresas jornalísticas.

Desta forma, ainda que se pretenda informar o público, os veículos acabam desinformando, através de forças externas e internas. Mas, na maioria das vezes, os profissionais da redação apresentam um repertório de justificativas técnicas que seriam inerentes da atividade para explicar suas escolhas e encobrir tais ingerências.

1.5. A EDIÇÃO

A edição de um jornal é a última etapa do processo de informação – é quando acontece o fechamento das páginas, dentro de cada editoria, utilizando-se todo o material produzido

⁶⁰ GARCIA, Luiz. Op.Cit. p.22.

⁶¹ NOBLAT, Ricardo. Op. Cit., p. 31.

⁶² BUCCI, Eugênio. Op. Cit., p. 39.

durante o dia pelas respectivas equipes de reportagem. Também se costuma dizer que é o momento em que se formata a comunicação, num procedimento que envolve uma divisão de trabalho com diferentes mãos-de-obra – repórteres, fotógrafos, diagramadores – e matérias-primas também diversificadas – textos, fotos, infográficos (informação jornalística em linguagem gráfica, notícia visual), ilustrações, montagens gráficas.

Como a notícia é efêmera, extremamente perecível, o fator tempo terá importância fundamental neste processo. Afinal, o produto jornal precisa chegar ao consumidor no prazo previsto para que possa ter utilidade, o que justifica as características organizacionais de indústria nas redações. Trata-se de uma linha de produção, literalmente, de notícias. E, como alerta Pereira Junior, quanto mais um acontecimento se desenrolar num período de tempo próximo ao fechamento da edição, maiores são as chances de que haja erros, falhas e de que o fato seja mal veiculado.

Em geral, os responsáveis por cada editoria – editores – se reúnem no final do dia, com os editores executivos, para discutir as reportagens finalizadas e a forma como elas deverão ser aproveitadas, editadas, paginadas no jornal. Pereira Junior explica que a edição, por isso mesmo, significa simplesmente valorizar a informação, dar peso à notícia, hierarquizar os fatos. Ele destaca que, diante da necessidade de que os veículos impressos tenham conteúdo diferenciado dos outros veículos, torna-se prioritária a implantação de uma nova organização nas redações.

Isso porque os jornais impressos, cada vez mais, precisam partir para a conscientização de que é mais produtivo compreender e oferecer ao leitor aquilo que é realmente importante, do que simplesmente “publicar tudo”, no padrão “pirâmide invertida”, numa concorrência inócua e sem o menor sentido com rádio, TV e internet⁶³. Esta regra também é defendida por Ricardo Noblat: “Mais valem cinco boas histórias por dia – inéditas, bem apuradas e bem escritas – do que centenas de notícias reunidas às pressas e sem maiores critérios”⁶⁴. E o editor terá em mãos diferentes instrumentos para concretizar esta tarefa de chamar a atenção do leitor para os fatos que julgar mais importantes, valorizando o jornalismo de explicação e antecipação.

Nilton Hernandes vai além ao defender a existência de uma espécie de contrato entre o leitor e o jornal, para que este já apresente os assuntos abordados na edição de forma hierarquizada, por ordem de importância. E tal hierarquização deve estar bem delimitada, bem evidenciada, através de recursos gráficos, para um reconhecimento imediato, por parte do

⁶³ PEREIRA JUNIOR, Luiz Costa. *Guia para a Edição Jornalística*. Petrópolis: Vozes, 2006. 198p.

⁶⁴ NOBLAT, Ricardo. Op. Cit., p. 152.

leitor, para que ele não tenha o trabalho de buscar aquilo que mais lhe interesse. A administração dos espaços nas páginas deve cumprir este objetivo.⁶⁵

Pereira Junior afirma que não há fechamento isento, ao explicar que o editor pode direcionar a forma como o leitor irá assimilar a informação, através de recursos técnicos como um título ou a abertura de uma matéria. Ele se refere ao chamado “gancho” do texto, ou seja, o fato considerado mais importante, que será mais destacado, o foco principal da matéria. Mais do que isso, o editor dispõe de recursos técnicos para valorizar determinado acontecimento ou noticiá-lo de forma a não causar impactos ou repercussões.

A utilização ou não de fotos, por exemplo, é fundamental no processo de escolha daquilo que será valorizado. Afinal, um bom texto jornalístico pode perder grande parte de seu peso se for diagramado num canto de página, ocupando apenas uma coluna (um jornal divide o espaço de sua página em seis colunas de igual tamanho). Em contrapartida, se a decisão for destacar um assunto pouco relevante, a forma mais corriqueira é recorrer às imagens – fotos, ilustrações ou infográficos, estes últimos os recursos mais usuais atualmente quando se pretende chamar a atenção do leitor e evidenciar a importância de um fato.

Sylvia Moretzsohn alerta que uma notícia não pode ser analisada sem que se leve em conta a maneira como ela foi editada – sua apresentação visual será fundamental. Isso porque, através das técnicas de redação, o jornalista consegue construir um texto considerado objetivo, pressuposto da profissão; e será na edição deste texto, na relação entre o texto e a imagem, que se apresentam as práticas discursivas mais subjetivas, capazes de revelar a verdadeira produção de sentido que se pretende passar ao leitor⁶⁶.

Nos jornais impressos, este processo de hierarquização da notícia vai sempre levar em conta a linha editorial do veículo. Na edição, será definido o espaço e o lugar que a informação irá ocupar. Um texto noticioso receberá o tratamento editorial de acordo com a importância de seu conteúdo – poderá ser a matéria que irá abrir uma página ímpar (tradicionalmente considerada um lugar nobre dos jornais impressos), poderá ocupar página inteira ou meia página, com número x de fotos e de textos complementares (em linguagem jornalística, são as retrancas ou coordenadas) ou ser resumido de forma a transformar-se numa nota, na lateral de uma coluna, espremido entre anúncios, sem qualquer destaque. Neste processo de edição, o planejamento gráfico torna-se elemento fundamental.

⁶⁵ HERNANDES, Nilton. Op.Cit. p.190.

⁶⁶ MORETZSOHN, Sylvia. Op. Cit., p.83.

1.5.1 – PLANEJAMENTO GRÁFICO

Nesta nova tendência do jornalismo interpretativo, os jornais impressos se vêm também na necessidade de implantar uma mudança no layout de suas páginas, justamente para que o trabalho mais elaborado da edição possa contribuir para organizar melhor o conteúdo das notícias. Neste sentido, a diagramação das páginas tem a tarefa adicional de destacar mais a informação, abrindo espaço para que ela seja aprofundada. Uma matéria considerada importante, por exemplo, pelo jornal, será paginada de forma mais cuidadosa, mais elaborada.

Mas Nilson Lage alerta que os profissionais da redação, responsáveis diretos pela edição e fechamento das páginas, não são artistas, mas “trabalhadores de uma indústria”, encarregados de sustentar um padrão de qualidade do “conjunto jornal”, que precisa ser bem escrito e com um layout bem projetado para o consumo imediato e rápido. O Manual do Globo é enfático em relação a tal fato: “jornais são lidos depressa e superficialmente, o que transforma sutileza e complexidade em defeitos”⁶⁷. E aí entra em jogo a necessidade de “seduzir” o leitor – torná-lo cativo, fazer com que ele se interesse em ler o texto até o final.

Nesta missão, a apresentação gráfica das páginas do jornal é decisiva e os profissionais de redação sabem disso. O Manual de O Globo, por exemplo, evidencia que a extensão do texto e o destaque gráfico a ele reservado serão proporcionais à importância dada pelo jornal a determinados assuntos. Ou seja: para chamar a atenção do leitor para as informações consideradas importantes, entra em cena o planejamento gráfico, o layout, termos técnicos que vêm substituir a antiga diagramação da década de 50.

Nilson Lage explica que as fotos, imagens e estilos gráficos são os primeiros tópicos jornalísticos percebidos pelo leitor. O planejamento gráfico, diz ele, é o primeiro fator de atração, pela variedade, e de reconhecimento, pela uniformidade de estilo. Tal planejamento irá evidenciar e valorizar o conteúdo do texto. “A linguagem jornalística compreende não apenas o enunciado lingüístico, mas também as expressões que o envolvem, do projeto gráfico de uma publicação às estratégias cenográficas e sons envolventes”⁶⁸.

Nesta linha, os títulos das matérias são cuidadosamente pensados para atrair o leitor, com a utilização de técnicas como frases curtas, verbos de ação, sempre no presente, que em muito se assemelham às regras adotadas em Publicidade. Pereira Junior afirma que os “títulos

⁶⁷ GARCIA, Luiz. Op.Cit., p.27.

⁶⁸ LAGE, Nilson. Op. Cit., p.5.

são informações que gritam”⁶⁹, enunciados relâmpagos e uma marca de identidade, que tem a função de induzir o leitor a determinada compreensão do relato. O título, segundo ele, dirige o entendimento do público sobre a notícia. “Supõe o direcionamento do que é importante; delimita, antes da matéria ser lida, qual posição a ser tomada diante da questão”⁷⁰, e isso traz implicações ideológicas e éticas. Além do mais, traduzem um esforço empresarial na tentativa de transmitir a informação instantaneamente, levando-se em conta que há séria possibilidade de que o texto, ainda que em pirâmide invertida, não seja lido até o final.

Nilton Hernandes atribui ao layout uma importância fundamental no que ele chama de gerenciamento do nível de atenção, que são as regras aplicadas pelos jornais para atrair o leitor para determinados assuntos, e mais, para focos específicos de uma determinada notícia. Segundo ele, os jornais construíram mecanismos que revelam ao leitor o que é importante, e que merece mais atenção; seriam técnicas, meios de guiar a percepção das pessoas, direcionando suas expectativas, naquilo que Armand e Mattelart conceituam como “produção de estados mentais”.

“No jornalismo, a relação entre autor e leitor não é de mera transmissão de informações. Comunicar, em todas as suas formas, não é apenas um meio inocente de transmissão de saberes, mas, como afirma José Luiz Fiorin, é principalmente a ação do homem sobre outros homens, criadora de relações intersubjetivas que geram e mantêm crenças que se revertem ou não em determinados atos”⁷¹.

O autor lembra que a organização dos espaços nas páginas do jornal é fundamental para exercer a manipulação do leitor em relação a determinado assunto. O maior destaque dado a uma matéria, com sua edição no alto de página, com fotos ou outras ilustrações, e textos complementares, evidencia o valor que tal acontecimento tem para o jornal. Todos os conteúdos apresentados na parte superior da página têm maior importância, assim como a disposição das fotos, o número de colunas dedicado ao texto e sua extensão.

“A diagramação está informando, por meio da administração de espaço da página, o que é mais relevante e tem maior valor como informação”, informa Hernandes⁷². E a máxima valorização de determinado assunto se dá quando ele aparece na primeira página do jornal. “O valor de uma unidade noticiosa é proporcional ao espaço a ela concedido”, resume⁷³.

Mais do que isso, o jornal tem a capacidade de, através do layout de suas páginas, influenciar o leitor a tirar determinadas conclusões que nem sempre estão de acordo com a

⁶⁹ PEREIRA JUNIOR, Luiz Costa. Op. Cit.p.143.

⁷⁰ Ibid. p. 145.

⁷¹ HERNANDES, Nilton. Op.Cit. p.17.

⁷² Ibid. p. 190.

⁷³ Ibid., pg. 191.

realidade dos fatos. Pereira Junior afirma que diagramar é tomar posição, e exemplifica: “A escolha de uma foto, um ângulo ou uma pose, sentenciam um personagem; e posso esvaziar um acontecimento pela posição dele na página, pelo número de linhas ou decependo-lhe uma imagem ou gráfico”⁷⁴. Segundo ele, estudos já comprovaram que o diagramador tem o poder de atrair o leitor para o texto que lhe convier.

Além de organizar o material jornalístico de forma a ajustar a identidade visual com a qual o jornal se apresenta, a padronização das páginas vem carregada de significados; a disposição dos elementos – textos, fotos, ilustrações, títulos – nunca é aleatória, segundo Pereira Junior, porque eles formam um conjunto, um enunciado criado para interferir na percepção do leitor, ainda que a intenção seja um aparente desinteresse em qualquer tipo de influência. A defesa seria, mais uma vez, o discurso técnico em relação às práticas adotadas na diagramação, como se elas existissem exclusivamente para facilitar a leitura do jornal, com a organização espacial da informação adequada a uma melhor forma de captação da notícia.

Hoje, com as novas tecnologias, os editores e diagramadores trabalham muito em sistema de templates – páginas desenhadas antes mesmo de uma reportagem ser escrita. Pereira Junior explica que a pré-diagramação antecipa ao repórter o tamanho do texto, define a dimensão e número de fotos, num julgamento prévio da importância que determinado assunto tem para o jornal. Facilita-se, assim, o planejamento da edição e o maior controle dos textos noticiosos. Em muitos casos, a história já vem pré-moldada antes mesmo de ser contada.

E as possíveis conseqüências que os conteúdos informativos e opinativos produzidos pelos veículos de comunicação - num universo altamente influenciado por diferentes fatores - provocam em cada cidadão, a força com que tais veículos interferem na formação da opinião pública de toda a sociedade, vêm sendo discutidas ao longo das últimas décadas, por estudiosos, ávidos por conseguir mensurar o impacto que os chamados “mass media” têm sobre as pessoas. No próximo capítulo, serão apresentadas algumas teorias que procuram entender e apresentar o fenômeno Comunicação. Tais estudos e análises também puderam acompanhar, ao longo das décadas, as novas tendências na área, tendo em vista os avanços da tecnologia. A seguir, serão destacadas aquelas que aprofundam mais as pesquisas sobre o meio “jornal”, que é o objeto do presente estudo.

⁷⁴ PEREIRA JUNIOR, Luiz Costa. Op. Cit., p.30.

Cap.2 ANÁLISES TEÓRICAS DO FAZER JORNALÍSTICO

Buscar um entendimento acerca dos meios de comunicação – como eles funcionam e que conseqüências provocam – faz parte da agenda teórica desde o Século XIX, quando o jornal impresso começou a ser mais difundido entre a população das cidades. Foi no Século XX, no entanto, com o advento dos grandes veículos de comunicação de massa – rádio e televisão - que tal preocupação tomou forma, com o surgimento de conceitos como cultura de massa e indústria cultural.

São várias as teorias mundialmente difundidas e até hoje estudadas, como a Escola de Frankfurt e sua teoria crítica da sociedade que, em linhas gerais, vê nos meios de comunicação um instrumento de dominação utilizado pelo capitalismo para exploração do homem; a Teoria Funcionalista, herdeira do Positivismo, que busca medir o alcance dos meios de comunicação junto ao público, sua influência e seu poder de mobilização; e a Escola Sociológica européia, com destaque para o pensamento de Umberto Eco, que apresentava, de certa forma, um meio termo entre as duas primeiras correntes, uma posição também crítica, mas que tinha uma visão mais positiva em relação aos veículos de comunicação de massa, considerando-os possíveis instrumentos para informar e educar as pessoas. Outros estudos também compõem o vasto leque discutido nos meios acadêmicos, com o objetivo de entender o fenômeno da comunicação de massa.

Tais teorias, explica Clovis de Barros Filho, a maioria desenvolvida durante as seis primeiras décadas do Século XX, têm como principais focos de análise os objetos de sua produção, a veiculação e os efeitos sociais provocados pelos meios de comunicação de massa, especialmente. Basicamente, trabalham com duas grandes vertentes – os estudos de recepção e a análise do discurso. Tal fato ocorreu em função de contextos históricos, na primeira metade do século, em que havia uma preocupação com o processo de manipulação da informação⁷⁵. Na década de 60, Marshall McLuhan apresenta uma novidade e a frase que até hoje é muito debatida: “O meio é a mensagem”, defendendo que a análise dos processos comunicativos deve ter o meio como objeto, ou seja, os veículos.

⁷⁵ BARROS FILHO, Clóvis de. *O Habitus na Comunicação*. São Paulo: Paulus, 2003. 246p. p.35.

Também foi no decorrer da década de 1960 que a preocupação voltou-se para o sujeito. Até então, não havia se trabalhado com a situação de que o sujeito – o jornalista – também pudesse interferir diretamente no produto notícia. Os efeitos de sua atuação eram praticamente ignorados. No campo da comunicação, o sujeito era integrado ao sistema, como se não existisse realmente, até porque a informação jornalística apresentava uma aura de objetividade, neutralidade e imparcialidade que não admitia sequer a existência do sujeito. O jornalista seria apenas um observador e narrador isento dos fatos.

Além disso, entra-se num campo em que a subjetividade – encarada como inimiga natural dos estudos que pretendiam ter como base teórica critérios e métodos científicos de sustentação - ganha em importância. Estudar o sujeito, a princípio, se configuraria em uma recusa de princípios, em detrimento das estruturas e dos sistemas até então analisados. “O sujeito, por reconstruir o real, é fonte de imprecisão, de delimitações (...) de inadequação à realidade, de falta de correspondência com o objeto, de falsidade e de preconceitos próprios daquele que enuncia e, portanto, inimigo da ciência”, explica Barros Filho⁷⁶.

O autor defende a necessidade de que os estudos de comunicação levem em conta o simples fato de que se trata de uma relação entre sujeitos; sugere, portanto, uma sociologia da ação comunicativa, em que o sujeito vai reconstruir um discurso que não é só dele. Levando-se em conta que o jornalista não tem condições de estar diante dos fatos, em todos os momentos, o que o faz necessitar de informações de terceiros para compor uma narrativa, chega-se à conclusão de que tal profissional também não pode ser totalmente responsável pelas representações contidas nos textos que produz. A comunicação, portanto, “é resultado da atividade conjunta de um número importante de indivíduos que se encontram numa situação análoga”⁷⁷, explica.

No Brasil, não há como considerar o jornal impresso um veículo de comunicação de massa. Nelson Werneck Sodré rotula os impressos como “Imprensa” e explica que, no País, ela não acompanhou a amplitude e alcance dos meios de massa. Os jornais impressos, ainda que produzidos em escala industrial, não estão acessíveis a parcela considerável da população. O autor destaca, no entanto, que tais tipos de mídia também avançaram atrelados ao desenvolvimento do capitalismo⁷⁸.

Apesar de subordinados aos grandes veículos de massa, tanto sob o ponto de vista da cobertura jornalística – invariavelmente o que é informado nos telejornais estará, no dia

⁷⁶ Ibid. p.38.

⁷⁷ Ibid., p.46.

⁷⁸ SODRÉ, Nelson Werneck. *História da Imprensa no Brasil*. 4 ed. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

seguinte, veiculado nos impressos – quanto em função de ligações empresariais – em geral, os proprietários dos grandes jornais também detêm concessões de rádio e televisão no País – os impressos apresentam características próprias que exigem uma compreensão maior de determinados estudos teóricos, mais voltados para tal meio, que analisam o chamado “newsmaking” – o fazer jornalístico, o processo de produção da notícia, com todas as ingerências possíveis, inclusive as questões subjetivas relacionadas a “quem” produz a notícia – o sujeito.

Os jornalistas têm uma cultura própria para definir aquilo que acreditam ser de interesse do leitor, ou seja, eles se vêem plenamente capazes de apontar o que é e o que não é notícia. Neste contexto, pode-se recorrer à Teoria da Ação Pessoal, ou o “gatekeeper”, e que tem como base o poder atribuído aos profissionais de imprensa de decidirem qual informação deverá ser privilegiada na edição do jornal. Nelson Traquina explica que a teoria do “gatekeeper” foi desenvolvida por David White nos anos 50, originando uma das teses mais difundidas nos estudos sobre notícia.

Traquina revela que a teoria concebe o processo de produção de informação a partir de uma série de escolhas onde o fluxo de notícias passa por “gates” (portões), ou seja, áreas destinadas aos jornalistas, responsáveis por decidir o que será noticiado ou não. Tal processo, segundo o estudioso, seria subjetivo e arbitrário, submetido a juízos de valor inerentes às experiências pessoais do profissional – o “gatekeeper” – encarregado de selecionar os fatos.

Tal teoria analisa as notícias apenas a partir de quem as produz, o jornalista, e segundo Traquina, ignora quaisquer outros fatores que também têm influência na seleção. Este foi o motivo pelo qual tal teoria perdeu espaço – depois delas, surgiram outros estudos que mostraram que as decisões seriam mais influenciadas por critérios associados às rotinas de produção em si e à questão do tempo⁷⁹.

Ainda assim, é inegável que os editores dos jornais exercem, de certa forma, o papel de “gatekeeper”, ao decidirem, numa luta diária travada com o relógio, o que será publicado no dia seguinte e de que maneira. Bucci revela outra faceta que tem influência no momento da seleção: as pressões e interesses a que são submetidos os jornalistas que ocupam cargos de chefia nas redações fazem com que as decisões, cada vez mais, sejam solitárias, já que não há tempo para discussões em equipe, e o trabalho, cada vez mais em ritmo industrial e dentro de padrões logísticos, requer soluções imediatas. “Um jornalista que comanda uma equipe corre

⁷⁹ TRAQUINA, Nelson. Op. Cit., p.151.

contra o tempo. Decide o destino das reputações alheias apostando corrida contra o ponteiro de minutos (...) Quem comanda no jornalismo quer derrotar o relógio”, analisa Bucci⁸⁰.

2.1 TEORIAS DO NEWSMAKING

As Teorias do Newsmaking surgem a partir dos anos 70, reunindo linhas de estudos que buscam a identificação das influências que as rotinas de trabalho na redação dos jornais e as regras que regem a estrutura da organização da empresa jornalística provocam na seleção e produção da notícia. E vão trabalhar com três aspectos fundamentais, estreitamente relacionados com a concepção de que os jornais funcionam dentro de uma estrutura altamente industrializada: a cultura profissional dos jornalistas (o “habitus” jornalístico), a organização do trabalho por eles realizado e os processos produtivos desta engrenagem.

Ou seja, os jornalistas são “trabalhadores numa fábrica de notícias”⁸¹, como conceitua Nelson Traquina. E a prática jornalística está vinculada a uma série de regras e normas de ações, que sofrem alguma variação, em geral na seleção dos assuntos, de acordo com critérios específicos de cada instituição. E, para que tal produção saia a contento, devem se adequar a um processo de produção planejado como uma rotina industrial, com procedimentos típicos das organizações empresariais, submetidos a um planejamento produtivo, onde o tempo irá definir uma série de medidas práticas destas rotinas e onde não cabe autonomia incondicional na prática do jornalismo, ainda que ele interfira diretamente em tais processos.

E uma das funções primordiais destes procedimentos é controlar a imprevisibilidade da notícia, de forma a impedir que ela possa prejudicar outro tipo de controle necessário ao fechamento da edição: o tempo. Gaye Tuchman chama de “news net” a estrutura montada para driblar o fator tempo e o imprevisível: o critério de noticiabilidade que leva em conta a territorialidade geográfica, ou seja, privilegia os fatos registrados na área de alcance do veículo⁸².

Há, ainda, duas outras estratégias nesta estrutura, a saber: a especialização temática, com a divisão do jornal em editoriais, de forma a criar espaços ordenados de identificação dos produtos jornalísticos, o que ele conceitua de latifúndio informativo, que tem a função de limitar os assuntos abordados; e a especialização organizacional, outra forma de restringir, de forma premeditada, o alcance da cobertura jornalística sem que tal fato crie um

⁸⁰ BUCCI, Eugênio. Op. Cit. p. 45.

⁸¹ TRAQUINA, Nelson. Op.Cit. p.22.

⁸² TUCHMAN, Gaye. *Apud* TRAQUINA, Nelson. Op.Cit. p.182.

constrangimento ou reduza a importância do veículo. Ou seja, a ausência de determinado assunto no jornal teria uma explicação sob a lógica da noticiabilidade dentro das características daquele veículo, uma decisão, uma escolha, não seria fruto de alguma falha ou erro editorial.

Nelson Traquina conceitua as teorias do newsmaking como sendo estruturalistas e interacionistas, apresentando as notícias como um resultado de processos complexos de interação social entre jornalistas e fontes de informação, entre jornalistas e sociedade, e entre os membros da comunidade profissional. Tais teorias destacam a importância da cultura jornalística, em especial a estrutura dos critérios que irão definir o que é notícia, a ideologia dos membros da comunidade, as rotinas e procedimentos utilizados nas redações. E, segundo o autor, rejeitam uma visão meramente instrumentalista da notícia, como uma teoria conspiratória, pois afirmam que o jornalista atua com certo grau de autonomia, ainda que a tendência seja a dar apoio a interpretações officiosas – das fontes, até por questões produtivas inerentes à estrutura organizacional.

Traquina explica:

“A teoria interacionista defende que os jornalistas não são simples observadores passivos mas participantes ativos na construção da realidade. As notícias devem ser encaradas como o resultado de um processo de interação social. As notícias são uma construção social onde a natureza da realidade é uma das condições, mas só uma, que ajuda a moldar as notícias. As notícias também refletem a realidade, os aspectos manifestos do acontecimento; os constrangimentos organizacionais e os imperativos econômicos; as narrativas que governam o que os jornalistas escrevem; as rotinas que orientam o trabalho e que condicionam toda a atividade jornalística; os valores-notícias dos jornalistas, as identidades das fontes”⁸³.

Pereira Junior faz uma espécie de adaptação à teoria do “gatekeeper”, associando-a às discussões sobre newsmaking. Ele diz que os “gatekeepers” são, na verdade, as formas de controle da informação criadas pelo veículo de comunicação. Afinal, a escolha do que será veiculado nos jornais e entregue ao leitor passa por um filtro, por uma censura prévia, que se disfarça sob a forma de critérios profissionais inerentes ao jornalismo, mas que contém, na realidade, forte carga de influência externa – interesses econômicos e políticos dos proprietários das empresas. “A comunicação tem efeito limitado porque depende da capacidade de seleção de um receptor que não é tão livre, pois sua escolha se insere em sistema com critérios próprios, em que o papel de regulador cabe ao “gatekeeper””,⁸⁴ explica.

⁸³ TRAQUINA, Nelson. Op. Cit., p.204.

⁸⁴ PEREIRA JUNIOR, Luiz Costa. Op.Cit. p.33.

Carlos Eduardo Franciscato destaca a importância de Herbert Gans nas análises sobre a função de selecionar os fatos que serão transformados em notícia. O autor, afirma, considera que os jornalistas utilizam critérios padronizados para decidir o que é notícia, sofrendo forte influência das fontes de informação. Gans ressalta a importância de se entender os mecanismos através dos quais o jornalista define o que será alvo de apuração da reportagem e posterior edição, atendendo aos formatos próprios de cada veículo, a partir de critérios padronizados, que dão a ele, ao mesmo tempo, agilidade em tais decisões. São critérios flexíveis e que podem ser relacionados, o que permite sua adaptação às mais diferentes formas de notícias.

Na verdade, Gans defende que os jornalistas utilizam o que ele denomina de julgamentos de disponibilidade, a partir da previsão de como se realizará a apuração dos dados, e aí a atuação das fontes de informação irá ter um peso relevante. E também recorrem, numa segunda fase, aos julgamentos de adequabilidade dos conteúdos apurados e que serão transformados em notícia à linha editorial do jornal – esta adequação se dará de forma a atender às necessidades e preferências dos leitores. Assim, as notícias são socialmente construídas, a partir de critérios que levam em conta o consenso em valores e expectativas de determinado segmento da sociedade, desde que tal segmento seja o público leitor do veículo⁸⁵.

Na prática, a cobertura dos fatos acaba diretamente relacionada com o que Pereira Junior conceitua como sendo “a rotina do esperado”, criada pelos jornalistas para facilitar o trabalho de produção em escala industrial da notícia, dentro de determinado espaço de tempo. E tal atitude acaba por gerar uma total dependência em relação às fontes, cada vez mais profissionalizadas, a maioria institucionalizada através de assessorias de imprensa – cientes de como devem agir para oferecer aos jornais um “produto” adequado à linha editorial, dentro da dinâmica jornalística. “As fontes percebem o timing para uma informação influenciar a cobertura e o conteúdo noticiado”, explica Pereira Junior. Cada vez mais, as assessorias sabem como “plantar” uma pauta nas redações⁸⁶.

2.1.1 TEORIA ORGANIZACIONAL E TEORIA DA AÇÃO POLÍTICA

A organização jornalística, o funcionamento e as características do jornal-empresa também devem ser levados em consideração na definição dos critérios que são adotados pelos

⁸⁵ GANS, Herbert *apud* FRANCISCATO, Carlos Eduardo. Limites teóricos e metodológicos nos estudos sobre a noticiabilidade. Texto apresentado no 11º Encontro Anual da Associação dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação/COMPOS, no Grupo de Trabalho Estudos de Jornalismo. Rio de Janeiro, junho 2002.

⁸⁶ PEREIRA JUNIOR, Luiz Costa. Op. Cit., p 87.

jornalistas na hora de selecionar os fatos e decidir de que forma eles serão editados no jornal. Em linhas gerais, esta é a corrente da Teoria Organizacional, defendida por Warren Breed, ao inserir o profissional de imprensa no seu contexto mais imediato, ou seja, seu local de trabalho. Hierarquias, valores empresariais, linha editorial e meios de controle seriam cruciais na interferência dos critérios adotados na redação. Franciscato explica que a teoria apresentada pelo sociólogo norte-americano Warren Breed prioriza a análise dos aspectos da organização, com suas regras, etapas e metas a serem cumpridas pelos jornalistas, dentro do fluxo organizacional, tudo dentro de uma perspectiva extremamente funcionalista⁸⁷.

Por esta teoria, os profissionais estariam mais preocupados em atender às necessidades empresariais do jornal do que aos anseios de seus leitores. “A ênfase está num processo de socialização organizacional em que é sublinhada a importância de uma cultura organizacional, e não uma cultura profissional”, explica Traquina⁸⁸. Na verdade, a autonomia do jornalista seria uma espécie de utopia, um mecanismo de defesa aparente, pois seu trabalho estaria direcionado e limitado à política editorial da organização, por meio de recompensas financeiras e promoções e, por outro lado, pelo permanente receio de perder o emprego.

As expectativas do jornalista estariam voltadas para os valores profissionais de um grupo formado por colegas de trabalho e superiores, que seriam referência para suas ações. As normas editoriais da empresa teriam um impacto maior sobre o jornalista do que suas crenças pessoais e profissionais. O sociólogo norte-americano vai trabalhar com a questão de constrangimentos organizacionais sobre a atividade do jornalista.

Pereira Junior apresenta outra consequência grave a interferir no produto final do jornal: o jornalista acaba se antecipando às correções e reprovações que, presume, serão aplicadas por seus superiores, dando margem a um controle editorial exercido sutilmente, em que o próprio profissional acaba provocando uma censura prévia, que se incorpora de forma automática aos demais colegas de trabalho, cristalizando-se como uma cultura interna do veículo.

O que se vê é um conformismo profissional socializado à política editorial da empresa antes mesmo de que certas regras e padrões sejam anunciados como oficiais. “São absorvidas por osmose com o tempo, num processo gradativo de estímulo e punição”⁸⁹, explica. E o pior é que nem sempre reproduzem a verdade: há casos de censuras que não passam de lendas construídas a partir de comentários mal interpretados ou decisões não explicadas. Muitas

⁸⁷ FRANCISCATO, Carlos Eduardo. Op.Cit.

⁸⁸ TRAQUINA, Nelson. Op. Cit. p.153.

⁸⁹ PEREIRA JUNIOR, Luiz Costa. Op. Cit. p.47.

vezes, toda uma equipe de uma editoria é levada a acreditar que, por exemplo, determinado assunto está vetado na redação. E, quando a chefia toma conhecimento do suposto veto, acaba se surpreendendo e tratando de esclarecer que, na verdade, não existe tal ordem.

Seis fatores, segundo o autor, estimulariam tal conformismo: o temor da autoridade e das punições; os sentimentos de obrigação e estima para com seus chefes; as aspirações a conquista de novos cargos; a ausência de grupo de lealdade em conflito; o prazer da atividade; as notícias como valor máximo – o jornalista irá preferir investir seu tempo em produzir novas notícias em vez de contestar as determinações e regras impostas a partir da política empresarial do jornal⁹⁰.

Bucci revela que muitas faltas éticas cometidas na imprensa brasileira têm origem na empresa em si e não devem ser atribuídas à vontade ou desvios pessoais e profissionais dos jornalistas. É o que ele chama de falta institucional, diretamente ligada a atitudes empresariais que, em sua opinião, revelam falta de compromisso com o direito constitucional à informação. O autor menciona conveniências comerciais e políticas como obstáculos ao exercício pleno da profissão de jornalista, e diz que os maiores problemas atualmente enfrentados nas empresas de comunicação são construídos por forças e interesses que estão fora das redações e que serão objeto de estudo da Teoria da Ação Política, influenciada por autores marxistas, e que surge a partir dos anos 60⁹¹.

Tal Teoria vai introduzir o conceito de Quarto Poder, trabalhando a questão da relação do jornalismo com a sociedade, o papel social das notícias e a importância de se analisar a parcialidade do conteúdo veiculado nos jornais. Nelson Traquina explica que, de acordo com tais teóricos, os meios de comunicação são vistos como instrumentos que servem a determinados interesses políticos. Desta forma, as notícias trariam distorções sistemáticas, com o intuito de favorecer pontos de vista, determinadas ideologias, projetando visões de mundo de maneira sempre deliberada e intencional.

“O estudo do jornalismo debruça-se sobre as implicações políticas e sociais da atividade jornalística, o papel social das notícias, a capacidade do Quarto Poder em corresponder às enormes expectativas em si depositadas pela própria teoria democrática”, explica Traquina⁹², apresentando um novo ramo de análises de Comunicação: os estudos da Parcialidade, que irão se debruçar sobre pesquisas para descobrir a existência ou não de distorções nos fatos noticiados, acreditando ser possível a reprodução fiel da realidade.

⁹⁰ Ibid. p.34.

⁹¹ BUCCI, Eugênio. Op. Cit.p.32.

⁹² TRAQUINA, Nelson. Op. Cit., p.161.

Evidentemente, a Teoria da Ação Política, justamente por acreditar na imparcialidade dos relatos, acaba superada pelos estudiosos que, a partir dos anos 70, impõem a notícia como sendo uma construção da realidade.

2.1.2 A NOTICIABILIDADE E OS VALORES-NOTÍCIA

Teóricos da Comunicação Social também vêm trabalhando no sentido de categorizar, classificar e sistematizar os critérios de seleção dos fatos que podem vir a ser noticiados e que, apesar de extremamente negociáveis e variáveis, aparentemente são inerentes à profissão de jornalista, relacionados intimamente com uma cultura própria das redações dos jornais, numa espécie de senso comum que atinge a todos que exercem tal função. E tais critérios, que receberam a denominação de “noticiabilidade”, estão tão enraizados na rotina dos jornalistas que se incluem como instrumentos do processo de produção da informação.

De forma simplificada, noticiabilidade tem a ver com a capacidade que um fato tem de virar notícia, e estará quase sempre ligada ao fator tempo, daí sua característica de ser sempre negociável, o que também irá refletir na enorme variação dos critérios que poderão ser adotados. Isso porque a noticiabilidade também é encarada como ferramenta do processo produtivo de confecção do jornal – a partir dela, o jornalista irá tomar suas decisões, sempre atento ao “deadline”, ao prazo final do fechamento da edição. Dependendo deste fator, irá prevalecer determinado critério, em detrimento de outro. A noticiabilidade também será utilizada para justificar – sempre a partir de questões aparentemente técnicas - as escolhas e decisões tomadas na redação.

Alfredo Vizeu conceitua a noticiabilidade como “o conjunto de elementos com os quais as empresas jornalísticas controlam e produzem a quantidade e o tipo de fatos, entre os quais vai selecionar as notícias”⁹³. Tais elementos foram divididos em cinco grandes categorias, ou valores-notícias: importância e interesse (e aí entram o impacto, a empatia e a humanização do relato); brevidade, atualidade, novidade, qualidade e equilíbrio de informações (categorias ligadas diretamente ao produto jornal e ao tratamento jornalístico a ser dado às notícias); identificação dos personagens; condições de apuração, como acesso às fontes e/ou local e adequação à linha editorial; e exclusividade da notícia, onde o peso maior está ligado à questão da concorrência.

⁹³ VIZEU, Alfredo. Op.Cit., p.225.

A importância a ser dada a cada um destes valores-notícia irá variar. Franciscato critica o fato de que muitos estudos apontam para uma situação em que os valores-notícia seriam utilizados pelos jornalistas de forma imediata, sem qualquer tipo de reflexão, quase que por instinto. E apresenta uma discussão também voltada para a questão funcional, em que o jornalista agiria com intencionalidade ao buscar certos fins de forma individual, agindo de forma premeditada a partir de certas características do evento. Mas, na verdade, estaria se baseando em determinados valores e recursos materiais e tecnológicos de forma condicionada, orientada, ainda que não percebesse tal fato. Daí, ele conclui, tomando como base esquema defendido por Genro Filho:

“O jornalismo produziria um recorte factual de um instante singular no movimento das coisas do mundo, cujas dimensões da particularidade e universalidade estariam imbricadas nele, embora os jornalistas, imersos no senso comum dominante na sociedade, não percebessem os condicionantes (como a ideologia) que orientam para uma forma específica de recorte”⁹⁴.

Na verdade, o que se pretende evidenciar é que, no processo de produção da informação, os jornalistas trabalham com uma grande variedade de questões a considerar, devendo ponderar, na rotina diária do trabalho, quais procedimentos produtivos deverão ser priorizados. Novidade, imprevisibilidade, excepcionalidade, relevância... há uma lista de critérios a serem levados em consideração. As discussões envolvendo a noticiabilidade refletem e evidenciam a excessiva carga de ingerências a que está submetido o trabalho jornalístico, não apenas sob o ponto de vista da subjetividade do profissional diretamente envolvido no processo de escolha daquilo que será notícia e da maneira como ela irá ser veiculada.

2.2 O “HABITUS” JORNALÍSTICO

Ainda nos bancos universitários, os estudantes de Jornalismo começam a aprender as regras para saber quais acontecimentos são passíveis de serem transformados em notícia. E uma das maiores dificuldades, além de escrever o texto em si, é descobrir o “gancho” da matéria, o foco, o “abre” – de todos os dados apurados, quais serão os mais importantes para iniciarem o “lead”, o primeiro parágrafo da matéria, tendo como objetivo prender a atenção do leitor. Os critérios mais universalizados para classificar um acontecimento como noticiável são apresentados aos futuros jornalistas como essenciais para a prática profissional.

⁹⁴ GENRO FILHO *apud* FRANCISCATO, Carlos Eduardo. Op. Cit.

E o primeiro deles é que, para virar notícia, um fato tem que ser, de preferência, inédito (ou pelo menos seu desdobramento deve apresentar alguma novidade – é o que se chama de “suíte” no linguajar jornalístico: o acompanhamento de um assunto já veiculado e que despertou o interesse dos leitores, com publicações diárias sobre tudo que estiver relacionado com o fato, desde que haja algum dado novo, desconhecido até então do público). Esta pode ser considerada uma regra de ouro no Jornalismo – um fato “velho”, de domínio público, não interessa à Imprensa.

A partir do ineditismo, outros critérios são considerados fundamentais: a localização geográfica e o interesse para os leitores – e aí entram o impacto que a notícia poderá causar, sua repercussão, e a identificação do público com tal acontecimento, ou seja, a empatia. Todos os fatos que puderem afetar a rotina diária do leitor ou passíveis de fazerem com que ele se identifique de alguma forma com os personagens envolvidos, ou seja, a certeza de que “isso poderia ter acontecido comigo”, são considerados aptos a virar notícia.

A abrangência e o número de envolvidos, assim como a possível notoriedade destes personagens, ou determinadas características que possam causar comoção – como o envolvimento de crianças - também são levados em conta para mensurar a importância do fato. Por exemplo, um acidente de trânsito que provoque uma morte terá menos destaque do que outro, com cinco vítimas fatais, caso eles ocorram numa determinada faixa territorial; a não ser, é claro, que a vítima do primeiro acidente seja alguém muito famoso. E ainda há que se levar em conta as condições em que os acidentes aconteceram; uma situação que foge dos padrões normais também merece destaque.

Em geral, não apenas os estudantes de Jornalismo têm dificuldades para compreender como funciona este complexo mecanismo de escolhas. Pessoas que lidam diretamente com situações em que podem surgir fatos noticiáveis – como autoridades públicas, especialmente as que lidam com áreas diretamente ligadas ao dia-a-dia da população, como segurança, saúde, educação - também levam algum tempo para perceber o que vai interessar aos jornalistas. E, normalmente, esta percepção está associada a experiências anteriores – elas saberão que um determinado fato é noticiável e irá chamar a atenção da Imprensa desde que ele apresente características similares a outras ocorrências, às quais estiveram envolvidas, ainda que indiretamente, e que foram alvo do interesse do jornalista.

Ainda nas salas das universidades, o futuro jornalista começa a ser moldado. Ali, ele vai aprender, tomando como base os livros de técnica jornalística e manuais de redação dos principais jornais do País, que precisa construir textos objetivos, escrevendo de forma rápida, sucinta e sem margem para que o leitor possa ter dúvidas. O aluno é orientado pelos

professores, jornalistas também, nos melhores caminhos para apurar uma informação e os procedimentos e critérios para estruturá-las no texto. Já começa aí um entendimento de como funcionam as redações e de como ele deve se comportar.

Mas, por mais que se ensine isso nas salas de aula, o estagiário de Jornalismo ou o profissional recém-formado, chamado de “foca” pelos colegas mais experientes, também só irá se dar conta de tal mecanismo de seleção dos acontecimentos numa redação, no dia-a-dia da atividade, a partir de experiências repetidas na apuração, confecção do texto e sua edição no fechamento do jornal. Normalmente, com pouquíssimas exceções, o “foca” sempre terá dificuldades em assimilar as regras do jogo, passando por um novo processo de aprendizagem prática, já estando diretamente envolvido na produção da notícia, e buscando orientações e os melhores caminhos a seguir com as chefias e colegas mais experientes. E ele irá adquirir tal experiência, sempre, a partir dos exemplos que presenciar no ambiente de trabalho.

Alfredo Vizeu explica tal processo lembrando que os jornalistas, na posição de mediadores creditados, autorizados - pois são sujeitos da enunciação - constroem parte da realidade social. E a cultura profissional desta categoria irá impor paradigmas e práticas rotineiras inerentes do trabalho jornalístico, dadas como naturais. A cultura profissional, neste caso, deve ser entendida, segundo o autor, como um “conjunto emaranhado de retóricas, astúcias, códigos, estereótipos, tipificações, representações de papéis, rituais e convenções relativas às funções da mídia e dos jornalistas na sociedade, à concepção do produto-notícia e às modalidades que superintendem a sua confecção”⁹⁵. Chega-se, então, ao “habitus” jornalístico, ao “saber prático, propriamente jornalístico, que se incorpora ao longo de um processo de socialização profissional”, como conceitua por Barros Filho⁹⁶.

Estudiosos da Comunicação que analisam o “habitus” vão trabalhar com o conceito de campo de Pierre Bourdieu – um espaço social estruturado, um campo de forças. No caso do Jornalismo, Nelson Traquina adverte ser impossível compreender os processos que levam à produção da notícia sem que se tenha uma visão abrangente da cultura profissional da comunidade jornalística, do campo jornalístico. Ele explica que os estudos sobre tal área acabaram criando dois pólos dominantes, em que se cogitava a ingerência primordial do pólo econômico, em que as notícias são vistas como um negócio, e o ideológico, cujo critério básico seria o serviço público.

⁹⁵ VIZEU, Alfredo. Op. Cit., p. 224.

⁹⁶ BARROS FILHO, Clóvis. Produção da notícia – habitus e pauta jornalística. Texto apresentado no I Encontro da Sociedade Brasileira de Pesquisadores em Jornalismo, em Brasília, nos dias 28 e 29 de novembro de 2003.

Traquina alerta, citando Bourdieu, que os fatores externos são insuficientes para explicar de que forma surgem as notícias. Fundamental é levar em conta os fatores internos, inerentes a uma profissão que tem características próprias, específicas, cujos agentes reivindicam o monopólio do saber, qual seja a definição do que é a notícia, e trabalham pressionados pelo tempo, pelas hierarquias superiores, pela competitividade, e pelas ações de diversos agentes sociais interessados em virar notícia e por regras cristalizadas de comportamentos⁹⁷.

Barros Filho acrescenta a importância de entender as manifestações subjetivas inerentes ao profissional, levando-se em conta as influências dos processos de socialização sobre o indivíduo que, para ele, o fazem assimilar saberes adquiridos no aprendizado social, que se repetem, se acumulam, incorporando-se de forma profunda, num condicionamento que se transforma em disposições duradouras. Segundo ele, é “a repetição de uma situação diante da qual aprendemos a distinguir um comportamento legítimo de outros ilegítimos (socialmente reprováveis)”⁹⁸, sem a necessidade de reflexão ou questionamentos, agindo-se de uma determinada maneira, reproduzindo a ordem social, a partir das disposições interiorizadas, cristalizadas por um longo processo de socialização intensa, numa rotina diária, com aspectos repetitivos.

O autor afirma ser essencial o entendimento da questão para que se tenha noção exata do fazer jornalístico. Segundo ele, o “habitus” demonstra claramente o quanto a atividade jornalística, ainda que trabalhe com fatos novos, inéditos, diariamente, apresenta categorias mais estáveis, influenciadas tanto pelo emprego de tecnologias específicas quanto pela equipe de profissionais que passa por uma espécie de processo de adestramento, já que devidamente habilitada para o exercício da função.

Ao se aliar a tais características o ritmo de produção industrial, em série, das notícias numa redação, chega-se a uma rotina de procedimentos, a uma reprodução de comportamentos, nem sempre percebida no ambiente de trabalho, que faz com que todos acabem agindo sem refletir, meio que no “automático”, pois não há tempo para certas mediações. Além disso, os acontecimentos transformados em notícias, a cada dia, sempre apresentam características parecidas com outros, que os antecederam, e as mudanças – e a novidade – são meros detalhes, na maioria das vezes.

No geral, trabalha-se com fatos extremamente parecidos e que irão fazer com que haja, também, uma repetição recorrente das fontes de informações, das pessoas a serem

⁹⁷ TRAQUINA, Nelson. Op. Cit. p.25.

⁹⁸ BARROS FILHO, Clóvis. *O Habitus na Comunicação*. São Paulo: Paulus, 2003. 246p. p.44.

entrevistadas, dos especialistas a serem consultados. “A observação repetida de situações, constatadas como análogas, pode produzir no agente social uma reação espontânea, não refletida”, constata, afirmando ser um aprendizado “*sui generis*” porque dispensa reflexão⁹⁹.

A partir daí, surgem expressões como “faro de repórter” para justificar a capacidade veloz dos profissionais em dar valor e hierarquizar fatos a partir dos critérios definidores do que seja notícia, avaliando linha editorial, concorrência, estrutura física e condições de apuração dos dados, espaços na edição e, evidentemente, o tempo que resta para a produção. Trabalham com soluções prontas; e só irá existir ponderação diante da ausência do “habitus”. Pereira Junior diz que estamos lidando com “armadilhas de um círculo viciante de rotinas produtivas, que são maiores do que nós”¹⁰⁰.

Barros Filho explica que a periodicidade, que define a produção da notícia, exige antecipações para que esta produção seja eficaz. E tais antecipações se traduzem numa redução consciente de nexos causais, a partir da adoção de estratégias que têm fins bem específicos: o fechamento da edição no prazo. No final das contas, a utilização de uma espécie de forma de bolo para a produção da notícia acaba se transformando num princípio de economia da ação, de tempo de execução, que é extremamente positiva num ambiente de trabalho em que o tempo é o maior inimigo.

E detalha:

“Esse cálculo consciente, no entanto, não esgota a fundamentação da ação. A seqüência de situações análogas que caracteriza uma produção diária, como a jornalística, naturaliza procedimentos que, apreendidos como óbvios, se reproduzem na prática sem questionamentos. Nesse caso, ajustam-se, por socialização, expectativas de ação e disposições de agir que, ao coincidirem em regra, dispensam reflexão sobre sua pertinência. A esse ajuste, socialmente definido num campo particular, denominamos *habitus*”¹⁰¹.

Barros Filho adverte que “qualquer subversão é custosa”¹⁰², ao referir-se ao adestramento obrigatório por que passa o profissional recém-formado de jornalismo. Segundo ele, também nesta área existe uma tendência à inércia, que perpetua mecanismos de ação, ainda que qualquer espaço social seja passível de transformações. O que acontece quando um novo profissional entra na redação é regra geral: ele deve se submeter a um “*modus operandi*” consolidado, como explica Barros Filho, extremamente fechado, para condicionar o sujeito a

⁹⁹ BARROS FILHO, Clóvis. *Produção da notícia – habitus e pauta jornalística*. Texto apresentado no I Encontro da Sociedade Brasileira de Pesquisadores em Jornalismo, em Brasília, nos dias 28 e 29 de novembro de 2003.

¹⁰⁰ PEREIRA JUNIOR, Luiz Costa. Op.Cit. p.40.

¹⁰¹ BARROS FILHO, Clóvis. *O Habitus na Comunicação*. São Paulo: Paulus, 2003. 246p. p.112.

¹⁰² Ibid, p. 130.

um saber prático institucionalizado. E tal preocupação chega a tal ponto que algumas empresas jornalísticas submetem os novos funcionários a cursos complementares.

“Os processos de socialização/subjetivação próprios a cada campo fazem surgir nos agentes, pela observação de ações e valorações que se repetem, disposições a agir desta ou daquela forma, sem que a discussão das causas últimas das regras de funcionamento do campo seja cogitável”. E a rotina, as regras, os critérios de seleção dos acontecimentos a serem transformados em notícia também, e principalmente, serão alvo de tais procedimentos, como importante fator da socialização propriamente jornalística. “A rigor, os procedimentos e as ações jornalísticas socializam porque se repetem e se repetem porque socializam”¹⁰³, afirma.

Este “habitus”, que é pelos profissionais da Imprensa desde os bancos universitários, pode ser facilmente detectado nas edições dos jornais. Ainda que com algumas mudanças no enfoque e no tratamento editorial dado às matérias, os principais jornais do Rio registram uma uniformidade na seleção daquilo que será transformado em notícia. Em geral, as coberturas são as mesmas, as fontes utilizadas para a apuração dos dados também se repetem. O que costuma mudar são a escolha e a decisão de se utilizar e/ou valorizar personagens e opinião de especialistas. No próximo capítulo, em que são apresentados os principais casos de vítimas fatais da violência no Rio de Janeiro em 2007 e 2008 e a forma como tais notícias foram publicadas pelos jornais, é possível evidenciar esta tendência.

¹⁰³ Ibid., p.132.

Parte II

O que o Jornalismo Produz

Cap.3 A INFORMAÇÃO SELETIVA

A Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro bateu recorde de mortes em 2007. Dados do Instituto de Segurança Pública, vinculado ao Governo Estadual, revelam que, somente no município do Rio, 902 pessoas morreram naquele ano, contra 673 em 2006, em supostas trocas de tiros com policiais, os polêmicos “autos de resistência”. São os maiores números nos 10 anos em que os índices de violência são publicados pelo governo do Estado.

Em 2008, o número total caiu para 686 pessoas, mas houve uma concentração alta de casos nos primeiros meses do ano. De janeiro a abril, em média, quatro pessoas foram mortas pela Polícia a cada dia, em todo o Estado. Entre janeiro e junho, foram 472 casos; no segundo semestre, 214. E estes números começaram a baixar justamente em junho, mês em que a Polícia Militar se viu envolvida em pelo menos quatro casos de morte de inocentes – sendo duas crianças - por falhas cometidas por seus homens durante operações.

Os números acima confirmam o que vinha sendo alertado desde o início do atual governo estadual: o excesso de mortes decorrentes da chamada política de segurança baseada no enfrentamento. O cientista político João Trajano Sento-Sé, coordenador do Laboratório de Análise da Violência da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, acredita que os resultados da polícia fluminense no período são consequência da política adotada de "intensificar o enfrentamento" em algumas favelas, totalmente equivocada, em sua opinião. Sento-Sé explica que tal estratégia necessita de planejamento e preparo, de forma a reduzir o número de vítimas.

“O governo age respaldado pela opinião do cidadão médio, que, durante anos, foi bombardeado com a informação de que a reação dura e agressiva era a única solução. Isso é perigoso. (...) autoridades da área de segurança não deveriam se respaldar na opinião de pessoas não preparadas para definir a política de segurança, ainda mais quando essa política não mostra resultados”¹⁰⁴.

¹⁰⁴ Declaração dada pelo cientista político João Trajano Sento-Sé ao jornal O Estado de São Paulo, em matéria sobre número de mortos pela Polícia do Rio de Janeiro, publicada no dia 1º de julho de 2008, no endereço eletrônico http://www.estadao.com.br/geral/not_ger198900,0.htm

Nos primeiros 18 meses de governo, a nova política de segurança foi o grande destaque nas manchetes dos principais jornais do Rio. Já no primeiro dia da nova administração, em 2007, a cobertura jornalística das festas de Réveillon no Rio se confundiu com a edição do noticiário sobre os casos de violência. Nada mais justificado, visto que a troca de governo se deu em meio a uma onda de ataques a prédios públicos, quase todos ligados a órgãos de segurança – delegacias, quartéis de bombeiros e postos da PM – numa ação aparentemente orquestrada que teve início no dia 28 de dezembro de 2006. Até o último dia daquele ano, foram 25 ocorrências, com 19 mortos e 20 feridos. Um dos casos mais chocantes foi o incêndio de um ônibus da Viação Itapemirim, queimado por bandidos com os passageiros em seu interior, em plena Avenida Brasil, e que matou oito pessoas e deixou quatro feridas gravemente.

Acompanhando a linha editorial dos principais jornais cariocas – O Globo, Extra e O Dia -, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva e o governador Sérgio Cabral atribuíram os fatos a terroristas e declararam “guerra” ao terror, chamando os bandidos de facínoras. A palavra “guerra” já estava incorporada ao dia-a-dia dos leitores há tempos – O Globo, por exemplo, adotou a expressão “A Guerra do Rio” numa espécie de selo (chapéu, na linguagem jornalística – que precede o título principal da matéria) no alto das páginas destinadas à cobertura dos casos de segurança. No Extra, o ‘chapéu’ adotado, num layout mais destacado, foi “Terror no Rio”.

A antropóloga Ana Paula de Miranda, professora da Universidade Federal Fluminense (UFF) e ex-presidente do Instituto de Segurança Pública (ISP), alerta que a utilização da palavra “guerra” é totalmente inadequada. Segundo ela, o problema da violência no Rio é um conflito interno e não uma guerra, que pressupõe causas, motivações políticas, econômicas ou religiosas e se situa num contexto em que há um inimigo. “Temos uma situação de criminalidade não administrada, ou administrada inadequadamente. Dentro do processo de acumulação social da violência, medidas erradas vêm sendo adotadas e as coisas vão piorando, mas isso não chega a uma guerra”, atesta¹⁰⁵.

Assessor de Comunicação do Comitê Internacional da Cruz Vermelha, João Paulo Charleaux também critica a Imprensa pela utilização da palavra guerra nas coberturas de conflitos urbanos. Ele explica que uma consequência é a sensação generalizada de permissividade a formas de atuação utilizadas pela Polícia. “Cria-se a noção de território inimigo, de que o espaço onde o outro está não faz parte do seu território, e deve ser atacado

¹⁰⁵ MIRANDA, Ana Paula de. Entrevista concedida em março de 2009.

ou ocupado. O outro passa a ser visto como inimigo, alguém que deve ser eliminado”, alerta. Charleaux ainda lembra que, no conflito armado, a morte de um combatente por outro não é considerada um crime e o direito à vida é relativo: “Para a polícia, matar não é uma estratégia de ação, mas um último recurso, ao qual se recorre em situações específicas”¹⁰⁶.

Contudo, para os jornalistas, a utilização da expressão vem a reboque dos termos adotados pela Polícia. Jorge Antonio Barros, da editoria Rio de O Globo, explica que é esta a ótica da Polícia e que os jornalistas acabam incorporando a palavra, adjetivando as ocorrências policiais registradas nas páginas do jornal. Ele admite que o termo “guerra” está errado e que os jornalistas precisam ter mais cuidado ao inserir em seus textos expressões utilizadas pela Polícia¹⁰⁷. Mas, ainda assim, o jornal O Globo mantém em suas páginas tal adjetivação. Diariamente, sempre que há conflitos entre policiais e bandidos, seus leitores são informados sobre a “guerra ao tráfico”.

Há profissionais que atuam na imprensa carioca com outra visão. Eles afirmam que a palavra guerra faz com que o leitor tenha uma noção mais aproximada do que realmente ocorre nos tiroteios entre policiais e traficantes, nas incursões em áreas conflagradas. Raphael Gomide, da Folha de São Paulo, e João Antonio Barros, de O Dia, ambos repórteres especializados em segurança, acham normal a utilização da palavra guerra, não vendo maiores problemas ou conseqüências. Os jornalistas deram esta opinião durante debate sobre a cobertura jornalística dos casos de violência numa conferência de segurança pública realizada em julho de 2008, em Nova Friburgo.

Na cobertura dos fatos relacionados à segurança pública, outros equívocos são apontados por especialistas. Sílvia Ramos e Anabela Paiva revelam que “a esfera pública de discussões representada pelos jornais restringe o debate às ações individualizadas da polícia ou aos crimes cometidos pelos membros das forças em questão”¹⁰⁸. Não existe uma postura proativa por parte dos jornalistas no sentido de antever os fatos, apresentar causas e conseqüências para contextualizar o assunto.

Pode-se dizer que houve alguns avanços a partir da década de 90, quando se deixou de fazer a chamada cobertura de polícia, simplesmente, típica nas décadas da segunda metade do século passado, no estilo “se espremer, sai sangue” (referência a jornais que priorizavam em suas edições matérias sobre crimes isolados). Hoje, as redações têm jornalistas especializados

¹⁰⁶ CHARLEAUX, João Paulo. *Apud* RAMOS, Sílvia e PAIVA, Anabela. *Mídia e Violência*. Rio de Janeiro: Iuperj, 2007. 192 p. p.57.

¹⁰⁷ BARROS, Jorge Antonio. Palestra *O Papel da Imprensa na Segurança Pública*. I Conferência Municipal de Segurança Pública de Nova Friburgo. 25 de julho de 2009.

¹⁰⁸ RAMOS, Sílvia e PAIVA, Anabela. *Violência urbana: Quando a pauta é a mídia*. Disponível em http://www.ucamcesec.com.br/md_art_texto.php?cod_proj=53&cod_autor=3

nos assuntos de segurança, muitos deles com cursos de pós-graduação na área, e há uma preocupação em respeitar personagens e fugir do sensacionalismo, ainda que alguns veículos insistam em adotar uma linha editorial mais popular, que nem sempre pode ser apontada como exemplo de ética e respeito aos direitos fundamentais.

Jorge Antonio Barros e João Antonio Barros, que iniciaram suas atividades como setoristas na área no final da década de 80, confirmam a nova tendência e a maior preocupação com a cobertura dos casos de violência – na visão de Jorge Antonio, casos de crime. Segundo ele, havia uma cumplicidade perniciosa entre policiais e os chamados repórteres de polícia, que chegava ao ponto de abusos e práticas que ferem os direitos humanos mais elementares serem acobertados pelos profissionais de Imprensa. Com a mudança nas práticas adotadas pelos jornalistas,¹⁰⁹ a cumplicidade foi substituída pela desconfiança mútua, o que também dificulta o trabalho de divulgação das informações a respeito dos acontecimentos a serem transformados em notícia.

Além disso, as matérias do dia a dia continuam extremamente factuais, restringindo-se à divulgação dos dados oficiais, sem contextualização, sem repercussões com especialistas ou humanização dos personagens. E, em geral, são poucas as iniciativas de reportagens especiais sobre o tema, com novas abordagens, enfoques diferenciados ou novos pontos de vista. A violência urbana, por mais que tenha se tornado o foco principal das atenções dos jornalistas, em função, principalmente, do aumento do número de vítimas oriundas das classes média e alta, como explicam Silvia Ramos e Anabela Paiva, continuou a ser tratada de forma superficial, na maioria dos casos.

“As páginas dedicadas a ocorrências policiais são ocupadas por assassinatos, seqüestros e roubos que raramente são relacionados a uma situação social ou a políticas públicas. O tratamento dos crimes como fatos isolados, separados de um contexto social e político, é reforçado pela ausência de dados e de estatísticas nas matérias sobre segurança”¹¹⁰.

¹⁰⁹ Tal mudança na forma como os jornalistas cobrem a área de segurança, hoje, deve-se a dois casos considerados emblemáticos na Imprensa brasileira contemporânea nos últimos 15 anos. O primeiro ficou conhecido como o caso da Escola Base, em que os proprietários de uma escola paulista foram acusados – pela Polícia e pelos jornais – de abusar sexualmente de seus alunos, em março de 1994. Depois de um escândalo na mídia sem precedentes, o casal apontado como criminoso foi inocentado. A partir daí, o direito constitucional que dá ao acusado ou suspeito de um crime o direito de apenas ser apontado como culpado após a sentença judicial transitar em julgado passou a ser respeitado nas redações. O outro caso foi a morte brutal, por traficantes de drogas, do jornalista Tim Lopes, produtor da TV Globo, descoberto durante uma reportagem em que estava infiltrado num baile funk, na favela da Vila Cruzeiro, na Zona Norte. A partir deste caso, que ocorreu em junho de 2002, os jornais passaram a ter mais cuidado com as produções de suas reportagens, evitando expor seus profissionais. E, segundo Jorge Antonio Barros, somente com a morte de Tim Lopes os jornalistas de segurança se conscientizaram de que era um erro a prática até então rotineira de dar espaço editorial para bandidos.

¹¹⁰ RAMOS, Silvia e PAIVA, Anabela. *Mídia e Violência*. Rio de Janeiro: Iuperj, 2007. 192 p.151.

3.1 O FENÔMENO “BALA PERDIDA”

Os números são oficiais: em 2006, 224 pessoas foram feridas por balas perdidas e 19 morreram; em 2007, a Polícia registrou 279 ocorrências deste tipo, com 21 mortos; em 2008, foram 236 feridos e 16 vítimas fatais. Para o Instituto de Segurança Pública, responsável pela divulgação destes dados, a categoria “bala perdida” é a produzida pelo senso comum, não havendo conceito jurídico que identifique a pessoa que, não tendo participação ou influência sobre evento no qual ocorreu disparo de arma de fogo, foi atingida por projétil.

No relatório divulgado pelo instituto, faz-se a ressalva de que os dados foram coletados nos registros de ocorrência das delegacias, no campo “dinâmica dos fatos”, espaço destinado à descrição detalhada do acontecimento, a ser preenchido pelo policial responsável pelo preenchimento do RO depois de ouvir as partes envolvidas. O relatório destaca ainda que “o preenchimento dos RO é afetado pela subjetividade de quem relata o fato e de quem faz o registro”. Tal alerta é feito para evidenciar que nem sempre o fato que aparece identificado como “bala perdida” sustenta-se após investigação policial.

Além disso, tal subjetividade e incerteza nas informações são confirmadas pela ex-presidente do ISP, Ana Paula de Miranda, que aponta como fora de questão a possibilidade de se obter dados precisos sobre as ocorrências de balas perdidas. E, segundo a ex-presidente do ISP, a série de relatórios sobre balas perdidas teve início em 2007, quando ela ainda estava no comando do instituto, ano em que a política de enfrentamento foi implantada, com sucessivos casos de vítimas.

Houve uma determinação da Secretaria Estadual de Segurança Pública para que o ISP criasse o relatório partir da grande repercussão dos casos na mídia. Segundo a ex-presidente, o trabalho de rastrear os casos de bala perdida começou, justamente, a partir das matérias veiculadas nos jornais. Ana Paula explica que não há um procedimento científico para o registro dos casos, já que se depende, exclusivamente, do relato pessoal do policial envolvido no incidente¹¹¹.

As controvérsias acabam sendo inevitáveis. Enquanto os dados oficiais dão conta de 244 casos com 19 mortos em 2006, reportagem veiculada no programa Fantástico, da TV Globo, e transformada em matéria publicada com destaque em O Globo de 22 de janeiro de 2007, denuncia a ocorrência de 170 casos em 2006, com 44 mortos e um destaque: “A cada dois dias, bala perdida fere uma pessoa no Rio”.

¹¹¹ MIRANDA, Ana Paula de. Op. Cit.

No triênio 2006-2008, as ocorrências se concentraram nas AISP (Áreas Integradas de Segurança Pública) 6, 9 e 22, todas na Zona Norte do município do Rio de Janeiro, e 14, na Zona Oeste, locais em que as forças de segurança concentraram as operações de combate ao tráfico de drogas, com ocupações no Complexo do Alemão e incursões em comunidades da região. Segundo Ana Paula, a forma de enfrentamento adotada pelo governo favorece a ocorrência deste tipo de incidente.

As balas perdidas se transformaram num fenômeno para a Imprensa no início de 2007. A alta incidência de casos, logo nos primeiros dias do ano, substituiu os ataques sucessivos praticados contra postos da polícia no final de 2006 nas manchetes dos jornais. Até porque representaram uma consequência à pronta-resposta dada pelo novo governo, com sua política de enfrentamento ao crime e policiamento ostensivo.

Mas a cobertura destes casos, nos jornais impressos, mais uma vez revelou o que os especialistas já vinham denunciando: o tratamento desigual dado às vítimas na edição das páginas. No dia 2 de janeiro, na cobertura do Réveillon carioca, os jornais associaram o clima de tensão com as ocorrências policiais das comemorações. O Jornal O Globo deu como manchete de capa “Lula diz que Rio vive terrorismo e Cabral pede ajuda de força federal”, mais uma vez fazendo referência à “Guerra do Rio” em cinco páginas que traziam as matérias sobre os atentados, sobre a posse do presidente reeleito e do novo governador. O Extra seguiu a mesma linha; somente o jornal O Dia tratou da postura governamental em relação à segurança com menos destaque.

Os três jornais, no entanto, apresentaram de forma sucinta a morte de Maria Alcídia de Carvalho Santos, de 41 anos, vítima de bala perdida. Ela estava na casa de parentes, na favela da Rocinha, quando foi atingida. O Globo publicou a informação numa matéria geral sobre registros policiais, mesma tática adotada pelo Extra e O Dia, ainda que a morte tenha sido o destaque dos títulos. Em O Dia, a matéria ressalta os feridos em Copacabana e só menciona a morte da moradora da Rocinha em um parágrafo, no final do texto. Um empresário, um turista, um taxista e um adolescente, também atingidos por tiros na festa, receberam tratamento mais detalhado, ainda que, importante frisar, eles tenham apenas sido feridos. Mas estavam no “asfalto”, ao lado de centenas de milhares de pessoas que acompanhavam a festa. No contexto, o que ocorreu com eles poderia ter acontecido com qualquer leitor; a morte na favela da Rocinha, não.

No dia seguinte, 3 de janeiro, as edições dos três jornais voltaram a apresentar tratamento diferenciado para casos de violência. Uma empresária ferida a tiro de raspão durante tentativa de assalto num sinal de trânsito na Gávea, Zona Sul, foi destaque da página

15 de O Globo, com texto adicional remetendo a um caso parecido, em que outra empresária foi morta nas mesmas situações, em novembro do ano anterior, no Leblon. No entanto, a morte de Rafael Gomes Viana, de 21 anos, por bala perdida, quando estava em casa, no Andaraí, Zona Norte, recebeu apenas uma nota em O Globo e sequer foi publicada no Extra e em O Dia.

3.1.1 VIDAS PERDIDAS: BANALIZAÇÃO E INDIFERENÇA

Acácio Valentim de Souza Menezes, de 2 anos, brincava com a irmã gêmea na porta de casa, em Brás de Pina, Zona Norte, quando foi atingido por um tiro. Não houve tiroteio na área e os pais só foram informados que o menino morreu vítima de bala perdida pelos médicos. O assunto foi registrado em O Globo, no dia 27 de janeiro de 2007, numa matéria pequena, em uma coluna, sem qualquer destaque. O mesmo tratamento editorial foi dado à notícia da morte do menino Iago Silva, de 6 anos, também vítima de bala perdida na Vila Cruzeiro. O Globo e Extra publicaram uma nota.

Em 9 de março do mesmo ano, Vanessa Santos, 24 anos, foi ferida gravemente num confronto entre PM e traficantes na Cidade de Deus e morreu dois dias depois. No dia 10, os jornais publicaram a notícia do fato num contexto geral sobre casos similares, sem detalhes específicos. E a matéria sobre a morte da jovem restringiu-se a uma nota nos jornais O Globo e O Dia; somente o Extra publicou matéria com foto e algum destaque, na edição do dia 12 daquele mês.

Também neste dia, o Extra abordou a morte, por bala perdida, de Jacson Silva, um moto-táxi atingido na Estrada do Itararé, em Ramos, subúrbio do Rio. A morte do rapaz não foi publicada nos jornais O Globo e O Dia. Somente no dia 13 estes jornais informaram o caso a seus leitores, destacando, na capa um protesto realizado por parentes e amigos de Jacson, que acusavam a Polícia pelos disparos. No Extra, a edição fez uma abordagem que humanizava o personagem, ao lado de outras vítimas de bala perdida, com reportagem ampla, com duas páginas.

No final de março, o professor Vladimir Novaes de Araújo, de 28 anos, foi morto por uma bala perdida em Manguinhos. Ele estava numa Kombi na Avenida dos Democráticos e, segundo a Polícia, o tiro teria sido disparado por traficantes. O rapaz era filho de jornalista, conselheiro da Associação Brasileira de Imprensa (ABI), e sua morte teve mais destaque nos jornais. O Globo deu chamada na primeira página, alertando que era a sétima morte em um

mês, por bala perdida, no município do Rio, com suíte do caso, no dia seguinte (27 de março de 2007). O Dia também abriu página com o assunto.

Neste caso do professor, evidencia-se a questão da empatia, da ligação profissional entre a vítima e os jornalistas. A morte do moto-táxi não teve grandes repercussões; só apareceu nas páginas dos jornais por conta do protesto realizado por amigos e parentes. Afinal, a manifestação acabou por interferir na rotina da população daquela região; a abordagem não foi o crime em si, a morte do rapaz, mas a quebra da tranqüilidade e o tumulto no trânsito provocado pelo protesto.

No dia 28 do mesmo mês, a idosa Elza Freitas Rohr, de 80 anos, internada numa clínica, foi ferida por uma bala perdida quando estava deitada no leito. Apesar de a vítima não ter morrido, o caso foi destaque nos jornais: O Globo e O Dia abriram página com a matéria; o Extra usou o fato como manchete do jornal. O endereço da clínica: bairro de Botafogo, na Zona Sul do Rio. Na mesma edição, duas pessoas foram mortas num assalto a ônibus no Grajaú, Zona Norte. O Extra não publicou o fato; O Globo e O Dia também não deram destaque às duas mortes. Outra idosa, Maria Martins da Silva, de 72 anos, seria morta dias depois, no quintal de casa, numa favela no Irajá. No início de maio, Elisabeth Cerqueira, de 62 anos, morreu vítima de bala perdida no Morro dos Macacos, em Vila Isabel, em novo tiroteio da PM com traficantes.

Nos dois casos, O Globo publicou as matérias, sem destaque, sem foto, na parte inferior da página. O Dia destacou a morte de Elisabeth Cerqueira, publicando matéria com foto e, na mesma edição, apresentou reportagem especial sobre pessoas atingidas por balas perdidas – somente no primeiro trimestre de 2007, segundo a matéria, 1.025 pessoas procuraram hospitais no Rio, o que totalizou 11 feridos/dia por projéteis. Segundo o jornal, os dados foram divulgados pelo Ministério da Saúde.

Evidencia-se, nos casos acima, a forma altamente seletiva com que os jornais lidam com a morte de pessoas inocentes por conta da violência no município do Rio. Não importa a idade – a morte de crianças, adultos e idosos vítimas de balas perdidas ganha espaço nas páginas dos jornais de acordo com a localização geográfica da ocorrência e a classe social a que pertencem. Se os fatos ocorrem em áreas carentes, em especial onde são freqüentes os tiroteios e conflitos entre traficantes e entre estes e a Polícia, a notícia perde o glamour, perde o ineditismo, a empatia com o leitor cai a zero. Perde a importância. O quesito idade só é levado em conta – e aí quanto mais jovem maior a humanização pelos jornais – se forem comparados casos envolvendo pessoas de classes sociais similares.

No dia 2 de abril, mãe e filho foram mortos num tiroteio na Ilha do Governador, Zona Norte. Eugracinha Rosa Martins, de 71 anos, e seu filho, o pedreiro José Antonio Martins, de 42, moravam na Favela do Guarabu, palco de uma incursão policial. Os três jornais fizeram a cobertura do fato com chamadas na capa, ainda que sem destaque, e matérias abrindo as páginas. Mas, num único texto, informavam também sobre um caso no município vizinho de Duque de Caxias, em que uma bala perdida feriu um menino, também numa comunidade carente, e acabou gerando protestos. Esta técnica é rotineira nas redações – unir vários casos de violência numa só matéria, sem o cuidado de esmiuçar cada fato, valorizar seus personagens, identificar melhor as vítimas. Não há interesse em maiores detalhes, simplesmente porque tais mortes não terão qualquer impacto sobre seus leitores. E, no caso do menino de Caxias, o destaque, mais uma vez, voltou-se para a ação do protesto e não para a morte em si.

Carlos Roberto da Silva, de 46 anos, motorista de uma locadora de carros, morreu depois de ser atingido por uma bala perdida na saída do túnel Noel Rosa, em Vila Isabel. No mesmo local, outro homem havia sido ferido, também por bala perdida, no início da manhã daquele dia. Ou seja: duas pessoas foram feridas a tiros – e uma morreu – num mesmo local, num único dia. Ineditismo e improbabilidade já caracterizam a história, atendendo às regras e manuais de jornalismo. Mas os jornais o Globo e o Dia publicaram a notícia, mais uma vez, num único texto em que informaram, com mais destaque, sobre outra morte, por homicídio, de um comerciante, na Tijuca, acusado pela polícia de ter envolvimento com o tráfico de drogas. Além de não destacarem as vítimas de balas perdidas, ainda apresentaram a notícia como complemento de um texto sobre uma execução. Somente o Extra publicou as matérias separadas, privilegiando as vítimas de balas perdidas.

Franklin Willian da Silva Pereira, de 16 anos, atendente de lanchonete, ia começar seus treinamentos na escolinha de futebol do Vasco da Gama quando uma bala perdida tirou sua vida, em 18 de abril, no Morro da Matriz, Engenho Novo, durante tiroteio entre PMs e traficantes. O Globo publicou a matéria, sem fotos e em espaço reduzido, numa página que destacava texto sobre o que o veículo qualifica como “guerra contra o tráfico”. Os jornais O Dia e Extra deram mais destaque à morte do rapaz, com fotos mostrando a mãe sendo amparada e contando a história referente ao seu início como jogador no time da escolinha do Vasco.

Outros dois casos extremamente parecidos revelam o tratamento diferenciado dos jornais: no dia 21, O Globo publicou, com destaque, matéria sobre uma bala perdida que feriu o menino Gabriel Castro Nascimento, de 9 anos, quando ele ia para a escola, no Grajaú. O

texto abriu a página 19, com duas fotos. O Dia e Extra também publicaram a matéria com foto. Cinco dias depois, outro menino, de 7 anos, Igor Nascimento Lemos, também foi ferido por bala perdida quando voltava da escola. Mas o seu caso recebeu apenas uma nota em O Globo; os outros dois jornais publicaram matéria com destaque. O menino foi ferido no Morro do Outeiro, no Engenho de Dentro, durante tiroteio entre PM e traficantes.

Em 11 de maio, a doméstica Sueli Raimunda da Silva, de 18 anos, levou um tiro no pescoço na porta de casa, em Vigário Geral, e morreu na frente do filho de 4 anos. O Dia publicou meia página de matéria; O Globo mencionou o incidente sem destaque. O mesmo tratamento discreto foi dado à matéria sobre a morte, por bala perdida, do gari comunitário Thiago Santos de Jesus, de 21 anos, no Morro da Divinéia. Uma matéria pequena, sem foto, ao lado de uma reportagem que ocupava boa parte da página, com fotos, sobre uma homenagem a uma professora que havia sido morta em 2006, na Tijuca. O Dia publicou uma matéria em que destacava a foto dos pais do gari.

Mais uma vez, o quesito empatia entra em cena na edição de O Globo; há pouca ou nenhuma probabilidade de que seus leitores se vejam na situação de ficar na linha de fogo entre policiais e bandidos, numa favela do subúrbio. Os casos da doméstica, do gari e do menino ferido no Morro do Outeiro, apesar de inéditos, perdem em empatia para a morte da professora, na Tijuca, ainda que o caso já tenha ocorrido há tempos. O jornal preferiu destacar a homenagem à vítima morta em 2006, realizada na Lagoa Rodrigo de Freitas, tradicional área da Zona Sul carioca.

O caso de Giovanna Prado Faria, de 4 anos, provocou maior comoção. A menina foi atingida por um disparo na cabeça quando policiais militares perseguiram ladrões que ocupavam um carro no Recreio, no dia 18 de maio. Ela estava num carro, com o pai, que também se feriu no tiroteio. Giovanna ficou gravemente ferida e com a vida em risco durante vários dias. O assunto ocupou as páginas dos jornais, diariamente, com fotos, textos complementares relembrando outros casos, até que a menina finalmente recebesse alta e voltasse para casa, em 12 de junho.

Neste período, duas crianças e um adolescente morreram por conta da violência no final de maio: Ana Clara Santana, de 2 anos, depois que uma granada encontrada por seus pais explodiu no Morro do Juramento; Yuri Andrade Rosa, de 12 anos, atingido por um tiro de fuzil na favela da Grota, no Complexo do Alemão, quando jogava bola de gude; e Alan Lopes Teixeira, de 16, num fogo cruzado em Benfica. Dos três casos, O Globo publicou matérias sem destaque, a partir de textos e fotos produzidos pela equipe de repórteres do

jornal Extra (do mesmo grupo empresarial) e sequer registrou a morte de Alan. Os casos tiveram tratamento mais humanizado no jornal O Dia, com chamadas e fotos de enterro.

Os casos de Ana Clara, Yuri e Alan “cumpriram” todos os critérios exigidos para uma ampla cobertura jornalística. Tiveram um desfecho trágico; havia o ineditismo; um aprofundamento das reportagens garantiria números, dados estatísticos e, evidentemente, a humanização do relato traria a público questões ligadas a direitos humanos e à rotina violenta a que estão expostos os moradores de áreas em conflito. As duas crianças e o jovem morreram; Giovanna não. A diferença entre eles foi a de que os três primeiros casos ocorreram em comunidades carentes, dominadas pela criminalidade, encaradas pelos jornalistas como “palcos de guerra”, onde as mortes acabam sendo inevitáveis e, portanto, rotineiras e sem interesse jornalístico nas coberturas diárias.

No dia 1º de junho, um tiroteio entre PMs e traficantes da favela do Jacarezinho levou pânico à Avenida Dom Helder Câmara, uma das mais movimentadas da Zona Norte do Rio. O pedreiro José Fernando de Oliveira, de 51 anos, morreu quando chegava em casa, atingido por uma bala perdida. Outras quatro pessoas ficaram feridas por projéteis. A matéria só foi publicada pelo jornal O Dia, no dia seguinte, sábado. O Globo publicou uma nota, na segunda edição de domingo. Em contrapartida, dois dias antes, na edição do dia 30, O Globo publicou matéria de página inteira sobre o que chamou de “Guerra do tráfico leva pânico ao Leme”, com infográficos e cobertura detalhada de um tiroteio no bairro da Zona Sul. Não houve mortos ou feridos. Mas a ocorrência foi em área nobre, o que justificava a edição com tamanho zelo.

Em julho de 2007, outro caso de bala perdida no Jacarezinho. Desta vez, o jogador de futebol Leandro Silva Dari, de 16 anos, atleta do juvenil do São Cristóvão, morreu em casa. Em O Globo, que mais uma vez utilizou material produzido pela equipe do Jornal Extra, a cobertura foi limitada, com foto da operação que resultou no tiroteio que vitimou o rapaz, embaixo de matéria onde o presidente Lula anunciava apoio às operações que vinham sendo realizadas no Complexo do Alemão.

Já se tendo evidenciado o apoio incondicional à política de enfrentamento do governo, era previsível este tipo de edição – para O Globo, o mais importante era a operação – retratada na foto utilizada para compor o texto informativo – de combate ao crime, mostrando uma Polícia atuante e aguerrida. O destaque principal da página foi o noticiário sobre o apoio do presidente às ações contra a violência; a morte do jovem jogador de futebol foi reduzida à expressão mais simples, como uma consequência inevitável de uma guerra que deveria ser apoiada pela sociedade. Daí, destacar – e humanizar – o atleta do juvenil do São Cristóvão

não teria o menor sentido. Já os jornais O Dia e Extra destacaram a morte de Leandro, com relatos humanizados e fotos da mãe chorando, e da vítima em foto oficial com o time.

Em 17 de outubro de 2007, uma criança moradora da Favela da Coréia, em Senador Camará – Jorge Kauã Silva de Lacerda, de 4 anos - que morreu vítima de bala perdida, durante incursão policial, foi apenas mencionada na reportagem sobre a operação contra o tráfico de drogas publicada pelo jornal O Globo. Na mesma edição, em manchete de página, texto e foto informavam sobre uma bala perdida que havia atingido um urso de pelúcia num quarto de uma menina, de classe média, que morava na Glória, Zona Sul carioca.

A operação na Favela da Coréia, além de provocar a morte do menino Jorge Kauã e de um policial civil, deixou um saldo de 10 suspeitos de envolvimento com tráfico de drogas mortos, 14 presos e seis policiais feridos. Na edição, os títulos seguiam a linha adotada pelo jornal desde o início do ano: “A GUERRA DO RIO – A batalha da Coréia – Tiroteio durante caçada a bandidos em favela termina com um menino, um policial e dez suspeitos mortos”. A reportagem ocupou uma página, com fotos mostrando a operação e destacando policiais, suspeitos presos e mortos. No texto, não houve menção à família do menino morto, apesar do relato da tentativa de salvá-lo feita por um policial.

Na página seguinte, o jornal também abre o noticiário destacando uma perseguição policial no bairro da Glória. O título “Dois tiros atingem quarto de menina” chama atenção para a matéria – pequena, editada com uma foto - que destaca o fato de duas balas perdidas terem atingido o apartamento e o quarto da garota de 8 anos, detalhando que um dos projéteis atingiu a parede e o outro um bicho de pelúcia. O texto conta, ainda, o desespero dos pais ao ouvir o barulho do vidro da janela se quebrando, por causa das duas balas. Mas o desespero dos moradores da favela, diante de uma incursão que matou 13 pessoas, todas a tiros, não foi relatado na matéria que ocupou uma página da mesma edição do jornal. Mais uma vez, evidencia-se a preocupação em abafar as conseqüências daquilo que foi apresentado como sendo uma guerra.

Dias depois do massacre na Coréia, em 23 de outubro, o secretário de Segurança Pública, José Mariano Beltrame, deu uma entrevista à Rádio CBN – com repercussão nos jornais do dia seguinte – afirmando que existem diferenciações na forma de atuação da Polícia nas operações em favelas. Ele disse textualmente que “Um tiro em Copacabana é uma coisa. Um tiro na Coréia, no Alemão, é outra”, recebendo duras críticas da Ordem dos Advogados do Brasil. O secretário tentou se justificar explicando que estava se referindo a estratégias de ocupação, devido à alta intensidade demográfica de bairros como Copacabana. E reagiu às críticas veiculadas na imprensa, dizendo que os próprios jornalistas também utilizam

tratamento diferenciado nas edições das reportagens quando as ocorrências ocorrem em áreas pobres e em bairros nobres.

Da mesma forma, a notícia de um menino de 12 anos, de uma família de classe média, ferido fatalmente, também por uma bala perdida, num clube fechado da Zona Sul, no início de dezembro, ocupou meia página de O Globo, durante dias seguidos, com direito a chamadas com foto na capa. Hugo Ronca Cavalcanti participava de um jogo de futebol no Clube Federal, no Alto Leblon, quando foi atingido. Ele ficou em estado de coma durante alguns dias e acabou morrendo. Sua família, que havia transferido residência para Niterói há algum tempo, na tentativa de escapar da violência, foi alvo de reportagens sucessivas.

O jornal O Globo apresentou matérias detalhadas sobre o dia a dia da família, relatou reações de amigos em páginas na internet e sites de relacionamento, acompanhou a investigação policial do caso para descobrir de onde partiu o disparo que vitimou o menino, sempre com edições privilegiadas das matérias, com chamadas na capa, manchetes de página e fotos para ilustrar e valorizar os textos. Os jornais O Dia e Extra também deram ampla cobertura ao caso.

No mesmo mês de dezembro de 2007, dois casos semelhantes não ganharam mais do que um registro em uma coluna de página, sem foto e sem chamada, no O Globo. Andrielly dos Santos Pereira Farias, de 7 anos, morreu vítima de bala perdida durante um tiroteio. Ela foi atingida na cabeça quando deixava o culto de uma igreja evangélica com um casal amigo dos pais. Maxuell Ribeiro Alves, de 18 anos, também ficou ferido gravemente. Andrielly morava no Morro da Caixa D'Água, em Quintino, Zona Norte, palco do tiroteio entre policiais e traficantes. E o aposentado Hélio da Costa, de 58 anos, também morreu depois de ser atingido por bala perdida, mais uma vez no Jacarezinho. O Dia e Extra publicaram matérias mais valorizadas, com fotos e depoimentos de parentes e testemunhas.

Agatha Marques dos Santos tinha 11 anos quando foi atingida por um tiro de fuzil dentro de casa, na favela da Rocinha, e morreu a caminho do hospital, no dia 15 de fevereiro de 2008. A menina brincava de videogame com o pai, Claudino Silva dos Santos, quando 200 agentes da Polinter subiram a favela, no início da tarde. O relato está na matéria publicada pelo jornal o Dia, que destinou à cobertura chamada de capa com foto, mais de meia página, três fotos e um texto que humanizava os personagens. Mais uma vez aproveitando o conteúdo do jornal Extra, o Globo abriu página com o assunto, ainda que o texto ocupasse somente ¼ de página, ouvindo depoimentos da assessoria da polícia e do pai da menina.

Na semana seguinte, no dia 24 de fevereiro, o analista de sistemas Leonardo Candido de Souza, de 29 anos, morreu após ser atingido por bala perdida no Méier. O Dia editou a

matéria com foto, abrindo página, ouvindo testemunhas. O Globo sequer publicou. Nestes dias, já estava veiculando diariamente, desde o início do ano, a coluna “A Cara da Morte”, espaço sem fotos onde saem os nomes e dados básicos de pessoas mortas de forma violenta no Grande Rio. Foi ali que o veículo informou a seus leitores a morte de Eliezer dos Santos Soares, de 16 anos, atingido por bala perdida quando jogava videogame em casa, no Complexo do Alemão.

Em contrapartida, no dia 7 de março, o jornal publicou matéria de página inteira sobre a morte da camareira Michele da Silva Lima, de 27 anos, atingida por um tiro de fuzil no quintal de casa, quando lavava roupas na Cidade de Deus. Como os moradores fizeram protesto por conta do crime, o caso chamou a atenção e houve ampla cobertura.

3.2 A OCUPAÇÃO NO COMPLEXO DO ALEMÃO E OUTRAS INCURSÕES

A política de enfrentamento ao tráfico de drogas, determinada pelo governo estadual, foi evidenciada logo no início da atual administração. Ainda em janeiro, no dia 24, a Polícia invadiu a Vila Cruzeiro, no Complexo do Alemão, e prendeu os acusados de terem incendiado o ônibus da Itapemirim, no final de 2006, na Avenida Brasil. Após um tiroteio que durou 11 horas, cinco pessoas foram mortas, vários suspeitos detidos e três moradores ficaram feridos por balas perdidas. O Globo publicou a matéria com destaque, chamada no alto da capa e uma página inteira de matéria, destacando somente a operação. Sequer citou o nome das vítimas por projéteis.

No dia 17 de abril, em novo confronto, desta vez no Morro da Mineira, no Catumbi, dez horas de tiroteio, com 13 mortos e três pessoas feridas por bala perdida, no principal acesso ao túnel Santa Bárbara – que liga a região central do Rio ao bairro das Laranjeiras, na Zona Sul – com trânsito interrompido, renderam seis páginas de matérias em O Globo, que destinou mais de meia capa para o assunto. O mesmo tratamento destacado foi dado pelo O Dia e Extra, sendo que este último com número menor de páginas internas. No dia seguinte, na suíte do assunto, mais uma página de matéria, com texto complementar repercutindo ao assunto, em que foram ouvidos alguns sociólogos.

No dia 2 de maio, a Polícia iniciou uma mega-operação no Complexo do Alemão, um conjunto de favelas na Zona Norte do Rio, uma área considerada mais violenta do que a Faixa de Gaza, que durou mais de dois meses. O Dia e O Globo destacaram, no primeiro dia, os feridos por balas perdidas durante a incursão à Vila Cruzeiro, em praticamente uma página de

matéria, relatando as vítimas e como ocorreram os incidentes. Mais uma vez, a expressão “guerra” foi utilizada pelos veículos para qualificar a ação das forças de segurança.

No segundo dia de operação, O Dia abordou em sua edição do dia 4 as conseqüências diretas para a população: “Zona Norte sitiada”, revelando que as escolas da região tiveram que fechar por conta do conflito entre policiais e bandidos, com foto ocupando boa parte da capa mostrando crianças correndo dos tiros. A cobertura jornalística ocupou mais duas páginas internas. Em O Globo, o espaço foi bem menor, com uma chamada pequena na capa e apenas meia página de matéria, com a foto maior destacando a morte de um PM e apenas um registro, pequeno, das crianças em fuga. No dia seguinte, O Dia manteve o destaque, com o assunto sendo manchete do jornal e mais duas páginas de cobertura. O Globo ignorou o caso.

Na edição do dia 7, uma segunda-feira, o conflito do Alemão voltou a ser destaque nos jornais. Em seis dias de operação, um morador morto e 12 feridos – Vitor Euzébio, de 21 anos, foi atingido por tiros. Para a Polícia, mais um traficante morto; a família do rapaz negou o envolvimento. Os jornais Extra, O Globo e O Dia colocaram o assunto como manchete, mostrando fotos de feridos em hospital e destacando vítima de bala perdida – um menino de 3 anos, chamado Ricardo. O Dia trouxe a cobertura mais ampla, além de uma reportagem especial com o título “Batalha nas ruas”, afirmando que o número de feridos em hospitais aumentou 50% em abril (comparando-se com o mesmo período de 2006).

No dia seguinte, 8 de maio, o jornal Extra traz como manchete o número recorde de baleados: “Para Polícia, ação que matou 6 e feriu inocentes é um sucesso”, detalhando os casos em três páginas de matéria que mostrou, ainda, que, em seis dias na Vila Cruzeiro, houve mais baleados do que em um mês. O Dia também destacou em sua edição vítimas de balas perdidas não apenas na região do Complexo do Alemão, mas em outros pontos da cidade. O Globo, mais uma vez, não menciona o assunto na edição daquele dia.

Os jornais Extra e O Dia mantiveram a postura de destacar as vítimas da violência no Complexo do Alemão. Antonia Dalva, dona de casa, foi ferida quando tentava proteger a filha de 9 anos; a moradora já havia perdido uma filha de 5 por bala perdida, em incursão anterior da Polícia na favela. O caso foi amplamente registrado pelos jornais – o jornal Extra deu chamada na capa e destinou duas páginas para o caso, repercutindo com o então comandante geral da PM, cel. Ubiratan Angelo, que atribuiu a responsabilidade dos disparos aos traficantes. O Globo deu uma chamada pequena na capa e abriu página com “31ª vítima inocente”.

No dia 10, Maria Auxiliadora Machado, de 53 anos, morreu com um tiro de fuzil na barriga, quando estava na porta de casa. O Dia publicou o caso na primeira página, com

destaque, e uma página de matéria, com foto ocupando boa parte da página, registrando o desespero da filha. Naquele dia, mais quatro moradores ficaram feridos por balas perdidas. O Globo foi mais discreto, abriu página com o caso, destacando a morte da “primeira vítima” na Penha (não contabilizando a morte de Vítor Euzébio como sendo de uma vítima do confronto).

Na edição de sábado, dia 12 de maio, O Dia publicou foto que ocupou metade da capa, mostrando uma mãe protegendo os filhos em ônibus na Estrada do Itararé, em Ramos. O Globo deu como título “Mais baixas no Alemão”, com foto dos policiais em ação e registro da morte, por bala perdida, do aposentado Wilson Pereira. O incidente fatal só foi publicado por O Dia na edição posterior, mas com destaque – uma página de matéria, com texto complementar do enterro. O Globo destinou menos de meia página para o assunto, registrando nova morte – Luiz Henrique Almeida, baleado na cabeça.

Entre os dias 13 e 16, poucas ocorrências foram registradas na área. O Dia manteve a cobertura da ocupação, com reportagens especiais sobre estatísticas de baleados – desde o início da operação, o Hospital Getúlio Vargas registrou um aumento de 54% nos atendimentos em relação ao mesmo período de 2006, sobre incidentes de menor gravidade, mas que deixou, por exemplo, um menino de 3 anos ferido por bala perdida na favela da Grota – O Globo ignorou tal fato. Após a curta trégua, os confrontos voltaram ao Alemão. No dia 19, O Globo apresentou matéria falando sobre os 17 dias de operação, com 16 mortos e 53 feridos. Mais uma vez, destacou na foto principal a Polícia em ação. Dois dias depois, outra reportagem, destacando que o número de mortos em confronto bateu recorde.

No final do mês, a morte do menino Yuri Andrade Rosa, de 12 anos, atingido por tiro de fuzil na favela da Grota, quando jogava bola de gude, ocupou menos de meia página em O Globo – com material produzido pela equipe do Extra. O Dia deu maior destaque, com chamada na capa e texto complementar sobre outros feridos. No dia 8 de junho, O Globo publicou outra matéria, pequena, mencionando mais feridos por bala perdida na Vila Cruzeiro. O jornal Extra deu mais destaque, apresentando a 63ª vítima de bala perdida na área da Vila Cruzeiro em 36 dias, com 21 mortos. No dia 12, o mesmo jornal voltou a manchetar o assunto, com o fechamento de nove escolas na área e uma página de matéria em que narra o momento em que o comandante geral da PM, cel. Ubiratan Ângelo, ficou na linha de tiro dos traficantes e por pouco não foi ferido.

Dois dias depois, os jornais O Dia e Extra destacam em suas capas as crianças do Complexo do Alemão sendo revistadas a caminho da escola por agentes da Força Nacional de Segurança – enviada pelo governo federal para dar apoio às polícias estaduais na operação.

Outra foto evidencia o pânico dos moradores – adultos e crianças correndo pelas ruas, para fugir de mais um tiroteio. No jornal Extra, a capa sentenciava: “Força Nacional humilha crianças”, com uma foto ocupando mais de meia página. O Globo não registrou o fato naquela edição, só informando seus leitores da rotina dos moradores diante do fogo cruzado em sua edição do dia 17.

No entanto, no dia 18, o mesmo jornal publicou uma página de matéria sobre a morte, por bala perdida, do engenheiro Ailton Lopes Moreira, de 53 anos, em Brás de Pina. Ele abastecia o carro, num posto que fica a dois quilômetros de distância do Complexo do Alemão, mas acabou atingido mortalmente. O jornal editou uma foto da família do engenheiro e produziu, inclusive, um infográfico mostrando a trajetória do projétil. O Dia publicou uma nota e o jornal Extra destinou meia página de matéria para o assunto. Finalmente, no dia 19, a edição de O Globo trouxe a cobertura, com foto grande na capa, do desespero dos moradores: mães e crianças correndo de um tiroteio, na saída da escola. Mas a foto mais emblemática desta situação ocupou boa parte da primeira página de O Dia no dia 23 de junho: um menino tampa os ouvidos, agachado, durante um tiroteio, acuado na calçada, a caminho da escola.

Em todo o período, fica clara a linha editorial adotada pelo jornal O Globo – apoio incondicional à política de enfrentamento do governo estadual, que se traduziu pelas edições que minimizavam os casos de balas perdidas – mortos e feridos – limitando-se a registros sem apelo emocional, evidenciando em seus textos e títulos que se tratava de uma guerra, destacando-se somente os casos em que ficava fácil apontar o inimigo como altamente perigoso – a cobertura à morte do engenheiro atingido no posto de combustível serviu para destacar o quanto os traficantes estavam bem armados e o potencial de perigo destas armas. O drama dos moradores daquelas comunidades ficou à parte na cobertura de O Globo, com poucas exceções. Afinal, o lado negativo da “guerra” não teria muitos simpatizantes.

O dia 27 de junho de 2007 ficará marcado para os moradores do Complexo do Alemão. Em uma das maiores mobilizações policiais do País – segundo destacaram os jornais no dia seguinte – 1.350 agentes das forças de segurança dos governos estadual e federal invadem a área, no 57º dia de ocupação. Foram 19 mortos – e os jornais diziam que o número podia chegar a 30 – sete vítimas de bala perdida e um policial ferido. A mega-operação foi manchete de O Globo, que dedicou duas páginas de matéria para a investida, e apenas um texto complementar sobre os feridos, com duas fotos.

O Dia destinou toda a capa para destacar a foto de uma moradora protegendo uma criança, e a cobertura ocupou as páginas 3 a 6, sendo a 5 exclusiva para comentar sobre as crianças no fogo cruzado. O jornal Extra também utilizou toda a primeira página com textos e

fotos sobre a mega-operação, destacando a coluna “Diário da Guerra” – dando conta de que era o 57º dia de ocupação, com 44 mortos, entre eles um PM, e 81 feridos. A cobertura, das páginas 13 a 16, privilegiou o desespero dos moradores, com fotos mostrando mães em pânico, crianças correndo, moradores atingidos por balas perdidas – fotos e depoimentos. Toda a página 16 anunciava “cenas de uma guerra civil” com fotos de pessoas acuadas, tentando se proteger dos tiros.

Na suíte da mega-operação, O Globo destinou capa e mais cinco páginas, mas apenas uma retranca falando dos inocentes mortos, sem fotos. O Dia trouxe matéria em que mostra a pouca idade de três mortos – 13, 14 e 16 anos – revelando que menores estão sendo usados como escudos pelos traficantes. A suíte foi editada em duas páginas, com críticas à ação policial. No jornal Extra, o que mais chamou a atenção na edição do dia 29 foi a foto editada no alto da capa, em que um PM aponta fuzil na direção de uma mulher com criança no colo. O jornal repercutiu a mega-operação com a OAB. No dia seguinte, O Dia trazia matéria em que a violência no Alemão estava sendo considerada pior do que a Faixa de Gaza, de acordo com relatório do UNICEF.

3.2.1 AS REPORTAGENS ESPECIAIS NO PERÍODO DA OCUPAÇÃO

Foram editadas poucas matérias especiais ligadas à segurança pública nos primeiros meses da nova política de enfrentamento adotada pelo governo. Logo no final de janeiro de 2007, O Dia fez uma reportagem sobre a precariedade dos serviços de entrega nas áreas conflagradas, em função do alto risco de incidentes e por determinação de traficantes. “Excluídos pela insegurança” trazia a primeira narrativa sobre o medo enfrentado pelos moradores de favelas. No início de fevereiro, o mesmo jornal abordou a questão da educação, em outra matéria especial mostrando “Escolas sob domínio do crime”.

No dia 18 de março, O Dia apresenta um caderno especial sobre segurança, destacando parentes de vítimas de balas perdidas, em sete páginas de cobertura. E volta a mostrar o assunto, em outra reportagem especial no dia 6 de maio. No dia 9, foi a vez de O Globo publicar uma matéria especial de uma página sobre a ocupação no Alemão. Boa parte deste espaço destinou-se a detalhar que o número de baleados era alto, mas que foram poucas as mortes. E o texto confirmou a tese da Polícia Militar de que os tiros partiam dos traficantes. Foram ouvidos funcionários de hospitais, o comando da PM e sociólogos. Logo depois, o mesmo jornal publicou outra matéria especial ligada à segurança, no dia 13 de maio, mostrando os helicópteros na mira do tráfico, com mais uma página de matéria no dia

seguinte, como suíte. Duas semanas depois, outra reportagem, desta vez com especialistas dizendo que faltam policiais para vencer a “guerra”.

No domingo, 3 de junho, O Dia apresenta nova reportagem, revelando que os jovens que estavam sem aulas na área do Complexo do Alemão, em função do fechamento temporário das escolas por conta da ocupação policial, estavam entrando no crime. Na terça-feira, dia 5, outra reportagem mostra que panfletos do tráfico estavam sendo distribuídos na região, ameaçando os moradores da Penha. No dia 10, outra matéria especial, desta vez quase uma página contando a história de superação do carregador Marcelo França, de 32 anos, vítima de bala perdida.

No dia 1º de julho, O Globo trouxe uma entrevista exclusiva com o governador Sérgio Cabral, falando sobre os seis meses de governo e sobre a política de enfrentamento ao crime adotada em seu governo. Na matéria, Cabral diz que as ações serão mantidas e alerta: “A Zona Sul vai ter que entender o estresse da guerra”. Em O Dia, a reportagem especial focava o aumento da sensação de insegurança na área do Complexo do Alemão, mostrando uma comparação entre as zonas Sul e Norte da cidade. No jornal Extra, a matéria especial dominical era sobre o perigo nas escolas da Vila Cruzeiro. No domingo seguinte, 8 de julho, O Globo e O Dia traziam duas reportagens sobre o mesmo assunto: a descoberta de um manual de guerrilha feito por militares e utilizado pelo tráfico. O assunto foi alvo de suítes em o Globo, destacando que os traficantes tinham mais segurança do que presidentes da República.

No final de agosto, O Globo publicou uma série de reportagens especiais abordando a dura rotina dos moradores das áreas conflagradas no município do Rio. Quatro repórteres foram escalados para o trabalho, que buscou relatos humanizados e detalhados de vítimas da violência praticada nas favelas, tanto pelos traficantes quanto pela Polícia e milicianos. A série “Os brasileiros que ainda vivem na ditadura” foi publicada durante vários dias, mostrando a barbárie vivida pela população destas comunidades, comparando as violações de direitos humanos durante o regime militar com o que acontece, atualmente, nas áreas de favela, e culminou com um debate – Democracia Roubada – que contou com a presença de representantes de entidades civis ligadas a direitos humanos e jornalistas.

A reportagem revelou a rotina de 1,5 milhão de moradores que têm seus direitos fundamentais violados diariamente, enfocando casos de desaparecidos, tortura, exílio, execuções, invasão a domicílios, censura, restrições ao direito de ir, vir e permanecer, impunidades e impedimento à livre associação dos moradores, com interferências de traficantes e milicianos.

3.3 LATROCÍNIOS – DIFERENCIAÇÕES MANTIDAS

A empresária Adriana Rubinick, de 32 anos, estava em seu carro, parado num sinal de trânsito, numa esquina da Gávea, quando reagiu a uma tentativa de assalto e foi ferida, de raspão. A ex-miss Leila Schuster também foi atacada em Botafogo e esfaqueada por assaltantes, sem gravidade. Os dois casos ocorreram em janeiro de 2007 e foram destaque no jornal O Globo. Mas a morte do copeiro Fernando Thiago Souza, de 20 anos, no final de fevereiro daquele ano, também ao reagir a uma tentativa de assalto, no bairro de Guadalupe, sequer foi divulgada pelo jornal. E as mortes de Daniel Benedito dos Santos, de 44 anos, também atacado quando estava parado com seu carro num sinal de trânsito, em Pilares, e de Marcos Portugal Pontes, de 33 anos, num assalto a ônibus no Grajaú, foram relatadas num único texto, publicado no dia 28 de março, no Globo, sem foto, sem destaque.

Em maio, a estudante Aline Apolinário da Silva, de 26 anos, foi morta na Pavuna, também atacada por ladrões de carro. O mesmo aconteceu, dias depois, com a recepcionista Ana Cristina de Souza, de 39 anos, no bairro de Campo Grande. O Globo publicou as duas matérias, sem destaque. No início de junho, no entanto, quando o empresário Francisco Ivan Ramos Magalhães enfrentou a mesma situação e ficou ferido de raspão, a matéria recebeu um tratamento editorial bem mais destacado. O incidente ocorreu na Lagoa, com direito a suíte sobre seu estado de saúde no dia seguinte.

Os casos de assaltos com feridos e latrocínios ganham espaços nos jornais ou simplesmente são ignorados, em função da localização geográfica. Ainda no início de janeiro de 2007, uma perseguição a bandidos com acidente na Avenida Brasil, que resultou em duas mortes – um assaltante e um refém, Anderson Silva dos Santos, funcionário de uma empresa de transporte cujo caminhão havia sido roubado na Penha, Zona Norte -, e treze pessoas feridas, foi noticiada discretamente em O Globo.

Dois dias depois, a morte do comerciante Eduardo Lopes, de 52 anos, dono de uma farmácia no Engenho da Rainha, por latrocínio, também mereceu apenas um registro naquele jornal. Mas um arrastão num dos acessos ao túnel Rebouças, no dia 12 de janeiro, sem que houvesse qualquer pessoa ferida, mereceu uma página de matéria em o Globo, com foto e infográfico. O Dia também destacou o assunto em sua edição do dia 13. Já uma tentativa de assalto com dois mortos e dois feridos em Santa Cruz, numa casa lotérica, foi veiculada como nota em O Globo.

Ainda em janeiro de 2007, chama a atenção, em O Globo, a edição do dia 30, com a veiculação da reportagem sobre uma perseguição no bairro de Copacabana, em que um

assaltante morreu e uma pessoa foi ferida. Em quase meia capa, o jornal chamou a atenção do leitor para “Copacabana na linha de tiro”, com uma foto grande de um carro da Polícia Militar atingido por tiros. A matéria trouxe infográfico detalhando a ação.

O taxista Cleber de Assunção, de 60 anos, foi morto por assaltantes em Vicente de Carvalho, no dia 13 de julho de 2007. O Dia publicou meia página de matéria, com foto de mais uma vítima da violência. O fato foi ignorado pelos jornais O Globo e Extra. Já a morte do engenheiro Heitor Ponte Junior, de 42 anos, dias depois, quando chegava ao trabalho, em Jacarepaguá, foi destaque nos principais jornais cariocas. O bombeiro Carlos Borges, de 45 anos, também morreu em assalto, na Penha. Somente O Dia publicou o fato, em uma nota, no dia 3 de janeiro de 2008.

Mais uma vez, prevalecem os critérios de localização geográfica no jornal O Globo – na Zona Sul e bairros de classe média, todas as repercussões possíveis; fora do campo onde se concentra a maioria dos seus leitores, somente registros sumários, quando for o caso. Foi assim em abril de 2008, quando Maria Emilia Monteiro Ramos, de 59 anos, foi morta quando dois bandidos a abordaram, na Tijuca, para roubar seu carro. Caso rotineiro, em que os ladrões se assustaram com um movimento da vítima, ao pegar a bolsa, quando já havia saído do veículo. Os jornais deram ampla cobertura ao caso, com infográficos, fotos, textos complementares enfatizando a vida familiar da vítima, chamada na capa e suíte nos dias seguintes. Maria Emília era secretária do acadêmico e cientista político Candido Mendes de Almeida, reitor da Universidade Candido Mendes.

No mesmo mês, os jornais publicaram outro latrocínio, desta vez do bancário Marcelo Vidal Leite Ribeiro, de 28 anos, assassinado com um tiro no pescoço no Andaraí. As reportagens colheram depoimentos de parentes, amigos e declarações oficiais das autoridades de segurança. O Globo publicou material elaborado pela equipe do jornal Extra, editando texto e fotos. No mês seguinte, no entanto, a morte do aposentado Ulrich Rosenzweig, de 85 anos, que tentou defender um Office boy que brigava com um ladrão, no Centro do Rio, e acabou sendo atingido por um tiro, só foi publicada com destaque pelo jornal Extra. O Globo registrou o fato na coluna “A cara da morte”.

3.3.1 JOÃO HÉLIO E O DISCURSO PENAL

No dia 8 de fevereiro de 2007, O Globo publicou, em terceira edição, a notícia da morte de João Hélio Fernandes Vieites, de 6 anos, um dos casos de maior repercussão dos últimos anos e que deu margem a debates incessantes na mídia em relação à redução da

maioridade penal. O Dia também veiculou a matéria, já em fechamento de edição, com chamada na capa. A cobertura completa, no entanto, viria na edição do dia seguinte.

O menino estava no carro da mãe, preso ao cinto de segurança no banco traseiro, quando houve uma abordagem de assaltantes, no bairro Oswaldo Cruz, na Zona Norte do Rio. A mãe de João Hélio, Rosa Fernandes Vieites, a irmã do garoto, Aline, de 13 anos, e uma amiga conseguiram sair do carro, mas ele ficou preso no cinto de segurança quando os bandidos arrancaram com o carro, sem esperar que o menino fosse solto pela mãe.

João Hélio foi arrastado por mais de sete quilômetros. Motoristas de outros carros e pedestres ainda tentaram alertar os ocupantes do veículo que o menino estava sendo arrastado, mas os ladrões continuaram em fuga, em alta velocidade, arrastando o corpo pelo asfalto. Na época, a Polícia garantiu que eles sabiam que João Hélio estava preso e chegaram a fazer ziguezague com o carro na tentativa de livrar-se do corpo, já dilacerado. Passaram pelos bairros de Campinho, Madureira e Cascadura. Por fim, abandonaram o veículo e fugiram a pé. Cinco bandidos foram presos logo depois, um deles menor de 16 anos.

O caso, que chocou a opinião pública, desencadeou uma verdadeira campanha em defesa da redução da maioridade penal, com o apoio explícito dos jornais. Na edição do dia 9 de fevereiro, O Globo destinou praticamente toda a capa para o caso e o título “Barbárie contra infância” chamava o leitor para acompanhar as cinco páginas de matérias, já destacando provável pena dos criminosos. Trouxe uma retranca com especialistas em segurança e outra revelando índices de roubo de carros – 70% dos casos acontecem na Zona Norte; na Zona Sul são apenas 1,7%.

Os jornais Extra e O Dia também chamaram toda a primeira página para o caso, o primeiro com mais duas páginas internas e o segundo com três. No jornal Extra, a edição também deu com destaque o tempo de prisão dos bandidos e texto complementar sobre a legislação prevendo redução da punição. Um infográfico mostrou com riqueza de detalhes como foi a ação que vitimou o menino João Hélio.

No sábado, dia 10 de fevereiro, O Globo publicou a seguinte manchete: “Martírio de criança reabre debate sobre leis mais duras”, com opiniões do presidente Lula, do governador Sérgio Cabral, da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e de ministros do Supremo Tribunal Federal. Foram dedicadas ao assunto quatro páginas com as repercussões, além da página de opinião. Os jornais Extra e O Dia também investiram no assunto na primeira página, com pelo menos mais três páginas internas de repercussões.

A primeira edição dominical após a morte do garoto também ocupou-se da questão, desta vez não abordando apenas a redução da maioridade penal, mas também a pena de morte.

Uma reportagem baseada nos e-mails e cartas dos leitores foi produzida pela redação, com depoimentos também dos especialistas João Trajano Sento Sé, Milton Correa da Costa e Gilberto Velho. O Extra também seguiu a linha, só que com discursos mais populares: uma entrevista com a escritora Gloria Perez, que perdeu a filha assassinada e destacou-se por lutar nacionalmente em defesa do aumento de penas. O Dia repercutiu o assunto com matéria ouvindo populares e mais duas páginas apresentando o perfil de 13 mães que perderam seus filhos.

Na mesma edição, O Globo e O Dia publicaram matéria sobre a morte do taxista Paulo Roberto de Oliveira, de 50 anos, que morreu após ser atingido por bala perdida, durante tiroteio entre a PM e assaltantes, na Estrada Velha da Pavuna. Em O Globo, o texto entrou como complemento em uma das páginas sobre o caso João Hélio – havia mais quatro crianças no carro dirigido pelo taxista, que foram retiradas e conseguiram escapar das balas. O Dia deu destaque ao crime, com uma página de matéria sobre a morte do taxista.

Na semana seguinte, todas as manchetes de capa de O Globo trataram do tema – redução da maioridade penal. Na segunda-feira, dia 12, o jornal reproduziu uma entrevista no programa Fantástico com os pais do menino João Hélio e mais uma retransmissão sobre legislação. No dia 13, a manchete foi “Câmara apressa votação de lei mais rígida contra crime”, apresentando uma página de matéria sobre crime hediondo e possível alteração na lei. No dia 14, o título principal da capa foi “Governadores pedem mais tempo de prisão para menor”, com artigos de Roberto Da Matta, favorável à discussão, e de Ignácio Cano, contrário. Naquele dia, as páginas 3, 4 e 5 continham textos sobre aumento de pena e maioridade; mais adiante, na editoria Rio, mais quatro páginas com suíte do caso.

No dia 15, a manchete informava: “Câmara aumenta regime fechado para crime hediondo”. Na capa do jornal, fotos de parentes de vítimas de bala perdidas numa missa na Igreja da Candelária. As reportagens foram editadas em cinco páginas. No dia 16, nova manchete na capa: “Adulto que usar menor em crime terá punição maior”. No sábado, mais duas páginas sobre redução da maioridade penal, com criminalistas condenando mudanças e um infográfico apresentando inúmeros projetos sobre o assunto. Finalmente, no domingo seguinte, o jornal apresentou uma reportagem especial sobre jovens infratores e falta de vagas para internação nas unidades correcionais do Estado. A campanha foi mantida pelo jornal nos dias seguintes. Os jornais Extra e O Dia também seguiram linha parecida, ainda que com espaço reduzido e coberturas mais factuais dos assuntos relacionados à morte de João Hélio.

Em março, o caso voltou à tona. No dia 2, O Globo publicou matéria com destaque e críticas ao adiamento do projeto que reduz a maioridade penal. Os jornais Extra e O Dia não

publicaram matéria sobre o assunto. No dia 4, os dois jornais do grupo apresentaram especial sobre um mês da morte de João Hélio, focando, mais uma vez, na eficácia da legislação e da justiça. No jornal Extra, a matéria especial “Existe amanhã?” apresentou menores contando histórias de crimes hediondos, numa série que ocupou uma página das três edições seguintes do jornal.

3.3.1.1 A exceção à regra – a morte de Alana

Uma adolescente de 13 anos fica no meio do tiroteio entre policiais e traficantes no Morro dos Macacos, em Vila Isabel. Alana Ezequiel morre, atingida por uma bala perdida. Mas, ao contrário do que pode se perceber em casos similares, envolvendo vítimas que moravam em áreas conflagradas, o caso de Alana foi destaque em O Globo. Sua morte foi anunciada no alto da capa, num quadro em que sua mãe, Edna, aparece chorando, numa foto também emblemática.

Na página 11, totalmente destinada à cobertura do caso, Edna Ezequiel volta a aparecer em destaque. O jornal repercutiu com o especialista Jailson de Souza e Silva, do Observatório de Favelas e da Universidade Federal Fluminense, que criticou a utilização do veículo conhecido como “caveirão”, por ter reduzido a morte de policiais, mas aumentado a de civis. Os jornais Extra e O Dia também apresentaram o caso em suas capas e destinaram meia página de matéria para o registro dos fatos que envolveram a morte de Alana.

Os três jornais fizeram a cobertura do enterro da garota, com destaque razoável nas edições do dia 7, que também traziam notícia sobre uma incursão no Complexo do Alemão, em que um paiol do tráfico foi estourado; quatro pessoas ficaram feridas por balas perdidas. O Globo usou o assunto como segunda manchete de capa, afirmando: “Mais 4 inocentes no fogo cruzado”, mantendo por algum tempo a nova abordagem iniciada com a morte de João Hélio, que desencadeou a campanha pela redução da maioria penal. Os jornais Extra e O Dia também destacaram as vítimas inocentes: “Sangue inocente” no primeiro; e “O sofrimento de inocentes na guerra”, no segundo.

No dia 8, o primeiro resultado prático da campanha foi manchete de O Globo: “Preso por crime hediondo ficará mais tempo na cadeia”. Na mesma edição, destaque para o encontro dos pais de Alana e João Hélio, num protesto contra a violência, e também para o anúncio, pelo governo do Estado, da criação de um banco de dados para vítimas de balas perdidas. A reportagem trouxe opiniões do grupo Afro-reggae e do sociólogo Hélio Jaguaribe. Nos dias

seguintes, o jornal manteve a cobertura dos assuntos envolvendo os dois casos, como missas, passeatas de protesto contra a violência.

No dia 13, o destaque da capa era o título “Mães que choram”, chamando para a missa de sétimo dia de Alana. Mas um novo caso recebeu destaque de O Globo – um grupo de estudantes parado em frente a uma escola pública na Zona Oeste foi atingido por disparos feitos por ocupantes de um carro. Um rapaz morreu – Thiago Oliveira Paulino, de 17 anos – e oito ficaram feridos. Na suíte, a justificativa para a cobertura destacada: 14 pessoas foram vítimas de balas perdidas em sete dias no município.

Os jornais Extra e O Dia também investiram no caso, mas de forma mais humanizada, contando a vida do rapaz morto e entrevistando seus pais – no dia seguinte, trariam com destaque nova entrevista, desta vez com a namorada grávida de Thiago. O Globo detalhou o assunto abordando a história sobre a “guerra” do tráfico na região. A mesma que provocaria a morte do comerciante Reolindo Francisco da Rosa, de 56 anos, morto com quatro tiros na porta de seu bar, na favela do Fumacê. O registro do crime entrou no final do texto sobre o ataque aos estudantes.

3.3.2. VÍTIMAS ESTRANGEIRAS TÊM DESTAQUE NAS EDIÇÕES

No início de junho de 2007, o Globo destacou que a harpista russa Anna Verkholtantseva havia sido ferida em assalto na Glória e não poderia se apresentar em concerto na Casa França Brasil. A edição do dia 8 trazia uma foto grande da artista na capa e uma página de matéria sobre violência. O jornal sempre adotou uma postura de dar ampla cobertura a casos de violência envolvendo estrangeiros. O critério que justificasse tal opção? Aponta-se o ineditismo, o fato de violência contra turistas atrair a Imprensa internacional, ou por serem pessoas que despertem a curiosidade do leitor. Fica mais curioso e interessante para o jornal fazer um título atrativo destacando a condição de turista ou estrangeiro. Chama a atenção do leitor.

Logo no início do ano, no dia 5 de janeiro, o jornal publicou quase duas páginas para um assalto a ônibus com turistas na Linha Vermelha. Mais uma vez, o chapéu “A Guerra do Rio” abria as páginas, com textos sobre a ação dos bandidos, infográfico, três fotos grandes, retrancas de outros casos e mais meia página de entrevistas com o então Secretário Estadual de Esportes, Lazer e Turismo Eduardo Paes se desculpando pelo incidente. O jornal Extra sequer publicou a notícia e O Dia destinou uma página de seu noticiário para o assunto. No

dia seguinte, a suíte reservou espaço nobre do jornal, ao lado da coluna do jornalista Ancelmo Gois.

No dia 8, nova referência ao assalto aos turistas: “Xerifes para proteger turistas” era o título de uma matéria sem fonte anunciando medidas para evitar novos incidentes. Ao lado, um quadro com a matéria que detalhava um tiroteio que fechou a Linha Amarela por 20 minutos. No dia 21 de fevereiro, no auge do caso João Hélio e com toda a campanha pela redução da maioria penal, dois meninos, de 12 e 13 anos, dispararam tiros de pistola Colt 45 contra um empresário chinês, morador da Tijuca, numa tentativa de assalto na Radial Oeste. Chan Leh, de 53 anos, ficou ferido. O Jornal publicou uma chamada no alto da capa, mais uma página de matéria detalhando a ação, e mais uma com repercussões, aí editando no mesmo material o caso João Hélio. O jornal Extra ignorou o assunto; O Dia publicou meia página de matéria, com uma chamada na capa. No dia seguinte, O Globo utilizou mais meia página em suíte sobre o caso.

O caso dos franceses da organização não governamental Terr’ativa, que desenvolvia projetos com menores abandonados, mortos por um ex-menino de rua que trabalhava com eles há anos, foi amplamente divulgado em O Globo, em sucessivas edições, a partir de 28 de fevereiro de 2008. Társio Wilson Ramirez, de 25 anos, articulou o crime, matando um casal e mais uma terceira pessoa, todos de nacionalidade francesa, em Copacabana. Durante vários dias, o jornal deu destaque ao noticiário que acompanhou o caso.

Quase um mês depois, em 20 de março, O Globo voltou a dar espaço a um caso de latrocínio envolvendo estrangeiros. O músico francês Sebastien Emmanuel Gressez tinha acabado de deixar o Rio, com sua banda, para fazer um show em São Paulo quando o ônibus em que estavam foi assaltado na altura de Japeri. Os bandidos mataram o músico, numa ação que foi reproduzida pelo jornal em infográfico e chamada em destaque no alto da primeira página. O jornal Extra destinou meia página de seu noticiário para o caso; O Dia seguiu pelo mesmo caminho. Nos dois dias seguintes, O Globo continuou publicando matérias sobre o caso, sempre com destaque.

Em abril, no dia 7, O Globo publicou matéria sobre um assalto na Glória, Zona Sul do Rio, em que um francês e seu empregado foram mantidos reféns por duas horas. Ninguém se feriu, mas o jornal abriu página com a matéria, com foto. Os jornais Extra e O Dia ignoraram o assunto. Na mesma edição, O Globo deu espaço bem menor para a notícia sobre um menino de 11 anos morto por engano no Morro da Divinéia, no Grajaú. Claudio Matias da Silva foi atingido pela bala com que um homem pretendia matar um cachorro. Dois dias depois, nova matéria com destaque, fotos, informava aos leitores de O Globo que uma estudante americana

havia sido rendida num assalto no Leblon. Mais uma vez, os jornais Extra e O Dia não veicularam o caso em suas páginas.

3.4 O MUNDO CÃO TEM LADO

Quando o contador Paulo da Silva Ribeiro, de 60 anos, matou a filha Paula Martins Ribeiro, de 30, no apartamento em que moravam, no Leblon, no dia 8 de janeiro de 2007, O Globo publicou a matéria com destaque, abrindo a página e foto do pai na delegacia. Os jornais Extra e O Dia também exploraram o caso, escolhendo-o para ser a manchete principal do jornal e editando texto e fotos em mais de meia página interna. O crime foi suíte nos jornais, de forma mais discreta.

O chamado “mundo cão”, gíria jornalística para identificar os casos em que crimes aparentemente sem motivos e envolvendo pessoas com vínculos de parentesco são cometidos, também traz suas diferenciações. Carlos Alberto Pereira, pedreiro, matou a mulher, Alessandra Garcia Pereira, de 29 anos, e as três filhas do casal, de 2, 4 e 9 anos, a facadas, ferindo gravemente o sogro. O Globo publicou uma nota sobre o crime e O Dia editou a matéria, sem foto e sem destaque, no dia 21 de março de 2007, sem destaque. O pedreiro morava com a família em Santíssimo, Zona Norte. O jornal Extra, que levou “furo” dos demais jornais, trouxe uma página de matéria no dia seguinte.

Duas semanas depois, no dia 8 de abril, o soldador Wilson Barbosa Medeiros, de 57 anos, matou Thiago da Rocha, irmão de sua ex- namorada, e feriu os pais da moça. Mais uma vez, o assunto foi alvo de uma nota em O Globo e matérias com destaque (fotos e mais de meia página) no jornal Extra e em O Dia. Em maio, apenas o jornal Extra publicou, em meia página, a morte do bebê Emanueli Rebeca Aguiar, de 1 anos, por espancamento, em Campo Grande. O pai e a madrasta foram acusados pelo crime.

Em geral, a primeira reação dos jornalistas que atuam em veículos cuja linha editorial é a de não massificar os casos de polícia é a de que determinado crime não interessa por tratar-se de “mundo cão” – ou seja, não são situações de segurança coletiva; são casos de violência intrafamiliar, em que os leitores não têm empatia, não se identificam, não se vêem na situação da vítima e, portanto, acabam por rejeitar aquele tipo de notícia. Assim, O Globo informou o bárbaro crime cometido pelo pedreiro em uma nota. Afinal, era “mundo cão”, em que a condição sócio-econômica da família acaba sendo apontada como principal responsável pelo crime.

Já o fato de um contador morador do Leblon matar a filha não se encaixa no rótulo; ao contrário, desperta a curiosidade e chama a atenção. Assim também aconteceu com a morte da cantora Leila Maria Maciel Abraão, de 50 anos, quando estava em casa, no Recreio. O crime, segundo a Polícia, não teria sido latrocínio, mas homicídio. A vítima foi morta com dois tiros. O Globo publicou a matéria com destaque, ocupando mais de meia página, com texto complementar sobre a violência no bairro.

Em junho de 2007, um homem foi preso acusado de matar o enteado de 5 anos. João Gabriel da Silva foi morto a socos e pontapés, na Zona Norte do Rio. O Globo não noticiou o fato; O Dia publicou uma nota e o jornal Extra, mais uma vez, deu a matéria com destaque, inclusive publicando a foto do acusado. Da mesma forma, O Dia e Extra deram com destaque a morte de dois travestis na Taquara, no final de 2007, num caso em que a linha de investigação da Polícia foi a homofobia. Maycon Mendes, de 20 anos, e Alex Eduardo Silva, de 38, morreram num intervalo de meia hora. O Globo ignorou o assunto.

Em março de 2008, Manuel Gonçalves da Silva, de 53 anos, matou a menina Jéssica Ferreira da Silva, de apenas 13, com quem teve um relacionamento, e a tia da menor, Joana, na comunidade do Coroado, em Santa Teresa. Em seguida, trocou tiros com a Polícia e se matou. O jornal Extra publicou a história dramática em uma página, com fotos, textos complementares que traziam depoimentos dos pais e amigos das vítimas. O Dia também deu destaque ao caso, flagrando a foto do pai chorando e ouvindo policiais e testemunhas. A morte de Jéssica não foi divulgada em O Globo. Em julho, O Globo publicou a morte da menina Taissa Calote Lima, de 4 anos, na Taquara, numa matéria sem destaque. Ela havia sido morta pelo padrasto.

No início de 2008, no dia 14 de janeiro, apenas o jornal O Dia publicou, com fotos, matéria que informava sobre a morte da auxiliar de enfermagem Célia Regina Martins, de 51 anos, no Irajá. Ela entrou na frente do filho, Diego Patrício Martins, de 21 anos, alvo do bombeiro reformado Néelson Tribuceiro da Silva, de 67. Armado, ele queria matar o rapaz após uma discussão, mas acabou atingindo a auxiliar de enfermagem.

A mesma diferenciação ocorre com vítimas fatais de acidentes de trânsito. Quando a menina Lidia Stefany dos Santos, de 10 anos, morreu atropelada na porta de casa, em Manguinhos, no início de janeiro de 2007, por um veículo dirigido por um sargento do Corpo dos Bombeiros, O Globo publicou uma nota. Os jornais Extra e O Dia informaram seus leitores sobre o fato com matérias editadas em espaço nobre, em páginas ímpares, com fotos e chamada na capa. Foi exatamente este tratamento dado, pelo O Globo, à matéria que

informava sobre a morte de Rafael de Almeida Ventura, de 19 anos, num acidente de trânsito na Gávea. O texto abriu a página, com foto, e complemento lembrando casos semelhantes.

Em março do mesmo ano, quando um trem atropelou e matou dois jovens que voltavam a pé para casa, na estação São Francisco Xavier, vindos de um baile funk na Mangueira, O Globo e O Dia publicaram uma nota. O jornal Extra deu matéria com destaque, abrindo página, com foto. Dias depois, ainda em março, um novo atropelamento foi destaque em O Globo, com a notícia abrindo página ímpar, com foto. Uma pessoa havia sido morta e três ficaram feridas. O local: Leblon.

3.5 JUNHO E JULHO DE 2008 – OS EQUÍVOCOS

Ramon Fernandes da Silva, 6 anos. Daniel Duque, 18 anos. Cláudio José Pinheiro da Costa, 20 anos. João Roberto Amorim, 3 anos. Deise Moreira das Neves, 32 anos. Charles Felix Medeiros, 25 anos. Luiz Carlos Soares da Costa, 36 anos. Jefferson Silva de Andrade, 28 anos. Edson Vaz do Nascimento, 36 anos. André Correia da Silva, 22 anos. Adriane Uszko, 40 anos.

Todos morreram entre 30 de junho e 30 de julho de 2008, vítimas de ações desastradas da Polícia Militar ou alvo de bandidos. Alguns casos foram destaque nos jornais, outros apenas citados. E mais uma vez, o critério de edição foi embasado por questões de localização geográfica. Ramon, Claudio José, Deise, Charles, Jefferson e André pouco chamaram a atenção dos leitores de O Globo, que somente destacou a morte de Edson Vaz, um motoboy que morava no Morro Azul, no Flamengo, por conta de um protesto realizado por amigos e vizinhos do rapaz, que acusavam a Polícia pela morte. Em sua edição do dia 20 de julho, o jornal destaca a “selvageria” da manifestação, com três fotos grandes mostrando a destruição provocada. No dia seguinte, no entanto, publicou uma suíte sobre as investigações do crime.

O caso mais rumoroso e que foi o principal destaque nos jornais, durante dias seguidos, e que causou extrema comoção na população, foi a morte do menino João Roberto. O carro em que a criança estava, com a mãe, Alessandra Amorim Soares, advogada, e o irmão menor, foi metralhado por policiais militares, numa rua movimentada na Tijuca, numa noite de domingo. Os policiais confundiram o carro da família com outro veículo que estavam perseguindo. Toda a cena foi filmada e ficou comprovado que os policiais executaram uma ação considerada desastrada pelo secretário de Segurança Pública, José Mariano Beltrame, que pediu desculpas à família. O governador Sérgio Cabral chamou os policiais envolvidos na tragédia de “débeis mentais”.

Os jornais publicaram o fato no dia seguinte, 7 de julho, já com chamada de capa, mas não havia tempo hábil para uma edição detalhada, que viria no dia seguinte, 08/07, com o assunto ocupando praticamente toda a capa dos principais jornais cariocas e cobertura em várias páginas internas, com detalhamento da ação, repercussão das autoridades, declarações emocionadas do pai do menino, o taxista Paulo Roberto Barbosa Soares, de 45 anos, e outros desdobramentos. Os jornais exploraram, nas capas, as fotos das crianças, com títulos que reproduziam falas do pai – “Que Polícia é essa?” – e procuravam transmitir o sentimento e a comoção de toda a população, que vinha assistindo, maciçamente, à cobertura do caso em todos os veículos de comunicação.

A morte do menino foi destaque durante toda a semana: do dia 7 ao dia 13, os jornais deram ampla cobertura ao fato, com matérias factuais e repercussão do caso. Na semana seguinte, outras duas tragédias, envolvendo imperícia de policiais, tomaram o destaque até então concedido pela imprensa à morte de João Roberto. No dia 15, Luiz Carlos Soares da Costa, de 36 anos, funcionário da Infoglobo, morreu por tiros desferidos por policiais. Ele havia sido seqüestrado por um ladrão de carros em Bonsucesso, mas policias suspeitaram do veículo e, após perseguição e tiroteio pela Avenida Brasil, conseguiram deter o carro em São Cristóvão. Luiz Carlos, vítima, baleado, foi retirado do carro sem qualquer cuidado, ainda com vida. Toda a cena foi filmada.

O Globo publicou uma sucessão de imagens na capa – “cineminha” mostrando o descuido com que o rapaz foi tratado, e destacou: “Polícia erra de novo”. Uma página de matéria com fotos, editorial e infográfico e mais meia página com o secretário de Segurança defendendo a operação foi dedicada ao caso. A matéria repercutiu com antropólogos e sociólogos especialistas em segurança pública, também condenando a ação. Os jornais Extra e O Dia também deram ampla cobertura ao caso. E todos fizeram suítes sucessivas. O caso do camelô Jefferson Silva de Andrade, de 28 anos, também repercutiu junto à imprensa, ainda que sem tanto espaço. Ele vendia doces numa barraca no Conjunto Habitacional Cruzada São Sebastião, no Leblon, quando foi morto por uma bala perdida após invasão do local pela Polícia. O camelô tentou proteger a filha de 4 anos, também ferida, junto com outras duas pessoas.

André Correia da Silva dirigia um Vectra na Avenida Brasil, altura de Ramos, quando foi morto a tiros. O Globo publicou uma nota e, dias depois, destinou meia página de matéria para um caso parecido, em que um morador da Lagoa foi ferido, sem gravidade, numa tentativa de roubo de carro num sinal de trânsito. A corretora Adriane Uszko, de 40 anos, também teve seu relato destacado no jornal. Ela foi baleada numa tentativa de assalto na

Perimetral, no Centro do Rio. O caso veio de carona numa matéria que o jornal havia publicado um dia antes, sobre reforço na segurança daquela via expressa.

Ramon, Claudio, Deise e Charles morreram após serem atingidos por balas perdidas. Ramon estava na porta de casa, esperando o pai voltar do trabalho, quando foi baleado durante tiroteio entre policiais e traficantes, no dia 20 de junho. Ele morava na Favela do Muquiço, em Guadalupe. Morreu no dia 30/06. Os jornais publicaram matéria no dia 1º de julho. O Globo aproveitou material do jornal Extra e publicou um texto sem destaque, com foto da mãe do menor. O jornal Extra abordou o fato de a mãe cobrar das autoridades o mesmo tratamento dado a vítimas de violência oriundas da classe média.

A mãe de Ramon, Andréa Fernandes, auxiliar de serviços gerais, também questionou, em matéria de O Dia, tal diferenciação. “Se eu pudesse perguntar ao governador alguma coisa, perguntaria qual é a diferença do meu filho para o menino morto por um PM na boate. Acho que o meu mora em comunidade e é pobre”. Ela estava se referindo ao caso do rapaz Daniel Duque, morto em frente a uma boate na Zona Sul do Rio por um PM que fazia a segurança do filho de uma promotora. Os jornais investiram no assunto, com ampla cobertura e suítes sucessivas sobre o crime.

O cobrador de ônibus Claudio José Pinheiro da Costa foi atingido quando estava trabalhando, em Del Castilho. Uma perseguição que uma viatura da Polícia Militar fazia a um carro com bandidos, na Avenida Dom Helder Câmara, terminou em tiroteio que matou o rapaz e feriu um passageiro. O Globo publicou uma nota. Os jornais Extra e O Dia deram matérias, com fotos, chamada na capa e entrevistas com testemunhas e parentes da vítima. No dia seguinte, o jornal Extra publicou uma suíte, com o enterro do rapaz, num texto que humanizava a história, com relatos da mãe e da mulher de Claudio.

As mortes de Deise Moreira e do barman Charles Medeiros também não chamaram a atenção da Imprensa. Afinal, o destaque das edições era para o caso João Roberto. E os dois foram vítimas fatais de balas perdidas na Vila Cruzeiro e no Jacarezinho, respectivamente, durante tiroteio entre policiais e traficantes. O Globo deu um registro pequeno sobre a morte de Deise e uma matéria um pouco mais destacada sobre o barman; o jornal Extra apresentou matérias mais detalhadas dos dois casos, com fotos.

Não são poucos os casos em que os jornais oferecem um tratamento extremamente diferenciado para noticiar fatos similares de vítimas de violência no município do Rio. Ainda que sem a pretensão de enumerar todos os episódios no período desta pesquisa, pode-se constatar que os critérios de localização geográfica e de classe social são fundamentais para guiar o jornalista na edição das notícias. As justificativas são técnicas e servem para embasar

o trabalho rotineiro e altamente automatizado nas redações: a empatia deve prevalecer. Deixam-se de lado, portanto, excluídas das páginas dos jornais, centenas de milhares de pessoas que vivem, diariamente, o drama da violência nas áreas de conflito. E, no próximo capítulo, serão apresentadas as possíveis conseqüências desta exclusão deliberada.

Cap.4 CONSEQUÊNCIAS DO PRODUTO NOTÍCIA

Em 1922, o estudioso de Comunicação Walter Lippman apresentou conceitos no livro *Public Opinion* que mais tarde formariam a base da Teoria do Agendamento – “Agenda Setting”, lançada na década de 70 – ao defender que as notícias veiculadas pela Imprensa seriam o eixo principal dos assuntos debatidos entre as pessoas, em seu dia a dia. Os meios de comunicação, portanto, seriam responsáveis por agendar, pautar, determinar as conversas, em ambientes públicos e privados. Para o autor, a mídia seria a grande ponte entre os indivíduos e os fatos ocorridos em todo o mundo, a principal fonte de conhecimento e informação a atuar na construção das opiniões, dos conceitos, dos pensamentos. O que não estivesse veiculado na mídia seria excluído do debate¹¹².

Giovandro Marcus Ferreira reforça que a teoria do agendamento vai construir sua hipótese afirmando-se como gerador do “QUE” será debatido e não em “COMO” o público irá pensar. Ele explica que a influência dos meios de comunicação não chega a ser determinante em guiar a opinião das pessoas. “Há um deslocamento na imposição dos meios de comunicação na modalidade do efeito de como pensar para o que pensar. (...) O “agenda setting” não elimina, como ocorreu na teoria hipodérmica, as relações interpessoais, porém tais relações não são geradoras de temas”, detalha¹¹³.

Outra teoria complementar esta dinâmica que, aparentemente, tanto influenciaria ou determinaria a rotina das pessoas. A Teoria da Espiral do Silêncio, adotada por Noelle-Neuman, prega que as pessoas adotariam uma postura de omitir idéias que não estivessem de acordo com o senso comum, com a opinião da maioria, para garantir sua integração social. Ou seja, quem discordasse do pensamento majoritário acabaria em silêncio, numa atitude de total submissão aos conceitos divulgados pela mídia e que seriam tidos como absolutos, únicos a serem reproduzidos nos diálogos.

Na verdade, o que se vê atualmente é uma espécie de inversão do “Agenda Setting”. Luiz Martins da Silva, em “Sociedade, esfera pública e agendamento”, mostra que não é a mídia que pauta a sociedade; ao contrário, a sociedade pauta a mídia. O público passou a ser

¹¹² LIPPMAN, Walter. 1922. *Apud* PENA, Felipe. *1000 perguntas*. Rio de Janeiro: Rio, 2005. 240p. p. 57.

¹¹³ FERREIRA, Giovandro Marcus. *Uma leitura dos estudos dos efeitos*. In BARROS FILHO, Clovis e CASTRO, Gisela. *Comunicação – Práticas de Consumo*. São Paulo: Saraiva, 2007. 190 p. 153.

produtor de sentidos midiáticos, utilizando-se cada vez mais dos espaços da mídia para expor seus argumentos. O autor explica que existe um fenômeno conceituado de contra-agendamento, em que “a sociedade também tem a sua pauta ou, no plural, as suas pautas, e as deseja ver atendidas pela mídia”¹¹⁴.

Neste contexto, volta-se à questão das condições estruturais das redações dos jornais, cada vez mais aptas a absorverem um trabalho profissional de assessorias e empresas de marketing ávidas por espaços de produção de noticiabilidades. Afinal, na sociedade contemporânea, o que se veicula na imprensa ganha notoriedade e importância. Rousiley Maia explica: “Aquilo que se torna visível através da mídia produz segmentações, constrói solidariedades, dissemina projetos ou visões de mundo, catalisa debates, faz deslanchar processos de prestação de contas, ou estimula a mobilização cívica”¹¹⁵.

A partir daí, fica evidente que as ações governamentais acabam por definir, em parte, através de suas ações, decisões e intervenções no cotidiano das pessoas, as pautas a serem trabalhadas das redações dos jornais. Outras instituições representativas da sociedade civil organizada também trabalham no sentido de nortear o foco e chamar a atenção dos profissionais de imprensa. Cada vez mais, os jornalistas se tornam reféns deste mecanismo, ainda que mantenham certo grau de independência em relação a suas ações rotineiras. Na prática, tanto a mídia quanto a sociedade atuam numa relação dialética, em dupla influência. O que sai nos jornais repercute e gera debates; e muitos destes debates têm como focos assuntos “plantados” pela sociedade.

“A se comprovar tal hipótese, teríamos, então, a mídia agindo não apenas como tradicionalmente se compreendeu, desde uma orientação heterônoma – do tipo “agenda-setting” unilateral (da mídia para a sociedade), mas também confluência de temas com vistas à composição de uma agenda social e de processos autônomos de agendamento (da sociedade para mídia)”¹¹⁶.

Nilton Hernandes também vê esta relação entre os jornais e os leitores. Para ele, os jornalistas construíram, sim, mecanismos que definem o que é relevante na pauta das discussões, guiando a percepção das pessoas e direcionando suas expectativas. Mas, além disso, para Hernandes, o público é co-autor no processo de produção das notícias. “Na comunicação, os participantes se constroem e constroem, juntos, o objeto jornal”¹¹⁷. O autor

¹¹⁴ SILVA, Luiz Martins da. *Sociedade, esfera pública e agendamento*, In: LAGO, Claudia e BENETTI, Marcia. *Metodologia de Pesquisa em Jornalismo*. Petrópolis: Vozes, 2008. 286p. p. 85.

¹¹⁵ MAIA, Rousiley e CASTRO, Maria Céres Pimenta Spinola. *Mídia, Esfera Pública e Identidades Coletivas*. Belo Horizonte: UFMG, 2006. 247p. p. 27.

¹¹⁶ SILVA, Luiz Martins. Op.Cit., p.97.

¹¹⁷ HERNANDES, Nilton. Op. Cit., p. 18.

explica que os discursos serão apresentados de forma eficiente sempre que o jornal levar em consideração expectativas e prováveis reações que determinada informação irá provocar.

“Para a manipulação dos jornais funcionar, é necessário, entre outros aspectos, que o público partilhe do mesmo sistema de valores do jornal”¹¹⁸, reforça. Ele exemplifica apresentando a hipótese de uma espécie de contrato entre o jornal e o leitor, em que cláusulas definiriam expectativas mutuamente partilhadas, “que influenciam a produção e o consumo do discurso jornalístico dos grandes noticiários”¹¹⁹.

Roger Silverstone também fala em agenda ao comentar a importância de se estudar a mídia e os motivos desta iniciativa: “Estudamos a mídia porque nos preocupamos com seu poder”¹²⁰, diz ele, ao realçar o poder que os profissionais de comunicação têm de influenciar as pessoas, alterar processos políticos, estabelecer uma agenda de debates, e alterar o equilíbrio de forças instituídas.

“Trata-se do poder da mídia de criar e sustentar significados; de persuadir, endossar, reforçar. O poder de minar e reassegurar. Trata-se de alcance. E de representação: a habilidade de apresentar, revelar, explicar; assim como a habilidade de conceder acesso e participação. (...) Do poder de incitar e guiar reflexão e reflexividade”¹²¹.

Pedrinho Guareschi alerta para a importância de se entender os mecanismos que estruturam os meios de comunicação. Segundo ele, a condição de cidadão exige que cada um busque um conhecimento amplo e crítico sobre a mídia e o seu papel junto à sociedade, pois a comunicação constrói a realidade e determina o que tem valor, o que será legitimado, determinando o que é bom e o que é ruim, apontando a agenda de discussões. “A mídia nos constrói, constrói nossa subjetividade.”¹²² E mais: “Na seleção da notícia, está a opinião do jornal. Toda seleção é uma opção (...) que se guia por critérios (...) onde estão presentes o interesse, os valores, as prioridades, as opiniões que têm esse veículo”¹²³, alerta o educador.

Contudo, esta relação dialética é ainda mais complexa. O poder conferido à mídia adquire contornos práticos não apenas quando os entes públicos, através de suas assessorias, pautam as redações. Em muitas situações, são os veículos de comunicação que determinam o comportamento e as ações a serem executadas no âmbito governamental. Em relação à segurança no município do Rio de Janeiro, os casos explorados nos jornais, rádios e

¹¹⁸ Ibidem.

¹¹⁹ Ibidem.

¹²⁰ SILVERSTONE, Roger. *Por que estudar a mídia?* 2 ed. São Paulo: Edições Loyola, 2005. 302p. p.264.

¹²¹ Ibid, p. 263.

¹²² GUARESCHI, Pedrinho. *Mídia, Educação e Cidadania*. Petrópolis: Vozes, 2005. 213p. p. 44.

¹²³ Ibid., p. 171.

programas de televisão têm grande repercussão junto ao público, mas também acabam se tornando alvos de uma atenção especial dos agentes de segurança. É a Polícia – Militar ou Civil – tendo suas ações pautadas pela Imprensa.

Claudio Beato confirma que a mídia define as prioridades da segurança pública e, mais, tornou-se parte do problema de criminalidade e violência no País. Ele lembra que os casos de grande repercussão na Imprensa são os que têm a atenção das forças de segurança, fornecendo a agenda a estes gestores. “O que gera a notícia pauta a agenda de prioridades de nossos governantes”, afirma, exemplificando que incidentes envolvendo pessoas de classe média e alta são os que mais despertam a curiosidade da imprensa e, por conseqüência, das autoridades policiais, o que alimenta o quadro de desigualdade no tratamento dado a vítimas de violência. “Policiais, juízes e promotores acabam repetindo os mesmos preconceitos e idéias prontas de senso comum, de pouca valia para quem pretende uma compreensão mais profunda que possibilite uma intervenção de fato eficaz”, atesta¹²⁴.

Beato alerta, também, para o fato de que a mídia se transformou num verdadeiro palco para que as autoridades de segurança possam atuar, se destacando frente à opinião pública e conquistando notoriedade. Segundo ele, há uma dependência evidente entre a Imprensa e os gestores de segurança. Hoje, os mecanismos de comunicação entre mídia e autoridades passam, necessariamente, por uma estrutura de assessoria que garante um comportamento padrão, profissional, e que atende aos dois lados. Beato confirma: “a visibilidade é alcançada dizendo-se justamente aquilo que muitos diretores de redação querem ouvir para organizar suas edições”¹²⁵.

O coronel PM Ubiratan Ângelo, ex-comandante Geral da Polícia Militar (2007-2008) admite sua preocupação com a Imprensa e a influência que os veículos de comunicação exercem sobre a corporação. Ângelo conta que, durante o período em que esteve à frente do Comando Geral da Polícia Militar, cumpria uma rotina diária: acordava cedo para acompanhar a primeira edição do telejornal RJ TV (TV Globo) e recebia um relatório com as principais manchetes dos jornais e os assuntos de segurança que estavam em destaque. Só depois de receber tais informações é que ele definia a agenda do dia e as ações a serem deflagradas pela PM. O ex-comandante alega que era grande a pressão política e governamental para que os casos mais explorados pela mídia tivessem uma pronta-resposta. E, em geral, tais casos envolvem a classe média.

¹²⁴ BEATO, Cláudio. *A Mídia define as prioridades da segurança pública*. In: RAMOS, Silvia e PAIVA, Anabela. *Mídia e Violência*. Rio de Janeiro: Iuperj, 2007. 191p. p.34.

¹²⁵ *Ibid.*, p. 35.

Esta mesma pressão é relatada pela antropóloga Ana Paula de Miranda, que presidiu o Instituto de Segurança Pública do Governo Estadual nas gestões de Anthony e Rosinha Garotinho e de Sérgio Cabral, até o início de 2008. Segundo ela, qualquer manchete negativa nos jornais sempre mudava as rotinas de trabalho. Miranda também revela que sua primeira tarefa do dia era assistir ao RJ TV e acompanhar os jornais impressos. “O programa direcionava o trabalho no resto do dia”, conta¹²⁶.

A antropóloga confirma que as ações da Polícia Militar eram articuladas, em sua maioria, em função do noticiário, e sempre houve uma preocupação muito grande para não se deixar fatos sem resposta. No ISP, a ordem era sempre atender à imprensa, ao mesmo tempo em que se buscou construir um discurso de que o instituto, responsável por divulgar os índices de criminalidade, realizava um trabalho técnico, científico.

Rousiley Maia apresenta uma nova perspectiva, em que conceitua o espaço da visibilidade midiática como uma arena, um palco, um fórum de disputas políticas, “negociações de sentidos”¹²⁷. Ela não encara a mídia como uma instituição que possa controlar a política: “(...) ela cria e constitui um espaço no qual a política em grande parte acontece para a maioria das pessoas nas chamadas sociedades avançadas. Gostemos ou não, para engajar no debate político, precisamos fazer isso através da mídia”¹²⁸, explica. Ao mesmo tempo, alerta que os veículos de comunicação acabam impondo mudanças na própria esfera política, nos atos do Executivo e na sociedade em geral. Para Maia, a mídia não controla, mas sua interferência é inquestionável.

Neste contexto, autoridades e sociedade civil são obrigadas a conhecer os valores, práticas e formas de atuação dos veículos de comunicação justamente para não serem controlados por eles. E a pesquisadora mostra que tudo o que vira notícia através da mídia tem repercussões variadas, que podem ser positivas ou negativas para a sociedade como um todo. “A grande maioria das informações de que os cidadãos comuns necessitam para tomar decisões e agir na esfera política (...) articula-se, de modo rotineiro, com os meios de comunicação”¹²⁹, afirma. Geram-se conseqüências que podem ir desde a construção de solidariedades, passando por processos de cobranças e mobilização cívica, mudança nas relações entre governos e governados, e reforço ou mudança nas visões de mundo já arraigadas, ou seja, o senso comum.

¹²⁶ MIRANDA, Ana Paula. Op. Cit.

¹²⁷ MAIA, Rousiley e CASTRO, Maria Ceres Pimenta Spinola. Op. Cit. p. 26.

¹²⁸ Ibid., p. 27.

¹²⁹ Ibid., p.15.

4.1 CONSTRUÇÃO DO SENSO COMUM QUE EXCLUI A PERIFERIA

Na rotina de uma redação, não são poucas as justificativas técnicas que irão embasar as decisões editoriais. Luiz Costa Pereira Júnior enumera para inúmeras armadilhas a interferir no trabalho de edição, com destaque para o fato de os profissionais serem presas fáceis de lobistas, assessores de imprensa e patrões, sendo que, nesta última categoria – os donos dos veículos de comunicação – o autor alerta que a chamada teoria da conspiração fica mais num plano teórico. Ele diz:

“Há relativamente poucos assuntos de fato visados pela lupa dos grupos controladores de um veículo, por tocarem em seus interesses políticos, econômicos ou morais. Na pastelaria da produção noticiosa, boa parte da informação veiculada nem é supervisionada de perto pelos donos”¹³⁰.

Além disso, os “coleguinhas” – forma de tratamento que os jornalistas adotaram entre si – formam o que Pereira Júnior chama de tribo própria, que integraria um campo único, com regras, trocas de experiências – “trocar figurinhas”, ou, no idioma “jornalês”, socializar a informação – em níveis de camaradagem que contribuem para a formação de consensos. Afinal, lembra o autor, tais profissionais reduzem os riscos inerentes à atividade a partir do momento em que o erro se torna coletivo. Os jornalistas acabam se apoiando, divulgando os mesmos dados, pois preferem perder a oportunidade do “furo jornalístico” – quando conseguem veicular uma informação com exclusividade – do que correr o risco de “dar uma barriga” – publicar uma notícia falsa ou equivocada.

Tais situações traduzem o que Pierre Bourdieu chamou de “circulação circular da notícia” – os produtos jornalísticos são extremamente parecidos, trazem os mesmos discursos, as mesmas fontes, semelhanças que tentam se esconder por trás de técnicas específicas de cada veículo. Mas, no final, a notícia gerada é uma só, limitada por uma série de fatores técnicos, estruturais e, aponta Bourdieu, dependente da lógica da concorrência.

“Diz-se sempre, em nome do credo liberal, que o monopólio uniformiza e que a concorrência diversifica. Nada tenho, evidentemente, contra a concorrência, mas observo apenas que, quando ela se exerce entre jornalistas ou jornais que estão sujeitos às mesmas restrições, às mesmas pesquisas de opinião, aos mesmos anunciantes (basta ver com que facilidade os jornalistas passam de um jornal a outro), ela se homogeniza”¹³¹.

¹³⁰ PEREIRA JUNIOR, Luiz Costa. Op. Cit., p.24.

¹³¹ BOURDIEU, Pierre. Op. Cit. p.30.

Para Bourdieu, o que acontece é uma espécie de jogo de espelhos, que produz um efeito de barreira, de fechamento mental do jornalista, que vive situações fora dos padrões de seu público, o leitor. Afinal, ele lembra que somente jornalistas costumam ler mais de um jornal por dia. “Ninguém lê tanto jornais quanto os jornalistas que, de resto, tendem a pensar que todo mundo lê todos os jornais”¹³², critica.

O autor revela um fato corriqueiro nas redações – os profissionais têm uma rotina obrigatória de acompanhar e comparar o que os seus concorrentes publicaram. Afinal, explica, “para saber o que se vai dizer é preciso saber o que os outros disseram”, nivelando os fatos e homogeneizando as escolhas do que será notícia. E o pior: se o outro publicou, acreditam que também tinham a obrigação de veicular, sem que haja questionamentos quanto à validade de determinada informação¹³³.

A mesma situação é apresentada por Umberto Eco como “cortina de obriedade”, onde “a verdade não seria mais atributo do ocorrido, mas do fato de todos informarem”¹³⁴, como explica Pereira Junior. O autor lembra que tais comportamentos – tão arraigados nos profissionais de imprensa, confirmando a teoria do habitus jornalístico – acabam gerando a autocensura prévia e a ausência de diversidade e pluralidade de informações. E tal conduta favorece a formação do senso comum, que desempenha forte influência nas discussões.

“O campo jornalístico (...) baseia-se em um conjunto de pressupostos e de crenças partilhadas (...). Esses pressupostos (...) estão no princípio da seleção que os jornalistas operam na realidade social, e também no conjunto das produções simbólicas. Não há discurso (...) nem ação (...) que, para ter acesso ao debate público, não deva submeter-se a essa prova da seleção jornalística, isto é, a essa formidável censura que os jornalistas exercem, sem sequer saber disso, ao reter apenas o que é capaz de lhes interessar, de ‘prender sua atenção’, isto é, de entrar em suas categorias, em sua grade, e ao relegar à insignificância ou à indiferença expressões simbólicas que mereceriam atingir o conjunto dos cidadãos”¹³⁵.

Além disso, o perfil de tais profissionais é clássico. Silvia Ramos e Anabela Paiva lembram que as redações são elitizadas, os novos jornalistas são pessoas de classe média, com curso superior, tecnicamente preparados para o exercício da profissão. E, alertam as autoras, “trazem pouca ou nenhuma experiência relacionada ao cotidiano dos moradores de favelas e periferias”¹³⁶. A maioria, dizem elas, não se sensibiliza com o sofrimento dos moradores destes locais e acabam por produzir a caracterização dos territórios populares como sendo

¹³² Ibid. p.32.

¹³³ Ibid., p. 32.

¹³⁴ PEREIRA JUNIOR, Luiz Costa. Op. Cit. p.39.

¹³⁵ BOURDIEU, Pierre. Op.Cit. p.67.

¹³⁶ RAMOS, Silvia e PAIVA, Anabela. Op.Cit. p.

espaços exclusivos da violência. O antropólogo Hermano Viana explica: “Governo e grande mídia não sabem o que fazer (...) não sabem se comunicar com essa ‘outra’ população, que passa a ser invisível para as estatísticas oficiais, a não ser para anunciar catástrofes”¹³⁷.

Os próprios jornalistas se encarregam de maquiar suas decisões. Mas, na verdade, ao definir uma pauta – com o assunto a ser escolhido para ser transformado em notícia – ou no fechamento da página, com a edição do material produzido, os profissionais têm métodos padronizados para “orientar” o leitor no entendimento de determinado fato. E, nos próprios critérios de seleção dos fatos que serão notícia, observa-se a construção – permanente e contínua – do senso comum e dos estereótipos que irão formar a opinião pública. Em geral, guia-se o padrão de comportamento dos leitores, a maioria de classe média, em condições financeiras para adquirir o produto jornal.

Pereira Júnior explica que tais “orientações” editoriais perpetuam o conservadorismo, a partir do momento em que são escolhidos para virar notícia os fatos considerados diferentes, curiosos, que fogem da rotina. “Ao destacar a anomalia, a quebra de rotina, o desvio, os jornalistas tomam partido, pois se colocam na posição de quem é favorável à norma e a valores dominantes”¹³⁸.

Além disso, as técnicas adotadas acabam por “contaminar o olhar jornalístico sobre o mundo” – expressão utilizada por Nelson Traquina para explicar que, nas matérias publicadas pelos jornais, privilegiam-se os acontecimentos e não o contexto; pessoas e não o grupo; atualizações de relatos e não suas explicações; destacando-se conflitos e não o consenso. Tais práticas acabam por fazer com que o leitor assimile fatos, mas não busque a interpretação dos mesmos, o que, mais uma vez, favorece – e fortalece – o senso comum. Segundo Pereira Júnior, ocorre a convergência de opinião em escala.

Mais uma vez, volta-se à questão do habitus jornalístico. Barros Filho alerta que um de seus efeitos mais nocivos é justamente a produção do senso comum. E ele vem tão impregnado nos jornalistas que eles acabam acreditando, de verdade, naquela versão apresentada da realidade, nas explicações pré-fabricadas para determinados fatos, a serem veiculadas nas páginas dos jornais.

“Estamos de tal modo imersos em universos simbólicos definidores das práticas cotidianas que frequentemente consideramos o mundo em que vivemos como um dado natural, apreensível a priori, além de qualquer possibilidade de interferência”¹³⁹, explica. O

¹³⁷ VIANA, Hermano, *A Periferia hoje é central*. In: RA, MOS, Silvia e PAIVA, Anabela. Op. Cit. p.88.

¹³⁸ PEREIRA JUNIOR, Luiz Costa. Op. Cit., p.29

¹³⁹ BARROS FILHO, Clóvis de. Op.Cit., p.156.

autor alerta ainda que as notícias devem ser produzidas sem que haja tal interferência, pois somente nesta condição elas teriam condições de apontar tendências necessárias à real compreensão do cotidiano.

Roger Silverstone vai além ao afirmar que, além filtrar e moldar as realidades, “por meio de suas representações singulares e múltiplas, fornecendo critérios, referências para a condução da vida diária, para a produção e manutenção do senso comum”¹⁴⁰, a mídia também depende deste senso comum. O autor explica que, além de reproduzi-lo, os veículos de comunicação também exploram e distorcem tais opiniões.

E, segundo ele, tal fato ocorre em função do medo da diferença, já que, através do senso comum, as pessoas se vêem em condições de igualdade de opiniões, se sentem incluídas, capazes de compartilhar suas vidas. Volta-se, mais uma vez, às teorias que tratam da necessidade do homem de estar em sintonia com a opinião da maioria, com o senso comum. “Passamos a depender da mídia (...) para fins de entretenimento e informação, de conforto e segurança, para ver algum sentido nas continuidades da experiência”, explica¹⁴¹.

Patrick Champagne apresenta a questão da seletividade da imprensa em “A Visão Midiática”, quando explica que os meios selecionam os mal-estares sociais e dão a eles uma visão toda particular a partir do momento em que se tornam notícia, dentro dos critérios técnicos que embasam todos os discursos jornalísticos. Segundo o autor, a mídia age em determinado momento, fabricando uma representação social que, na maioria das vezes, foge à realidade dos fatos. E alerta que os grupos menos favorecidos – que ele chama de dominados – são os que menos conseguem controlar tal representação. “O espetáculo de sua vida cotidiana não pode ser, para os jornalistas, senão ordinário e sem interesse. Porque eles são desprovidos de cultura e, além disso, são incapazes de se exprimir nas formas requeridas pela grande mídia”¹⁴².

E, em geral, como a rotina destas populações não faz parte do cotidiano do público leitor e nem apresenta características que a torne “jornalisticamente interessante”, só desperta a atenção nos casos em que a violência, espetacular e excepcional, explode. Mais uma vez, reforça-se o senso comum que associa a pobreza ao crime, pois o que está estampado nas páginas dos jornais é a sucessão de ações violentas, conflitos com a polícia, atos de protesto – ou vandalismo, na maioria das representações veiculadas nas páginas dos diários.

¹⁴⁰ SILVERSTONE, Roger. Op.Cit., p.20.

¹⁴¹ Ibid. p.12.

¹⁴² CHAMPAGNE, Patrick. *A Visão Midiática*. In: BOURDIEU, Pierre. *A Miséria do Mundo*. 5 ed. Petrópolis: Vozes, 2003. p.68.

“O que chamamos um acontecimento não é jamais, afinal, senão o resultado da mobilização – que pode ser espontânea ou provocada – dos meios de comunicação em torno de alguma coisa com que eles concordam, por certo tempo, a considerar como tal. Quando são populações marginais ou desfavorecidas que atraem a atenção jornalística, os efeitos da mediatização estão longe de ser os que esses grupos sociais poderiam esperar porque os jornalistas dispõem, nesses casos, de um poder de constituição particularmente importante, a fabricação do acontecimento foge quase totalmente a essas populações”¹⁴³.

Champagne lembra que os comportamentos da Imprensa – motivados pela concorrência, pela necessidade de sensacionalismo, pela omissão exigida, ainda que de forma velada, pelos “clientes leitores” – estão sempre mais voltados para os conflitos do que para as suas causas reais. E que a veiculação de reportagens sucessivas ligadas à violência nestas áreas produzem efeitos nocivos, que estigmatizam ainda mais as famílias que vivem nestas comunidades, como se todos fossem delinquentes, reforçando, mais uma vez, o senso comum de que em favela só existe bandido.

Sylvia Moretzsohn reforça que tal comportamento – o desprezo pelo cotidiano das classes populares – favorece a reprodução de estereótipos adequados ao sistema penal. Marilena Chauí aponta a mídia como sendo o próprio senso comum cristalizado. E José Murilo de Carvalho critica a atuação dos jornalistas que, para ele, só se mobilizam na cobertura dos casos de violência em duas situações: em massacres que têm repercussão internacional ou quando suas vítimas são pessoas de elite ou da classe média.

“Mas é preciso apontar a hipocrisia da reação quando ela se esquece de que a população pobre é vítima cotidiana e sistemática da violência, tortura e assassinato. (...) São cidadãos brasileiros milhares de desaparecidos, torturados, mutilados, mortos, esquartejados. Com suas mortes, ninguém se comove”¹⁴⁴.

A explicação, para a antropóloga Ana Paula de Miranda, é simples: “A imprensa é reflexo da sociedade”. E, se as pessoas acreditam que a morte de uma criança numa perseguição policial está legitimada pela proteção desta mesma sociedade, a imprensa também tende a dar apoio. Para Ana Paula, a chance de conduta errada de um policial num determinado local está ligada diretamente ao interesse que tal comportamento despertará na sociedade, e não na imprensa. “A deslegitimação da vida é um processo social; na nossa sociedade, matar é algo cotidiano, corriqueiro, sem punição”, afirma¹⁴⁵.

Ramos e Paiva também encontram na sociedade os motivos que impulsionam o comportamento seletivo da imprensa. “A imprensa é sensível ao que sensibiliza a sociedade”,

¹⁴³ Ibid., p.66.

¹⁴⁴ CARVALHO, José Murilo de. *Apud* MORETZSOHN, Silvia. Op.Cit. p.269-294.

¹⁴⁵ MIRANDA Ana Paula. Op. Cit.

reforça. Para elas, a expressão “mundo cão” é exemplo típico da conduta baseada no senso comum típico da sociedade brasileira. Casos de violência interpessoal, em geral entre familiares, são desconsiderados pela mídia quando envolvem pessoas pobres. “Nestes episódios, a violência é vista como consequência natural (da miséria) e, talvez por isso, despida de interesse jornalístico”¹⁴⁶. Mas o mesmo “mundo cão” ganha as manchetes dos jornais quando envolve famílias ricas. E o depoimento do jornalista Josmar Jozino é franco e direto: “Não adianta brigar com a notícia, a notícia é o rico. A vida tem mais valor de acordo com as posses. A imprensa é isso”¹⁴⁷.

4.2 CRIMINALIZAÇÃO DA POBREZA

Nilo Batista afirma que a mídia, hoje, seleciona entre candidatos à criminalização. Ele explica que a imprensa sempre legitimou o poder punitivo exercido pela burguesia, pautada pelo positivismo criminológico, responsável por impor como verdade a inferioridade biológica das classes mais pobres, dos negros, dos ditos infratores. E Batista compara o comportamento da imprensa de um século atrás com o que ocorre hoje nas páginas dos jornais:

“O controle penal da indisciplina operária, de anarquistas e do lumpesinato urbano (os ‘vidas tortas’) recebeu em geral da imprensa o mesmo incentivo que, nos dias atuais, recebem as “razzias” de guardas municipais contra camelôs e flanelinhas, ou a mesma complacência que merecem hoje as mortes acidentais nas violentas incursões policiais pelas favelas”¹⁴⁸.

E reforçando estereótipos e o senso comum, Sylvia Moretzsohn lembra que a imprensa garante a divisão entre bandidos e homens de bem em suas coberturas jornalísticas. E a palavra-chave em todo este processo é o MEDO. Moretzsohn explica que a cobertura criminal é extremamente positivista, privilegiando a cobertura de fatos policiais relacionados às classes populares, o que favorece a disseminação do medo e à aprovação, pelos leitores dos jornais e pela sociedade em geral a partir da classe média, de políticas repressivas que defendem aumento de pena e ações violentas em áreas conturbadas que mais se assemelham a práticas de extermínio.

As expressões freqüentemente utilizadas pelos jornais nas reportagens sobre violência também são alvo de críticas da acadêmica Sylvia Moretzsohn. “Ousadia dos bandidos”,

¹⁴⁶ RAMOS, Sílvia e PAIVA, Anabela. Op.Cit. p.134.

¹⁴⁷ Ibid., p.80.

¹⁴⁸ BATISTA, Nilo. *Mídia e sistema penal no capitalismo tardio*. In *Discursos Sediciosos* n° 12. Rio de Janeiro: Revan/ICC, 2002. p.272.

“ausência do Estado”, “poder paralelo” são mencionadas pela autora ao explicar que elas estimulam o medo das pessoas e fazem com que as ações repressivas adotadas pelas autoridades de segurança sejam aprovadas em maioria, ainda que possam estar acompanhadas de atos arbitrários. “Discurso de lei e ordem com sabor do politicamente correto”¹⁴⁹, denuncia, revelando ainda que tais ações servem também como uma satisfação que a Polícia pode dar a uma sociedade indignada e assustada.

“Existe uma solidariedade entre mídia e sistema penal (...): a sistemática produção da histeria punitiva na maneira escolhida para a exposição de crimes, casos de corrupção ou incivildades variadas, adicionando cada vez mais lenha à fogueira inquisitorial daquilo que Wacquant chamou de Estado penal, a substituir o Estado de bem-estar, incompatível com a lógica neoliberal”¹⁵⁰.

Marilena Chauí lembra que tal medo decorre também do trabalho jornalístico superficial em relação à cobertura de segurança pública. Ela explica que a população sente-se amedrontada porque recebe uma enorme quantidade de notícias, de relatos de crimes e ações violentas sem que se estabeleça relação de causalidade. “Os acontecimentos são relatados como se não tivessem causas passadas nem efeitos futuros. Têm a existência de um espetáculo (...). Nenhum noticiário estabelece qualquer relação entre criminalidade e suas causas possíveis, tais como o problema do crime organizado, os problemas postos pela economia (...) e suas conseqüências sociais”, critica¹⁵¹.

A mesma crítica é feita por Sílvia Ramos e Anabela Paiva, que vêm pesquisando a cobertura jornalística nos casos de violência e apontam a prática reiterada de não buscar a contextualização dos fatos. Mas matérias não trazem textos analíticos e opinativos, restringindo-se a divulgar dados coletados com as autoridades de segurança, num relato de fatos individualizados, extremamente factuais, deixando de lado a possibilidade de pautar um debate público sobre a segurança.

A socióloga Vera Malaguti apresenta uma pesquisa histórica que comprova a prática seletiva reiterada por parte da Imprensa. Segundo ela, desde o Século XIX, a Imprensa carioca já cumpria seu papel nas campanhas pela lei e pela ordem. Num contexto sócio-político marcado por um processo de expulsão e segregação social, que colocou os trabalhadores pobres de origem africana (a maioria ex-escravos) nos morros e periferia do Centro da cidade do Rio de Janeiro, a Imprensa enfatizava o aumento da criminalidade e defendia o reaparelhamento da polícia, maior repressão e controle sobre os espaços públicos. Mantinha

¹⁴⁹ MORETZSOHN, Sílvia. Op. Cit. p. 269-294.

¹⁵⁰ Ibidem.

¹⁵¹ CHAUI, Marilena. Op. Cit., p. 46.

vivo, portanto, o medo coletivo, segundo Malaguti, de tumultos populares e de ex-escravos e de atividades criminosas decorrentes da pobreza.

Tal pânico justificava e legitimava uma violência policial extremamente seletiva, que atuava segundo critérios de classe e cor, e onde o desrespeito aos direitos fundamentais era rotineiro. Neste contexto, a Imprensa já mantinha uma indiferença à miséria e à tortura dos pobres negros. Segundo Malaguti, os jornais apresentavam um discurso para explicar e naturalizar o que ela chamou de “macabro espetáculo”: praticamente ignoravam a morte de negros, mas publicavam com destaque notícias de insurreições e discursos que alertavam contra a derrocada da ordem escravocrata.

“No discurso da imprensa, como no jurídico, o escravo é sempre coisa, nunca é sujeito”¹⁵², revela. E havia sempre uma excessiva preocupação com a movimentação de escravos pelas ruas da cidade do Rio de Janeiro, reproduzida através de notícias veiculadas com frequência. Era um medo de que a proporção desequilibrada registrada na época entre brancos e negros pudesse provocar o caos, a instabilidade e a destruição do mundo dos senhores, da elite branca.

Malaguti revela que a questão da cor e a discussão sobre o lugar social dos “pardos” são temas comuns nos jornais do Século XIX. E já se vislumbram as campanhas de pânico social através da imprensa, que conduzem a práticas autoritárias e que legitimam a violência como instrumento necessário para a manutenção da ordem – uma ordem preconceituosa, que buscava manter os negros em seu devido lugar, ou seja, afastados da branca elite burguesa.

O quilombo, exemplifica Malaguti, é tratado na Imprensa como um fantasma que assombra a cidade e justifica políticas urbanas com a finalidade de disciplinar a concentração dos pretos. “Os medos impressos vão se constituindo, assim, em discursos que ferem e matam”, alerta Malaguti¹⁵³, uma prática que a Imprensa adotou no início do Século XIX e que, segundo a estudiosa, permanece até hoje.

“A luta pela ordem, contra o caos, passa hoje pela criminalização e desqualificação da pobreza, dos não-consumidores, dos novos impuros. Esses processos, no Brasil, se reforçam com a herança escravocrata na implantação de um sistema penal que tem tradição genocida, seletiva e hierarquizadora. Para perpetuar tal sistema penal de extermínio, é necessário um discurso moral sobre o crime. Uma importante característica dos sistemas penais do capitalismo tardio é sua vinculação com a mídia”¹⁵⁴.

¹⁵² BATISTA, Vera Malaguti. *O Medo na Cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Revan, 2003. 270p. p.182.

¹⁵³ *Ibid.*, p. 169.

¹⁵⁴ *Ibid.*, p. 106.

4.2.1 CONTROLE SOCIAL, REPRESSÃO E ORDEM

Hoje, os discursos pela manutenção da ordem e da lei prosseguem na Imprensa. Não houve rupturas no papel da mídia. Perpetua-se a cultura punitiva ou, pior, a defesa do extermínio, como a do caso de dois rapazes fuzilados em 2007, diante das câmeras de televisão – as imagens foram divulgadas em horário nobre - quando tentavam fugir do cerco policial descendo por uma ribanceira, sem chance de defesa, na operação na comunidade de Senador Camará, planejada para apreender armamento do tráfico. Os tiros partiram de policiais militares que estavam num helicóptero, de onde toda a cena foi filmada.

A perseguição recebeu aplausos de boa parcela da sociedade carioca e algumas críticas, não defendidas pela imprensa, mas por ela exploradas, que ainda apontou como rotineira a morte do menor, morador da favela. O presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, Wadih Damous, foi uma das poucas exceções e declarou que o fato era uma barbárie, questionando a postura da Polícia.

“Durante uma semana recebi duras críticas, em especial na seção Carta de Leitores de um determinado veículo que só publica opiniões que legitimam o editorial. A questão da segurança pública no Brasil tem como base a criminalização da pobreza, a política de enfrentamento estabelecida no conceito de guerra, infelizmente, legitimada por boa parte da sociedade brasileira”¹⁵⁵.

As reações a tal caso reforçam o que Vera Malaguti e Gizlene Neder qualificam como “medo branco”, que existe na mente das pessoas desde o fim da Escravidão e que justifica, ainda hoje, práticas de criminalização da miséria, com a desqualificação jurídica e exclusão das classes sociais menos favorecidas, além de discursos adotados pela Imprensa, que defendem políticas repressivas de controle social e ordem. Silvia Ramos confirma que a violência ocorrida nas áreas de favela não tem visibilidade nos meios de comunicação, o que, segundo a pesquisadora do Centro de Estudos de Segurança e Cidadania da Universidade Candido Mendes (CESeC) prejudica a mobilização da sociedade e das autoridades para solucionar o problema.

Trata-se, como explica Nilo Batista, da desqualificação jurídica do réu, da punição ao estranho que, de banido do contexto sócio-econômico-produtivo, passa a ser encarado como bandido. “A desqualificação almeja convertê-lo num objeto indigno de proteção e

¹⁵⁵ DAMOUS, Wadih. *A relação da OAB com os mecanismos de combate à violência*. Palestra proferida na Associação Brasileira de Imprensa, no Rio de Janeiro, em 16 de junho de 2008, no debate Mídia e Violência. Disponível em <http://www.abi.org.br/primeirapagina.asp?id=3094>. Acesso em 20/06/2009.

misericórdia, ameaçador e temível, cujo extermínio apenas consumará a danoção irremediável”, afirma Batista¹⁵⁶.

Segundo pesquisa do CESeC, a grande maioria dos assassinatos ocorre entre jovens negros, pobres, moradores de favela. Na Zona Sul, as taxas são consideradas civilizadas, entre 2 e 7 casos por ano para cada 100 mil habitantes; na Zona Norte, são 80 assassinatos, na mesma proporção. São 150 jovens brancos mortos, em média, contra 400 homicídios de negros, para cada 100 mil habitantes.

Gizlene Neder, ao falar sobre criminalização da miséria e imagens do terror, alerta que tais práticas tão cotidianas na Imprensa evocam o clamor por políticas repressivas. “O medo branco tem se manifestado em diferentes situações, com a ajuda de uma boa parcela da mídia, para justificar a adoção de políticas repressivas de controle social e questionar fortemente as opções democráticas”. E complementa: “A pequena burguesia urbana ilustrada e formadora de opinião reclama por disciplina, ordem e repressão”¹⁵⁷.

Hoje, a violência no Rio reforça tais práticas, em que o pobre (em geral, negro e favelado) é tratado com arrogância e descaso, da mesma forma que, no início do Século XX, a sociedade encarava os ex-escravos, miseráveis e sem perspectivas. Cem anos depois, o conviver entre classes - o encontro com o “outro” - continua insuportável. Desempregados, camelôs, flanelinhas e mendigos compõem uma categoria de “estranhos”, que ameaçam a segurança e representam o caos diante da ordem. “Os estranhos não se encaixam no mapa cognitivo, moral ou estético do mundo; eles poluem a alegria com a angústia, embaralham as fronteiras e produzem mal-estar e insegurança”, atesta Vera Malaguti¹⁵⁸.

O presidente da OAB reforça a tese de que a mídia contribui, e muito, para o fortalecimento das ideologias que colocam a pobreza como foco potencial de perigo. “A mídia erra quando trabalha com a noção de medo, proclama a necessidade de um Estado forte e repressivo para garantir segurança à sociedade, apresenta a violência em forma de espetáculo e abandona os critérios críticos”¹⁵⁹. Para ele, tais práticas inviabilizam a reflexão a partir da perspectiva dos excluídos, das populações das áreas conflagradas, maiores vítimas da violência.

¹⁵⁶ BATISTA, Nilo. *Matrizes ibéricas do sistema penal brasileiro*. Rio de Janeiro: Revan, 2000. p. 168.

¹⁵⁷ NEDER, Gizlene. *Criminalização da Miséria e Imagens do Terror*. In: *Confluências – Revista Interdisciplinar de Sociologia e Direito – PPGSD-UFF*. Número 3 – Setembro de 2005.

¹⁵⁸ BATISTA, Vera Malaguti. *O Medo na Cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Editora Revan, 2003, p.80.

¹⁵⁹ DAMOUS, Wadih. Op Cit.

Há dez anos, Nilo Batista já denunciava a adoção da política criminal com derramamento de sangue¹⁶⁰, tão bem exemplificada nos recentes meses da administração do atual governador. Da mesma maneira, em 2006, Vera Malaguti antevia, através de uma descrição acerca do papel do chamado “traficante”, o que, um ano depois, se tornaria mais um duro exemplo da adoção incondicional de estereótipos que têm explicações históricas inquestionáveis. Ela escreveu:

O traficante é uma espécie de alma desgarrada. (...) Suas mortes não emocionam, são troféus humanos, corpos que vão alimentar o noticiário positivo dos governos estaduais. Essa categoria fantasmática é também totalizante: o traficante apresenta uma classificação única, são todos iguais, comportam-se da mesma maneira em qualquer lugar da cidade. Não têm história, não têm memória. São a encarnação do erro e apontam as baterias da sociedade para as favelas, revisitadas agora como o lócus do mal, viveiro de monstros.¹⁶¹

“Viveiro de monstros” nos remonta, de forma automática, à declaração do governador Sérgio Cabral quando, para defender a legalização do aborto, afirmou em 2007 que a favela da Rocinha era uma “fábrica de marginais”. Mais uma vez, evidencia-se a criminalização da juventude pobre pela política criminal de drogas, com o aval da Imprensa, boa parte dela atuando simplesmente como porta-voz de condutas excludentes e seletivas que contam com o aval da classe média, não se preocupando em questionar declarações, dados ou estatísticas oficiais.

Também em 2007 e em 2008, o tenente-coronel PM Marcus Jardim, que ocupa importante cargo na hierarquia da corporação, protagonizou dois discursos que traduziam o pensamento da política de segurança do atual governo: afirmou que a Polícia Militar era o melhor inseticida social, tentando fazer uma analogia entre casos de dengue no município do Rio e o tráfico de drogas; e, em outra oportunidade, disse que baile funk em favela era reunião de vagabundos. Silvia Moretzsohn condena tais estereótipos e, principalmente, sua exposição destacada nos jornais da época, por incentivarem ainda mais o preconceito e a violência¹⁶².

São exemplos de que Mídia e Polícia, juntas, produzem e divulgam os discursos sanitários, médicos e criminais – e Nilo Batista vai trabalhar este tema a partir da obra de Rosa Del Olmo - que irão justificar a política criminal com derramamento de sangue como

¹⁶⁰ BATISTA, Nilo. *Política Criminal com Derramamento de Sangue*. Discursos Sediciosos – Crime, Direito e Sociedade”. Rio de Janeiro: Freitas Bastos Editora, 1998.

¹⁶¹ BATISTA, Vera Malaguti. *Filicídio*. In: RIZZINI, Irene; ZAMORA, Maria Helena et alli (Orgs). “Crianças, adolescentes, pobreza, marginalidade e violência na América Latina e Caribe: Relações Indissociáveis?” Rio de Janeiro: Quatro Irmãos/Faperj, 2006, p. 253-260.

¹⁶² MORETZSOHN, Silvia. Palestra proferida na Associação Brasileira de Imprensa, em 16 de junho de 2008, no debate Mídia e Violência. Disponível em <http://www.abi.org.br/primeirapagina.asp?id=3094>. Acesso em 20/06/2009.

única alternativa capaz de oferecer segurança a uma classe média individualista que, como diz Vera Malaguti, enxerga no traficante o “herege que pretende apossar-se da alma de nossas crianças”.¹⁶³

Em abril de 2008, a forma como foi redigida e editada a reportagem de O Globo sobre os números da criminalidade divulgados pelo Instituto de Segurança Pública deixa evidente uma tendência a aplaudir a política criminal de enfrentamento adotada pelo governo Sérgio Cabral. Não se ouviu quem criticasse a atual política de segurança. Nos outros jornais, inclusive de São Paulo, o “lead” (primeiro parágrafo de um texto jornalístico, que destaca o fato mais importante de uma notícia) foi o aumento dos autos de resistência, ou seja, a polícia matando mais.

Segundo Ana Paula de Miranda, o jornal sempre deixou clara sua postura de apoiar a política de enfrentamento do governo Cabral, inclusive através de declarações públicas dadas por editores da empresa, em seminários que discutiam a postura da Imprensa na cobertura dos casos de segurança pública. “Antes de 2007, autos de resistência eram o foco de o Globo; no governo Cabral, não. Não estamos na mesma cidade. Neste caso, tem o peso da direção do jornal. A maioria dos jornalistas não compactua com isso e, se lermos com cuidado, nas entrelinhas, há frases e questionamentos que passam um pensamento diferenciado”, opina¹⁶⁴.

Relatório divulgado pela Anistia Internacional em maio daquele ano atesta a truculência das operações policiais e o critério de seletividade, onde as vítimas são, em geral, pobres, faveladas e negras. O documento, que engloba mais de 150 países, revela a ocorrência de execuções sumárias nas incursões a favelas do Rio, mencionando especificamente as sucessivas operações no Complexo do Alemão, um conjunto de comunidades na Zona Norte carioca, em junho de 2007. Pelo menos 19 supostos criminosos, um deles com 13 anos, foram mortos; 13 armas apreendidas; ninguém foi preso.

O documento descreve a situação das comunidades carentes em diferentes capitais do País, mas destaca que o Rio de Janeiro é o Estado onde as ações policiais são mais graves:

¹⁶³ BATISTA, Vera Malaguti. *Filicídio*. In: RIZZINI, Irene; ZAMORA, Maria Helena et alli (Orgs). Op.Cit. p. 253-260.

¹⁶⁴ MIRANDA, Ana Paula de. Op. Cit.

(...) A maioria das forças policiais estaduais continuou a adotar métodos violentos, discriminatórios e corruptos no combate e na repressão ao crime nas comunidades carentes, com escassa supervisão ou controle. Em nenhum outro lugar isso foi tão evidente quanto no Rio de Janeiro, onde as promessas de reforma foram abandonadas e o governador passou a adotar uma postura pública cada vez mais draconiana e belicosa nas questões de segurança. A política de realizar operações policiais militarizadas de grande escala foi intensificada à custa de centenas de vidas. (...) Todas as mortes foram classificadas como ‘resistência seguida de morte’ e tiveram pouca ou nenhuma investigação séria”.¹⁶⁵

Vera Malaguti explica que a diminuição do poder político do Estado e o fim do modelo de Welfare State, com a destruição das redes públicas de proteção coletiva, fez com que o governo voltasse sua atenção para a questão da segurança. “A opção pela criminalização da pobreza e da conflitividade social desloca tudo o que é público para o penal. Assim, a nova ordem mundial deve ser entendida através da barbarização da periferia pela metrópole”.¹⁶⁶ As favelas, diz ela, se transformam em espaços de exceção, de abuso; territórios de ocupação. Temos a produção de um direito penal específico para proteger as elites, que temem perder o controle: um direito penal de intervenção moral, baseado na confissão oral e no dogma da pena.

A autora aborda o protagonismo da mídia na questão criminal, sendo esta mídia apontada como o ator social que dispõe de maior concentração de poder penal. É o telejornal global que irá pautar a ação da Polícia, do Ministério Público, do sistema como um todo, aponta Malaguti, para quem a mídia acaba atingindo, inclusive, a academia, criando o fenômeno que ela chama de “policização dos discursos acadêmicos”: “famílias desestruturadas, “atitudes suspeitas”, “meio ambiente pernicioso à formação moral” são algumas pérolas (adjetivo usado por Malaguti) encontradas com frequência em boletins e documentos oficiais.

“A academia acaba pautada também, reproduzindo o senso comum televisivo; fala-se de estado paralelo, crime organizado, narcotráfico. Rosa Del Olmo denunciou a mistura de informação, desinformação e até a contra-informação, produzindo uma saturação funcional à ocultação do discurso contemporâneo sobre as drogas. Esse senso comum produzido pela mídia termina por escamotear as questões principais, fazendo com que grande parte da produção acadêmica se incorpore às tarefas de informação para o controle social”.¹⁶⁷

A política editorial adotada pelo jornal O Globo, na veiculação da reportagem “positiva” sobre os números da segurança pública, minimizando ao extremo a alta dos

¹⁶⁵ Extraído do relatório da Anistia Internacional. <http://web.amnesty.org/pages/bra-051103-summary-por>

¹⁶⁶ BATISTA, Vera Malaguti. *Filicídio*, Op. Cit. p. 253-260.

¹⁶⁷ BATISTA, Vera Malaguti. *Filicídio*, Op. Cit. p. 253-260.

números de autos de resistência, pode ser explicada pela cobrança, cada vez mais feroz, por parte da classe média, por uma política eficaz de combate à violência. Vera Malaguti aprofunda suas pesquisas sobre a criminalização da juventude pobre da periferia, em sua opinião as principais vítimas dos efeitos do controle social globalizado. Ela enfoca o processo que chamou de “demonização” das drogas, com a disseminação do medo e da sensação de insegurança. Este conjunto de fatores provoca a despolitização da população urbana, “transformando-as em multidões desesperançadas, turbas linchadoras a esperar e desejar demonstrações de força”¹⁶⁸.

4.2.2 DISCURSOS, DROGAS E LEGITIMAÇÃO

Rosa Del Olmo¹⁶⁹ enfatiza, por diversas vezes, a participação fundamental do discurso dos meios de comunicação de massa em sua narrativa sobre a trajetória da droga. Coube à mídia as diferentes funções de, de acordo com determinada época, estimular o consumo, por vezes, disseminar o pânico, em outros contextos, e legitimar uma política violenta, discriminatória e seletiva de controle e ordem públicos.

A autora explica que existem vários discursos, construídos em torno da droga, que permitiram a criação de estereótipos – em sua visão, a melhor expressão do controle social informal – necessários para legitimar o controle social formal. Na verdade, estes discursos são artifícios que impedem que se tenha uma percepção da questão da droga enquanto totalidade social e econômica, e seus objetivos reais. Ela mostra o caráter dissimulador dos discursos que fundamentaram as políticas criminais sobre o tema.

Os estereótipos apresentados por Rosa Del Olmo serão trabalhados por Nilo Batista para descrever a política criminal de drogas no Brasil. O discurso médico, que considera o drogado um doente e a droga, um vírus, vem sendo utilizado sistematicamente para lidar com o jovem classe média, em geral branco, morador da Zona Sul carioca, usuário. Ao jovem pobre, que vende a droga, aplica-se o estereótipo – ou discurso – criminal. Para o primeiro, tratamento; para o segundo, cadeia.

Tais estereótipos ficam mais evidentes quando se percebe o tratamento da imprensa: para jovens pobres, a repercussão de seus crimes se dá através da opinião de advogados criminalistas (foi o que aconteceu com os acusados da morte do menino João Hélio, em

¹⁶⁸ BATISTA, Vera Malaguti. *Difíceis Ganhos Fáceis – Drogas e Juventude Pobre no Rio de Janeiro*. 2 ed. Rio de Janeiro: Revan – Instituto Carioca de Criminologia, 2003. p. 35.

¹⁶⁹ OLMO, Rosa Del. *A Face Oculta da Droga*. Rio de Janeiro: Editora Revan, 1990.

2007); para os jovens de classe média, os jornalistas procuram psicólogos e psiquiatras em busca de motivos para justificar seus crimes (exemplo dos rapazes que surraram uma empregada doméstica na Barra da Tijuca, no mesmo ano). Silvia Moretzshon complementa: “Os jovens infratores só viram notícia quando matam e não quando morrem”¹⁷⁰.

Vera Malaguti explica que o verdadeiro poder do sistema penal não é o repressor, mas o exercício positivo, configurador, simbólico. Segundo ela, há um controle social militarizado e verticalizado sobre os setores mais pobres da população e isso implica numa renúncia expressa à legalidade penal. O objetivo é conter grupos sociais bem determinados, ou seja, os pobres, favelados, marginalizados que vivem na periferia da cidade. Nada mais adequado, portanto, do que um comandante da Polícia Militar afirmar que sua corporação é um “inseticida social”, justificando a truculência da tropa em mais uma operação em comunidade da Zona Norte.

“Esse poder configurador é também repressivo ao interiorizar a disciplina, conformando uma sociedade submetida a uma vigilância interiorizada da autoridade. É fundamental o papel dos meios de comunicação de massa na introjeção dessa ordem verticalizante. Esta vigilância disciplinada, camuflada, não é percebida em nível consciente”.¹⁷¹

No próximo capítulo, serão apresentados alguns conceitos que tentam explicar os motivos desta vigilância e controle dos grupos sociais. Zygmunt Bauman introduz a figura do “refugo humano” para analisar o comportamento da sociedade no que ele chama de modernidade líquida, ou pós-modernidade, cada vez mais individualista, focada na questão da segurança, e para quem a população marginalizada – composta pelos “outros” - não faz parte de suas preocupações. E, neste aspecto, a Imprensa assume um papel fundamental, a partir do momento em que age de forma a alimentar estereótipos e sentidos comuns que reiteram a existência de mundos distintos e contribui para aprofundar ainda mais a separação de classes.

¹⁷⁰ MORETZSOHN, Silvia. Op. Cit.

¹⁷¹ BATISTA, Vera Malaguti. Op.Cit.p. 35.

Cap.5 JORNALISMO SELETIVO EM TEMPOS DE MODERNIDADE

“Eles” são o lixo humano produzido por uma sociedade que, em tempos de modernidade, vive cada vez mais em processo de individualização, onde não existem certezas e o interesse pelo bem comum já não faz mais parte da agenda político-social. São denominados por Zygmunt Bauman de refugo humano, seres que não têm utilidade, não se enquadram nos padrões exigidos atualmente por um mercado livre, globalizado, onde o Estado (a política) do Bem-Estar Social há muito deixou de existir.

São uma parcela considerável da população mundial, excluída das condições básicas de subsistência: refugiados, imigrantes, desempregados, miseráveis, a quem não cabem opções em tempos de modernidade. Podem também ser denominados de “*homo sacer*”, expressão adotada por Giorgio Agamben¹⁷² em obra do mesmo nome para representar as pessoas cujas vidas são desprovidas de valor; são vidas indignas de serem vividas, que estão fora do critério de ordem estabelecido pela sociedade contemporânea.

Bauman afirma que o planeta está cheio ao explicar que a produção em escala crescente do refugo humano está relacionada com as formas e os meios de subsistência da população – da grande parcela a quem não há como oferecer emprego, um posto de trabalho, uma função produtiva, ou seja, papéis produtivos que possam colocar o indivíduo na sociedade e fazer dele uma peça necessária no sistema. Neste contexto, o autor vai apresentar a noção de ‘redundância’. Segundo Bauman, “ser redundante significa ser extranumerário, desnecessário, sem uso. (...) Os outros não necessitam de você. Não há uma razão auto-evidente para você existir nem qualquer justificativa óbvia para que você reivindique o direito à existência”¹⁷³.

Bauman traça um paralelo entre a produção do refugo humano com o lixo produzido pela sociedade consumista e individualista: ambos são considerados efeitos colaterais do progresso econômico da modernidade. São rejeitos, dejetos, restos; ou, ainda, no caso do refugo humano, pessoas deslocadas, inaptas e indesejáveis. Um monte de lixo que,

¹⁷² Boa parte dos comentários e explicações contidos neste capítulo, referentes à obra de Giorgio Agamben, deve ser creditada às aulas proferidas pelo professor Luis Carlos Friedman, da disciplina Teoria Sociológica, no Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito (PPGSD) da Universidade Federal Fluminense, em 2007.

¹⁷³ BAUMAN, Zygmunt. *Vidas Desperdiçadas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005. 170p. p.20.

atualmente, não tem destino certo e tornou-se um dos maiores problemas da era contemporânea.

O autor diferencia o refugio humano produzido na era da modernidade líquida da massa de desempregados do Século XX – o chamado exército de reserva de mão-de-obra – que poderia, a qualquer momento, obter a realocação no mercado de trabalho. Segundo Bauman, “os desempregados da sociedade de produtores podem ter sido desgraçados e miseráveis, mas seu lugar na sociedade era seguro e inquestionável”¹⁷⁴. Hoje, no entanto, não há mais certezas deste tipo: o refugio vem com a marca da exclusão, não é mais necessário e, principalmente, não tem como obter meios de sobrevivência ou um apoio mínimo do Estado para tal fim.

Supérfluas, imprestáveis, desnecessárias e indesejadas. Assim são consideradas as parcelas da população identificadas como refugio humano. São pessoas que tentam, sem quaisquer condições, lutar diariamente pela sobrevivência física, mas estão excluídas e, em vez de contribuir para que a economia global funcione, acabam revelando as falhas de tal sistema. Não deveriam existir, simplesmente. Trata-se de mão-de-obra desqualificada, que não atende à demanda atual na escala produtiva da era contemporânea dominada pela tecnologia. São, segundo Bauman, pessoas marcadas para a destruição: “nascidas com a marca do descarte iminente”¹⁷⁵.

Da mesma forma, Giorgio Agamben vai retratar a “vida nua” do “*homo sacer*”, que são as ervas daninhas de um jardim e que precisam ser eliminadas. Ou melhor, neste chamado ‘Estado Jardineiro’, deve-se incluir por exclusão tudo que não estiver dentro do padrão da ordem determinada e acatada pelo grupo produtivo. Deve-se deixar morrer todos aqueles que não fazem parte da estrutura econômica: o lixo, a erva daninha, enfim, tudo aquilo que perdeu utilidade e que, agora, deve ser descartado para a manutenção da ordem estabelecida.

A expressão “*homo sacer*” vem do antigo Direito Romano, o qual estipula que matar um “*homo sacer*” não é considerado delito passível de punição, já que sua vida não tem significação humana, é inútil, não serve sequer como oferenda. Não se trata de sujeito portador de direitos humanos, não tem vida qualificada. Seria o chamado “zoé”, o simples fato de viver comum a todos os seres vivos; em contrapartida, seria o oposto de “bios”, indicativo da maneira de viver própria de um indivíduo ou de um grupo. “É uma obscura

¹⁷⁴ Ibid., p.22.

¹⁷⁵ Ibid., p. 15.

figura do Direito Romano arcaico, na qual a vida humana é incluída no ordenamento unicamente sob a forma de sua exclusão (ou seja, de sua absoluta matabilidade)”¹⁷⁶.

Agamben explica que o conceito de vida sem valor aplica-se aos indivíduos considerados incuravelmente perdidos após doença ou ferimento. O “*homo sacer*”, no entanto, também pode ser enquadrado como representante de uma vida sem valor, sem importância, desnecessária. Bauman diz que o “*homo sacer*” é a principal categoria de refugo humano – seria o cidadão (*bios*) x “*homo sacer*” (*zoé*); ou, ainda, produto útil (legítimo) x refugo. São pessoas tão descartáveis que suas mortes não despertariam em ninguém qualquer sentimento de culpa, solidariedade ou tristeza.

O progresso econômico e tecnológico inviabilizou modos de produção, extinguiu profissões e atividades que garantiam meios de subsistência para milhões de pessoas. Em suma, ele se situa num processo permanente em que desvaloriza, elimina e substitui formas efetivas de se ganhar a vida, financeira e socialmente. E este é apenas um dos chamados efeitos colaterais da mudança entre o capital pesado e o capital líquido – expressões utilizadas por Bauman em sua busca de um entendimento acerca do mundo atual.

O capital pesado representa o passado, a tradição, o sólido, os modos de produção industrial onde um dos maiores pecados, para os críticos, era a rotina. Cada pessoa podia afirmar, com certa segurança, como seria o seu dia-a-dia de trabalho, o lugar a ser ocupado, os limites entre certo e errado; enfim, vivia-se a partir de modelos permanentes de conduta, hierarquia e regras. Havia líderes, um Estado relativamente protetor a ser responsabilizado por quaisquer eventos que pudessem abalar tais rotinas e um mundo governado por autoridades. Havia poucas escolhas, é verdade, mas cada pessoa sabia exatamente até onde poderia e gostaria de ir. Podia não conhecer os meios a serem empregados para atingir determinado objetivo, mas se valia da certeza dos fins. E, principalmente, sabia exatamente qual era o seu papel na escala produtiva. Mesmo os desempregados exerciam um papel definido naquele modo de produção capitalista.

Em tempos de modernidade, o capital pesado começou a sofrer um processo de liquefação; assistiu-se ao derretimento dos sólidos. Como explica Bauman, “os primeiros sólidos a derreter eram as lealdades tradicionais, os direitos costumeiros e as obrigações que impediam os movimentos e restringiam as iniciativas”¹⁷⁷. Em decorrência, a economia

¹⁷⁶ AGAMBEN, Giorgio. *Homo Sacer – O Poder soberano e a vida nua I*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2004. 207 p. p.16.

¹⁷⁷ BAUMAN, Zygmunt. *Modernidade Líquida*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001. 258p. p.10.

libertou-se de seus entraves políticos, éticos e culturais; a liberdade individual foi conquistada e o capital leve, finalmente, prevaleceu.

Hoje, na modernidade líquida, não há mais como se apegar à rotina. Quem não for capaz de acompanhar as rápidas mudanças nos padrões de comportamento, nos processos de produção, nas relações sociais – todas determinadas pelo mercado – corre sério risco de se transformar em refugio humano. E tal ameaça não se restringe a determinada classe social, mas é uma realidade que atinge todos os níveis. Não há mais segurança, não há mais certezas. O futuro nunca esteve tão incerto. O mundo em movimento, segundo os conceitos de Bauman, apresenta infinitas possibilidades, uma indefinição permanente e excesso de escolhas. Não há normas e aqueles que melhor suportarem tamanha pressão terão mais chance de estar no comando.

Bauman fala em ‘economia política da incerteza’ para explicar que já não existem regras capazes de se impor aos poderes financeiro, capitalista e comercial, que agem agora de forma extraterritorial, acima das autoridades políticas locais. No discurso neoliberal, o Estado de Bem-Estar Social cedeu espaço e abriu fronteiras para expressões como desregulamentação, liberalização, flexibilização, fluidez crescente, descontrole de mercados. Nas democracias desenvolvidas, prevalece o dismantelamento das proteções sociais enquanto atividade política, e o capital se move à velocidade ímpar, impondo o individualismo e a intolerância.

Na tentativa de sustentar a ordem no mundo globalizado e ambivalente, em que a sensação de indecisão e a perda de controle atormentam diariamente todo o planeta, os atos de inclusão e exclusão se tornam praticamente uma obrigação. Para manter a ordem, é necessário eliminar tudo aquilo que não tem mais função, o lixo, o refugio. Bauman explica que “a construção da ordem coloca os limites à incorporação e à admissão. Exige a negação dos direitos e das razões de tudo que não pode ser assimilado”. É o que ele chama de a “deslegitimação do outro”¹⁷⁸.

Hoje, com o progresso econômico e tecnológico, com as velozes mudanças diárias nos sistemas de produção e a atuação cada vez mais restrita do Estado enquanto responsável por políticas sociais abrangentes, o resultado mais assustador parece ser o aumento sistemático do refugio humano – o que Bauman chama de crescentes massas de pessoas que são colocadas de lado, sem utilidade, mas que representam uma permanente ameaça à harmonia social. E o autor alerta: “Como o volume do refugio supera a atual capacidade gerencial, há uma

¹⁷⁸ BAUMAN, Zygmunt. *Modernidade e Ambivalência*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1999. 336p.

expectativa plausível de que a modernidade, agora planetária, se sufoque nos seus próprios dejetos, que ela não pode reassimilar nem suprimir”¹⁷⁹.

5.1 INDIVÍDUO X CIDADÃO

Bauman afirma que ser moderno significa ser incapaz de parar ou de ficar parado. Tudo ocorre de forma instantânea e quem tiver agilidade em suas ações irá se adequar às novas perspectivas do que ele denomina de modernidade líquida, que se contrapõe radicalmente às chamadas regularidades históricas, clássicas do Século XX, em que seria possível prever e garantir um futuro tranquilo. A sociedade do Século XXI, diz ele, é compulsiva e obsessiva, totalmente individualista e, justamente por isso, incapaz de atos coletivos.

O autor aponta como características da modernidade líquida o desinteresse por reformas sociais e pelo bem comum, a decadência do engajamento político e a alta dos sentimentos hedonísticos. “A velha amizade do tipo ‘um por todos e todos por um’ foi simplesmente expulsa do reino do possível”, atesta Bauman, para sintetizar que a solidariedade humana é um sentimento que simplesmente não tem espaço na modernidade líquida¹⁸⁰.

A individualização se sobrepondo à cidadania é, segundo Bauman, uma fatalidade, em que seus vitimados não têm opções de escolha. E ressalta que a tão festejada conquista da liberdade individual não passa de um dever e necessidade de enfrentar individualmente os riscos e contradições que são socialmente produzidos. “Os riscos devem ser enfrentados solitariamente”, explica, lembrando que, na modernidade globalizada, as pessoas já não podem contar com os grandes líderes para orientá-las e assumir as responsabilidades por seus atos¹⁸¹.

“O indivíduo é o pior inimigo do cidadão”. A frase, de Tocqueville, é utilizada por Bauman para explicar o que ele chamou de “corrosão e lenta desintegração da cidadania”¹⁸², onde as pessoas já não conseguem decidir em conjunto e lutam desesperadamente apenas para que o poder público não interfira em suas vidas, observando as regras de direitos humanos e protegendo a segurança de seus corpos e posses.

¹⁷⁹ BAUMAN, Zygmunt. *Vidas Desperdiçadas*. Op.Cit. p.89.

¹⁸⁰ BAUMAN, Zygmunt. *Em Busca da Política*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000. 213p. p. 61.

¹⁸¹ BAUMAN, Zygmunt. *Modernidade Líquida*. Op.Cit, p. 45.

¹⁸² *Ibidem*.

“O cidadão é uma pessoa que tende a buscar seu próprio bem-estar através do bem-estar da cidade – enquanto o indivíduo tende a ser morno, cético ou prudente em relação à causa comum, ao bem comum, à boa sociedade ou à sociedade justa”¹⁸³.

De fato, o aumento da liberdade individual, diz Bauman, “coincide com o aumento da impotência coletiva na medida em que as pontes entre a vida pública e privada são destruídas ou, para começar, nem foram construídas”¹⁸⁴. Hoje, não há mais espaço ou tempo para discussões de assuntos públicos. No máximo, ansiedades pessoais tornam-se públicas porque são exibidas pela mídia. A apatia e a descrença generalizada na política são, também, conseqüências deste perfil individualista da modernidade líquida. Além disso, a liberdade individual fez com que as pessoas perdessem a coragem de buscar formas alternativas de convívio coletivo. “O problema de nossa civilização é que ela parou de se questionar”, assevera¹⁸⁵.

Na desesperada e contínua luta para garantir um papel produtivo no mundo globalizado e líquido, em que viver na incerteza é a única alternativa possível, Bauman aponta ocasiões em que a população ainda é capaz de momentâneos atos de união. Estes casos são o que ele chama de ‘explosões concentradas e breves’, na verdade oportunidades para que as pessoas possam extravasar sentimentos de compaixão, caridade ou agressividade acumulada.

Para isso, deve haver um personagem – um inimigo público recém-descoberto, por exemplo – identificável pela maioria e alvo de um sentimento coletivo. Mas estes momentos também têm a característica da velocidade típica de modernidade. São explosões espetaculares, que perdem a força rapidamente, fazendo com que a solidão volte a comandar a vida na sociedade. Não se pode chamar tais fatos, contudo, de exercício de cidadania. Em geral, são casos isolados, de clamor popular, francamente explorados pela mídia, como a morte do garoto João Roberto.

Incerteza, insegurança e falta de garantias são a marca desta sociedade que tenta, desesperadamente, se enquadrar nos critérios de ordem, fugindo do caos e da ambivalência. E a população excedente, uma espécie de refugio humano, acaba provocando um outro sentimento: o que Bauman chama de “horror à mistura”. Assim como o lixo produzido diariamente, e também todos os dias removido de forma efetiva, a parcela da sociedade ainda produtiva – os consumidores – trata de ignorar o refugio humano, não pensar nele e torná-lo invisível¹⁸⁶.

¹⁸³ Ibidem.

¹⁸⁴ BAUMAN, Zygmunt. *Em Busca da Política*. Op.Cit., p.10.

¹⁸⁵ Ibid., p. 14.

¹⁸⁶ BAUMAN, Zygmunt. *Vidas Desperdiçadas*. Op.Cit. p.23.

Os seres humanos refugados, de acordo com o conceito apresentado por Bauman, são considerados como parasitas, intrusos, violentos e perigosos. E algo precisa ser feito para que eles não tornem o dia-a-dia daqueles que ainda exercem papéis produtivos no mundo moderno e líquido ainda mais inseguro. É necessário, portanto, resguardar sua incolumidade física e suas posses, eliminando ou reduzindo drasticamente a possibilidades de ataques ou agressões.

Neste contexto, entra em cena o Estado, de forma bastante conveniente, justamente para revelar à sociedade sua nova pseudo-função em tempos de modernidade líquida. Aquele Estado responsável, protetor, e que impunha normas em todas as formas de relacionamentos, confessa sua incapacidade e falta de interesse em continuar a assumir tal tarefa. Agora, no máximo, trata de buscar mecanismos para efetivar os chamados direitos humanos, aqueles em que as liberdades individuais são asseguradas, assim como as conseqüências de cada ato praticado por cada pessoa também deixam de ser problema das autoridades.

Quando boa parte do poder foi retirada da política, o discurso de garantir a segurança física das pessoas surge como a última alternativa viável para atribuir algum papel relevante ao Estado. Afinal, o indivíduo já conquistou sua liberdade; o mercado funciona de forma extraterritorial, alheio a questões políticas locais e, até mesmo, se impondo a tais assuntos. Resta ao Estado sua tarefa de manter a ordem – e tentar fazer isto justamente através da exclusão do refugio humano.

Como bem enfatiza Bauman, a maioria das medidas tomadas em nome da segurança coletiva implica em separar as pessoas, semear a desconfiança mútua, privilegiar sanções privativas de liberdade. Não tendo mais condições ou vontade de cumprir a promessa de bem-estar social, o Estado contemporâneo recorre a prisões, a práticas políticas segregacionistas e a medidas de segurança que sempre têm como alvo principal todos aqueles que se enquadram no perfil do refugio humano. Afinal, eles devem ser afastados do restante da sociedade, a fim de que a manutenção da ordem seja considerada sempre eficaz.

5.2 A ESFERA PÚBLICA E A IMPRENSA

No Brasil, milhões de pessoas vivem abaixo da linha da pobreza. Somente nas capitais São Paulo e Rio de Janeiro são mais de dois milhões de indivíduos sobrevivendo em morros e favelas, sem quaisquer condições de higiene, enfrentando diariamente a dura realidade do desemprego, sem perspectivas ou esperanças. Em geral, habitam em comunidades onde o tráfico de entorpecentes dita as regras e acabam se tornando as maiores vítimas de um círculo

vicioso que parece não ter fim. Vivem em meio ao caos, onde uma das maiores características é a ausência do poder público.

As chamadas comunidades nos centros urbanos do Rio também emergem como instrumentos de segregação de classe e deixam em seus moradores a marca da inferioridade e rejeição social. “Jovem, preto e favelado” é uma expressão considerada sinônimo de bandido. Zigmunt Bauman explica que “os moradores do gueto não podem criar seus próprios usos econômicos ou políticos alternativos em substituição aos usos que lhes foram negados pela sociedade mais ampla”¹⁸⁷, exemplificando um mecanismo simples e direto de exclusão social. A diferença básica entre os guetos de refugados e as comunidades carentes no Brasil pode ser justamente a questão da cidadania, ainda que teoricamente, aqui estamos lidando com cidadãos brasileiros, que têm direito a voto e, por isso, seu descarte ainda não é levado tão a sério.

É possível encontrar nestas comunidades associações de moradores e grupos não-governamentais que desenvolvem projetos coletivos de sucesso, oferecendo a seus moradores um mínimo de apoio e dignidade, substituindo o Estado em diversas atividades que são garantidas constitucionalmente, mas que permanecem ignoradas (por quem?). São práticas educativas, esportivas, sócio-econômicas e ligadas ao meio ambiente capazes de levar algum tipo de orientação e noções de cidadania e coletividade, consideradas fundamentais para uma tentativa de reverter o atual quadro de individualidade excessiva encontrada nas sociedades.

Bauman defende a idéia de que a verdadeira liberdade individual só pode ser conquistada através do trabalho coletivo, em que cada pessoa tenha em mente a preocupação com o bem público e a certeza de que “tirar os pobres da miséria não é apenas uma questão de caridade, consciência e dever moral, mas condição indispensável para reconstruir uma república de cidadãos livres a partir do deserto que é o mercado global”¹⁸⁸. E mostra a retomada da cidadania como possível saída para o medo, para a incerteza e para a insegurança.

Na visão de Bauman, a chance para mudar este quadro depende da “ágora”, um espaço quase inexistente onde os problemas particulares podem se encontrar, em busca de soluções coletivas que possam tirar os indivíduos da miséria sofrida na sua vida particular. “Espaço em que as idéias podem nascer ou tomar forma como bem público, sociedade justa ou valores partilhados”, exemplifica¹⁸⁹.

¹⁸⁷Ibid., p.102.

¹⁸⁸BAUMAN, Zygmunt. *Em Busca da Política*. Op.Cit. p179.

¹⁸⁹Ibid., p.11.

Mas alerta, por outro lado, para a necessidade de que a formação de espaços público/privado esteja ancorada por uma agência poderosa o suficiente para efetivar as decisões tomadas por possíveis cidadãos conscientes e zelosos. Hoje, o que se tem é a constatação de um poder distante da política, da ágora, fora do espaço público politicamente institucionalizado. E isso faz com que o Estado permaneça imponente para agir.

Neste ponto, Bauman recebe o aval de Giorgio Agamben, para quem “a separação entre humanitário e político, que estamos vivendo hoje, é a fase extrema do descolamento entre os direitos do homem e os direitos do cidadão”¹⁹⁰. E alerta que, quando os grupos de organizações humanitárias agem em separado do político, simplesmente adotam caminhos paliativos, mantendo o espaço puro da exceção, da exclusão, sem que consiga, de fato, resolver definitivamente o problema.

O filósofo Jürgen Habermas realiza estudos sobre a atuação nos meios de comunicação de massa e sua influência na formação da esfera pública desde os tempos da Escola de Frankfurt. Da década de 60 até hoje, mantém-se como um dos estudiosos mais ativos da contemporaneidade, considerando que a imprensa tem o papel fundamental de atender à demanda por informação e por formação, garantindo à esfera pública sua função elementar de legitimar a democracia. E critica o fato de que, atualmente, leitores, ouvintes e espectadores são apenas consumidores de uma informação associada à mercadoria, quando deveriam ser cidadãos com direito à voz na formação de opinião.

Em maio de 2007, Habermas publicou artigo polêmico no jornal alemão “Süddeutsche Zeitung”, baseado em suas teorias sobre a importância da esfera pública como mecanismo que pode assegurar as conquistas e liberdades aos cidadãos. Nele, o filósofo apresentou-se favorável ao aporte de subsídios estatais para garantir a qualidade dos jornais impressos.¹⁹¹ Afinal, já em “Mudança Estrutural da Esfera Pública”, de 1961, ele alertava para os riscos da invasão da esfera pública pela publicidade e afirmava, categoricamente, que “a própria imprensa se torna manipulável à medida que ela se comercializa”¹⁹².

Habermas trata a questão da esfera pública como fundamental para a legitimação da democracia, selecionando temas de relevância política e vinculando-os às correntes de opiniões divergentes. “Por essa via, a comunicação pública estimula e orienta a formação da opinião e do voto, ao mesmo tempo em que exige transparência e prontidão do sistema

¹⁹⁰ AGAMBEN, Giorgio. Op. Cit., p. 140.

¹⁹¹ HABERMAS, Jürgen. *O valor da notícia*. Folha de S.Paulo, São Paulo, 27 maio 2007. Disponível em: <http://www.1.folha.uol.com.br/fsp/mais/fs2705200707.htm>

¹⁹² HABERMAS, Jürgen. *Mudança Estrutural da Esfera Pública*. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1984, p. 217.

político”¹⁹³, explica. Segundo ele, neste contexto, a imprensa voltada à formação de opinião, capaz de fornecer informação confiável, exerce papel preponderante para alimentar a esfera pública.

Gisele Cittadino explica que a ética discursiva apresentada por Habermas pressupõe tanto os interesses individuais quanto as perspectivas ancoradas em valores¹⁹⁴. Seriam as concepções individuais sobre o bem e as formas de vida pluralistas, presentes na sociedade, e que necessitam de razões que sustentem sua validade social. Neste sentido, a ética não encontra base apenas nas consciências individuais ou nas tradições e costumes dos mundos plurais, mas irá exigir uma forma de vida compartilhada, uma rede de reconhecimento recíproco, que se estrutura através da linguagem. Busca-se a inter-relação entre sujeito e sociedade.

A autora apresenta a teoria habermasiana a partir da formação racional da vontade de um indivíduo capaz de auto-reflexão e crítica, de exigir igualdade de respeito e disponibilidade para o diálogo. A norma irá surgir, para todos, a partir de um acordo racionalmente motivado. Teremos, aí, o princípio da universalização, através do qual toda norma válida deverá ser aceita sem coação por todos. Para tanto, tal princípio é a regra da argumentação; somente os discursos morais podem solucionar os conflitos, com pretensões de validade.

“Normas corretas do discurso moral devem merecer o reconhecimento de seus destinatários. (...) Os enunciados verdadeiros não possuem uma validade intrínseca: eles devem ser, através de um ato de fala, confirmados ou não. Para isso, a ética discursiva habermasiana recorre ao modelo de um amplo e irrestrito diálogo, no qual todos os participantes têm igual acesso e onde prevalece a forma do melhor argumento, através da situação ideal de fala”.¹⁹⁵

A esfera pública é crucial no entendimento da teoria habermasiana. Para o filósofo, ela vem a ser o domínio da sociedade onde a opinião pública é formada e fundada, a partir de cada conversa, de cada interação entre as pessoas; uma ação comunicativa que sempre será movida por uma razão comunicativa própria, que tem o objetivo último de chegar a um entendimento. Segundo Habermas, o agir comunicativo é a fala humana dirigida ao consenso, e ela só se realiza dentro de contextos normativos, linguagem comum, tradições.

Neste contexto, os meios de comunicação de massa têm destaque na constituição da esfera pública, considerada pelo autor como o espaço para o debate engajado e crítico. E,

¹⁹³HABERMAS, Jürgen. “O valor da notícia”. Folha de S.Paulo, 27 maio 2007. Disponível em <http://www.1folha.uol.com.br/fsp/mais/fs2705200707.htm>

¹⁹⁴CITTADINO, Gisele. Pluralismo, Direito e Justiça Distributiva. Elementos da Filosofia Constitucional Contemporânea. 3ª ed. Rio de Janeiro: Lúmen Júris, 2004, p.90.

¹⁹⁵Ibid., p.110

ainda no século XIX, coube à imprensa a responsabilidade de interagir na formação da opinião pública e na organização da esfera pública como um todo. Mas, a partir do surgimento da publicidade, houve uma mudança – ou metamorfose, como afirma Habermas – nesta mesma esfera. “A esfera pública se torna uma corte, perante cujo público o prestígio é encenado, ao invés de nele desenvolver-se a crítica”¹⁹⁶.

“À medida que se configura, mediante *public relations*, a esfera pública burguesa reassume traços feudais: os ‘ofertantes’ ostentam roupagens e gestos de representação perante clientes dispostos a segui-los. A publicidade imita aquela aura de prestígio pessoal e de autoridade supra-natural que antigamente era conferida pela esfera pública representativa”¹⁹⁷.

De fato, acompanhando as tendências gerais, o desenvolvimento da publicidade nos veículos de comunicação provocou uma mudança nos debates adotados na esfera pública. Passou a ser empregado um discurso consumista, onde as questões políticas e ligadas à cidadania perderam espaço. Na transformação do cidadão em consumidor, perdeu-se conteúdo e abriu-se espaço para mais publicidade. Os avanços tecnológicos proporcionaram a expansão da esfera pública, já transformada em palco de espetáculos, principalmente com o advento da televisão.

Ao mesmo tempo em que amplia a esfera pública, os modernos meios de comunicação propiciam um maior controle negativo sobre os conteúdos politizados que deveriam estar nas principais pautas de discussões. Indiscutível levar-se em conta que, ainda que capaz de revelar-se manipulatória e autoritária, essa comunicação também tem condições de contribuir na produção de processos comunicativos críticos, capazes de promover a inclusão e, para utilizar uma expressão de Habermas, “conectados horizontalmente”. Ou seja, tanto pode agir de forma a impedir a comunicação crítica entre as pessoas quanto ser capaz de fazer emergir esferas públicas de diferentes naturezas, em diversos âmbitos societários.

O que se vê, hoje, no entanto, é a preponderância dos interesses econômicos e políticos do poder nos discursos praticados através dos meios de comunicação de massa. Os avanços tecnológicos, em vez de expandir e elevar a qualidade e a autenticidade das comunicações entre os indivíduos, de forma a se conquistar a “situação ideal de fala” apontada na obra de Habermas como fundamental para a busca do consenso e do entendimento, afastam estes mesmos indivíduos dos mecanismos capazes de levá-los a uma maior reflexão e autocrítica.

¹⁹⁶HABERMAS, Jürgen. Op. Cit., p. 235.

¹⁹⁷Ibidem.

5.3 RESISTÊNCIA, METAPREFERÊNCIAS E ESTUDOS CULTURAIS

Rousiley Maia, da Universidade Federal de Minas Gerais, explica que há uma grande variedade de correntes que analisam a ligação da mídia com a esfera pública, com a política, e com as práticas cívicas. E estas correntes, em geral, apontam para dois caminhos opostos: “num extremo, existem aqueles estudos em que a mídia encontra-se totalmente ausente e, no extremo oposto, aqueles que querem explicar tudo através da mídia”¹⁹⁸. Postura semelhante chegou a ser adotada por Habermas, quando ele enfatizou a importância dos meios de comunicação para a constituição de tal *lócus* de discussões. Em obras posteriores, ele mesmo reconheceria que sua visão era restrita e determinista.

Segundo Leonardo Avritzer e Sergio Costa, a partir de novas pesquisas da Sociologia da Comunicação, Habermas relativiza a idéia de que “os cidadãos, na sociedade de massas, teriam se transformado de politicamente ativos em privatistas; e de atores da cultura em consumidores de entretenimento”¹⁹⁹. No prefácio à reedição alemã de 1990, Habermas evidencia o potencial de crítica e de seleção do público, capaz de emitir juízos de valor, de preservar suas diferenciações internas e sua pluralidade, ainda que submetido à pressão cultural e politicamente homogeneizadora da mídia.

Para Habermas, a fonte da legitimidade política é resultado do processo comunicativo de formação da opinião e da vontade coletiva, processo este que se opera dentro da esfera pública. Na verdade, “os processos midiáticos são, ao mesmo tempo, instituídos e instituintes das práticas sociais e da vida política”²⁰⁰. Nas palavras de Habermas: “Essa mercadoria (informação política e cultural) a um só tempo atende e transforma as preferências de seus consumidores”²⁰¹.

Jürgen Habermas afirma que cada indivíduo, ao fazer uso dos meios de comunicação, seguindo suas preferências ao escolher determinado tipo de veículo e sua linha editorial, submete-se a um processo de aprendizado de resultados imprevisíveis. E alerta: “No curso de uma leitura, novas preferências, convicções ou juízos podem se formar”²⁰². Este sistema que

¹⁹⁸ MAIA, Rousiley. *Mídia e Vida Pública: Modos de Abordagem*. In: MAIA, Rousiley e CASTRO, Maria Ceres Pimenta Spínola (orgs). *Mídia, Esfera Pública e Identidades Coletivas*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006, p. 13.

¹⁹⁹ AVRITZER, Leonardo e COSTA, Sergio. *Teoria Crítica, democracia e esfera pública – Concepções e usos na América Latina*. In: MAIA, Rousiley e CASTRO, Maria Ceres Pimenta Spínola (orgs). Op.Cit., p.68.

²⁰⁰ MAIA, Rousiley. *Mídia e Vida Pública: Modos de Abordagem*. In: MAIA, Rousiley e CASTRO, Maria Ceres Pimenta Spínola (orgs). Op.Cit, p.12.

²⁰¹ HABERMAS, Jürgen. “O valor da notícia”. Op.Cit.

²⁰² Ibidem.

orienta a determinada leitura é chamado por ele de metapreferência, levando a prioridades que podem favorecer uma imprensa de qualidade.

Neste ponto, ele se aproxima da Teoria da Resistência apresentada por Walter Benjamin, também oriundo da Escola de Frankfurt, e trabalhada por Clovis de Barros Filho para explicar a questão do “habitus” e sua influência sobre a comunicação. Para Benjamin, o poder dos meios de comunicação é grande, mas não absoluto, capaz de formar uma massa de indivíduos inertes, acríticos. Benjamin acredita que tal poder só pode ser exercido em condições sociais específicas. Ou seja, a mídia não é a criadora de tais condições, ainda que possa interferir nestes processos. Ele vai trabalhar com as reais possibilidades e limitação dos meios de comunicação, de forma crítica, mas não radical²⁰³.

Para Benjamin, a informação difundida pela Imprensa chega a um receptor que é autor de suas próprias experiências e sujeito responsável, capaz de compreender o que se passa ao seu redor, dentro de sua realidade, acumulando um saber próprio que o permite analisar e ponderar sobre a veracidade de determinado fato. Benjamin acredita que a informação transmitida pela mídia é mais um elemento a compor o processo de recepção e não o único canal a formar a opinião da pessoa²⁰⁴.

Esta é a linha de pensamento adotada pelos chamados Estudos Culturais: os meios de comunicação são parte integrante de um contexto social, que influenciam e são influenciados, numa relação dialética de troca que envolve fatores sociais, econômicos, culturais, políticos. Os Estudos Culturais se originaram na Inglaterra, com Stuart Hall, em contraponto às teorias da Escola de Frankfurt, e defendem que os meios de comunicação são importantes na construção dos significados que cada pessoa adquire no curso de sua vida, mas não chegam a ser determinantes.

Hall acredita que existam vários focos de poder e relações múltiplas a influenciar um sujeito socialmente determinado, e que a mídia não é a única instância nesse processo. Os indivíduos, para ele, estão inseridos num contexto social que os permitem selecionar, escolher e interpretar as mensagens midiáticas a partir de vivências pessoais, únicas²⁰⁵. “Os indivíduos são agentes sociais ativos na medida em que estão vinculados a estruturas de classe e estruturas de conhecimento que influirão em sua percepção de mundo”²⁰⁶, explica Barros Filho, que resume:

²⁰³ BARROS FILHO, Clovis. Op.Cit., p.206.

²⁰⁴ Ibidem.

²⁰⁵ Ibid., p.226.

²⁰⁶ Ibid.,p.228.

“Creditar a responsabilidade pela reconstrução das mensagens inteiramente ao receptor ou, no sentido oposto, outorgar ao ambiente todos os posicionamentos perceptivos é inócuo. (...) Os diferentes hábitos culturais geram diferentes apropriações das mensagens simbólicas em circulação pela sociedade, variando em número tão alto quantos forem os indivíduos em questão. (...) Entender o público como parte ativa, mas não independente e tampouco auto-suficiente, no cotidiano da produção de bens simbólicos, garante a compreensão mais relativa – portanto mais próxima das situações reais – dentro da comunicação”²⁰⁷.

Habermas destaca a importância da esfera pública na legitimação democrática da ação estatal, ao selecionar temas de relevância política, elaborando-os e os vinculando-os às correntes de opinião divergentes. Afinal, são as divergências que, através dos discursos pautados pela busca do consenso e argumentação, irão determinar o entendimento, em situações ideais de fala. A comunicação pública, para Habermas, estimula a formação da opinião, exigindo transparência do sistema político, do Estado.

Habermas alerta que a comunicação pública perde vitalidade discursiva quando lhe falta informação fundamentada ou discussão. Por isso, ele acredita que “a formação de opinião por via democrática tem uma dimensão epistêmica, uma vez que envolve a crítica de afirmações e juízos errôneos. Esse é o papel de uma esfera pública dotada de vitalidade discursiva”. E complementa: “Sem o impulso de uma imprensa voltada à formação de opinião, capaz de fornecer informação confiável e comentário preciso, a esfera pública não tem como produzir essa energia”²⁰⁸.

Neste ponto, o autor inicia sua defesa de uma discussão séria sobre a idéia de subvenções a jornais e revistas. Ele admite que, em termos históricos, a regulação do mercado da imprensa apresenta-se contra-intuitivo, repressivo. Mas alerta que a imprensa só será capaz de desempenhar sua função na esfera pública se as determinações econômicas não tiverem um peso tão determinante como têm hoje. E mais: “nenhuma democracia pode se dar ao luxo de uma falha de mercado nesse setor”, referindo-se aos meios de comunicação enquanto guardiões do Estado Democrático de Direitos.

“Quando se trata de gás, eletricidade ou água, o Estado tem a obrigação de prover as necessidades energéticas da população. Por que não seria igualmente obrigado a prover essa outra espécie de ‘energia’, sem a qual o próprio Estado democrático pode acabar avariado? O Estado não comete nenhuma ‘falha sistêmica’ quando intervém em casos específicos para tentar preservar esse bem público que é a imprensa de qualidade”²⁰⁹.

²⁰⁷ Ibid., p.230.

²⁰⁸ HABERMAS, Jürgen. “O valor da notícia”. Op.Cit.

²⁰⁹ Ibidem.

Inquestionável, portanto, a importância dos meios de comunicação para a manutenção dos regimes democráticos. Deve-se destacar, também, a capacidade da Imprensa em influenciar de forma positiva os governos no sentido de que implementem políticas públicas capazes de provocar uma redução das desigualdades sociais e estimular comportamentos relacionados aos direitos humanos que atinjam a todos, sem distinção. Trata-se de um processo extremamente complexo e sua eficácia está diretamente ligada a uma mudança geral nas visões acerca dos papéis de todos os atores sociais, tendo em vista a preponderância, hoje, dos valores individualistas sobre a cidadania, a solidariedade e ao reconhecimento do “outro”, o que reduz a responsabilidade coletiva e gera exclusão de boa parcela da população. Em linhas gerais, este será o tema das considerações finais, a seguir.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Duas perguntas simples e diretas podem sintetizar o pensamento e a forma de atuação dos profissionais de Imprensa. “Quem é o meu leitor?” E “O que ele quer saber?” A partir destas respostas, os principais jornais cariocas conduzem suas redações, determinam suas pautas, incluem e excluem assuntos das edições, selecionando, sempre, o que estará nas páginas dos impressos. “Por que o leitor quer saber?” ou “Ele pode se interessar por outro assunto?” são questionamentos que não vêm ao caso; o importante é fornecer a ele, única e exclusivamente, de forma imediata e clara, o produto exato que ele quer consumir. Os jornais constroem os fatos, narram a História, dia após dia, a partir daquilo que o seu leitor quer saber (ou acha que quer).

Evidentemente, a macroestrutura responsável pela produção noticiosa sofre todo tipo de influências - econômicas, políticas, ideológicas, estruturais, além das questões interpessoais que envolvem cada profissional ligado ao processo. Mas, numa avaliação direta das áreas de circulação dos jornais que são alvo da presente pesquisa, fica clara a postura altamente comercial adotada pelas empresas de comunicação e seguida à risca por seus funcionários. Trata-se de um negócio, de um produto a ser comercializado, a partir de características bem definidas. O produto jornal é oferecido, diariamente, aos seus clientes – leitores e anunciantes - dentro de um formato já estudado previamente e que só sofrerá alteração caso seja esta a expectativa demonstrada pelo mercado consumidor.

O departamento comercial dos jornais oferece um produto específico a seus possíveis clientes, os anunciantes. O produto jornal é apresentado com a chancela de determinada linha editorial, anunciado como líder de vendas em determinada região ou segmento da sociedade, o que lhe garante a preferência de um público X de leitores. E este mesmo público é o alvo da empresa ou prestadora de serviços interessada em veicular naquelas páginas a sua peça publicitária. De que adiantaria um anúncio de mercadoria popular num jornal voltado para a classe média alta e vice-versa? E a redação sabe que precisa adequar-se a esta realidade, seguindo fielmente a linha editorial “vendida” aos seus clientes – leitores e anunciantes.

Dados do Instituto Verificador de Circulação traduzem de forma inquestionável a política empresarial adotada pelas empresas detentoras de tais produtos/jornais. O jornal Extra, líder de vendas nas classes mais populares, sequer trabalha com o sistema de

assinaturas, um serviço mais voltado para as classes média e alta. Os seus mais de 200 mil exemplares vendidos diariamente saem exclusivamente das bancas. Numa amostragem aleatória de sua área de circulação, relatório de abril de 2008 do IVC²¹⁰ revela que o jornal teve uma média de vendas de 62.209 exemplares por dia somente na Zona Sul do Rio, o que totaliza 29% da sua tiragem total. O jornal O Dia, que oferece o sistema de assinaturas, mas que também concentra nas bancas a maior parte de suas vendas, responde por percentual ainda menor na Zona Sul: 16%.

Em contrapartida, os números relativos ao jornal O Globo reforçam a informação de que estão concentrados ali os leitores de classes média e alta do município do Rio de Janeiro. Quase 90% de sua tiragem chegam aos leitores através do sistema de assinaturas, de segunda-feira a domingo. E mais de 63% dos exemplares são destinados a lares e bancas da Zona Sul da cidade. Cerca de 20% vão para a Zona Norte e o restante se divide entre as áreas da Central/Leopoldina e Centro. Até mesmo nos bairros da Zona Norte o percentual de assinaturas é bem superior às vendas em bancas: 88%.

Os números registrados no IVC são apresentados em relatórios mensais produzidos pelas empresas de comunicação, e frequentemente passam por avaliação para comprovação de autenticidade. Portanto, os próprios veículos fazem tal controle diário de suas vendas e sabem exatamente quem consome seus produtos. Identificado o leitor e/ou anunciante, cabe às redações direcionar o foco de suas equipes no sentido de apresentar as notícias que irão interessar a seu público.

Em alguns casos, o mesmo grupo empresarial opta por criar produtos distintos na tentativa de atender a todas as demandas – é o caso dos jornais O Globo e Extra, com direcionamentos específicos para, respectivamente, as classes A e B e, na outra ponta, C, D e E²¹¹, com abordagens diferenciadas, tratamento editorial específico para seus públicos, e maior ou menor humanização do relato, de acordo com o personagem envolvido na notícia e sempre a partir do critério empatia – com quem o leitor irá se identificar.

Afinal, o Manual de Redação e Estilo de O Globo prega que os textos devem valorizar as histórias individuais dos personagens. E diz: “Não há reportagem, seja qual for o

²¹⁰ O Instituto Verificador de Circulação é o órgão oficial utilizado pelas empresas de comunicação para aferir a tiragem dos jornais, revistas e periódicos. Para esta pesquisa, foram informados os números relativos a todo o período. Para fins de ilustração, optou-se pelo mês de abril de 2008, mas os dados mensais apresentam pouca diferença no período 2007/2008. A circulação dos jornais é dividida, nos relatórios do IVC, pelas áreas Sul, Norte, Centro e áreas da Central do Brasil e Leopoldina.

²¹¹ Mais recentemente, o grupo ao qual pertence o jornal O Dia adotou postura semelhante, lançando o tablóide popular Meia Hora.

tema, sem gente”²¹². Ao mesmo tempo, apresenta uma contradição quando orienta no sentido de que “quanto mais profundamente a notícia afetar o dia-a-dia do leitor, mais detalhado deverá ser o texto”.

Em relação à cobertura de O Globo, é evidente que a valorização das histórias individuais dos personagens só ocorre nos casos em que as vítimas têm o mesmo perfil de seus leitores. Ou seja, segue-se à risca a orientação de aprofundar os assuntos onde há empatia. A primeira determinação – de humanizar os personagens – é deixada de lado nas matérias em que tal critério não prevalece.

Neste contexto, o cientista político Guilherme Canela, que coordena a área de pesquisa de mídia e jornalismo na Agência de Notícias dos Direitos da Infância (Andi), apresenta, no texto “Pautas ausentes na cobertura da imprensa brasileira: o paradoxo Tostines”²¹³ o seguinte dilema: “A mídia não cobre porque o público não tem interesse ou o público não tem interesse porque a mídia não cobre?”, fazendo uma referência a uma antiga propaganda de biscoitos. Para ele, a presença maciça de jornalistas brancos, de classe média, é crucial na construção de visões de mundo altamente limitadas, que começam a se delinear ainda nos bancos escolares e universitários. São pessoas que, em geral, desconhecem a realidade das camadas populares e não têm com elas vínculos sócio-afetivos mais estreitos.

Pierre Bourdieu aponta outro fator como sendo crucial para a uniformização e banalização dos jornais: os jornalistas buscam sempre o excepcional, o extraordinário. Só que o que alegam ser extraordinário nada mais é do que o previsível na rotina de trabalhos destes profissionais, ou seja, acontecimentos inusitados, mas que também apresentam um percentual de previsibilidade, como incêndios, inundações, assassinatos. E na difícil busca de fatos excepcionais para compor, diariamente, suas edições, os jornais acabam apresentando os mesmos assuntos, as mesmas histórias. “(...) Acaba-se por fazerem a mesma coisa, e a busca da exclusividade, que, em outros campos, produz a originalidade, a singularidade, resulta aqui na uniformização e na banalização”²¹⁴, explica. Os assuntos são os mesmos, os acontecimentos reproduzidos nas páginas dos jornais se repetem. Muda-se o formato, única e exclusivamente para atender ao consumidor.

Produzidos com o intuito de atender a segmentos específicos da população, levando-se em conta fundamentalmente as práticas de consumo, os jornais acabam por ampliar ainda mais a distância entre os grupos que compõem a sociedade. Cada veículo apresenta um

²¹² GARCIA, Luiz. Op.Cit. p.38.

²¹³ CANELA, Guilherme. In: RAMOS, Sílvia e PAIVA, Anabela. *Mídia e Violência*. Op.Cit., p.146.

²¹⁴ BOURDIEU, Pierre. *Sobre a televisão*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1997. p 27.

formato para público específico. E, ainda que o cidadão encontre várias opções para buscar informações, todas são direcionadas. São mundos distintos, reproduzidos diariamente nas páginas dos impressos, em que as práticas e os problemas enfrentados no dia a dia destes grupos são ignorados mutuamente. Não há diálogo, não há interesse nas notícias que envolvem o “outro”. Cada vez mais, as pessoas se isolam em suas rotinas, envolvidas por seus problemas e dispostas a buscar informações que digam respeito somente àquilo que faz parte de suas vidas, notícias que possam ajudá-las a viver melhor e entender o que ocorre ao seu redor. O resto não importa.

Marilena Chauí aponta a visão estritamente consumista das empresas de comunicação, mas apresenta outra faceta para os grupos que comandam os jornais – a capacidade de direcionar o que o público deseja consumidor. A pesquisadora acusa as empresas de selecionar de antemão exatamente as notícias que cada grupo social deverá ter acesso. “No caso dos jornais, a qualidade de papel, a qualidade gráfica de letras e imagens, o tipo de manchete e de matéria publicada definem o consumidor e determinam o conteúdo daquilo a que terá acesso e o tipo de informação que poderá receber”²¹⁵, atesta, alertando ainda que um acontecimento receberá diferentes formas de tratamento, de acordo com cada jornal. É uma via de mão dupla – ao mesmo tempo em que atuam em função do leitor, os jornais ajudam a construir o perfil deste “cliente”.

Esta é a lógica do mercado. Ricardo Noblat ensina que devem ser priorizadas as notícias sobre temas que afetam a vida do leitor e que elas devem ser selecionadas de acordo com o interesse que despertam²¹⁶. Ele explica, inclusive, que não existe um critério fixo neste processo de seleção dos fatos a serem transformados em notícia – isso vai depender justamente da classe dos leitores de cada jornal. Se os leitores são, em sua maioria, moradores da Zona Sul carioca, integrantes das classes A e B, o noticiário será voltado exclusivamente para o interesse deste grupo.

No caso específico do Rio de Janeiro, a questão da segurança agrava ainda mais tais distâncias. Cristaliza-se um senso comum nocivo e pernicioso, em que as comunidades carentes são encaradas como áreas perigosas, em que habitam, exclusivamente, bandidos, traficantes, onde impera o horror e a única saída para resolver o problema é a repressão. O sociólogo Cezar Honorato²¹⁷, em palestra sobre práticas sociais no combate à violência, afirmou que a mídia produz não apenas estereótipos, mas contamina a população com um

²¹⁵ CHAUI, Marilena. Op.Cit., p.29.

²¹⁶ NOBLAT, Ricardo. Op.Cit. p.30.

²¹⁷ HONORATO, Cezar. Palestra “Práticas sociais no combate à violência”. I Conferência Municipal de Segurança Pública de Nova Friburgo. 25 de julho de 2009.

medo injustificável, ao difundir, em velocidade surpreendente, o noticiário da violência, registrada nos quatro cantos do mundo, de uma forma tão direta que leva as pessoas a acharem que todos os casos acontecem a seu redor.

Trata-se de um quadro típico da pós-modernidade. Vive-se numa sociedade cada vez mais individualizada, onde a ausência de relacionamentos caracterizados pela diversidade faz com que a falta de informação – ou a informação mal trabalhada, mal contextualizada e desumanizada – leva as pessoas, cada vez mais, a se fecharem, impulsionadas por um senso comum que as faz temer o que é diferente e desconhecido.

Hoje, no Rio de Janeiro, a classe média teme as pessoas que vivem nas comunidades conflagradas pelo que se convencionou chamar de “guerra ao tráfico”. E busca o Estado para que apresente soluções que as faça ficar bem longe da violência. Daí, as campanhas por redução da maioria penal ou pelo aumento da pena reproduzidas nas páginas dos jornais.

Sylvia Moretzsohn alerta que a cobertura criminal da imprensa apresenta um cunho extremamente positivista, disseminando o medo e favorecendo a formulação e ampliação de políticas cada vez mais repressivas de segurança pública. “Temos um comportamento positivista clássico, refletido na configuração do mal individualizado na figura do bandido ou generalizado para abarcar os moradores da periferia”²¹⁸, aponta. A pesquisadora explica que atuação da imprensa no sentido de atender às necessidades de consumo da classe média estimula campanhas pelo endurecimento das penas e do aumento à repressão.

“Este desprezo pelo cotidiano das classes populares só pode reproduzir estereótipos adequados ao sistema penal. Que motivos teria essa formidável cozinha jornalística, além da sementeira cotidiana de um pânico difuso para fundamentar o discurso repressivo do combate ao crime?”²¹⁹

Moretzsohn alerta para outra questão: os jornalistas não se dão conta das consequências provocadas pelos critérios utilizados na produção sistemática de notícias, a partir dos procedimentos padrões que são adotados e reproduzidos de forma automática nas redações e transmitidos aos alunos de Comunicação, ainda na faculdade. Volta-se à questão do que ela define como nova categorização para a Imprensa: “o jornalismo distraído, que não repara no que produz”²²⁰. E os jornalistas simplesmente não têm a percepção de que também estão contaminados por um senso comum que ajudam a manter.

²¹⁸ MORETZSOHN, Silvia. *O Caso Tim Lopes: o mito da mídia cidadã*. In: *Discursos Sediciosos n° 12*. Rio de Janeiro: Revan/ICC, 2002, p. 269-294.

²¹⁹ *Ibidem*.

²²⁰ *Ibidem*.

E a explicação está justamente na questão do “habitus” – há uma cultura própria dos jornalistas, e eles realmente acreditam estar atuando a partir de regras técnicas que não devem ser questionadas. As atividades são planejadas, roteirizadas, numa escala lógica de comportamentos profissionais sistematicamente reproduzidos e orientados no sentido de garantir o cumprimento dos horários de fechamento das edições. As justificativas são quase sempre técnicas, atendem às demandas do mercado e pouco ou quase nada sofre alterações significativas na produção das notícias, cada vez mais atreladas aos informes “oficiais” e suporte de assessorias governamentais e de empresas privadas.

Cremilda Medina alerta, ainda sobre o “hábitus”, para a necessidade de sobrevivência dos jovens jornalistas num mercado de trabalho em que prevalecem regras quase imutáveis. “No afã de se integrarem na vaga ocupacional, aprendem aos trancos e barrancos as fórmulas mais primárias da linguagem profissional, fixam-se nelas, ingressam numa mediocridade inconsciente e se rotinizam, no mínimo sem aspirar a dinâmica da inovação”²²¹.

Nilton Hernandes aponta justamente para a capacidade dos jornais de atender às suas principais demandas: motivar o consumo e facilitar o trabalho rotineiro de edição. E fazem isso através da identificação ideológica do público, com a fidelização de seus consumidores. Chega-se a uma busca por status. Segundo o pesquisador, os próprios donos dos jornais afirmam que seus produtos são para a elite, para os formadores de opinião. Os leitores estariam acima do patamar médio da população²²². E, neste contexto, passam a ostentar com orgulho tal status.

“Quando alguém diz que gosta de determinado jornal, geralmente quer comunicar que se reconhece no padrão de consumidor construído pelo seu veículo de comunicação predileto e partilha do tipo de recorte da realidade manifestado”²²³, explica Hernandes. Volta-se ao contrato hipotético entre a empresa de comunicação e o leitor, em que o jornal oferece, diariamente, um determinado tipo de produto a ser consumido, sempre no mesmo padrão. E esta padronização típica, calculada, planejada, facilita a rotina de trabalho nas redações.

Por mais que outras esferas exerçam influência nos cidadãos - e aí se retomam as idéias acerca dos estudos culturais e do conceito de “resistência” formulado por Walter Benjamin, em que se evidencia a existência de valores adquiridos por cada pessoa ao longo de diferentes experiências, capazes de dar a ela suporte para filtrar as informações veiculadas no jornal e formar sua própria opinião – a Imprensa atua diretamente sobre a opinião pública e

²²¹ MEDINA, Cremilda. *Profissão Jornalista: Responsabilidade Social*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982. 302p. p111.

²²² HERNANDES, Nilton. Op.Cit. p.183.

²²³ *Ibid.*, p.74.

tem forte ingerência sobre as decisões de governo. No caso do Rio de Janeiro, a segurança pública é um dos pontos vitais na formulação e implantação de políticas públicas; e também crucial quando se fala em política partidária, em tomada de poder. E este processo passa, necessariamente, pela Imprensa.

Os discursos não mudam, a linha editorial é sempre a mesma, o que também favorece a interlocução das direções dos grandes jornais com o meio político. Entra em cena outro ingrediente importante: o poder. Maria Helena Weber fala em “fabricação da visibilidade” ao analisar as disputas da contemporaneidade e a questão da “agenda setting”²²⁴. Afinal, a mídia garante visibilidade e a formação da imagem pública, principalmente nos tempos atuais, em que as assessorias de comunicação se armam cada vez mais de subsídios atraentes para facilitar a rotina de trabalho dos jornalistas, que atuam em redações enxutas e mal estruturadas.

Por mais que a classe política tenha meios de se comunicar com a população, não há melhores resultados do que a chamada mídia espontânea. “(...) é no espaço público da mídia que essa visibilidade provoca credibilidade. É o outro falando”²²⁵, explica Maria Helena Weber.

Pierre Bourdieu comenta o poder simbólico conferido às autoridades governamentais, que definem, em grande parte, o que será publicado nos jornais²²⁶. O “agenda setting” invertido é uma realidade, sem dúvida, quando as ações, as entrevistas, as informações transmitidas pelas autoridades se impõem aos jornais, determinando as pautas, as reportagens a serem produzidas. Na verdade, é uma relação dialética, em que a imprensa determina os assuntos que estarão na pauta das discussões e influencia as decisões governamentais, mas também se vê na dependência das articulações de quem detém o poder. No processo da informação, mídia e governos interagem e se “alimentam” mutuamente.

Visibilidade e credibilidade são dois conceitos amplamente utilizados para justificar o grande poder exercido pelos jornais. Hoje, em qualquer esfera governamental, as assessorias trabalham no sentido de “vender” uma imagem positiva de seus clientes. Não se questiona mais o fato de que uma reportagem ou até mesmo uma pequena nota veiculada nos jornais tem implicações profundas; elas representam prestígio, influência e, em muitos casos, fazem com que o “personagem” – no caso, evidentemente, de publicação favorável – passe a ser mais respeitado. Será pelos jornais que as pessoas que detêm cargos públicos irão prestar

²²⁴ WEBER, Maria Helena. *Visibilidade e Credibilidade – Tensões da Comunicação Política*. In MAIA, Rousiley e CASTRO, Maria Céres Pimenta Spínola. Op.Cit.p. 118.

²²⁵ Ibid. p. 127.

²²⁶ BOURDIEU, Pierre. Op.Cit. p.104.

contas de sua atuação e encontrar um canal legítimo de ligação com a população, com seus eleitores.

Os proprietários dos jornais têm plena noção deste poder e o vêm utilizando ao longo das décadas, por diferentes motivos – econômicos, políticos, pessoais. Barganham apoios a governos, assumem de forma ostensiva posições políticas e, em relação à segurança pública, estas posturas acabam por afetar diretamente boa parcela da população. No caso do Rio de Janeiro, os jornais O Globo, O Dia e O Extra adotaram, em diferentes momentos, postura de apoio incondicional à política de segurança pública implementada por governos estaduais.

E a ex-presidente do Instituto de Segurança Pública, Ana Paula de Miranda, deu como exemplo o tratamento diferenciado dado pelo jornal O Globo aos dados estatísticos envolvendo autos de resistência, dependendo de quem estava à frente do Estado. Segundo ela, na gestão atual, o assunto foi minimizado; nos dois governos anteriores, foram motivo de polêmica e críticas. Outro exemplo foi o “gancho” utilizado em reportagem já mencionada neste trabalho, em que O Globo anunciou em manchete de capa a redução da violência no Estado enquanto todos os outros jornais destacavam o aumento das mortes por autos de resistência. Caso típico de seleção de abordagem do que será noticiado.

Pierre Bourdieu afirma: “Nada mais difícil do que fazer sentir a realidade em sua banalidade”²²⁷. Hoje, para a Imprensa carioca, a violência e as mortes nas comunidades ocupadas por quadrilhas de criminosos são rotineiras, banais, sem apelo jornalístico, por não despertar a atenção e a comoção de grande parte dos leitores. A questão é mercadológica. Os jornais atuam para atender aos leitores; e as maiores vítimas da violência, hoje, estão nas áreas carentes; são populações inteiras que têm suas vidas desprezadas pelas linhas editoriais, não entram nas pautas dos assuntos a serem transformados em notícia. Não são o foco das atenções da Imprensa e, por consequência, dos governantes. A miséria de suas vidas não traz novidades, não tem ineditismo, não interessa ao leitor/consumidor.

“Embora o racismo ideológico tenha sido duramente atingido, persiste com força ainda maior o movimento de intolerância e exclusão do outro em representações, práticas e fatos miúdos do cotidiano das classes sociais contemporâneas”, aponta Muniz Sodré²²⁸. O autor alerta que os espaços marginalizados dos grandes centros urbanos tem duas consequências

²²⁷ Ibid., p.27.

²²⁸ SODRÉ, Muniz. *O Social Irradiado – Violência urbana, negrotesco e mídia*. São Paulo: Cortez Editora, 1992. 127p. p.117.

imediatas na sociedade: “aumentam os níveis de pressão sobre os mais pobres e os níveis de medo das classes médias”²²⁹.

E o desafio que se apresenta é justamente fazer com que as pessoas se interessem, se revoltam com as práticas rotineiras que ferem os mais elementares direitos humanos. É preciso enxergar no “outro” um cidadão cuja vida tem valor. O jornalismo pode deixar de lado questões ligadas a aspectos comerciais e tomar uma postura mais dinâmica como agente formador da opinião, capaz de mobilizar a sociedade no sentido de conscientizá-la para os assuntos de direitos humanos.

Silvia Ramos e Anabela Paiva ensinam que buscar as causas, conseqüências e soluções para a questão da criminalidade é fundamental para garantir um jornalismo sério e responsável. Do contrário, afirmam, “os problemas tendem a ser meramente rotinizados, banalizados, naturalizados – o que ocorre com frequência quando os principais atingidos são pessoas pobres, negras, moradoras de favelas e periferias”²³⁰.

Para tanto, os próprios profissionais de comunicação já vêm discutindo novas formas de abordagens. E uma delas é justamente se antecipar aos fatos. É necessário que as redações denunciem os problemas antes que as tragédias ocupem as manchetes de seus jornais. Não basta reproduzir as conseqüências, mas antever os fatos e interferir no processo, para se agir no sentido de cobrar das autoridades medidas capazes de evitar estas tragédias. “Diante dos caixões enfileirados, de nada servem os malabarismos investigativos, as hipóteses de algibeira, os fuxicos de sala de espera”²³¹, aponta o jornalista Alberto Dines, que cobra uma postura menos padronizada nas redações para se buscar um jornalismo mais dinâmico, mais vocacional:

“A capacidade de adiantar-se aos desenlaces necessita de antenas permanentemente ligadas, sensibilidade à flor da pele, espíritos tensos, almas inquietas. Só assim pode a imprensa assumir-se como um sistema de alarme preventivo da sociedade. Isso significa uma alteração radical no comportamento e na disposição dos profissionais da imprensa. Significa deixar de lado os modismos yuppies, a inclinação para confundir-se com executivos que desligam o laptop no fim de expediente. Significa desburocratizar os procedimentos da redação adicionando-lhes o ingrediente essencial: disponibilidade total para a coisa pública”²³².

Importante componente da esfera pública, a Imprensa apresenta condições técnicas, hoje, de contribuir de forma substancial como um espaço global para debates e divulgação de

²²⁹ MUNIZ, Sodr . *Sociedade, M dia e Violência*. 2 ed. Porto Alegre: Sulina, 2006. 110p. p.8

²³⁰ RAMOS, Silvia e PAIVA, Anabela. *Violência urbana: Quando a pauta é a m dia*. Disponível em http://www.ucamcese.com.br/md_art_texto.php?cod_proj=53&cod_autor=3

²³¹ DINES, Alberto. *As bruxas querem saber*. Disponível em <http://www.observatoriodaimprensa.com.br/arq/0511/mat0511a.htm>

²³² Ibidem.

informações fundamentais para a formação de cada cidadão. E uma reportagem é capaz de gerar conseqüências de grande impacto, que podem ser positivas. São inúmeros, ao longo da História da humanidade, os casos em que a Imprensa pôde interferir em processos, mudar o curso dos acontecimentos. Para o bem e para o mal. A Imprensa derrubou ditaduras, foi fundamental na implantação de regimes democráticos e na vigilância para que estes fossem mantidos. E também cometeu erros, alguns intencionais, outros não. Denunciou atos tirânicos, saiu em defesa dos direitos humanos, mas também foi omissa. E, em alguns casos, esta omissão foi intencional; em outros, determinada por uma rotina de trabalho condicionada por horários rígidos de fechamento, competição entre os jornais e, por fim, para atender aos anseios do público consumidor.

Cremilda Medina caracteriza a profissão de jornalista como a de um nômade de tarefas ingratas, capaz de construir um fenômeno social – a notícia – e sempre alvo de críticas, ainda que, nos momentos históricos em que a democracia foi suprimida, a comunicação tenha prevalecido. “Por mais que se estabeleça seu desserviço, sua corrupção ou direcionismo capitalista ou ideológico, um fato é indiscutível – seu papel na interação social. O acesso à informação – elo fundamental da interação social – comanda a tecnologia multiplicativa e não sua eliminação”²³³, afirma. E ela aponta os percalços da profissão:

“E vem o sociólogo e fala da alienação, do compromisso com os grupos de poder, dos resultados imperfeitos da reportagem diante da realidade, do desserviço à sociedade. (...) E vem o político e fecha a porta ao repórter, sonega informações, impede a livre circulação do profissional nas câmaras e antecâmaras do poder. (...) E vem o empresário inescrupuloso e se vale da fragilidade de um profissional em afirmação, o explora, descarrega suas decisões, limita sua área de atuação sob o pretexto de determinada linha editorial. (...) E vem os governos autocráticos e o escolhem como um dos primeiros alvos a atingir. Apesar de tudo, o jornalismo existe e a melhor prova disso são as negras fases históricas, em que o direito à informação desaparece sob a férrea armadura dos ditadores. Desses momentos – um mais longos outros mais breves – que a História já conhece, sempre sobrevivem duas formas de ação social: a arte e a comunicação. Num certo sentido, protagonizadas por dois semimarginais das sociedades estabelecidas: o artista e o jornalista”²³⁴.

Mas, como alerta Jailson Souza e Silva, professor da Universidade Federal Fluminense e coordenador geral do Observatório de Favelas, “realizar as mudanças necessárias na cobertura exige que o jornalista decida se quer construir um mundo de cidadãos ou apenas de consumidores”²³⁵. Segundo ele, o que se vê hoje, a partir dos critérios de seleção adotados nas

²³³ MEDINA, Cremilda. Op.Cit. p.98.

²³⁴ Ibid, p.29.

²³⁵ SOUZA E SILVA, Jailson. *A Violência da mídia*. In RAMOS, Silvia e PAIVA, Anabela. *Mídia e Violência*. Rio de Janeiro: Iuperj, 2007. 191p. 94.

redações, é a hierarquização das vidas, em que o cidadão pobre perde sua condição de cidadania e vê desvalorizadas suas estratégias para se inserir na sociedade.

“A mídia contribui, mais do que qualquer outra instituição, para a consolidação e a difusão de conceitos estereotipados. (...) A mídia não tem pudor de apresentar o pobre na sua pior condição, mas o teria com um indivíduo de classe média. (...) O discurso da carência deve ser superado, pois ele não permite reconhecer os espaços populares como espaços de cidadãos dignos, mas os qualificam como o lugar de potenciais criminosos, em especial os jovens. As favelas e as periferias são designadas como espaços à margem da sociedade; são territórios considerados inimigos, dominados pelo conflito e alvos de intervenção bélica da polícia”²³⁶.

Para Souza e Silva, o combate à violência no município do Rio passa, necessariamente, pela criação de mecanismos que favoreçam o reconhecimento de que o município é o espaço do encontro das diferenças. E tal tarefa exige que os meios de comunicação também tenham em mente que só pode existir uma cidade, uma população, um cidadão. “(...) só pode haver uma cidade, plural, mas uma; e apenas um cidadão, diferente, mas igual”²³⁷.

Para se atingir tal patamar de conscientização, Francisco José Karam aponta para a ética como sendo a única instância capaz de preencher tal lacuna. Ele alerta que a compreensão da diversidade implica no reconhecimento do “outro” e na realização de um debate público plural, envolvendo todas as esferas da sociedade, em que a informação deve ser instrumento para auxiliar o sujeito na garantia de sua cidadania. “A busca da formação consciente do futuro implica que cada indivíduo, no interior da coletividade, tenha possibilidade de apropriar-se, de conhecer, de saber o que significa o outro indivíduo, os outros grupos, as outras sociedades, as outras culturas e comportamentos. E tenha acesso à pluralidade de acontecimentos produzidos por ele”²³⁸, defende.

Para isso, a reflexão sobre o jornalismo precisa levar em conta, na visão de Karam, a possibilidade de uma ruptura com os limites atualmente impostos por técnicas e exigências do mercado, e a formulação de novas práticas. “Se reconhecermos a importância contemporânea do jornalismo e a necessidade de refletirmos sobre ela, temos de reconhecer que há uma moral que o envolve e uma ética profissional que pode ser tratada especificamente”²³⁹, defende.

É necessário, portanto, um ponto de partida para que se possa concretizar tal mudança. E este marco está nas redações dos jornais, em especial os impressos, em função de seu

²³⁶ Ibid., p.95.

²³⁷ Ibid., p.96.

²³⁸ KARAM, Francisco José. *Jornalismo, Ética e Liberdade*. 2 ed. São Paulo: Summus Editorial, 1997. 147p. p.24.

²³⁹ Ibid, p. 41.

potencial de contextualizar os fatos. Por mais que os profissionais que ali trabalham estejam submetidos a uma relação de trabalho que os obriga a atuar a partir de uma hierarquia rígida, sempre alerta a fatores mercadológicos e políticos, há brechas a serem encontradas para apresentar um “produto” mais voltado para questões de cidadania e defesa dos direitos humanos a seus leitores-consumidores. Mas é necessário que os jornalistas se dêem conta disso. E, na verdade, a maioria ainda não parou para analisar as conseqüências, realmente.

Um jornalista bem intencionado pode trabalhar anos a fio numa redação de jornal, atuando de acordo com as técnicas e critérios universais, ensinados nos bancos universitários e aplicados no dia a dia de qualquer empresa jornalística, levando informação ao leitor-consumidor e garantindo um retorno comercial satisfatório à empresa. Sua determinação em atender aos anseios de seus dois principais “clientes” – o leitor e o patrão – poderá fazer com que o “habitus” fique tão arraigado que seja difícil para ele perceber que determinados critérios de seleção da notícia ou edição das reportagens são instrumentos de exclusão social, fortalecem estereótipos que escondem a realidade e legitimam atos que ferem os direitos humanos.

Evidentemente, já existe uma maior percepção destas conseqüências, e tal crédito deve-se a trabalhos desenvolvidos nos meios acadêmicos, através de estudos e análises do conteúdo produzido pela Imprensa e de debates acerca deste produto. Hoje, o repórter que cobre segurança pública, em substituição ao chamado setorista de polícia, busca estar sempre atualizado e retorna à universidade para cursos de pós-graduação na área. Em grande parte, o mérito cabe à Academia, aos institutos, às associações e às organizações que tiveram a coragem de expor as mazelas da Imprensa, convocar seus principais atores para um debate franco, pressionar por mudanças e apontar as falhas e possíveis saídas.

A cobertura de segurança pública evoluiu, sim. E evoluiu no sentido de que as respostas para uma edição mais isenta, menos tendenciosa ou excludente já foram dadas. Ainda há muito a fazer; muita coisa ainda precisa ser colocada em prática. A grande maioria dos jornalistas ainda precisa compreender o impacto de suas ações. A Imprensa tem um poder ilimitado de influenciar seus leitores e atuar na defesa da educação e da cidadania. Não pode se restringir a ser um produto consumível.

Mas, para isso, os jornalistas têm, necessariamente, que buscar um maior rigor ético, uma maior conscientização e discernimento em relação ao trabalho que executam. Aos proprietários dos veículos de comunicação cabe a tarefa de entender os riscos de uma sociedade individualizada e dividida em “mundos isolados”, e adotar uma forma de atuação menos excludente, mais voltada para o seu real papel de informar e formar cidadãos. E, neste

contexto, uma mudança positiva para a cidadania e para a redução das desigualdades sociais depende, também, da atuação vigilante da sociedade civil organizada, no sentido de continuar pressionando por um Jornalismo dinâmico, criterioso e capaz de provocar tais transformações.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGAMBEN, Giorgio. *Homo Sacer – O Poder Soberano e a Vida Nua*. Belo Horizonte, Editora UFMG, 2004. 207p.

AVRITZER, Leonardo e COSTA, Sergio. Teoria Crítica, democracia e esfera pública – Concepções e usos na América Latina. In: MAIA, Rousiley e CASTRO, Maria Ceres P. Spínola (Orgs). *Mídia, Esfera Pública e Identidades Coletivas*. Belo Horizonte: UFMG, 2006, 247p.

BARCELOS, Caco. 1977. *Apud* MORETZSOHN, Silvia. O Caso Tim Lopes: o mito da mídia cidadã. In: *Discursos Sediciosos* n° 12. Rio de Janeiro: Revan/ICC, 2002, p. 269-294.

BARROS FILHO, Clóvis e CASTRO, Gisela (orgs). *Comunicação – Práticas de Consumo*. São Paulo: Saraiva, 2007. 190p.

_____*Produção da Notícia – Habitus e Pauta Jornalística*. In: I Encontro da Sociedade Brasileira de Pesquisadores em Jornalismo. 2003. Brasília.

_____e MARTINO, Luís Mauro Sá. *O Habitus na Comunicação*. São Paulo: Paulus, 2003. 246p.

BASILE, Silvio. 2006. Prefácio. In: PEREIRA JUNIOR, Luiz Costa. *Guia para a Edição Jornalística*. Petrópolis: Vozes, 2006. 198p. p.28.

BATISTA, Nilo. *Mídia e Sistema Penal no Capitalismo Tardio*. In: *Discursos Sediciosos* n.12. Rio de Janeiro: Revan/ICC, 2002.

BATISTA, Vera Malaguti. *Difíceis Ganhos Fáceis – Drogas e Juventude Pobre no Rio de Janeiro*. 2.ed. Rio de Janeiro: Revan, 2003. 150p.

_____ *O Medo na Cidade do Rio de Janeiro*. 2.ed. Rio de Janeiro: Revan, 2003. 270p.

BAUMAN, Zygmunt. *Em Busca da Política*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000. 210p.

_____ *Modernidade e Ambivalência*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1999, 336p.

_____ *Modernidade Líquida*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001. 258p.

_____ *Vidas Desperdiçadas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2004. 170p.

BEATO, Cláudio. A Mídia define as prioridades da segurança pública. In: RAMOS, Silvia e PAIVA, Anabela. *Mídia e Violência*. Rio de Janeiro: Iuperj, 2007. 191p. p.34.

BOURDIEU, Pierre (coord.). *A Miséria do Mundo*. 5.ed. Petrópolis: Vozes, 2003.

_____ *Sobre a Televisão*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1997.

BUCCI, Eugênio. *Sobre Ética e Imprensa*. 2.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. 249p.

CANELA, Guilherme. In: RAMOS, Silvia e PAIVA, Anabela. *Mídia e Violência. Mídia e Violência – Novas Tendências na Cobertura de Criminalidade e Segurança no Brasil*. Rio de Janeiro: Iuperj, 2007. 191p.

CARVALHO, José Murilo de. *Apud* MORETZSOHN, Silvia. O Caso Tim Lopes: O Mito da Mídia Cidadã. In *Discursos Sediciosos* nº 12 – Rio de Janeiro: Revan/ICC, 2002, p. 269-294.

CHAMPAGNE, Patrick. A Visão Midiática. In: BOURDIEU, Pierre. *A Miséria do Mundo*. 5 ed. Petrópolis: Vozes, 2003. p.68.

CHARLEAUX, João Paulo. *Apud* RAMOS, Silvia e PAIVA, Anabela. *Mídia e Violência*. Rio de Janeiro: Iuperj, 2007. 192 p. p.57.

CHAUÍ, Marilena. *Simulacro e Poder – Uma Análise da Mídia*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2006. 142p.

CITTADINO, Gisele. *Pluralismo, Direito e Justiça Distributiva – Elementos da Filosofia Constitucional Contemporânea*. 3.ed. Rio de Janeiro: Lúmen Júris, 2004. 246p.

DAMOUS, Wadih. *A Relação da OAB com os Mecanismos de Combate à Violência*. Debate Mídia e Violência. 2008. Associação Brasileira de Imprensa, Rio de Janeiro. Palestra. Disponível em <http://www.abi.org.br/primeirapagina.asp?id=3094>. Acesso em junho de 2009.

ECO, Umberto, 1984. *Apud* PEREIRA JUNIOR, Luiz Costa. *Guia para a Edição Jornalística*. Petrópolis: Vozes, 2006. 198p. p.28.

ERBOLATO, Mário L. *Técnicas de Codificação em Jornalismo*. 5.ed. São Paulo: Ática, 2006. 256p.

FERREIRA, Giovandro Marcus. Uma leitura dos estudos dos efeitos. In BARROS FILHO, Clovis e CASTRO, Gisela. *Comunicação – Práticas de Consumo*. São Paulo: Saraiva, 2007. 190 p. 153.

FRANCISCATO, Carlos Eduardo. Limites teóricos e metodológicos nos estudos sobre a noticiabilidade. Texto apresentado no 11º Encontro Anual da Associação dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação/COMPOS, no Grupo de Trabalho Estudos de Jornalismo. Rio de Janeiro, junho 2002.

GANS, Herbert *apud* FRANCISCATO, Carlos Eduardo. Limites teóricos e metodológicos nos estudos sobre a noticiabilidade. Texto apresentado no 11º Encontro Anual da Associação

dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação/COMPOS, no Grupo de Trabalho Estudos de Jornalismo. Rio de Janeiro, junho 2002.

GARCIA, Luiz (org.) *Manual de Redação e Estilo – O Globo*. 28.ed. São Paulo: Globo, 2001. 246p.

GENRO FILHO *apud* FRANCISCATO, Carlos Eduardo. Limites teóricos e metodológicos nos estudos sobre a noticiabilidade. Texto apresentado no 11º Encontro Anual da Associação dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação/COMPOS, no Grupo de Trabalho Estudos de Jornalismo. Rio de Janeiro, junho 2002.

GRICE, Paul, 1975 *apud* LAGE, Nilson. *Teoria e Técnica do Texto Jornalístico*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005. 188p. p.84

GUARESCHI, Pedrinho e BIZ, Osvaldo. *Mídia, Educação e Cidadania*. Petrópolis-RJ: Vozes, 2005. 213p.

HABERMAS, Jürgen. *Mudança Estrutural da Esfera Pública*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

_____ *O Valor da Notícia*. Folha de São Paulo, São Paulo, 27 maio 2007.

HERNANDES, Nilton. *A Mídia e seus Truques*. São Paulo: Contexto, 2006.

KARAM, Francisco José. *Jornalismo, Ética e Liberdade*. 2.ed. São Paulo: Summus, 1997. 147p.

LAGE, Nilson. *Teoria e Técnica do Texto Jornalístico*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005. 188p.

_____ *Estrutura da Notícia*. 6.ed. São Paulo: Ática, 2006. 78p.

_____ *Linguagem Jornalística*. 8.ed. São Paulo: Ática, 2006. 78p.

_____ *A Reportagem: Teoria e Técnica de Entrevista e Pesquisa Jornalística*. 6.ed. Rio de Janeiro: Record, 2006. 189p.

LAGO, Cláudia e BENETTI, Marcia (Orgs.). *Metodologia de Pesquisa em Jornalismo*. 2.ed. Petrópolis: Vozes, 2008. 286p.

LASH, Christopher, 1983. *Apud* CHAUÍ, Marilena. *Simulacro e poder – Uma análise da mídia*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2006. 142p.

LIPPMAN, Walter. 1922. *Apud* PENA, Felipe. *1000 perguntas*. Rio de Janeiro: Rio, 2005. 240p. p. 57.

MAIA, Rousiley e CASTRO, Maria Ceres P. Spínola (Orgs.). *Mídia, Esfera Pública e Identidades Coletivas*. Belo Horizonte: UFMG, 2006, 247p.

MARQUES, Luís Henrique. *Teoria e Prática de Redação para Jornalismo Impresso*. Bauru, SP: EDUSC, 2003. 104p.

MORETZSOHN, Silvia. *O Caso Tim Lopes: O Mito da Mídia Cidadã*. In *Discursos Sediciosos nº 12* – Rio de Janeiro: Revan/ICC, 2002, p. 269-294.

_____. *Jornalismo em Tempo Real – O Fetiche da Velocidade*. Rio de Janeiro: Revan, 2002. 192p.

NEDER, Gizlene. *Criminalização da Miséria e Imagens do Terror: Uma Abordagem Transdisciplinar*. In: *Confluências: Revista Interdisciplinar de Sociologia e Direito*, nº 5. Rio de Janeiro: Editora PPGSD-UFF, 2005.

NOBLAT, Ricardo. *A Arte de Fazer um Jornal Diário*. São Paulo: Contexto, 2004. 174p.

PENA, Felipe. *1000 Perguntas – Jornalismo*. Rio de Janeiro: Ed.Rio, 2005. 240p.

PEREIRA JUNIOR, Luiz Costa. *A Apuração da Notícia – Métodos de Investigação na Imprensa*. Petrópolis: Vozes, 2006. 171p.

_____. *Guia para a Edição Jornalística*. Petrópolis: Vozes, 2006. 198p.

RAMOS, Silvia e PAIVA, Anabela. *Mídia e Violência – Novas Tendências na Cobertura de Criminalidade e Segurança no Brasil*. Rio de Janeiro: Iuperj, 2007. 191p.

SILVA, Luiz Martins da. *Sociedade, esfera pública e agendamento*. In: LAGO, Claudia e BENETTI, Marcia. *Metodologia de Pesquisa em Jornalismo*. Petrópolis: Vozes, 2008. 286p. p. 85.

SILVERSTONE, Roger. *Por que estudar a Mídia?* 2ª ed. São Paulo: Loyola, 2005. 302p.

SODRÉ, Muniz. *O Social Irrradiado: Violência Urbana, Neogrotesco e Mídia*. São Paulo: Cortez Editora, 1992. 127p.

_____. *Sociedade, Mídia e Violência*. Porto Alegre: Editora Sulina, 2006. 110p.

_____. e FERRARI, Maria Helena. *Técnica de Reportagem – Notas sobre a Narrativa Jornalística*. 6.ed. São Paulo: Summus Editorial, 1986. 141p.

SODRÉ, Nelson Werneck. *História da Imprensa no Brasil*. 4 ed. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

SOUZA E SILVA, Jailson. *A Violência da mídia*. In RAMOS, Silvia e PAIVA, Anabela. *Mídia e Violência – Novas Tendências na Cobertura de Criminalidade e Segurança no Brasil*. Rio de Janeiro: Iuperj, 2007. 191p.

- TORRES FREIRE, Vinicius. Horror, horror, mídia e política. *Apud* HERNANDES, Nilton. *A Mídia e seus Truques*. São Paulo: Contexto, 2006. p.64/65
- TRAQUINA, Nelson. *Teorias do Jornalismo*. Volume 1. 2.ed. Florianópolis: Insular, 2005. 224p.
- TUCHMAN, Gaye. *Apud* TRAQUINA, Nelson. *Teorias do Jornalismo*. Volume 1. 2.ed. Florianópolis: Insular, 2005. 224p.
- WEBER, Maria Helena. Visibilidade e Credibilidade – Tensões da Comunicação Política. In MAIA, Rousiley e CASTRO, Maria Céres Pimenta Spínola. *Mídia, Esfera Pública e Identidades Coletivas*. Belo Horizonte: UFMG, 2006, 247p.
- VIANNA, Hermano. A periferia hoje é central. In: RAMOS, Silvia e PAIVA, Anabela. *Mídia e Violência*. Rio de Janeiro: Iuperj, 2007. 191p. p. 87-88.
- VIZEU, Alfredo. O newsmaking e o trabalho de campo. In: LAGO, Claudia e BENETTI, Marcia. *Metodologia de Pesquisa em Jornalismo*. 2 ed. Petrópolis: Vozes, 2008. 286p. p.223.

ANEXOS

DECLARAÇÕES POLÊMICAS ACIRRARAM CRÍTICAS À POLÍTICA DE SEGURANÇA DO GOVERNO DO ESTADO DO RIO EM 2007

Quinta-feira, 25 de outubro de 2007 O GLOBO RIO • 2

Cabral defende o aborto para reduzir crimes

Governador compara natalidade na Rocinha com o padrão na África e diz que 'isso é uma fábrica de produzir marginais'



SÉRGIO CABRAL: 'isso é uma fábrica de produzir marginais'

Cláudio Motta

• O governador Sérgio Cabral afirmou que as altas taxas de natalidade em localidades pobres, como a Rocinha, são verdadeiras fábricas de marginais. Em entrevista concedida ao site G1 na segunda-feira e divulgada ontem, ele defendeu a legalização do aborto, que deveria ser realizado, de acordo com o governador, na rede pública de saúde.

— Sou favorável ao direito da mulher de interromper uma gravidez indesejada. Sou cristão, católico, mas que visão é essa? Esses atrasos são muito graves. Não vejo a classe política discutir isso. Fico muito aflito. Tem tudo a ver com violência. Você pega o número de filhos por mãe na Lagoa, Tijuca, Méier e Copacabana, é padrão sueco. Agora, pega na Rocinha. É padrão Zâmbia. Isso é uma fábrica de produzir marginais — afirmou Cabral.

As declarações do governador tiveram grande repercussão durante o dia. A Embaixada do Gabão no Brasil repudiou as declarações de Sérgio Cabral e emitirá uma nota oficial. O reitor da FUC, padre João Hortal, lamentou a afirmação do governador.

— O índice de natalidade caiu mesmo em áreas carentes, atualizar seus números. Não se pode combater a violência com uma outra violência ainda maior: atentar contra a vida de uma criança concebida.

Para o líder do PSOL na Câmara, Chico Alencar, as afirmações de Cabral foram nazifascistas e racistas. O deputado federal defendeu a difusão de informações sobre contraceptivos e planejamento familiar.

— Opor "padrão Suécia" a "padrão Zâmbia" é eurocentrismo neocolonialista. Defender aborto como meio de controle da natalidade dos pobres, por serem estes potenciais criminosos, é justificar políticas de extermínio, além de ofensas às mulheres da Rocinha e de todas as comunidades pobres — disse.

Aborto pode reduzir criminalidade, diz especialista

O presidente da Associação de Moradores da Rocinha, William de Oliveira, declarou-se a favor da vida.

— Não adianta só discursar, dizer que a criminalidade vai ser combatida de uma forma ou de outra. É preciso dar educação — disse William.

O presidente da OAB do Rio, Wadih Damous, também defendeu a legalização do aborto, mas não como uma política de controle de natalidade.

Nem todos os especialistas, no entanto, discordam do governador. Para Gabi Hartung, que coordenou o estudo sobre criminalidade, tese de doutorado da Escola Pós-Graduação em Economia (EPGE) da Fundação Getúlio Vargas (FGV), há evidências fortes de que a legalização do aborto ajuda na redução da criminalidade.

— Estudos mostram que criminalidade nos Estados Unidos caiu bastante 20 anos depois da legalização do aborto. O mesmo aconteceu no Canadá e na Finlândia. São Paulo, há essa evidência sobre gravidez na adolescência e mães solteiras (de crianças geradas nessas condições tem mais chance de entrar na criminalidade) — disse Hartung ao site G1. ■

Quarta-feira, 24 de outubro de 2007 O GLOBO RIO • 19

Beltrame diferencia ações nas zonas Norte e Sul

'Um tiro em Copacabana é uma coisa. Um tiro na Coréia, no Alemão, é outra', diz secretário, sendo criticado pela OAB



Fábio Vasconcelos

• Uma declaração do secretário de Segurança Pública, José Mariano Beltrame, ressoou ontem a discussão sobre as recentes operações da polícia em favelas. Em entrevista pela manhã à Rádio CBN, o secretário admitiu que um tiro em Copacabana era diferente de um disparado em comunidades como a Favela da Coréia e o Complexo do Alemão. A frase foi suficiente para receber críticas da OAB-RJ. O governo, no entanto, explicou que, na mesma entrevista, Beltrame havia acrescentado que se referia às estratégias de ocupação, que devem ser distintas devido à alta densidade demográfica de bairros como Copacabana.

O secretário fez a declaração ao chegar ao seminário "Desafios da gestão pública de segurança", realizado na Fundação Getúlio Vargas. Ele informava que traficantes da Zona Norte estão migrando para morcos da Zona Sul, porque nessa região é mais difícil para a polícia fazer operações. E afirmou:

— Buscamos (os traficantes) na Zona Sul, no Domus Marta, no Pavão-Pavãozinho, eu (polícia) estou muito próximo da população. É difícil a polícia ali entrar. Porque um tiro em Copacabana é uma coisa. Um tiro na Coréia, no Alemão, é outra.

Em nota, enviada no meio da tarde, a presidente da Comissão de Direitos Humanos da OAB-RJ, Margarida Freixaburger, criticou a posição do governador: "O secretário assumiu publicamente que, para o governo, o morador de classe média da Zona Sul recebe tratamento diferente e tem direitos de cidadania que o trabalhador que mora na favela não tem, quando é obrigado a ficar no

na Zona Sul) com dificuldade. É difícil. Nós vamos ter que, cada vez mais, aprimorar nosso trabalho. Teremos que, cada vez mais, aprimorar nossa inteligência para sempre preservar vidas. Se não tivermos que ir lá, nós vamos. Esta é a nossa grande proposta. Nós não podemos, nessas áreas, nos deixar levar por esse tipo de afronta do tráfico — acrescentou.

Em seguida, os jornalistas pediram mais detalhes sobre a diferença entre as ações nas zonas Norte e Sul que Beltrame havia comentado.

— Acho que o critério que vejo é geográfico (Zona Sul/Norte).

CONHEÇA OS NÚMEROS

DOS 182 MIL ENTREVISTADOS

- 0,06% da população declarou não dispor (nenhum) com drogas (maconha, cocaína e lança-perfume)*
- R\$ 75 é o gasto mensal aproximado da quem declarou usar drogas (em 2003), o valor era R\$ 48,77)

ENTRE OS QUE DECLARAM TER DESPESAS COM DROGAS

99,18% são homens	80,46% estão na condição de filho	43,74% têm cartão de crédito
35,82% têm entre 10 e 19 anos	62,22% são da classe A	
50,74% têm entre 20 e 29 anos	59,32% têm de 8 a 11 anos de estudo	
85,1% são brancos		

*Dados da Pesquisa de Documentos Familiares, IBGE, de 2003

Consumo de drogas é maior entre a classe A

Jovens encabeçam pesquisa

Ediane Mersla

• Quando o assunto é consumo de drogas, população carioca não é diferente de outras. O levantamento realizado pelo economista Marcelo Neri, durante o seminário Desafios da Gestão Pública de Segurança, que será realizado até hoje, no auditório da FGV. A diferença, segundo ele, é que, em relação ao consumo de drogas e aos acidentes, o problema afeta principalmente os jovens da classe A.

Para analisar o consumo de drogas, Neri usou a Pesquisa de Orçamentos Familiares do IBGE, de 2003, que aponta o percentual da população que declara, espontaneamente, despesas com maconha, cocaína e lança-perfume: são 0,06%, num total de 182 mil entrevistados. Deste total, 89,18% são homens, 50,74% têm entre 20 e 29 anos e 62,22% são da classe A. Este capítulo do estudo é chamado de "Drogas de elite", numa alusão ao filme "Tropa de elite", de José Padilha.

Ouvidoria recebe queixas

Reclamantes pedem mais polícia nas ruas

• A falta de policiamento é a principal queixa recebida pela Ouvidoria da Polícia da Secretaria de Segurança. O item teve o maior número de reclamações nos três primeiros trimestres do ano. No último, entre os meses de julho e setembro, foi responsável por 117 comunicações (23% das 600 recebidas). Em seguida, aparecem as relacionadas à qualidade de atendimento (85 comunicações ou 17% do total), extorsão ou conculção (46 ou 9%), infração disciplinar (38 ou 7%) e abuso de autoridade (36 ou 5%).

Quem quiser fazer reclamações na Ouvidoria pode ligar para 3399-1199. Também é possível mandar um e-mail para ouvidoria@adapolicia@proderj.rj.gov.br ou visitar a página www.adapolicia.rj.gov.br

Quarta-feira, 21 de novembro de 2007 • 2ª edição

RIO • 1

Relator da ONU diz que Cabral incita a violência

Governo do estado afirma que não defende o enfrentamento e que sua obrigação é garantir os direitos da população

Martina Martins
Correspondente

NOVA YORK. Paulo Sérgio Pinheiro, relator especial da Organização das Nações Unidas (ONU) sobre a situação de direitos humanos em Myanmar, fez duras críticas ao governador Sérgio Cabral e à política de segurança do estado. Segundo ele, o posicionamento de Cabral a favor da política do enfrentamento é uma vergonha e tem repercussão internacional, prejudicando tremendamente a imagem do Brasil e do Rio.

— Eu fiquei muito constrangido com as declarações infelizes do governador, defendendo e até incitando a violência policial no Rio. Isto é uma vergonha e teve repercussão internacional. Ele não tem idéia do estrago que declarações deste tipo fazem ao país, não só junto aos órgãos da ONU mas em toda a comunidade internacional.

Cabral não quis comentar as afirmações do representante da ONU. Em nota, o governo afirmou que não defende nem nunca defendeu a violência policial. Afirmou que tem por obrigação garantir o direito de ir e vir dos cidadãos e, por conseguinte, os direitos da população. Por fim, o governo afirmou que, apesar de ser indesejável, o confronto tem se mostrado inevitável. E que, por isso, não irá recuar na política de segurança.

Relator da ONU critica miniatura do "Caveirão"

Pinheiro disse ainda que o Brasil é uma democracia que constantemente desrespeita os direitos humanos, como teria avaliado o relator especial da ONU sobre Execuções Arbitrárias, Sumárias e Extrajudiciais, Philip Alston, depois de visita ao Rio. Alston também criticou Cabral e atacou principalmente a operação no Complexo do Alemão em 27 de junho, que teve 12 mortos. Segundo ele, a ação mobilizou grande contingente policial, matou pessoas sem antecedentes criminais e teve resultado prático nulo.

— A visita do relator mostrou que o Rio está tomado por uma violência em que as pessoas vivem a noção dos direitos humanos. Eu soube aqui que deram de presente para ele uma miniatura de um carro blindado da polícia, conhecido como "Caveirão". Vejam o absurdo da situação: um relator da ONU visita o país e recebe esta miniatura de presente.

Antes da chegada de Philip Alston, Cabral afirmou que não estava preocupado com a visita do representante da ONU, uma vez que a política de seu governo é de defesa dos direitos humanos. Na época, Cabral disse que sua política de segurança seria locativa para poder garantir os direitos das pessoas que moram nas favelas e que seriam vítimas de criminosos. Segundo ele, o combate à criminalidade seria, em última análise, uma defesa dos direitos humanos.

Semanas antes, Cabral rebateu críticas feitas pela Ordem dos Advogados do Brasil contra uma ação policial na Favela da Coréia, em 17 de outubro, que teve 12 mortes. Cabral disse que a polícia agiu corretamente e garantiu que os policiais continuassem a atuar com rigor contra o tráfico. Segundo ele, moradores da favela apoiaram a polícia. Em tom irônico, lamentou que não possa usar de diplomacia com os traficantes.

— Se eu pudesse chegar para essa marginalia e pedir: "Por favor, me devolva o meu fusil que derruba até helicópteros, a granada. Vamos fazer um ministério para discutir a devolução desse armamento?" Aí ficaria feliz da vida. ■

COLABOROU: National Democracy

A16 | JB PAÍS | Jornal do Brasil
Domingo, 20 de julho de 2008 | Segunda edição

pais@jb.com.br

ENTREVISTA | RICARDO BRISOLLA BALESTRERI

“Um bandido não vale uma vida”

Secretário Nacional de Segurança Pública diz ao 'JB' que a política de enfrentamento utilizada pelo Rio está errada. E faz duras críticas ao comportamento da classe média

Vasconcelo Quadros
BRASILIA

O que o senhor acha da política de enfrentamento à criminalidade no Rio?

— Precisamos ver em que patamar ocorre o crime. Um deles é o crime organizado. Nesse patamar precisamos fazer o enfrentamento. É claro que o crime organizado não se converte com políticas de polícia cidadã ou de proximidade. Mas com um enfrentamento mediado todo o tempo pela inteligência, informação e conhecimento. Mesmo nesse patamar, em hipótese nenhuma, o enfrentamento pode ferir inocentes. Se o preço é ferir um inocente, esse enfrentamento está moral e tecnicamente incorreto. Não podemos trocar a vida de um inocente pela do bandido. O Estado sequestrou a polícia da nação e a democracia precisa devolvê-la ao povo.

As linhas do Pronasci são opostas ao enfrentamento. Como conciliar o papel do governo federal com a política do governo do Rio?

— O Rio passou por uma fase em que se premiava matadores, fase de

>> Perfil
Ricardo Brisolla Balestreri
é licenciado em história, com especialização em psicopedagogia clínica. Nasceu em Porto Alegre, tem 49 anos e há mais de 20 se dedica ao estudo da máquina policial. Já trabalhou com mais de 80 mil policiais e assumiu o cargo há 15 dias.

Quais são os sinais?
— Projetos de controle biométrico de arma de fogo, cujo controle sempre foi um caos. As armas de fogo apreendidas hoje eram repassadas amanhã para o tráfico. Nunca se teve clareza sobre quantas armas usadas pelos policiais, quantos tiros deram. Estou recebendo um projeto revolucionário de algo que sempre marcou a história do Rio. Quando recebo um projeto para colocar todos os policiais na universidade ele é coerente com o mundo contemporâneo, que é o mundo da complexidade, onde o policial ensina a universidade e esta também



NÃO AO CAVEIRÃO— Balestreri garante: é preciso devolver à sociedade a polícia que a ditadura tirou

NA COBERTURA DE SEGURANÇA PÚBLICA, O GLOBO APRESENTOU MANCHETE EM QUE ANUNCIAVA A REDUÇÃO DO NÚMERO DE HOMICÍDIOS.

OS DEMAIS JORNAIS DO RIO E OS PRINCIPAIS PERIÓDICOS DE SÃO PAULO DESTACARAM O NÚMERO RECORDE DE AUTOS DE RESISTÊNCIA NO RELATÓRIO DIVULGADO PELO INSTITUTO DE SEGURANÇA PÚBLICA.

RIO

Cai o número de homicídios

Estatística mostra queda de 18,7% em abril; redução no primeiro quadrimestre foi de 8,7%

Célia Costa e Dinami Amora

O número de homicídios ditos — quando há intenção de matar — no Estado do Rio vem caindo nos últimos meses e em abril registrou uma redução de 18,7% em relação a abril do ano passado. A diminuição no número de casos, que representou menos 102 vítimas, é um dos destaques do balanço dos registros de criminalidade de abril divulgado ontem pelo Instituto de Segurança Pública (ISP). Especialistas disseram que qualquer queda no número de homicídios significa vidas salvas e é necessário comemorar. Mas, argumentam, é preciso um tempo maior de análise para saber se há uma tendência de queda consistente.

Em abril de 2007, foram 572 mortos e, em abril deste ano, 465. Ainda segundo a análise do ISP, em toda a série histórica, desde 1991, o menor número de mortes no mês de abril foi registrado este ano. No acumulado de quatro meses, houve uma redução de 8,7% em relação ao mesmo período do ano passado.

— Temos entre cinco mil e sete mil homicídios por ano no Rio. Uma queda de 5% são 300 vidas humanas. É para comemorar. Mas, quando você tem um mês com redução de quatro, outro com 18 e outro com aumento, não há ainda um padrão — afirmou Gláucio Soares, pesquisador do Centro de Pesquisas e Ensino de Pós-Graduação em Ciências Sociais (hiper). — Do início do governo Garotinho (1999) até agora, os homicídios oscilaram num patamar alto, mas oscilaram pouco.

A ESTATÍSTICA DO CRIME NO ESTADO DO RIO

O número de homicídios no quadrimestre

EM 2007	EM 2008
Jan: 526	Jan: 538
Fev: 486	Fev: 505
Mar: 646	Mar: 522
Abr: 572	Abr: 465
2.224	2.030

Série histórica desde 1991
(Número absoluto de homicídios no mês de abril)

Ano	Homicídios
1991	634
1992	648
1993	721
1994	737
1995	788
1996	578
1997	530
1998	519
1999	510
2000	546
2001	526
2002	668
2003	585
2004	514
2005	526
2006	578
2007	572
2008	465

26 de abril
Monumento Pro de Paz comia duas mil orquídeas brancas no Abasco da Flamengo, representando o número de mortes violentas ocorridas no ano.

27 de junho
Em outra manifestação, quatro mil bolas brancas são espalhadas na Praia de Copacabana para representar os homicídios que ainda poderão acontecer este ano.

OUTRA BOA NOTÍCIA
ROUBOS DE VEÍCULOS de 2.810 (abr de 2007) para 2.198 (abr de 2008)
Uma queda de 21,7%

UMA MÁ NOTÍCIA
ASSALTOS A TRANSUNTES de 4.809 (abr de 2007) para 5.504 (abr de 2008)
Um aumento de 14,4%

FONTE: Instituto de Segurança Pública

Em São Paulo, diminuição consistente

Desde 99, taxa de assassinatos já caiu mais de 70%

• A queda no número de homicídios no primeiro quadrimestre do Rio pode ser um sinal de melhora no quadro, mas ainda está longe do que aconteceria se precisamos continuar observando — alerta Júlia Lemgruber.

do a comparação leva em conta o acumulado em quatro meses, há um aumento de 18,2% em relação ao mesmo período do ano passado. Foram 65 casos registrados nos quatro primeiros meses deste ano e 55 casos ocorridos em 2007.

Outros delitos que registraram queda foram furto de veículos (menos 305 casos), roubo em coletivo

Redução em 16 dos 39 índices

Mesmo com a redução de casos, números de homicídios são altos. Entre os 572 mortos em abril, está o empresário português Abel evaras Pereira, de 67 anos, assassinado com um tiro próximo à saída de da Linha Amarela, na altura de onsucesso. O empresário era sócio da empresa Pinheiro Tintas, ma das maiores do ramo, que tem 11 lojas em todo Rio.

Ou ainda o caso do cabeleireiro ameghista Luizwário de Freitas Néolin, que foi espancado por integrantes da sua própria turquia no a 12 de abril no Maracanã e mori 12 dias depois no Hospital Souza Aguiar. E ainda o caso do sargento Polícia Militar Edgard de Frei

APESAR DE SEUS EDITORES ADMITIREM QUE A UTILIZAÇÃO DO TERMO “GUERRA” ESTAR ERRADA E DEMONSTRAR UMA TENDÊNCIA DOS JORNALISTAS DE REPRODUZIR AS EXPRESSÕES UTILIZADAS PELA POLÍCIA, O GLOBO MANTÉM TAL REFERENCIAL NA COBERTURA DOS ACONTECIMENTOS LIGADOS À SEGURANÇA.



DETALHE PARA O DESTAQUE DADO À PREMIAÇÃO DO FILME TROPA DE ELITE, SOBRE O BATALHÕES DE OPERAÇÕES ESPECIAIS DA PM – BOPE, NA CAPA DO JORNAL. NO MESMO DIA, O JORNAL PUBLICOU MATÉRIA, SEM DESTAQUE NA PRIMEIRA PÁGINA, SOBRE O ENTERRO DE UMA MENINA DE 10 ANOS, VÍTIMA DE BALA PERDIDA NA FAVELA DA ROCINHA. MAIS DE 2 MIL PESSOAS FORAM AO SEPULTAMENTO.

A MORTE DE UM GAROTO DE CINCO ANOS, DURANTE OPERAÇÃO POLICIAL EM FAVELA, NÃO RECEBEU QUALQUER DESTAQUE NA EDIÇÃO DE O GLOBO. DETALHE PARA A EXPRESSÃO “BATALHA” NO TÍTULO PRINCIPAL DA REPORTAGEM.

RIO

GUERRA DO RIO

A batalha da Coréia

Tiroteio durante caçada a bandidos em favela termina com um menino, um policial e dez suspeitos mortos

por Eduardo Galvão e Cláudia Castro

Um momento de 4 horas é um período difícil para os policiais que lutam em um confronto na favela da Coréia, em Jacarepaguá, Zona Oeste, que se chama batalha. Também foram mortos os Quatro suspeitos foram mortos e um policial está ferido gravemente, como diz o delegado titular da Coordenação de Segurança Espacial (Cose), Rodrigo Oliveira. Outros mortos são um menino de 5 anos e um suspeito de 20 anos, ambos mortos por tiros de 200 milímetros. Para morrer o menino foi atingido por uma bala de 200 milímetros que acertou o peito e morreu. O menino também foi atingido por tiros de 200 milímetros que acertaram o peito e morreu. O menino também foi atingido por tiros de 200 milímetros que acertaram o peito e morreu. O menino também foi atingido por tiros de 200 milímetros que acertaram o peito e morreu.

POLICIAIS EM FALA durante operação para acabar com um dos grupos de mortos que controlam Jacarepaguá. A operação matou mais de 100 pessoas e um menino de 5 anos morreu.

Policial baleado ao tentar salvar garoto

A ação do delegado Rogério, homem de 40 anos, foi decisiva em uma operação que acabou com a morte de um menino de 5 anos. Rogério foi baleado no peito e morreu. O menino também foi atingido por tiros de 200 milímetros que acertaram o peito e morreu. O menino também foi atingido por tiros de 200 milímetros que acertaram o peito e morreu.

GOIAS SURFISTAS agarrados, são levados presos ao Bolo. 14 foram detidos

OS ÔNIBUS INCENDIADOS que foram do Bolo na Avenida Caracas, Jacarepaguá

Propinas a policiais anotadas

Materiais da contabilidade do tráfico é apreendido

Material de contabilidade do tráfico de drogas, em grandes quantidades, foi apreendido durante a operação de Jacarepaguá. O material inclui livros de contabilidade, notas fiscais e outros documentos que foram encontrados em uma casa na favela. O material foi apreendido por policiais da Cose e foi levado para o depósito da Polícia Civil.

NO MESMO DIA, NO ENTANTO, O JONAL ABRIU PÁGINA PARA NOTICIAR QUE UMA BALA PERDIDA HAVIA ATINGIDO O QUARTO DE UMA MENINA DURANTE PERSEGUIÇÃO NO BAIRRO DA GLÓRIA.

20 • RIO O GLOBO 2ª edição • Q

Dois tiros atingem quarto de menina

Ela dormia e nada sofreu, na Glória. Na hora, PMs perseguiram bandidos que furaram cerco

Jorge Martins e Ronaldo Braga

Dois tiros atingiram, no início da madrugada de ontem, o quarto de um apartamento na Rua do Russel, na Glória, onde dormia uma menina de 8 anos. Ninguém se feriu. Um dos projéteis foi parar num bicho de pelúcia; o outro, na parede. Os tiros foram disparados quando PMs perseguiram quatro criminosos em duas motos. Fred Luiz Pereira Ferreira, de 25 anos, e Anderson da Silva Dias, de 28, foram presos; os outros dois conseguiram fugir. Os quatro estavam sendo perseguidos desde as imediações da Rodoviária Novo Rio.

Os pais da menina assistiam a um programa de TV, em seu apartamento no segundo andar do Edifício Perigordi, quando ouviram o barulho do vidro da janela se quebrando. Desesperados, eles pegaram a filha e a levaram para outro cômodo. Só após o fim do tiroteio, descobriram as balas. A parede atingida pelo disparo fica a um metro da cama da menina. Durante a troca de tiros, moradores fecharam suas janelas e pedestres correram para se abrigar.

A perseguição começou quando os quatro homens furaram um bloqueio policial, por volta das 23h40m de ontem, na Avenida Rodrigues Alves. Próximo à Praça Mauá, eles subiram o Elevado da Avenida Perimetral. Vários batalhões da PM foram acionados e a perseguição prosseguiu até a Rua do Russel, passando pelo Aterro do Flamengo. Fred e Anderson caíram da motocicleta e, mesmo assim, começaram a trocar tiros com os PMs. O confronto durou cerca de cinco minutos. Um dos bandidos foi preso quando tentou entrar num bar. O outro, quando invadiu o prédio da Rádio Globo.



ANDERSON (À ESQUERDA) e Fred: presos na Glória após tiroteio

A MORTE DE OUTRA CRIANÇA, EM ÁREA CARENTE, TAMBÉM FOI NOTICIADA DISCRETAMENTE PELO JORNAL O GLOBO

24 • RIO O GLOBO 2ª edição • Domingo, 30 de dezembro de 2007

Dois travestis mortos em Jacarepaguá

Crimes, cometidos por dois homens num carro, podem ter sido motivados por homofobia

Jorge Martins, Dimmi Amora e Tulio Brandão

A Polícia Civil investiga se a homofobia pode ter motivado o assassinato de dois travestis na madrugada de ontem, em Jacarepaguá. De acordo com a 32ª DP (Jacarepaguá), as vítimas foram atingidas por tiros de pistola, possivelmente pelos mesmos dois ocupantes de um Palio Weekend cinza, em dois pontos diferentes do bairro.

O primeiro crime, às 23h20m, ocorreu na Taquara. Alex Eduardo Silva, de 38 anos, estava com outro travesti numa barraca de lanches na esquina da Rua Ariapó com a Estrada do Tindiba — uma área de prostituição masculina, segundo moradores. Alex levou três tiros, correu cerca de cem metros ao longo da Estrada do Tindiba em busca de socorro e caiu em frente à Clínica Traumatológica Rede Trauma, na Rua Atituba. Ele foi levado ao Hospital Lourenço Jorge, na Barra, onde morreu. A polícia não revelou o nome do acompanhante, que escapou ileso.

A outra vítima foi Maycon Teixeira Karam Mendes, de 20 anos, conhecido como Kallyn. Ele foi atingido por um tiro às 3h50m, quando desceu de um Kombi na esquina da Estrada dos Bandeirantes com a Rua Carlos Polak, em frente ao Conjunto Habitacional da Merck, 1 ponto, a dois quilômetros do local do primeiro crime, não foi área frequentada por travestis.

Segundo moradores, houve duas seqüências de disparos que assustaram dezenas de pessoas no ponto de ônibus em duas barracas de ambulantes que ficam abertas de madrugada. Maycon morreu no local. Peritos recolheram 18 cartuchos de shellings e um intacto de calibre 380, que são comparados.

Os locais dos crimes



Bala perdida mata menina de 7 anos em favela da Zona Norte

Criança foi atingida na cabeça durante tiroteio entre bandidos

Andrielly dos Santos Pereira Farias, de 7 anos, morreu na noite de sexta-feira, vítima de uma bala perdida durante tiroteio entre traficantes no Morro da Caixa d'Água, em Quintino, na Zona Norte. A menina chegou a ser levada para o Hospital Salgado Filho, no Méier, mas não resistiu aos ferimentos.

A criança foi atingida na cabeça quando deixava o culto da Igreja Evangélica Batista na Rua Ana Maria, dentro da favela, por volta das 21h, com um casal amigo dos pais. Além de Andrielly, Maxwell Ribeiro Alves, de 18 anos, também foi atingido e permanece internado no Salgado Filho.

Inconsoláveis, os pais de Andrielly contam que ela frequentava diariamente os cultos e na noite do tiroteio pediu para ir à igreja mesmo em companhia dos vizinhos. A menina se preparava para entrar na 1ª série e planejava passar o carnaval com parentes em Minas Gerais.

De acordo com informações do Serviço Reservado do 3º BPM (Méier), havia um tiroteio entre bandidos de facções rivais quando a menina foi baleada. Segundo o pai de Andrielly, a polícia só chegou ao local após a morte da filha.

— As apareceram seis viaturas — disse Sidney Farias.

2008 CASA & VIDEO

Na compra de um Celular Desbloqueado

GANHE

um Chip Pré-pago da operadora que escolher.

CHIP vivo TIM

O TRATAMENTO FOI DIFERENTE, QUANDO NOVO CASO DE BALA PERDIDA ATINGIU MENINO EM CLUBE DA ZONA SUL CARIOCA. A COBERTURA TEVE CHAMADA COM DESTAQUE NA PRIMEIRA PÁGINA E AMPLO ESPAÇO INTERNO

• DOPING: Romário foi pego no exame antidoping por usar um remédio contra a calvície. **Páginas 43 e 44**

Chávez: 'Povo não estava preparado'

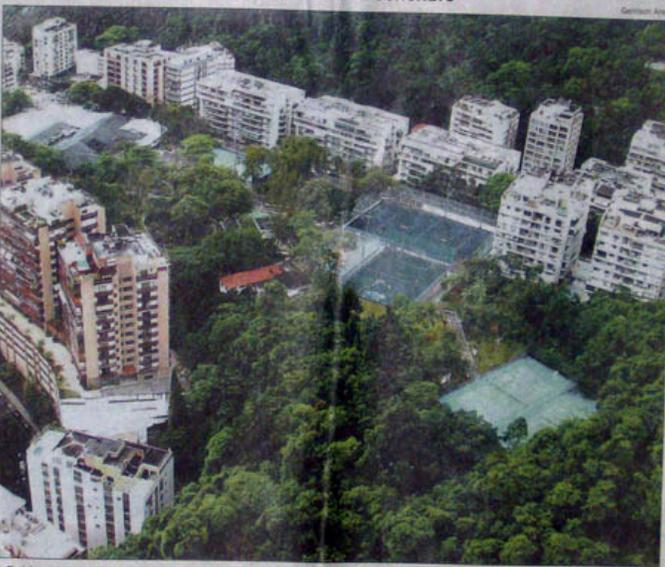
• A derrota eleitoral do presidente venezuelano no referendo de domingo lançou o chavismo em sua primeira grande crise. Aliados afirmam que o movimento precisa passar por uma profunda reavaliação. Mas, para Chávez, o povo é que não está maduro para aceitar a sua versão do socialismo. **Página 36 e Miriam Leitão**

Bush insiste em ameaça iraniana, apesar de relatório

Página 35

Edição Metropolitana
 Preço cobrado em cada edição: R\$2,00
 Circula em seis idiomas: Português, Inglês, Espanhol, Francês, Alemão e Italiano.
 12 páginas

UMA BARREIRA DE CONCRETO



• Prédios cercam o Clube Federal, no Alto Leblon, onde um menino foi ferido por uma bala perdida no sábado. Segundo a polícia, o tiro partiu de um edifício em frente à quadra do clube ou da Favela Chácara do Céu. **Página 19**

Dimenor
Adultos mais violentos

• A série "Dimenor: os adultos de hoje" mostra que 81 infratores, de 2000, foram acusados de homicídio ou de tentativas após a maioridade. Menores, eles responderam por roubos e furtos. **Páginas 16 e 17**

SEGUNDO CADERNO

• Autor de "A bússola de ouro", Philip Pullman critica Tolkien e "Nárnia"

CARRO

• As alegrias e tristezas de quem compra um carro importado usado.

Prepare-se para viver os melhores anos da sua vida.

Veja na página 5

Bradesco Seguros e Previdência

RIO • 19

Quarta-feira, 5 de dezembro de 2007

Alto Leblon: tiro partiu de lugar de frente para clube

Segundo laudo do Instituto Médico-Legal, calibre da bala que feriu menino é maior que 40 e menor que o de um fuzil

Ronaldo Braga

• A polícia já sabe que o tiro que atingiu o menino Hugo Rocha Cavalcanti, de 12 anos, baleou-o na cabeça quando participava de um jogo de futebol no Clube Federal, no Alto Leblon, no sábado, saiu de algum lugar de frente para a instituição — ou do prédio 1301 da Rua Timóteo da Costa ou de trás dele, próximo à comunidade de Chácara do Céu. O laudo do Instituto Médico-Legal concluiu que o projétil tem calibre maior que 40 e menor que o de um fuzil. Segundo o laudo, provavelmente a bala que feriu o menino é calibre 45 (usado antigamente pelas Forças Armadas).

O laudo do Instituto de Criminalística Carlos Dóti (ICCE), a ser divulgado hoje, dirá o calibre certo. Ao longo do dia, antes da divulgação da informação do IML, o perito Sérgio Leite, do ICCE, chegou a dizer que a vítima tinha sido atingida por um disparo de 9mm.

— O certo é que (o tiro) foi disparado bem de frente para o campo de futebol — disse o delegado Rafael Menezes.

O menino permanece internado em estado grave no Hospital Miguel Couto, no Leblon. A equipe médica aguarda a estabilização do quadro de saúde dele, para desligar os aparelhos que o mantêm vivo. Será tentada então uma nova cirurgia para retirar a bala, alojada numa área delicada do cérebro.

Moradora de prédio alega ter ouvido tiro

Uma moradora do mesmo prédio da Rua Timóteo da Costa, o Escalípio, no bloco 3, que não quis se identificar, contou que estava na varanda de seu apartamento, de frente para a rua, quando ouviu o tiro. Ela não soube dizer se ainda parou em um disparo.

— Podem ter vindo de qualquer lugar. De lado ou de trás. Desde as 13h, peritos do ICCE, investigadores da 14ª DP (Leblon), juntamente com os



UM PERITO trabalha no campo do Clube Federal, no Alto Leblon, onde Hugo Cavalcanti, de 12 anos, foi atingido por uma bala na cabeça

delegados Rafael Menezes e Carlos Sodrê, testemunhas e diretores do clube estiveram ontem no campo de futebol onde o graveto foi baleado. Com trena, os peritos fizeram várias medições. Eles também tiraram fotos do local.

— No caso da comunidade, vamos pedir uma operação na região para encontrar a arma.

Associação de favela diz que atingiu outros disparos

O chefe de Polícia Civil, delegado Gilberto Ribeiro, disse que ainda é cedo para afirmar de onde partiu o tiro. Segundo ele, só com o laudo da bala é que os peritos podem dar alguma informação concreta.

— O que temos feito é a pericia no local para saber exatamente onde o menino foi atingido e a partir daí determinar de onde pode ter vindo o disparo. Existe a possibilidade de um disparo feito para o alto, em que o projétil, ao retornar, atingiu o menino, como também pode ter acontecido um disparo vindo de um daqueles prédios da região.

Ele afirmou ainda que a possibilidade de o disparo ter sido efetuado por um vizinho do Clube Federal, irritado com o barulho, está entre as principais hipóteses investigadas.

A comunidade da Chácara do Céu existe há mais de 20 anos e tem cerca de 500 casas. Segundo o vice-presidente da Associação de Moradores e Amigos do Morro do Vidigal e da Chácara do Céu, Antônio Gogoiatini, na hora em que o menino foi baleado, moradores participavam de um campeonato de futebol.

— Não ouvimos nenhum tiro — disse ele. — Na Chácara do Céu, não há tráfego.

Segundo ele, a distância entre a comunidade e o clube deve passar de um quilômetro. ■

Uma corrente de solidariedade no Orkut

Amigos, parentes e torcedores enviam mensagens pela recuperação de Hugo

Elivice Bottari e Gabriel Mascarenhas*

• Torcedor fervoroso do Botafogo, ao qual dedicou uma página no Orkut, Hugo conta agora com uma torcida tão grande quanto a do seu time de coração. Até ontem à tarde, ele já havia recebido 142 mensagens de solidariedade. Na maioria, de amigos, parentes e outros torcedores alvinegros. Um deles, que se assina Tólio Marcos, registrou sua indignação: "A vida não é justa... você não merecia estar nessa... estou torcendo muito por você, Hugo... abraço". Uma torcida expressa também nas palavras do internauta Gualtavilha: "Parça aí, Lou (como Hugo é chamado pelos amigos no Orkut). Deus vai te tirar dessa, meu brother... toda a nação alvinegra torce por você."

Aluno da 6ª série do Colégio Salesiano, Hugo adora futebol e os Cavaleiros do Zodiaco, razão pela qual usou o personagem

Hugo, do clássico do anime, vestido de botafogense, como a foto de seu perfil no Orkut. Em sua página, há três vídeos de gol do Botafogo (foto postada após o menino ter sido ferido), provavelmente por amigos. Atendidos pela torcida, parentes rezam e aplenam para a solidariedade da população. A madrinha e uma prima da vítima conversaram com o Globo Online, após enviarem mensagens na área de comentários de notícias do site.

— Mesmo sabendo que a situação é difícil, estamos rezando e acreditando que meu afilhado vai superar essa situação. O apoio dos amigos está sendo importante para os pais do Hugo se manterem fortes — disse a madrinha, Dora Botelho.

No final do comentário postado por ela, que mora em Brasília, um desolado e o pedido: "Nos últimos cinco anos em que morei no Rio, vi ladrão assassinando no ponto de ônibus, no horário em que levava filho

à escola, presenciei lula sendo roubada há 10 horas da manhã durante o Natal, na quadra ao lado de casa. Fatos que me deixavam assustada com a violência, mas dizem que é normal em cidade grande. Agora, o que estamos perdendo alguma família. Peço a todos que orem muito pelo meu afilhado Hugo."

Prima de Hugo, a designer Ana Carolina Erbstil, de 30 anos, reiterou que a família está numa corrente de fé:

— Somos católicos e nossas forças estão voltadas para pedir a Deus que meu primo se recupere. Não podemos fazer nada além de rezar e ter esperança.

— Oorem, pais de alunos ligarem para o Colégio Salesiano, à procura de notícias.

— Muitos pais contaram que estão torcendo e orando por Hugo — afirmou uma assessora da instituição.

*Do Globo Online

A MORTE DO MENINO JOÃO ROBERTO, EM TRÊS VERSÕES:

NO JORNAL O DIA, A EDIÇÃO FEZ REFERÊNCIA À MORTE DO MENINO RAMON, POR BALA PERDIDA, DURANTE OPERAÇÃO POLICIAL EM FAVELA.

O DIA R\$1

VÍDEO DESMONTA VERSÃO DOS PMS: NÃO HOUVE TROCA DE TIROS

■ Câmeras registraram cenas chocantes da ação dos PMs. Os dois militares abrem fogo contra o Pálio Weekend – parado na pista da esquerda. O Fiat dos bandidos já havia passado. Não há qualquer reação no veículo, com uma mulher e duas crianças. Desesperada, a mãe lança a bolsa pela janela (no detalhe)

QUE POLÍCIA É ESSA?

A pergunta desesperada do taxista Paulo Roberto, que teve o filho de 3 anos morto em uma ação desastrosa de PMs, resume o sentimento de desamparo de todos nós




■ A morte do pequeno João Roberto Amorim Soares, de apenas 3 anos, deixou um nó na garganta de todos os moradores do Rio. Baleado na cabeça por policiais militares que, incrivelmente, confundiram o carro de sua mãe com o de bandidos que circulavam pela Tijuca, o menino não resistiu aos ferimentos e morreu ontem, no Copa D'Or. Na porta do hospital, o taxista Paulo Roberto do Amaral, pai de João, se transformou no porta-voz de todos que não aguentam mais sofrer com os erros daqueles que deveriam proteger a população. "Foi uma covardia." Vídeo prova que não houve reação e que o carro dos bandidos estava longe. O secretário de Segurança do Rio, José Mariano Beltrame, pediu desculpas em nome do governo. **PÁGS. 3 e 8**

"Não tiveram piedade. Metralharam o carro da minha mulher como se ela fosse bandida"

"Não houve troca de tiros e eles não têm a hombridade de dizer que erraram. Assassinos!"

"Sou taxista. Saio aos domingos para juntar um dinheiro para fazer a festa do meu filho"

Desabaço do taxista Paulo Roberto do Amaral, pai do pequeno João

OUTRAS VÍTIMAS DO DESPREPARO DA POLÍCIA MILITAR DO RIO

RAMON DOMINGUES

■ Ramon Fernandes Domingues, 6 anos, foi morto durante ação da PM na Favela do Maciço. O diretor de Polícia da Capital, delegado Sérgio Caldas, disse que o mais provável é que o tiro que acertou o menino tenha sido disparado por um policial.

DANIEL DUQUE

■ O estudante de 18 anos foi executado na porta da boate Barretti, em Ipanema. Ele foi baleado à queima-roupa por um PM que fazia segurança do filho de uma promotora. O policial está preso e foi denunciado por homicídio doloso.

PATRICIA FRANCO

■ A engenheira está desaparecida e seu carro foi encontrado no canal da Barra. O que parecia um acidente ganhou outra versão: dois PMs que patrulhavam a área estão sendo investigados, já que o carro dela tem marcas de tiros.

O EXTRA TAMBÉM UTILIZOU TODA A PRIMEIRA PÁGINA PARA DESTACAR A MORTE DO MENINO.

EXTRA DEZ ANOS

INFORMAÇÃO RIO DE JANEIRO, TERÇA-FEIRA, 8 DE JULHO DE 2008 • ANO XI • NÚMERO 3.816 **R\$ 1**

A POLÍTICA DO ATIRA PRIMEIRO E PERGUNTA DEPOIS

OLHA SÓ QUEM A PM TRATA COMO BANDIDO

O soldado William de Paula e o sargento Elias Gonçalves da Costa Neto são PMs com salários altos por cada um de nós. Em troca, deveriam nos dar segurança. Na noite de domingo, a dupla nos deu uma posição cheia de risco e perigosa a mistura de separação do "estresse", na qual se atira primeiro e pergunta depois. Os PMs abriram fogo contra um carro que transportava uma mãe e dois filhos. No lugar de uma abordagem técnica, fizeram pelo menos 16 disparos contra a família. Serviço realizado, perguntaram: "Cade o bandido?". Não havia ninguém ali. Um bebê de nove meses se salvou por milagre. O irmão dele, João, de 3 anos, foi baleado na cabeça e morreu. Ele é a mais recente vítima de uma polícia que não queremos. **PÁGINAS 3 A 7**



AMAR ROBERTO saiu com o irmão menor. Virou, de 9 meses, que se salvou por milagre da saracada de tiros de policiais militares do 6º BPM (Tijuca) desparado da tropa



'QUE POLÍCIA É ESSA, GENTE?'

Vinicius passou para vocês aqui o sofrimento de um pai. O sofrimento de perder um filho de 3 anos. Que dia 29 já faz 4. Sou taxista, como muitos de vocês devem saber. Eu saio aos domingos para juntar um dinheirinho para a festinha dele. Quando eu paguei pela Conde de Bonfim, vi a incursão da polícia. Eu não ia imaginar que eles iam tentar executar minha família, gente. Sou uma pessoa de bem. Minha mulher me ligou dizendo que veio um carro e passou por ela a mil. Um São João preto. E ela viu a patrulha e entrou no carro, como todos nos faziam. Eles não perseguiram os bandidos e metralharam o carro com a mulher e duas crianças. Sendo que uma delas tomou um tiro na cabeça e está morta lá em cima. Não tem mais chance, gente. Não houve troca de tiros. E mentira! A minha mulher pegou a bolsa da criança e jogou pela janela numa de alertar que tinham crianças. Eles não paravam de atirar. Ela ainda abriu a porta e se lançou no meio das balas para salvar os filhos. Eles não tiveram piedade. Não tiveram pena. Vieram para executar, gente. Que polícia é essa, gente? **Paulo Roberto Soares**
Foto de Paulo Roberto Soares

SÓ PEDIDO DE DESCULPAS NÃO RESOLVE, BELTRAME

O GLOBO APRESENTOU O FATO DE FORMA MAIS DISCRETA.

www.oglobo.com.br

O GLOBO

RIO DE JANEIRO, TERÇA-FEIRA, 9 DE JULHO DE 2008 • ANO LXXXV • Nº 21.364

ROBERTO MARINHO (ISSN 0001-5128)

SAÚDE

• Após o chegada da Li-
dia José Damata maia
com o quebra e conside-
ração, como Roberta há a
paradoxa Takai, para
abrir em sua firmes-
za em São Paulo e Rio.

VEÍCULO

• Escuder a profissã
após pô novo à zarr-
ra ou pela possibilidade
de obter alguns salários
no futuro. Jovens esta-
dentas contam como en-
frentaram a doença.

LÍBRICA

• Um cubista que entra ca-
ri de livros velhos e a sim-
boliza de que o açã com-
bate o passado são estáo no
nova versão da cultura, di-
ficada à alta tecnologia, que
atravã hoje. **Página 26**

CULINA E ARTIGO

• Número de alimentos
tem queda forte no Rio.
Arcação Gata, **página 12**

• Padilha acha que faz di-
cussão mas filia a fi-
mp como ficção. **página 7**

G-8: EUA e Itália barram o Brasil

• Apesar das apelo do pre-
sidente da França, Nicolas
Sarkozy, para que o G8 in-
corpore as cinco nações
emergentes com maior po-
pulação — China, Índia,
Brasil, África do Sul e Mé-
xico —, EUA e Itália firmam
posição intransigente à propo-
sita no primeiro dia de reu-
nião das nações mais de-
senvolvidas do mundo, no
topo. **Páginas 18 e 19**

Pai acusa PM de metralhar carro da família e matar filho

Secretário admite que policiais se confundiram e diz que ação foi desastrosa



• O taxista Paulo Roberto Barbosa Soares, de 43 anos, acusou ontem PMs de terem matado o seu filho, João Roberto, de 3 anos, baleado na noite de domingo durante uma perseguição a assaltadores na Tijuca. Ele negou que tenha cometido crime de tirar com os bandidos, como alegaram os dois policiais envolvidos no caso, que já estão presos administrativamente. Baseado no relato de sua mulher, Alessandra Amorim, ferida por estilhaços, Paulo Roberto disse que ele levou o carro metralhado pelos policiais. "Eles metralharam o veículo com a mulher e duas crianças dentro", afirmou o pai. Atirado por trás — sem deles na cabeça —, João Roberto teve morte violenta e, às 20h10m, os apêndices que o mantinham vivos foram desligados diante de seus pais, que autorizaram a doação de órgãos. Apenas os córnea da criança, porém, puderam ser aproveitadas. João Roberto completaria 4 anos no próximo dia 29. O secretário de Segurança, José Mariano Beltrame, admitiu ontem que os policiais do 6º BPM (Tijuca) confundiram o carro da família com o dos bandidos. Ele qualificou a ação como desastrosa e que demonstra "falta de critério, de treinamento". **Páginas 10 e 11**

"Vi a incursão da polícia. (...) Só que eu não ia imaginar que eles iam tentar executar minha família (...). Que polícia é essa?"

PAULO ROBERTO, a pai do menino morto por PMs, se confundiu e correu para a família dele após o 29 de setembro.

Brasil vende o Pod mais caro do mundo

O "indice Pod", calculado de um banco australiano, mostra que as brasileiras pagam mais pelo aparelho o que cidadãos de qualquer outro país do mundo, até aqui 170% mais do que nos EUA. **Página 21**

Lula libera 100% de verbas para Crivella

Demais parlamentares que são candidatos a prefeito do Rio não tiveram emendas atendidas

EMICÓ

ESPERANÇA, TEU NOME É RUBINHO!



— Os terceiros são os primeiros!

Prefeitura usa asfalto ruim no Rio



• De responsabilidade integral da prefeitura, a má qualidade da pavimentação das ruas do Rio é unanimidade entre especialistas. A falta de investimento e de técnicos causam buracos e ondulações que maltratam quem circula pela cidade. **Página 5**

Chico Alencar vai Eduardo Paes tem Solange usa de Candidatos em TRF-RJ já recebeu

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)